

Elaine Cristina da Silva

**A POLÊMICA E DIALÉTICA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E
PRÁTICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.
Professor Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento.

Florianópolis

2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Elaine Cristina da

A polêmica e dialética relação entre teoria e prática
[dissertação] / Elaine Cristina da Silva;
orientador, Hélder Boska de Moraes Sarmento – Florianópolis,
SC, 2012.

309 p. ; 21cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social.

Inclui referências.

1. Serviço Social; 2. Conhecimentos Teóricos; 3. Prática Profissional; 4. Serviço Social. I. Sarmento, Hélder Boska de Moraes. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Elaine Cristina da Silva

A POLÊMICA E DIALÉTICA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Serviço Social”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 28 de Maio de 2012.

Prof. Hélder Boska de Moraes Sarmento
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Hélder Boska de Moraes Sarmento, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Regina Célia Tamaso Mioto, Dra.
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Vera Maria Ribeiro Nogueira, Dra.
Examinadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho aos meus pais:

A Ele por me ajudar a projetar e edificar minha vida: suas ferramentas foram o incentivo, o respeito e a disciplina e as matérias-primas utilizadas foram a honestidade, a coragem e a determinação.

A Ela por me ensinar a pensar coletivamente, através de ingredientes e receitas fundamentadas no amor, na solidariedade, na dedicação e empenho naquilo que se realiza e se almeja.

Vocês me proporcionaram a maior riqueza que alguém pode ter: o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Já dizia o grande poeta Mario Quintana que “*não importa saber se a gente acredita em Deus: o importante é saber se Deus acredita na gente*”, em nossa humanidade, em nossa capacidade de superação, em nossos sonhos e objetivos.

Eu diria ainda, complementando o grande pensador, importante é saber quem são as pessoas que confiam e acreditam na gente, isto é, não importa o quanto estejamos ausentes, cansados, concentrados unicamente em um fim ou na realização de um sonho, eles simplesmente confiam, nos apóiam, nos entendem e dividem conosco nossas ansiedades, aflições, alegrias e conquistas. Essas pessoas, que ficam ao nosso lado sempre, que acreditam em nossos potenciais, que nos impulsionam a voar mais alto são os *amigos*.

Foram os meus amigos, pessoas tão especiais e a quem devo tanto, que me ajudaram a realizar o Mestrado em Serviço Social, bem como, a construção desta dissertação. Me tornaram grande mesmo quando meus ânimos estavam pequenos, me fizeram acreditar quando eu mesma já não acreditava, me fizeram sorrir quando o cansaço me dominou. E diante disso tudo, só tenho a agradecer.

Obrigada a todos, que de alguma maneira, ajudaram a compor minha história. Em especial, gostaria de agradecer profundamente ao meu grande e melhor amigo, o meu companheiro e grande amor Junior, que me aturou e me deu muita força. Esta vitória também é sua.

Aos meus queridos pais, Mauro e Marcia, que mesmo diante de tantas adversidades, de tanta luta e esforço, conseguiram ter a alegria de ver suas duas filhas formadas, com uma profissão que escolheram e que se dedicaram a fazer com amor. Este mérito é todo de vocês.

À minha irmã Milena e meu cunhado Fernando, que foram o alicerce, a estrutura que proporcionou a realização desta empreitada. Obrigada pela acolhida, pela amizade sincera, pelo incentivo. Vocês são os melhores amigos que alguém pode ter.

Aos meus afilhados, “filhos de coração” Beatriz e Matheus, que foram neste tempo todo a alegria mais pura, a expressão mais linda de amor que eu já senti.

Às minhas amigas de Mestrado Pâmela, Letícia e Gabriela, que estiveram ao meu lado em todas as horas, crescendo junto comigo, profissional e pessoalmente. A companhia de vocês nestes anos foi o

melhor conforto que eu poderia ter. Admiro muito vocês e tenho orgulho de nossa amizade.

À minha turma de Mestrado, por nossas peculiaridades que nos tornavam tão diferentes e tão especiais. Obrigada pelas fervorosas discussões nas reuniões da Comissão de Avaliação, que possibilitaram iniciar a discussão deste processo tão importante para o programa.

Aos professores e funcionários do Mestrado em Serviço Social da UFSC, em especial à Chefe da Secretaria Paola, que em tantos momentos me ajudou com toda a presteza e boa vontade que só ela tem.

Aos colegas do GEPSS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, pelos debates e discussões sobre a profissão, em especial ao Gilberto que me ajudou exaustivamente no levantamento inicial de minha pesquisa. Também aos colegas da bolsa REUNI, pelo trabalho iniciado e os resultados alcançados, permitindo viver mais intensamente a universidade.

Ao meu orientador Hélder Boska de Moraes Sarmiento, por confiar em mim, respeitar as minhas convicções, me ensinar a pensar, sempre me fazendo acreditar que eu posso fazer mais e melhor.

Às professoras Cláudia Mônica dos Santos, Regina Célia Tamasso Mioto e Vera Maria Ribeiro Nogueira, por participarem da construção deste trabalho através de minha banca de qualificação e em minha defesa. A escolha de chamar vocês para esta tarefa não foi aleatória, mas se fundamentou na minha admiração pessoal e profissional pelo trabalho que vocês vêm desenvolvendo com muita competência para o Serviço Social. Meu agradecimento especial à Professora Regina, meu exemplo de competência, ética e profissionalismo.

Aos amigos e colegas da Casa Lar Municipal de Biguaçu, que me incentivaram na realização desta dissertação e permitiram minha ausência quando precisei me focar única e exclusivamente no Mestrado.

Enfim, obrigada a todos que acreditaram que este trabalho poderia ser realizado. Vocês tinham razão. Agora vou começar a acreditar que ele não acaba por aqui.

“Só podemos considerar que o exercício é profissional quando ele se baseia no **conhecimento**, onde a **reflexão** possibilita articular e **qualificar a prática** que por vezes te desafia a buscar mais conhecimentos, a construir e elaborar novas proposições desconstruindo e reconstruindo conceitos. O **projeto ético-político** profissional define **minha prática**, mais do que influenciar é a **base** que dá sustentação ao **fazer** e fazer-se da profissão. E se faz presente na minha **postura**, como me **comporto** com respeito a mim mesma e à equipe, meus colegas de trabalho, a gestão seja ela participativa ou desfavorável a participação. Mas ela especialmente se manifesta no meu **relacionamento** com a **população**, na maneira como me posiciono no mundo através das situações que **enfrento** no dia a dia. Se você me permite vou falar uma citação que gosto muito de Menestrel, [...] não importa quão boa ou ruim seja uma **situação**, ela sempre tem dois ‘lados’. E o **projeto ético-político-profissional** define de que **lado** estou e a que **princípios defendo**”.

CAMILLE DOS SANTOS, 2010.

SILVA, Elaine Cristina da. A Polêmica e Dialética Relação Entre Teoria e Prática. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social**. Florianópolis: UFSC/CSE/PPGSS, 2012. Orientador: Hélder Boska de Moraes Sarmento.

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, e fundamentado no método crítico-dialético. Neste sentido, o problema/objeto de análise, bem como toda a pesquisa foram construídos na perspectiva teórica marxista, visando interpretar e compreender a realidade de forma dialética, histórica e com base na totalidade social. Portanto, teve como objeto de estudo a identificação da articulação realizada entre conhecimentos teóricos e prática profissional do Serviço Social nas dissertações de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, no âmbito do Serviço Social Brasileiro, reconhecendo a forma com que foram abordadas e problematizadas, a fim de evidenciar quais tem sido as concepções defendidas e exploradas pelos mestrandos em suas produções nos dez anos de história do programa. Para tanto, procurou destacar e reafirmar, através de uma abordagem teórica, na formação profissional e na produção do conhecimento do Serviço Social, a indissociabilidade na articulação entre teoria e prática, debatendo com propriedade a dimensão interventiva da profissão. Como resultados foram identificados as concepções que surgem ao tratar da prática profissional articulada conscientemente a um conhecimento teórico, foram elencadas as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas, técnico-operativas e ideológicas contidas na prática do Serviço Social, bem como ressaltado a importância do conhecimento e do projeto ético-político para a efetivação de uma ação qualificada. Acredita-se que a pesquisa é de relevância significativa para os caminhos que vêm seguindo o PPGSS da UFSC em seus dez anos de existência, e possibilita a discussão sobre a forma em que este tema é abordado, seus limites, entraves, avanços e os novos caminhos a serem traçados, percorridos e aperfeiçoados. Também pode contribuir com as demais Unidades de Ensino em Serviço Social, tanto em nível de graduação, como e principalmente no nível de pós-graduação, pois realiza uma reflexão acerca do que vêm sendo produzido de conhecimento no Serviço Social com relação à temática, problematizando a importância ou relevância que vêm sendo dado a temas particulares da profissão e incitando a necessidade de “tratar” desta questão de forma específica e qualificada, dado a sua relevância e complexidade enquanto profissão e área de conhecimento.

Palavras-Chave: Conhecimentos Teóricos, Prática Profissional e Serviço Social.

SILVA, Elaine. La polemica e la dialettica rapporto tra teoria e pratica. **Tesi di laurea in Servizio Sociale**. Florianópolis: UFSC / CSE / PPGSS, 2012. Advisor: Boska Helder de Moraes Sarmento.

RIASSUNTO

Questo documento è stato sviluppato come una letteratura di natura qualitativa, e fondati nella critico-dialettico metodo. In questo senso, il problema / oggetto di analisi, così come tutte le ricerche sono state costruite sulla prospettiva teorica marxista, al fine di interpretare e comprendere la realtà in modo dialettico, basato sulla totalità storica e sociale. Pertanto, un oggetto di studio era di identificare il legame tra la conoscenza teorica e pratica professionale delle tesi di Master Social Work nel programma di Laurea in Servizio Sociale presso l'Università Federale di Santa Catarina, in Brasile il servizio sociale, riconoscendo il modo sono stati affrontati e problematizzata, al fine di dimostrare i concetti che sono stati detenuti e gestiti da studenti del Master nelle loro produzioni nei dieci anni di storia del programma. Per farlo, ha cercato di evidenziare e ribadire, attraverso un approccio teorico, la formazione professionale e la produzione di conoscenza dei servizi sociali, il legame inscindibile tra la teoria e la pratica, lottando con la proprietà dimensione della professione intervenire. I risultati individuati i concetti che emergono quando si tratta di pratica professionale consapevolmente articolato una conoscenza teorica, le dimensioni sono state elencate teorico e metodologico, etico e politico, tecnico, operativo e ideologiche contenute nella pratica del lavoro sociale, e ha sottolineato l'importanza di progetto di conoscenza ed etico-politico per la realizzazione di un'azione qualificato. Si ritiene che la ricerca è di notevole rilevanza per i percorsi che hanno seguito le UFSC PPGSS nei suoi dieci anni di esistenza, e permette la discussione sul modo in cui viene affrontato questo problema, i suoi confini, barriere e nuovi progressi percorsi da calchi, coperte e migliorato. Può anche aiutare con le altre Unità di insegnamento nel lavoro sociale, sia a livello universitario, in quanto principalmente il livello di laurea, svolge una riflessione su ciò che vedono in corso di produzione della conoscenza nel lavoro sociale, rispetto al soggetto, mettendo in discussione l'importanza o rilevanza che sono state date ai problemi della professione e sollecitando la necessità di "curare" questa problematica in modo specifico e qualificato, data la sua importanza e complessità come professione e campo.

Parole Chiave: Conoscenza Teorica, Pratica Professionale e Servizio Sociale.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBASS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CELATS – Centro de Estudos Latino-Americano
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
- DSS – Departamento de Serviço Social
- ENESSO – Executiva nacional de Estudantes em Serviço Social
- ENPES – Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social
- GEPSS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social
- IAPs – Instituto de Aposentadorias e Pensões
- LBA – Legião Brasileira de Assistentes Sociais
- Método BH – Método Belo Horizonte
- MOSCOPSS – Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais e Serviço Social
- NECAD – Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família
- NESPP – Núcleos de Estudos e Pesquisa Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas e Serviço Social
- NUSSERGE – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

NEPPI – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições

NETeG – Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Gênero

OLA – Observatório Latino Americano

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviços Social

PUC – Pontifícias Universidades Católicas

SESI – Serviço Social da Indústria

SENAI – Serviço Nacional de Apoio à Indústria

SESC – Serviço Social do Comércio

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 01 – Pré-Seleção do Universo de Pesquisa..... | 182 |
| Gráfico 02 – Seleção do Universo de Pesquisa – Dissertações Primárias..... | 183 |
| Gráfico 03 – Áreas de Estudo das Dissertações Analisadas..... | 191 |
| Gráfico 04 – Concepções Referentes ao Fazer Profissional..... | 208 |
| Gráfico 05 – Concepções e Expressões Trabalhadas Sobre a Prática Profissional..... | 209 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 01 - Distribuição dos Programas de Pós-Graduação na Área do Serviço Social por Universidades e Regiões do País..... | 159 |
| Quadro 02 - Número de Projetos, Teses e Dissertações por Período..... | 165 |
| Quadro 03 - Síntese das Produções Bibliográficas de Maior Destaque dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social de 2001 a 2003..... | 166 |
| Quadro 04 - Identificação das Dissertações..... | 187 |
| Quadro 05 - Dissertações Analisadas Por Data de Publicação..... | 190 |
| Quadro 06 – Esquema de Concepções e Expressões..... | 207 |
| Quadro 07 - Concepções e Expressões Referentes ao Fazer Profissional..... | 208 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1. INTRODUÇÃO: | 25 |
| 1.1. Apresentação e Justificativa | 25 |
| 1.2. Problematização | 27 |
| 1.3. Objeto de Estudo | 42 |
| 1.4. Objetivos | 42 |
| <i>1.4.1. Objetivo Geral</i> | <i>42</i> |
| <i>1.4.2. Objetivos Específicos</i> | <i>42</i> |
| 1.5. Estrutura da Dissertação | 43 |
| 2. ABORDAGEM SOBRE OS FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA | 45 |
| 2.1. A Escolha do Método Crítico-Dialético Como Referência | 45 |
| 2.2. A Indissociável Relação Entre Teoria e Prática a Partir do Método Crítico-Dialético | 49 |
| 2.3. A Dissociabilidade Entre Teoria e Prática: Uma Dicotomia Ultrapassada | 57 |
| 3.3.1. <i>A Prática Profissional do Serviço Social e suas Possibilidades</i> 69 | |
| 3.3.2. <i>O Projeto Ético-Político do Serviço Social e Suas Potencialidades</i> | <i>77</i> |
| 3.3.3. <i>Nem 08, Nem 80: A Teoria e a Prática Profissional de Mãos Dadas e Ambas em Evidência</i> | <i>81</i> |
| 3. ABORDAGEM SOBRE A DISCUSSÃO DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 85 |
| 3.1. A Discussão da Relação Teoria e Prática no Âmbito da Graduação | 85 |
| 3.1.1. <i>O Debate na Revisão Curricular de 1982</i> | <i>91</i> |
| 3.1.2. <i>O Debate na Revisão Curricular de 1996</i> | <i>101</i> |
| 3.1.3. <i>Características do Debate nos anos 2000</i> | <i>117</i> |
| 3.1.4. <i>Os anos 2010: Um Enfrentamento Qualificado da Questão?</i> 138 | |

3.2. A Discussão da Relação Teoria e Prática no Âmbito da Pós-Graduação..... 151

- 3.2.1. *A Emergência da Pós-Graduação no Brasil..... 151*
- 3.2.2. *A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e seus Rebatimentos 154*
- 3.2.3. *A Pós-Graduação Como Solo Fértil para a Construção do Conhecimento..... 163*
- 3.2.4. *O Enfoque da Teoria e da Prática Profissional nas Produções dos Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social e os Resultados Alcançados 167*

4. ABORDAGEM DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO PPGSS 175

4.1. Palco da Pesquisa: o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC 175

4.2. Metodologia de Pesquisa 179

- 4.2.1. *Tipo de Estudo..... 179*
- 4.2.2. *Universo da Pesquisa 180*
- 4.2.3. *Instrumento..... 184*
- 4.2.4. *Análise e Interpretação dos Dados..... 185*

4.3. Resultados da Pesquisa..... 186

- 4.3.1. *Identificação e Caracterização das Dissertações..... 186*
- 4.3.2. *Desvelando as Abordagens e Concepções entre Conhecimento Teórico e Prática Profissional do Serviço Social Presentes na Produção do Conhecimento do PPGSS da UFSC 194*
- 4.3.3. *Rompendo com Dicotomias..... 199*
- 4.3.4. *Reconhecendo Nomenclaturas, Expressões e Concepções 206*
 - 4.3.4.1. *Concepção: Processos de Trabalho.....210*
 - 4.3.4.2. *Concepção: Ação Profissional215*
 - 4.3.4.2.1. *Eixos e Processos Interventivos da Ação Profissional.222*

| | |
|---|------------|
| 4.3.4.3. Expressão: Ações Sócio-Educativas | 230 |
| 4.3.4.4. Expressão: Acolhimento | 242 |
| 4.3.4.5. Expressão: Intervenção Profissional | 245 |
| 4.3.5. <i>As Dimensões da Prática Profissional</i> | 252 |
| 4.3.6. <i>A Importância do Conhecimento Para a Prática Profissional</i> | 259 |
| 4.3.6.1. O Projeto Ético-Político Como Fundamentação e Sustentação da Prática Profissional | 267 |
| 5. TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES | 279 |
| 6. REFERÊNCIAS: | 287 |
| 6.1. Referência de Coleta de Dados | 301 |
| 7. APÊNDICES: | 303 |
| APÊNDICE A | 303 |
| APÊNDICE B | 309 |

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Apresentação e Justificativa

Esta dissertação, “*A Polêmica e Dialética Relação Entre Teoria e Prática*”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC, cuja área de concentração é “Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social” está inserida na linha de pesquisa “Serviço Social, Ética e Formação Profissional”, compondo um conjunto de pesquisas do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social – GEPSS”, que desenvolve investigações acerca de questões que tratam especificamente do Serviço Social como objeto central de seus estudos e pesquisas.

É decorrente de inquietações a respeito da ênfase que é dada na produção do conhecimento do Serviço Social, acerca da relação, unidade ou discussão sobre teoria e prática. Estas inquietações são inspiradas em debates, indagações e dúvidas geradas a respeito deste binômio no curso de graduação em Serviço Social da UFSC, onde estava inserida como acadêmica, no período de 2005 a 2008, e no processo de formação profissional continuado – Mestrado em Serviço Social –, ao questionar sobre as concepções que surgem no tratamento da articulação entre conhecimento teórico e prática profissional a partir do que vem sendo construído de conhecimentos na profissão.

Neste sentido, a realização desta pesquisa resultante daquela inserção como estudante de graduação e pós-graduação permitiu a aproximação com a temática, advinda das experiências de monitoria na disciplina “teórica e prática” de “*Processos de Trabalho em Serviço Social: Instituições e Organizações*”; da participação nas pesquisas “*Avaliação da Proposta de Ensino do Trabalho Profissional no Currículo do Curso de Serviço Social – UFSC*” – desenvolvida por bolsistas da graduação e, da pesquisa “*Formação e Exercício Profissional: desvendando categorias, conceitos e seus fundamentos*” e, da inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social – GEPSS, onde questões como formação e exercício profissional e relação teoria e prática são discutidos, estudados e pesquisados.

Nestes espaços podia-se observar, a partir do entendimento dos estudantes, discentes e pesquisadores, uma lacuna de proporções consideráveis com relação à temática tanto no processo de formação profissional – considerado em sua totalidade (disciplinas, oficinas, núcleos, eventos, etc.) –, quanto na produção do conhecimento do Serviço Social (expresso em livros, revistas, periódicos, artigos). Desta

suposição, decorrem as razões que moveram e despertaram este estudo, tendo como universo o Mestrado em Serviço Social da UFSC: o tratamento dos conhecimentos teóricos estão vindo acompanhados ou articulados com a discussão da prática profissional? Quais concepções e abordagens surgem ao tratar desta relação? Como o programa vem trabalhando esta discussão? Existe uma preocupação efetiva com esta unidade no Mestrado em Serviço Social da UFSC? Se existe, ela tem se objetivado na produção acadêmica do programa?

Como muito bem explica Octávio Ianni (2000, p.31) “no curso da viagem há sempre alguma transfiguração, de tal modo que aquele que parte não é nunca o mesmo que regressa”. E foi justamente neste processo de pensar e refletir sobre estes questionamentos mais gerais que se reconheceu a necessidade de indagar o que tem sido produzido a respeito destes assuntos no âmbito do Serviço Social, e mais especificamente, qual a produção acadêmica a respeito desta relação no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC em seus dez anos de história¹. Estes questionamentos implicam interrogar: Quais são as concepções em que é discutida a relação conhecimento teórico e prática profissional nas dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina? Esta articulação é realizada no Programa? De que forma é apresentada?

Diante desses questionamentos, caberia, de forma mais objetiva, investigar e identificar sobre a articulação entre conhecimento teórico e prática profissional nas dissertações de mestrado do PPGSS da UFSC, reconhecendo a forma com que foram abordadas e problematizadas, a fim de evidenciar quais tem sido as concepções defendidas pelos mestrados em suas produções nos dez anos de história do programa.

Ao se definir o tema de pesquisa “A Relação Conhecimento Teórico e Prática Profissional na Produção do Conhecimento do Mestrado em Serviço Social”, procura-se destacar que o propósito desta investigação considera como indissociável a articulação entre teoria e prática, e aponta uma preocupação em sinalizar esta dentro da produção do conhecimento do Serviço Social, numa articulação com o contexto universitário e a prática profissional dos assistentes sociais, justificando que o processo de formação é indissociável da análise do papel e significado do Serviço Social na sociedade e que sua prática profissional

¹ O Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina foi fundado em 2001.

está imbricada com estes pressupostos teóricos e metodológicos do Serviço Social.

De tal maneira, este estudo procura elucidar os caminhos da produção do conhecimento no Mestrado em Serviço Social da UFSC, considerando, neste universo, as concepções dadas à relação conhecimento teórico e prática profissional e justifica-se pela necessidade de visualizar a produção acadêmica construída acerca dessa problemática.

Neste sentido, acredita-se que este estudo possibilita o reconhecimento e visualização de um panorama sobre o relacionamento teórico/prático na profissão, revelando sua real centralidade no PPGSS da UFSC, indicando os recortes mais privilegiados e os de menor amplitude, bem como as concepções presentes no debate. Por fim, possibilita ainda a apresentação do “estado da arte” sobre este assunto neste programa de pós-graduação, que após dez anos de existência já possui um acervo de oitenta e oito dissertações².

A relevância da temática escolhida é reforçada ainda pela sua atualidade, por se tratar de uma demanda presente nas discussões da categoria, bem como por seu ineditismo, haja vista sua originalidade no âmbito do mestrado em Serviço Social da UFSC, e por estar associado a um interesse particular em ressaltar questões específicas da profissão. Assim, possibilita uma compreensão mais profunda e de totalidade das relações e conexões entre saberes teóricos e práticos no seio do Serviço Social.

1.2. Problematização

Ao se debruçar sobre o que é o Serviço Social, bem como, discutir a fundo seus limites e possibilidades, muitas respostas, em muitos níveis de discussão, surgiriam na busca incessante por uma alternativa que contemple de fato a natureza³ da profissão, seus interesses, lutas, e que abarcasse sua trajetória teórica, política e social. Entretanto, esta não é uma tarefa de fácil realização.

² Este número refere-se ao levantamento feito no PPGSS da UFSC para a presente pesquisa e consiste na produção acadêmica de 2001 a 2010.

³ Para um maior aprofundamento acerca da “natureza” do Serviço Social indicam-se as obras de Iamamoto (1983, 2002 e 2010), Netto (1992), Pereira (2008), Ramos e Gomes (2000), Lessa (2000) e Montaña (2009), que vem desenvolvendo discussões e concepções diferenciadas sobre a temática.

Captar a natureza de uma profissão e suas discussões requer a indagação de como esta se manifesta em determinada conjuntura, e como ao mesmo tempo se metamorfoseia, se esconde atrás dos fenômenos. Como explica muito bem Kosik⁴ (1976) para atingir e revelar a essência é preciso compreender os fenômenos e suas múltiplas formas de manifestação. Portanto, é através dos fenômenos, das formas que se apresenta e se revela a profissão, é que se pode alcançar uma resposta, pois através da observação, do questionamento, da investigação pode-se alcançar a essência do que se procura. Mas, para tanto, é necessário reconhecer o que é secundário e o que é essencial, de maneira que se distinga o que é real e o que é aparente, reconhecendo que a verdadeira resposta não é nem inatingível, nem alcançável, pronta, determinada, mas que ela se constrói, se problematiza, desenvolve e realiza.

Partindo-se do pressuposto que a profissão não se constitui como fixa ou imutável, mas sofre determinações sócio-históricas⁵, o Serviço Social deve constantemente buscar a sua natureza, o seu sentido, rever seu papel na sociedade, refletir sobre suas limitações e possibilidades, e determinar ou reafirmar seu posicionamento ético e político em sua ação profissional.

Desta maneira, assim como não se pode conceber o mundo de maneira acabada também não se pode definir a profissão enquanto um conjunto de atividades determinadas, mas sim como um movimento de ações em processo de recriação e superação.

Ainda com relação a este aspecto, é importante lembrar Marx (1969, p.17), quando este afirma que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” Desta maneira, a profissão está sujeita a mudanças e alterações constantes em sua dinâmica, e a forma que enfrenta estas transformações influencia diretamente no seu desenvolvimento e na sua ação.

O Serviço Social, enquanto profissão que executa uma prática específica no contexto das relações sociais mais amplas – a prática profissional – situa-se como um dos elementos que participa da

⁴ Há que se destacar que Kosik não discute as profissões, no entanto a sua contribuição é utilizada neste contexto para entender a necessidade de compreensão dos fenômenos e suas formas de manifestação.

⁵ Yamamoto (2009); Netto (1992);

produção e reprodução das relações contraditórias de classe no interior da sociedade capitalista. Neste sentido, a prática profissional está inserida na prática social dos homens, ou seja, na práxis humana. Está inserida nesse mundo criado e recriado pelos homens, através de suas construções, transformações, significados e produtos.

Assim, o campo de ação profissional é marcado pelo movimento histórico, pois está inserido na arena geral de relações humanas, de práticas sociais, que se metamorfoseiam e precisam ser desveladas pela teoria constantemente, para que se possa imprimir uma direção mais consciente à intervenção a ser operada. Tendo isto esclarecido, é possível entender a totalidade de dimensões contidas na prática profissional do Serviço Social, e de sua necessidade de transitar entre o geral e o particular, entre a totalidade e a singularidade⁶.

A partir deste entendimento, é possível absorver que o processo de investigação do concreto real para o concreto pensado deve ser uma constante, uma busca infundável, tendo em vista a realização do maior número possível de aproximações com o objeto em foco. Assim, o conhecimento auxilia nos modos de ler e interpretar a sociedade, suas particularidades e nas possibilidades de ação profissional, permitindo que a profissão se desenvolva, se recicle, se reavalie e avance em seus propósitos.

Portanto, a profissão no Brasil, desde 1936⁷, vêm passando por significativas alterações, e travando discussões fundamentais para o seu desenvolvimento histórico, resultando num amadurecimento teórico que

⁶ “Dessa forma, entendemos que o Serviço Social como profissão na sociedade brasileira, seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão social e técnica do trabalho, bem como a estruturação de seu mercado de trabalho particular, é resultante de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que o condicionam, lhe atribuem características particulares, moldam sua necessidade social e definem seus usuários. Seu significado social, suas demandas, tarefas e atribuições devem ser identificados dentro da trama de relações que constituem a vida social e particularmente no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem diante das necessidades sociais dos homens em suas múltiplas dimensões (materiais, espirituais, culturais, subjetivas, etc). Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática do assistente social. Portanto, buscamos ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto das relações sociais mais amplas que o condicionam e lhe atribuem características particulares.” (YAZBEK, 2006, p.198)

⁷ A primeira escola de Serviço Social no Brasil é fundada em 1936, com a abertura do Centro de Estudos e Ação Social, em São Paulo. (SÁ, 1995)

possibilita avançar para uma prática profissional consciente, crítica e que discuta os entraves, limites profissionais, bem como os avanços e caminhos a serem percorridos.

A formação e a intervenção profissional dos assistentes sociais têm requerido historicamente a estes sujeitos uma compreensão extremamente complexa e de totalidade dos dilemas presentes na contemporaneidade, exigindo destes profissionais competências teóricas, práticas e políticas para enfrentar a realidade, além de ações balizadas por fundamentos teórico-metodológicos que sejam “intelectualmente responsáveis e fecundas, analíticas e críticas, capazes de lhe proporcionar compreensão suficiente para uma ação efetiva e qualificada na realidade social”. (FORTI; GUERRA, 2010, p.03) É fundamental e imperativo ao assistente social uma visão de totalidade, bem como, uma compreensão crítica sobre o real, que lhe viabilizem uma atuação profissional de qualidade.

Daí por que é necessária uma visão dos processos sociais como totalidades que se compõem de vários aspectos e âmbitos e que apresentam diferentes níveis de complexidade. Todavia, a leitura do real com essa amplitude supõe teorias macroscópicas sobre a sociedade, que possibilitem a apreensão tanto dos elementos estruturais quanto dos conjunturais, das peculiaridades dos seus nexos com a totalidade, das relações entre os vários elementos que compõem a realidade em que estamos inseridos e na qual pretendemos atuar profissionalmente. Mais ainda, faz-se necessária uma teoria que nos permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se traduzem nas peculiaridades do Serviço Social e se expressam nas requisições e competências socioprofissionais e na cultura profissional. (FORTI; GUERRA, 2010, p.03)

De acordo com Forti e Guerra (2010, p.04) esse amadurecimento teórico possibilita ao profissional não intervir de forma tradicional, imediatista e tecnicista em seu cotidiano de trabalho, mas entender que “respostas profissionais pressupõem compreensão dos significados sociais” de maneira a construir “estratégias sociopolíticas e profissionais” em suas intervenções. Possibilita compreender que apenas uma sólida formação teórica e metodológica, de articulação entre teoria

e prática capacitará e qualificará os profissionais para atuarem e intervirem nas relações sociais. Possibilita ainda apreender que além do reconhecimento da relevância teórica, há também o entendimento das possibilidades contidas na prática, de alteração e transformação da realidade, e como campo de agir que requer reflexão e revelação sobre o real.

A prática, fundamentada na teoria crítica, “é uma ação capaz de proporcionar conhecimentos, transformando e qualificando nossas idéias sobre as coisas e de nos fornecer meios, caso tenhamos intenção de modificá-las”. (FORTI; GUERRA, 2005, p.04) É uma ação carregada de intencionalidade ética e política, que supera o senso comum, que problematiza e questiona os fenômenos, analisando-os crítica e conceitualmente. Entendendo as possibilidades contidas na prática social e material é possível reconhecer as reais dimensões da prática profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, de maneira a ultrapassar as simples intencionalidades profissionais a um patamar de ações competentes e fundamentadas por um projeto ético-político, de cunho crítico e com valores emancipatórios.

Entretanto, estes avanços e discussões não foram um processo tão simples e específico. Antes de tudo, exigiu esforços, contradições, retrocessos, influências externas e conflitos de grande magnitude no interior da profissão. Nem sempre o caráter crítico esteve presente em suas problematizações, o que tem refletido na profissão falsos dilemas e dicotomias, como o não reconhecimento da íntima e necessária relação entre teoria e prática.

Marcado historicamente pelo empirismo e pragmatismo e por uma ação profissional direcionada especificamente a execução de tarefas, bem como pelo uso constante de conhecimentos produzidos por outras áreas, o Serviço Social careceu por muitos anos de “uma sólida base científica em termos de investigação” (CARVALHO,1984, p.131) e de um debate teórico-crítico consistente que abarcasse em seu interior uma análise da sua inserção na realidade e da sua ação profissional, o que refletiu diretamente em sua produção do conhecimento e em sua prática profissional, comumente confundida com prática social, prática revolucionária, prática política ou reduzida a instrumentos e técnicas.

A fragilidade deste debate levou a uma debilidade teórica-crítica na profissão que esteve associada à ausência de uma tradição de pesquisa no interior do Serviço Social. De acordo com Carvalho (1984, p.131-132) no interior “da separação positivista entre ciência e técnica, o Serviço Social, como técnica social, não teve por preocupação básica a

produção de conhecimentos sobre as questões sociais objeto de sua intervenção”, e por muito tempo se restringiu a conhecimentos produzidos por outras áreas e disciplinas. Esta herança pragmatista causou muitas cicatrizes na profissão, que durante décadas sofreu com a ausência de um espírito científico crítico e com o não reconhecimento da importância da pesquisa como elemento fundamental para pensar, compreender e analisar a realidade e sua relação com seu campo profissional.

Assim, discutir teoricamente questões específicas da profissão e da prática profissional nem sempre foi a prioridade do Serviço Social, e apesar da necessidade do profissional realizar um intercâmbio com a realidade, construindo um perfil de pesquisador, nem sempre esta relação está associada a questões voltadas para a sua intervenção.

Portanto, historicamente a profissão tem encontrado dificuldades de assumir uma postura investigativa, de pesquisa, e que, acima de tudo, realizasse uma articulação sobre seus conhecimentos teóricos com suas práticas profissionais. Estas questões se expressam diretamente na formação profissional dos assistentes sociais, que por muitos anos esteve sujeita a ausência de uma “base científica mais sólida e consistente”, comprometendo o ensino, dificultando a execução de trabalhos de pesquisa e extensão pautados na realidade social e gerando “incongruências na relação teoria/prática”. (CARVALHO, 1984, p. 132)

Aliado a estas dificuldades, está o processo de formação profissional influenciado pela precariedade do ensino público, como por exemplo, a privatização das universidades, a qualidade do ensino, falta de apoio à produção científica, deficiências nas condições de trabalho dos docentes, tempo de dedicação insuficientes, ausência de estímulo à capacitações e dificuldades no desenvolvimento de pesquisas, que tem delimitado a formação a um “ensino formal que não consegue explicar e acompanhar a dinâmica da realidade social”. (CARVALHO, 1984, p. 133)

No entanto, a qualificação técnico-científica de profissionais do Serviço Social requer uma articulação com a realidade de trabalho dos assistentes sociais, com suas práticas profissionais. O assistente social deverá ser capaz de analisar as condições objetivas de seu exercício, ter uma formação teórica e prática, a fim de reconhecer e analisar as demandas apresentadas e ter uma capacitação profissional que possibilite a produção do conhecimento sobre a realidade social que está inserido, sua prática de trabalho e seu arcabouço teórico e metodológico.

Até porque, o desenvolvimento de uma prática profissional que não esteja fundamentada teoricamente pode resultar em um trabalho

coisificado, mecanizado, que não tem na sua ação uma direção, um fio condutor que leve a uma intervenção de qualidade e que desconsidera toda a dimensão histórica e coletiva da totalidade social.

Entretanto, há que se destacar que muitos avanços já ocorreram nestes campos, e que tanto o reconhecimento do perfil de investigador e pesquisador, como a própria produção do conhecimento dentro do Serviço Social avançaram nas últimas décadas.

Exemplo disto pode ser averiguado no âmbito da graduação, a partir dos três⁸ grandes marcos de revisão curricular que ocorreram dentro da profissão, que reconheceram debilidades dentro do Serviço Social e buscaram a construção de avanços e de reafirmação da pesquisa e produção do conhecimento. Nestes momentos, houve uma expressiva discussão sobre a construção de referenciais teóricos para a profissão e sua articulação direta com a realidade social.

No entanto, apesar dos avanços obtidos, como a revelação de que a discussão sobre teoria e prática era necessária e fundamental, e que deveria estar expressa em sua construção de conhecimento e formação profissional, ainda algumas dúvidas fazem-se presentes no Serviço Social. De fato, os conhecimentos teóricos vêm acompanhados ou articulados da discussão da prática profissional? Como esta articulação se expressa no que é produzido de conhecimentos na profissão? Quais as concepções e abordagens surgem ao tratar desta relação?

Nas próprias discussões de diretrizes⁹ para o currículo mínimo e geral do Serviço Social, a articulação entre teoria e prática sempre esteve presente e sempre se configurou como uma preocupação

⁸ O primeiro grande marco ocorreu em 1982, onde se questionou principalmente a teoria e o método utilizado no Serviço Social, rompendo com a predominância do Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. O segundo grande marco ocorreu em 1996, dando abertura às discussões de fundamentos do Serviço Social, com a união da história, teoria e método. Nestes dois marcos houve discussões curriculares e mudança no currículo do Serviço Social. O terceiro grande marco considerado nesta obra refere-se ao debate gerado nos anos 2000, com uma predominância significativa das discussões sobre trabalho, questão social, formação profissional e universidade brasileira. Entretanto, neste marco, não houve objetivamente o ajuste de novas diretrizes curriculares, apesar desta possibilidade estar sendo discutida e reconhecida como necessária no interior da profissão.

⁹ Entende-se que o processo de discussão curricular levanta aspectos significativos da profissão, pois pensa e problematiza questões de fundo para a formação e exercício profissional dos assistentes sociais, de forma a reconhecer seus limites, entraves históricos, avanços e possibilidades.

profissional, entretanto, apesar das indicações e do reconhecimento de sua importância, até que ponto ela foi priorizada e discutida de forma particular? Qual a abordagem e ênfase dada a esta relação? Como tem sido interpretada?

No início da profissão¹⁰ a ênfase na técnica e nos instrumentos constituintes da prática profissional era direcionada para uma perspectiva filosófica-cristã moralizante, o que mais tarde consolidou-se num viés tecnicista direcionado pela concepção positivista. O enfoque era muito mais na prática do que na teoria. A partir da década de 1970, e com todo o processo de reconceituação, o enfoque passa a ser muito mais teoricista, e a questão da prática passa a ser interpretada como um retrocesso. Só a partir da década de 1980 faz-se “referência à importância de se trabalhar sob a perspectiva de unidade entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa para uma intervenção com competência”, o que pode ser considerado um avanço, tendo em vista a “herança moralista cristã e tecnicista” que carrega o Serviço Social. (SANTOS, 2010, p.3 - 4)

Mais precisamente em 1982¹¹, ano que marca o primeiro marco de revisão curricular do Serviço Social numa perspectiva marxista e que representa um novo arranjo de profissão através da introdução de uma nova direção política e pedagógica, inicia-se uma preocupação acerca da relação teoria e prática, onde é reconhecida sua relevância e destacado elementos da sua relação pedagógica e prática. Neste momento¹², se

¹⁰ Para compreender mais precisamente os processos de elaboração curricular ler a obra de Janete L. Martins de Sá (1995). A autora distinguiu três períodos diferenciados no processo de elaboração curricular: o período “idealista-ativista” (1936 a 1954), o período “mecanicista” (1955 a 1975) e o período “objetivo-ativista” (1976 em diante).

¹¹ Há que se destacar que desde 1975, na Convenção da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, questionava-se a necessidade de revisão do currículo mínimo do Serviço Social, o que desencadeou em vários estudos sobre “o significado social da profissão e sua inserção na conjuntura brasileira”. Entretanto, “a investigação mais significativa corresponde a realizada pela ABESS, em âmbito nacional, no ano de 1983, sobre ‘A formação profissional do assistente social no Brasil: determinantes históricos e perspectivas’”, que tinha como enfoque a revisão e implantação de um novo currículo. (SÁ, 1995, p.26)

¹² Segundo Faleiros (2000, p.163) “a mudança de 1979/1982 resultou da crise da ditadura implantada com o golpe militar de 1964 e que só terminaria efetivamente com a Constituição de 1988, embora a anistia de 1979 (para torturadores e militantes da oposição perseguidos) e do movimento de

reconhece a importância do processo teórico para o desenvolvimento de uma prática profissional consciente. Entretanto, o tema não é explorado de forma específica, mas somente sinalizado como importante.

O projeto curricular desta década buscava romper com o conservadorismo presente na profissão, através de uma grade curricular que promovesse uma visão mais apurada da realidade, almejando uma formação profissional mais crítica e com um projeto de transformação social. Nesta conjuntura também se debateu o papel da universidade na construção do conhecimento.

Faleiros (2000, p.164) explica que esta reforma curricular “veio desbancar a divisão de serviço social de casos, de grupos e de comunidade, e colocar o projeto de teoria, metodologia e história do serviço social, com ênfase nos movimentos sociais, e na luta de classes.” No entanto, apresenta uma posição crítica com relação a esta questão afirmando que esta reforma não tratava com propriedade a questão da prática, apesar da perspectiva que indicava a necessidade dessa aproximação.

Resume Faleiros (2000, p.164) que esta reforma curricular é “uma proposta confusa, teoricista, estruturalista, sem abertura para repensar a multiplicidade da prática”. Contudo, pode ser considerada como um avanço em termos de ruptura com a herança positivista da profissão.

Na década de 1990, quando significativas mudanças ocorrem na profissão, há um novo marco de revisão curricular, e a constituição de diretrizes para o currículo mínimo do Serviço Social são elaboradas. Nesta conjuntura, a relação teoria e prática continua sendo sinalizada pela vanguarda como elemento fundamental de discussão e análise, mas a ênfase dada nas discussões também não alcança um patamar expressivo e encontra dificuldades de interpretação.

Aqui buscava-se a “superação de traços teoricistas”, além das tentativas de “ultrapassar o distanciamento entre o labor teórico-intelectual e o exercício profissional cotidiano”. Contudo, a discussão da questão social rouba a cena, e o estudos dos processos que envolvem a prática se dá de forma esvaziada. Ou seja, “a prática foi considerada como “processo de trabalho” e não em sua riqueza e diversidade de múltiplas determinações”. (FALEIROS, 2000, p.164)

reconceituação. Na crise econômica e política dos anos 70 o movimento de reconceituação do serviço-social latino-americano se articulou às lutas pela democratização, pelos direitos sociais, pela marca da visão marxista na formação”.

A partir de 1996 passa-se a discutir “Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social” e não mais “Currículo Mínimo” e a abordagem dada à relação teoria/prática ganha outros contornos, através de artigos e autores que passam a se preocupar com a temática. Aqui Marilda Villela Yamamoto torna-se referência fundamental.

Nesta conjuntura busca-se um currículo que ultrapasse o teorismo e o praticismo, através da efetiva articulação entre teoria e prática, pois se reconhece que é através da articulação entre estes elementos que se pode avançar na profissão, através da concretização de uma prática profissional crítica. Reconhece-se inclusive a necessidade de enfrentar as especificidades da intervenção profissional, através de “um processo vivo e dinâmico de aprendizagem, desenvolvimento de pesquisa e efetividade das ações nas questões e situações concretas da profissão”. (FALEIROS, 2000, p.165)

No entanto, conforme a perspectiva crítica de Faleiros (2000, p.169) “os tópicos de estudo (ementas) das diretrizes curriculares não abordam, de forma consistente, a questão da intervenção profissional, entendendo as estratégias profissionais e o instrumental operativo” em frases fragmentadas e reducionistas, amortizando a quase nada toda a construção teórico-metodológica da profissão.

Portanto, apesar dos variados aspectos relevantes apontados nestes contextos, presentes nas discussões curriculares, a abordagem dada à relação teoria e prática não alcança um patamar muito amplo, e o ensino da prática profissional é perpassado de acordo com interpretações diferenciadas sobre o tema. A própria dimensão técnico-operativa não alcança o destaque necessário para o avanço do debate, sendo inclusive omitida e ignorada em muitas situações. A discussão da dimensão técnico-operativa é trabalhada de maneira tímida, sem muita expressividade, “até envergonhada, constituindo-se numa lacuna na bibliografia profissional, que vem repercutindo negativamente na formação dos assistentes sociais brasileiros”. (GUERRA, apud Prefácio SANTOS, 2010, p.xi) O conteúdo programático das disciplinas acaba negligenciando discussões mais amplas para a construção do projeto profissional, como a dimensão técnico-operativa, que reflete diretamente na relação necessária e indispensável entre teoria e prática.

(...) não vimos avançar nem na bibliografia nem nos fóruns de debates *da e sobre* a profissão uma discussão sobre a dimensão técnico-operativa, a qual aparece sempre como um apêndice das demais dimensões – o que, a meu ver, se constitui

uma lacuna. Ou seja, apesar da grande preocupação em se evidenciar que as dimensões formam uma unidade na diversidade, o que faz com que para se pensar a dimensão técnico-operativa seja necessário pensá-la em conjunto com as demais dimensões, nunca se apresenta uma reflexão sobre a dimensão técnico-operativa propriamente dita. (SANTOS, 2010, p.4)

Essa lacuna no interior da profissão pode acarretar interpretações inadequadas e equivocadas sobre a indissociabilidade entre teoria e prática, gerando questões centrais que norteiam todo o exercício profissional dos assistentes sociais, como: “na prática a teoria é outra?”, “existe relação entre a teoria e a realidade?”, “teoria e prática são a mesma coisa?”, “falar e pesquisar a prática ou exercício profissional é ser praticista ou tecnicista?”, “pesquisar somente a teoria é mais adequado?”, “a teoria social crítica marxista instrumentaliza para a prática?” ou ainda a assertiva de que “só se aprende a fazer fazendo” ou “minha prática sou eu quem faz”.

Nestas perspectivas, segundo Santos (2010, p.5), a noção e interpretação que se tem da teoria e da prática são apreendidas de forma totalmente tortuosas, considerando a teoria como “algo que se transforma na prática de forma imediata”, ou “algo que, por si só, oferece os procedimentos para a intervenção”, como se automaticamente se pudesse retirar instrumentos próprios a ela, e como se a teoria fosse “análoga à formação profissional”, e só fizesse parte dela. No âmbito da prática, esta é considerada “sinônimo de instrumentos e técnicas”, reduzindo o seu potencial a apenas formas de agir e a procedimentos, e ainda é considerada “análoga ao mercado de trabalho”, como se estivesse somente ligada a isso, e “reduzida” a uma prática profissional, perdendo sua dimensão de totalidade.

As autoras Forti e Guerra (2010, p.05) no artigo “Na prática a teoria é outra?” também destacam como fundamentos da fragmentação falaciosa e equivocada entre teoria e prática a concepção de que a teoria encontra a possibilidade de ser implantada na realidade social ou tem a capacidade ou responsabilidade de “dar respostas imediatas” para as demandas que surgem no cotidiano profissional. A idéia de que é possível “a aplicação da teoria na prática, captando as Teorias Sociais como um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referências instrumentais precisas, capazes de serem diretamente aplicáveis na realidade” de forma a produzir imediatamente os resultados, efeitos ou

produtos desejados, transmitindo à teoria a capacidade e responsabilidade de resolver problemas.

Para as autoras Forti e Guerra (2010, p.06) o falso dilema presente na relação teoria/prática tem origem no pragmatismo, onde o significado de uma concepção tem haver diretamente com os resultados ou conseqüências alcançadas através das experiências. Assim “o valor da teoria está condicionado exclusivamente à sua capacidade de responder imediatamente à realidade”. Como substrato desse discurso, os pressupostos teóricos que “não sirvam para justificar o existente e/ou não viabilizem respostas imediatas às exigências práticas da sociedade” perdem seu sentido, são rechaçados, negligenciados, e negados em suas possibilidades e potencialidades.

Esse discurso faz parte da racionalidade hegemônica do capitalismo, presente na alienação entre os que pensam e os que executam, entre pensar e agir, onde a prática é entendida como uma mera atividade reiterativa, reflexo e tradução das experiências e modos de viver dos indivíduos em sua cotidianidade, como tarefa rotineira “irrefletida e desconexa de conhecimentos essenciais, restrita ao âmbito do senso comum”. (FORTI, GUERRA, 2010, p.07)

Concepções estas que esvaziam a formação e o exercício profissional, gerando impactos diretos na profissão e em seu desenvolvimento. A teoria está ligada, em grande medida, ao campo da “possibilidade”, da reflexão, enquanto a prática está associada, na maioria das vezes, ao campo da “efetividade”, da realização. Uma depende da outra de forma intrínseca, pois não basta ficar no possível, deve-se buscar a aplicação dessa possibilidade, tornando-a, com a prática, algo concreto e realizável. Para tanto, é fundamental o aprofundamento dessas mediações, destas questões centrais, de forma a enfrentar estas dicotomias e falsas interpretações.

Até porque, como lembram Forti e Guerra (2010, p.09) “se não há correspondência da teoria na prática – ou, melhor, se “na prática a teoria é outra” – em uma profissão interventiva como o Serviço Social, para que investir no aprendizado teórico?”.

Desta forma, é preciso avançar nesta questão de fundo, enfrentá-la, discuti-la, e não apenas em sua formação profissional, mas, sobretudo no processo contínuo do repensar profissional e de construção de seu conhecimento. Enfrentar a discussão sobre teoria e prática no Serviço Social é um caminho para não cair no tecnicismo, e ainda sim, pensar na prática no seu sentido mais amplo, compreender suas derivações, entender suas dimensões, discutir seus elementos constitutivos, como os instrumentos e técnicas, tratar a profissão em seu

todo e em suas dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa.

Como muito bem ressalta Mario Quintana (2011) no poema “Jardim Interior”, “o que mata um jardim não é mesmo alguma ausência, nem mesmo o abandono... o que mata um jardim é esse olhar vazio de quem por ele passa indiferente”. O que se questiona neste projeto não é a ausência ou abandono com relação a esta temática, até porque muitos autores já denunciaram esta lacuna na profissão, mas sim a forma com que se olha e analisa esta questão.

Mesmo abandonado, este tema ou metaforicamente “jardim” tem raízes aprofundadas pelo tempo e pela história, plantas que cresceram desordenadamente e que precisam ser podadas, realocadas e até arrancadas do solo, e plantas que estão secas, que precisam de adubo, precisam ser regadas pelo saber e pelo conhecimento. Portanto, ignorar e tratar este “jardim” de forma indiferenciada não vai evidenciar o que ele tem de melhor. Suas qualidades e frutos só brotarão se tratados com zelo, rigor teórico e postura ética.

Este tema vem sendo discutido no âmbito do Serviço Social desde a revisão curricular de 1982, e é sempre retomado e repensado com novas roupagens, de acordo com o cenário e apreensão dos sujeitos sobre o mesmo. Esteve presente no debate sobre a metodologia, história, teoria e método e mais recentemente no debate do ensino da prática, embora nem sempre com a clareza e discernimento necessário ou com o olhar de cada perspectiva teórica. Contudo, embora tenha sido um tema presente ao longo do tempo, configura-se como uma velha e sempre atual questão a ser tratada, merecendo um tratamento diferenciado.

Evidencia-se, assim, que as dificuldades voltadas a esta temática são grandes e requerem estudos, debates e análises mais aprofundadas, de maneira a se expressarem no que é produzido de conhecimento dentro da profissão, pois, apesar do significativo avanço teórico e metodológico alcançado pelo Serviço Social, a dimensão investigativa e a inserção na pesquisa ainda configuram-se um desafio profissional, principalmente com relação à discussão conhecimento teórico/prática profissional.

É como Santos (2010, p.29) explica:

A meu ver, há uma tendência no profissional do Serviço Social que é a de não fazer o “caminho de volta”. Ele vem pesquisando sobre os fenômenos da realidade, mas não como esses fenômenos se expressam nas demandas que chegam ao Serviço

Social. Não busca conhecer nem como o fenômeno se manifesta nos sujeitos, nem as possibilidades de intervenção ante as expressões das questões sociais.

Assim, a formação profissional e produção do conhecimento sobre temas que relacionem efetivamente os conhecimentos teóricos com a prática profissional podem ficar comprometidos ou num plano de análise secundário.

Contudo, esta não é uma discussão que possa ficar em segundo plano, justamente porque deve estar presente na formação profissional dos assistentes sociais, para que se reflita em suas práticas e no que os profissionais produzem de conhecimento.

Desta maneira, no processo de formação faz-se fundamental uma abordagem que discuta com clareza conceitual a unidade teoria/prática, reconhecendo esta relação, de forma que não esteja dissociada, mas sim numa profunda relação. “As exigências técnico-científicas da profissão precisam ser compreendidas a partir das diversas formas de expressão cotidiana de sua prática, as quais correspondem a uma realidade objetiva na dinâmica das relações fundamentais da sociedade.” (SOUZA, 1984, p.83)

É certo que no processo de formação devam-se estudar ensinamentos concretos que possibilitarão um arcabouço teórico de conhecimentos para a execução de sua futura prática enquanto profissional. Mas, o processo inverso também deve ser considerado: apropriar-se da realidade, do agir, para pensar estratégias, explicações e respostas às demandas profissionais. O encaminhamento, planejamento, supervisão técnica, assessoria, consultoria, auditoria, coordenação, estudo social, estudos sócio-econômicos, elaboração, execução e avaliação de projetos, bem como o instrumental técnico operativo (entrevista, pesquisa, documentação, observação), são elementos constitutivos da prática profissional que permitem aproximações reais com a realidade, análises sociais, pareceres profissionais, propostas de ação e diagnósticos baseados na teoria, de forma crítica e reflexiva.

Ao se tratar apropriadamente a temática da articulação entre teoria/prática no Serviço Social, pode-se contribuir de maneira efetiva com diversas discussões que carecem de um aprofundamento na produção do conhecimento da profissão, como as “possibilidades contidas na teoria, sua capacidade de revelar as mediações que constituem a prática, descortinar finalidades, analisá-las crítica e conceitualmente, atribuir-lhes significado condizente com seus

princípios fundamentais”, romper com o tecnicismo, compreender o como fazer norteado pela idéia do porque fazer, dar sentido às ações que se busca e às transformações que se almeja, além de qualificar a prática da pesquisa, tornando-a um elo fundamental com a realidade. (GUERRA, apud SANTOS, 2010, p.xiii)

Desta maneira, a construção do conhecimento no Serviço Social requer a elaboração de um saber situado historicamente e que contribua para o processo de mudança, considerando o desafio permanente de discutir os conhecimentos teóricos aliados com a prática profissional.

E assim, é importante destacar que os espaços para a construção do conhecimento não se restringem somente a produções individuais, mas se configuram também no ensino, na pesquisa, nos núcleos de estudo, onde os cursos de graduação e programas de pós-graduação têm tido papel significativo. As universidades, desta forma, tanto no nível de graduação, quanto de pós-graduação, com os programas de mestrado e doutorado, tem contribuído significativamente com o que vêm sendo produzido dentro da profissão, pois se apresentam como um terreno mais fecundo para a prática da pesquisa e o debate teórico. Monografias, dissertações, teses e relatórios são documentos importantes na produção do conhecimento do Serviço Social e indicam ou refletem as preocupações, interesses e objetivos dos cursos de Serviço Social e dos Programas de Pós-Graduação, bem como as discussões desenvolvidas pelos acadêmicos, pesquisadores, docentes e discentes acerca do Serviço Social.

Neste cenário a Pós-Graduação¹³ vem ganhando destaque enquanto espaço que possibilita o amadurecimento qualificado de

¹³ A Pós-Graduação no Brasil é implantada em 1972, pelas Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro e São Paulo, unidades de ensino com forte tradição de pesquisa e contribuição com a produção do conhecimento no Serviço Social. No entanto, desde 1966 a Universidade Federal do Rio de Janeiro oferecia em seu quadro cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional. Segundo Ammann (1984, p.157) a oferta desses cursos, conjuntamente com o Centro de Planejamento Social da PUC-RJ e influenciados pela crescente exigência na qualidade das monografias obrigatórias para a conclusão do bacharelado, avigorados pelo movimento de reconceituação da profissão, “constituem-se em fatores vigorosos de estímulo ao desenvolvimento do espírito da pesquisa e da produção de conhecimentos no âmbito do Serviço Social”. Portanto, as pós-graduações em Serviço Social vêm ao encontro de “necessidades e exigências geradas não só na esfera acadêmica, como também no espaço das instituições e da conjuntura nacional”.

debates, discussões e impasses profissionais, e que tem contribuído significativamente para ampliar a produção do conhecimento no Serviço Social.

Entretanto, ao pensar propriamente em sua construção do conhecimento e em suas produções acadêmicas, questiona-se: há uma articulação entre os conhecimentos teóricos com a prática profissional? Como se expressa e é abordada esta relação? Mais precisamente, quais são as concepções e articulações em que é discutida a relação entre conhecimento teórico e prática profissional nas dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina?

1.3. Objeto de Estudo

Partindo-se destas questões assimiladas por ampla revisão de literatura, esta pesquisa tem por objeto de estudo a identificação da articulação realizada entre conhecimentos teóricos e prática profissional do Serviço Social nas dissertações de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo Geral

Identificar as concepções da relação “conhecimento teórico e prática profissional” na produção do conhecimento do PPGSS da UFSC, expressas nas dissertações de mestrado produzidas de 2001 a 2010.

1.4.2. Objetivos Específicos

1. Realizar levantamento das dissertações produzidas no Mestrado em Serviço Social da UFSC, no período de 2001 a 2010;
2. Identificar as que fazem articulação, problematização ou discussão entre conhecimento teórico e prática profissional;
3. Analisar as dissertações construídas no PPGSS da UFSC, de forma a compreender as tendências e concepções acerca da relação entre conhecimento teórico e prática profissional.

1.5. Estrutura da Dissertação

Para alcançar os objetivos propostos, a presente dissertação discute a articulação entre teoria e prática em três abordagens principais, que se constituem nas seções deste trabalho: uma abordagem sobre os fundamentos da relação teoria e prática, uma abordagem sobre a discussão da relação teoria e prática e a formação profissional, e uma abordagem da produção do conhecimento sobre a relação teoria e prática profissional do Serviço Social no PPGSS.

Na abordagem sobre os fundamentos da relação teoria e prática há a apresentação das concepções defendidas por autores do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento que se tornaram referência para a profissão, que compartilham da abordagem dada por Marx com relação ao entendimento sobre teoria e prática, de forma a reforçar e evidenciar a necessidade desta discussão dentro da profissão.

Para tanto, inicialmente se justifica a escolha do método utilizado na pesquisa e explica-se a concepção de teoria e de prática a partir do materialismo histórico-dialético. Posteriormente, é feita uma explanação com base em diversos autores, de maneira a reafirmar a indissociabilidade entre teoria e prática, elegendo a práxis como categoria de análise a ser aprofundada, discutindo as possibilidades e dificuldades contidas na prática profissional do Serviço Social, e enfatizando a importância da teoria social crítica e do projeto ético-político para uma prática de qualidade, pensada e reconhecida no mesmo grau de importância da teoria.

No que concerne à abordagem sobre a discussão da relação teoria e prática e a formação profissional há a problematização de qual tem sido a concepção dada à relação teoria e prática na formação profissional dos assistentes sociais, tanto no âmbito da graduação quanto no domínio da pós-graduação, entendendo, neste sentido, qual a centralidade histórica que esta relação vem tendo nos principais momentos de discussão da profissão: os marcos de revisão curricular e de construção dos projetos político-pedagógicos. O papel da pós-graduação também é destacado, principalmente como campo e solo fértil para a efetivação de pesquisas e produção do conhecimento.

Referente à última abordagem da produção do conhecimento sobre a relação teoria e prática profissional do Serviço Social no PPGSS há a realização efetiva da pesquisa que se propõe este trabalho, de maneira a explicar as concepções que surgem ao pensar na prática profissional do Serviço Social articulada a conhecimentos teóricos. Aqui são destacados o caminho metodológico utilizado e os principais

resultados da pesquisa. Por fim são tecidas algumas considerações e indicativos de análise que ajudam a pensar nesta polêmica e dialética relação.

SEÇÃO II

2. ABORDAGEM SOBRE OS FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

Faz-se fundamental, para análise deste objeto o estudo da abordagem e concepção dada à relação teoria/prática nos principais autores que norteiam o Serviço Social, de maneira a compreender o debate que insurge com relação a esta temática na profissão, suas problematizações, categorias de análise e questões fundamentais desta polêmica e dialética relação entre teoria e prática no Serviço Social.

2.1. A Escolha do Método Crítico-Dialético Como Referência

O problema/ objeto de pesquisa foi construído na perspectiva teórica marxista, visando interpretar e compreender a realidade de forma dialética, histórica e no sentido de uma práxis social – de uma ação consciente e crítica que vise à transformação e contribuição com a produção do conhecimento no Serviço Social. Mas, o que significa aderir à teoria social? Afinal, no que se constitui o método crítico-dialético? O que se busca ao escolher este caminho?

Primeiramente deve ficar claro que assim como “Marx nunca foi um obediente servidor da ordem burguesa: foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores” (NETTO, 2009, p. 669), neste projeto também se busca uma pesquisa de reafirmação da importância do Serviço Social, mas de reconhecimento crítico sobre os problemas que enfrenta historicamente nos campos interventivos, éticos, políticos, teóricos e metodológicos, objetivando preparar estes trabalhadores – os assistentes sociais – a enfrentarem os desafios colocados à profissão. Um dos desafios postos à categoria historicamente é a dificuldade de articulação entre os conhecimentos teóricos e prática profissional e a superação desta questão é algo que deve ser explorado e problematizado, o que não significa finalizado.

Outro fator que leva a escolha desta teoria está associado à identificação ideopolítica com um projeto revolucionário, de práxis social, de análise e crítica da sociedade burguesa e com o seu posicionamento teórico-metodológico estruturado na totalidade social, no reconhecimento das condições históricas e num conhecimento teórico

tal como ele é em si mesmo, não no que aparenta ser, mas sim na sua existência real¹⁴, independentemente dos fatores como o desejo, aspirações e representações humanas. (NETTO, 2009)

Para Mendes (2007, p.181):

A perspectiva dialética consiste, antes de tudo, num modo de ver a vida; em primeiro lugar como movimento permanente, como processo e provisoriidade, portanto como negação permanente dos estados, formas e fenômenos para demarcar sua existência e possibilitar o seu próprio movimento, o seu devir ou vir a ser, o que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso. Este curso nem sempre é linear, mas constituído por avanços e recuos. Significa dizer que o instituído pode ser superado por novas formas e que o conflito necessário realizado pela luta entre os contrários é fundamental a sua movimentação.

Para este movimento, incita reconhecer que os fenômenos existem em si mesmo e não são condicionados por um único motivo, mas que são influenciados por múltiplas determinações, não tendo como analisar e compreender uma situação deslocada ou fora de seu contexto.

Nesta concepção se busca apreender a essência, a estrutura e a dinâmica do objeto, além de um conhecimento teórico crítico emancipador. Aqui Kosik (1976, p.09-20) ajuda a compreender que a dialética trata da “coisa em si”, distinguindo de representações e aparências, e possibilitando um reconhecimento da realidade em sua forma original, do seu núcleo interno, despertando uma consciência capaz de perceber além do aparente, do natural, do simulado, do que foi disfarçado, manipulado e omitido – das “formas fenomênicas da realidade” – e possibilitando reconhecer através dos fenômenos o que realmente importa, considerando suas modalidades e seus movimentos, numa perspectiva de totalidade.

Deve ficar claro o respeito pelas demais correntes de pensamento, até porque como informa Ianni (1996, p.37) “todas as obras mais notáveis da sociologia, em toda a sua história, são precisamente a

¹⁴ Aqui o real é compreendido como “o mundo criado pelo homem: as coisas, as relações e os significados são produtos desse homem, o que significa afirmar que o mundo real é o mundo da práxis humana”. (SANTOS, 2010, p.18)

demonstração de que sempre se pensa criticamente, ainda que em diferentes orientações”, ou seja, todos os grandes clássicos assim o são porque de fato possuem uma importância teórica significativa.

Como muito bem explica o autor “existem diversos estilos de pensamento que expressam, sintetizam e constituem possibilidades diferentes de compreender, explicar ou imaginar as articulações e os movimentos possíveis das coisas, gentes e idéias”. (IANNI, 2000, p. 235) Entretanto, em Marx, com seu estudo sobre a sociedade burguesa, a riqueza material (condições materiais da vida social), produção, distribuição, troca, consumo, circulação de bens, mercadoria, capital, trabalho, alienação, dentre outras categorias, ele consegue claramente formular um método e construir uma teoria que perpassa o aparente e consegue alcançar a essência de seu objeto de pesquisa – a constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa. Ele parte do real e chega ao concreto pensado, chega a conceitos e teorias – a um conhecimento sólido e veraz.

É mister, sem dúvida, distinguir formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído êsse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori. (MARX, 1987, p.16).

O método crítico-dialético possibilita compreender os fenômenos em suas múltiplas determinações, indo além do imediato, e realizando por meio da razão, a construção de conhecimentos e idéias fundamentais no real. Reconhecer um método que não se prende somente a aparências, é reconhecer a possibilidade de alcançar a “coisa em si”, é reconhecer a possibilidade de superação pela razão.

É ainda não aceitar o mundo das representações, do senso comum, do aparente, da imediatividade, do superficial e do comum. A dialética submete às idéias sobre o real a um rigoroso exame “em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade para se mostrarem *como*

fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade". (KOSIK, 1976, p.16-17)

Marx discute esferas que se complementam entre si numa dimensão de totalidade que aborda a esfera social, política, cultural e econômica, estabelecendo vínculos concretos com a realidade e superando as idéias "caóticas" do todo. Em Marx é possível ir além das simples representações, abstrações das coisas e dos fatos, do empírico e aparente, mas também apreender o movimento do todo – explicado, analisado, articulado através de uma razão crítica – superando o real aparente e chegando ao concreto pensado.

Desta forma, quando se fala em totalidade, reconhece-se que: primeiro os elementos analisados fazem parte de um todo estruturado e articulado, estão inseridos dentro de uma mesma unidade e estão determinados por uma mesma lógica. Segundo, esta totalidade concreta possui um dinamismo e um movimento determinado historicamente, que deve ser desvelado de acordo com seu momento e conjuntura.

Portanto, conforme denomina Guerra (2009, p.710) a totalidade indica que "as três dimensões que compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se autoimplicam e se autoexplicam, e a interpretação do objeto (...) tem em vista captá-las".

O método de Marx possibilita, assim, uma relação de apreensão do movimento do objeto e da realidade em sua totalidade, através de uma conexão permanente entre o fenômeno e a essência. É o método em que o pensamento se apropria do objeto e busca desvendar suas múltiplas determinações.

Assim, o materialismo histórico-dialético possibilita a reconstrução de distintas realidades numa visão do todo, tendo como base que a realidade é anterior ao pensamento, que o ser e a matéria antecedem o conceito, e onde ela existe antes mesmo de existir um pensamento ou uma idéia sobre ela. A partir desta concepção, reconhece que o movimento do real (da matéria) precede o movimento das idéias, compreende o ser em suas múltiplas modalidades e realiza o exercício da razão para alcançar um conhecimento sólido e concretamente pensado.

Segundo Ivete Simionatto (2004, p.35) o método dialético "permite conhecer a sinuosidade do real, de um real que só é desvendado a partir de um sistema de mediações que se renova constantemente, tornando possível incorporar o novo, não de maneira espontânea, mas a partir de uma reflexão crítica", de maneira a

reconhecer tendências e também as possibilidades contidas na dinâmica da vida social.

Moraes (2011, p.17) reforça explicando que “o método materialista e dialético é fundamental para revelar as conexões que estão por trás das aparências, suas interconexões. Para sair do abstrato é indispensável a mediação teórica para alcançar o concreto pensado, a essência”.

Portanto, a escolha deste método e desta teoria possibilita discutir especificamente e com mais propriedade sobre teoria e prática. Suas categorias de análise, como “individual – particular – geral”, “essência – aparência”, “realidade – possibilidade”, “história – totalidade” permite compreender o papel da teoria e as possibilidades contidas na prática de forma a superar dicotomias, desconstruir incongruências desta relação, e entendê-la na sua essência: uma unidade na diversidade.

2.2. A Indissociável Relação Entre Teoria e Prática a Partir do Método Crítico-Dialético

O homem é um ser criador, possui qualidades e singularidades que lhe confere o dom de satisfazer suas necessidades individuais e de sobrevivência. Incide uma ação sobre a natureza e obtém mudanças nele próprio. Ele é capaz de impulsionar e regular um intercâmbio material com a natureza, transformando objetos naturais em objetos com um valor social.

O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é **condição necessária** eterna do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. [grifo nosso] (MARX, 1985, p.208)

Portanto o homem é um ser ativo, com habilidades infinitamente criadoras e autênticas, que através de sua ação pode transformar o mundo em que vive. E essa transformação não se dá apenas no plano da consciência (através do planejamento e antecipação de suas ações), mas se efetiva concretamente no meio em que vive, por meio do trabalho.

Essa capacidade humana, de ser construtor de valor e de preconceber suas ações, introduz a idéia de que a vida social é produto dos homens e também um produto social. Assim como a sociedade produz os homens, estes também produzem a sociedade, numa relação conjunta e dialética. (Marx, 1985)

E é através do trabalho, em sua dimensão ontológica, que o homem expressa a sua condição humana de ser racional, criador de valor, que possui a capacidade de antecipar, planejar suas ações e de criar, transformar o meio em que vive. Isto significa o caráter teleológico do trabalho consciente do homem, onde este não age apenas em função de suas necessidades imediatas ou pelos seus instintos, mas onde é capaz de antecipar os resultados de suas ações, sendo desse modo, capaz de escolher os caminhos que irá seguir.

Assim, o trabalho configura-se como atividade essencial para a vida humana, como atividade que expressa a condição racional do homem, sua humanidade, suas habilidades e também sua condição de ser social, além de ser imprescindível para a manutenção da vida humana, que possibilita a produção de meios que satisfazem as necessidades dos homens. E é ele que potencializa através da prática material o que os homens planejam de forma consciente, antes mesmo de sua realização.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhões de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter homens vivos. (MARX; ENGELS, 1987, p. 39)

Portanto, a transformação da natureza pelo homem através do trabalho, é condição necessária para sua própria transformação. Através da produção material, os homens dominam a sua própria natureza, numa relação direta entre produção, sociedade, história e conhecimento.

Em Marx, a noção de prática é compreendida como uma atividade que se realiza e materializa no plano real, que considera tanto o caráter histórico quanto social dos homens e que visa uma transformação, que só pode ser compreendida em sua totalidade pela práxis. Neste sentido, “a prática social é uma *categoria teórica* que possibilita o conhecimento e a explicação do processo pelo qual se constitui e se expressa o ser social, e da dinâmica da construção histórica do mundo humano social”. (BAPTISTA, 2009, p.13)

E são essas ações recíprocas entre os homens, que criam e recriam a sociedade. Portanto, Marx parte do mundo real em seu método, para a ele retornar de forma diferenciada, ou seja, Marx estuda teoricamente a sociedade capitalista, não porque a admira, mas porque tem em vista possibilitar a sua transformação.

Marx parte do real e de suas múltiplas determinações (desta unidade de diversidades) para alcançar o concreto pensado. Ele observa o movimento efetivo do objeto em sua dimensão histórica, organiza logicamente este processo real em sua mente, que retorna como teoria. Assim ele reconhece a existência do concreto independente do fato da razão o reconhecer e apreender, entretanto, compreende que não é possível existir conhecimento sem esse esforço do sujeito de partir do concreto real para o concreto pensado.

Santos (2010, p.18) ajuda a entender com mais precisão essa relação, explicando que “apropriar-se do concreto pelo pensamento é um ato teórico, enquanto o concreto em si, é um ato prático que está vinculado às necessidades e às ações práticas dos homens, portanto, existe fora do pensamento”.

Desta maneira, segundo Santos (2010, p.20), Marx elenca duas etapas neste processo: “*um caminho de ida*”, entendido como ponta pé inicial, como ponto de partida em que se depara com a representação do todo sem considerar suas determinações e variantes, sem galgar a universalidade. “Neste momento o concreto se mostra na sua aparência”; e “*um caminho de volta*”, compreendido como ponto de chegada, onde o concreto foi compreendido através da razão e de suas singularidades, particularidades, determinações, numa perspectiva de universalidade e totalidade, através de um processo reflexivo do pensamento.

Dessa forma, segundo Marx, o caminho de ida refere-se ao processo de abstração desse concreto, ou seja, parte-se da aparência, do imediato, da busca de suas conexões, de suas determinações, postos pela prática. Já o caminho de volta é o

momento em que, pela compreensão do concreto em sua universalidade, volta-se para ele, mas não mais como um concreto apropriado apenas na sua aparência. Ele se tornou um concreto pensado, o sujeito o vê em suas conexões, contradições, em sua totalidade. Nesse sentido, aparência e essência se encontram. (...) Nesse processo posto pela prática, na medida em que o concreto é resultado das várias práticas humanas e apreendido teoricamente pelo pensamento, teoria e prática se encontram. (SANTOS, 2010, p.21)

Portanto, em Marx, uma primeira observação há que ser feita: a prática é anterior à consciência e faz parte de um processo construído historicamente pelos homens. Nesta concepção há um indicativo de que teoria e prática são coisas distintas e que possuem certa autonomia e singularidade.

Uma outra questão que se apresenta a partir desta afirmativa é de que a teoria necessita da prática, necessita do real para ser construída, num processo de reflexão sobre as formas de vida, onde é a própria teoria que justifica essa relação de unidade e de autonomia entre teoria e prática.

Por conseguinte, a teoria parte da prática e se desenvolve num processo de investigação constante, procurando estabelecer variadas relações e determinações possíveis, a fim de se aproximar mais do objeto a ser conhecido e desvendado.

Logo a teoria não é algo que se encaixa na prática, como um modelo pronto e determinado, até porque deve ser sempre revisada. Contudo, “a teoria pode ter um caráter prospectivo, pode antecipar uma prática”, apresentando as determinações dessa prática e suas análises e leis que permitiram tal antecipação. (SANTOS, 2010, p.21)

Santos (2010, p.22) lembra, numa outra análise, de que esse processo de investigação, para Marx, “não modifica necessariamente o dado”. Ou seja, “que a teoria não passa, de imediato, à prática”, pois o que a teoria modifica realmente é o conhecimento que se tem sobre o real, não o próprio concreto. “Contudo, a Teoria Social de Marx pode possibilitar a transformação social, sendo para isso necessárias mediações”. Ao mostrar o real nas suas múltiplas determinações a teoria, através do concreto pensado, possibilita a direção de uma prática transformadora.

Marx sustenta que a teoria é a reprodução ideal do movimento real do objeto (a ser conhecido); (...) A teoria é a reprodução do objeto no sentido do objeto já ser um produto, já fazer parte da realidade, já existir, ou seja, a teoria o reconstitui pelo pensamento. A sua produção não é dada pela consciência, mas na prática, podendo ser, contudo, reproduzido no âmbito da razão a partir do momento em que o objeto do conhecimento já existe no mundo. (SANTOS, 2010, p.25)

Assim, ao se ler e interpretar o objeto, considerando suas determinações, meios, história, numa perspectiva de totalidade, não quer dizer necessariamente que irá se alcançar a mudança do real. A mudança que ocorre aqui, nesta relação, é a forma como se olha, examina e compreende o objeto, dando um caráter de conhecimento à suas manifestações e formas de ser.

A teoria é o campo que rompe com a superficialidade, com o aparente, com o “dado” e com o empírico. Rompe ainda com comportamentos passivos e conformistas, pois é a atitude investigativa sobre a realidade, é o processo reflexivo sobre a sociedade, sobre o homem enquanto ser social que determina a sociedade e é determinado por ela.

Desta maneira, a teoria não é, e nem deve ser, uma receita mágica de transformação imediata do real, mas serve como denúncia dessa necessidade de ruptura, serve como guia que alerta para as condições de vida de uma sociedade. É um ato do pensamento de apreensão do real em seu movimento efetivo.

A prática social¹⁵, desta forma, produz o objeto a ser desvendado pela teoria. É a forma como se apresenta o objeto em sua imediaticidade, onde se expressam suas determinações. Assim, o conhecimento é construído a partir de uma realidade criada pelos homens, carregada de historicidade e materialidade, a partir do desenvolvimento dialético entre o homem e a matéria. O objeto a ser desvendado pela teoria é fruto

¹⁵ A prática social “é tanto um processo de objetivação do homem quanto de domínio da natureza, que se manifesta nas suas atividades ao mesmo tempo objetivas (laborativas) e subjetivas (existenciais). (...) Há uma diversidade de práticas sociais, as quais são diferenciadas pelo que cada uma delas transforma – produz, cria, elabora – no contexto das relações sociais dadas”. (BAPTISTA, 2009, p.14)

e produto da atividade material e prática dos homens, e o conhecimento não pode ser construído fora dessa relação.

O conhecimento só tem sentido em sua conexão com a prática social, “entendida aqui como a existência material, social e espiritual do homem – as relações afetivas entre os homens, suas condições de vida, enfim, a vida real”. Portanto, a prática social é o espaço das mediações, do real, das atividades materiais e de produção dos homens, onde “se origina, realiza e confronta o conhecimento”. (SANTOS, 2010, p.31)

A prática é o âmbito da efetividade de ações, é o âmbito da possibilidade de transformação, é resultado sólido, é atual, é presente, está vinculada às necessidades dos homens, é um produto do real, é objetivação, é o direcionar a ação com a finalidade de transformá-la em algo já pensado ou previsto anteriormente.

Teoria é a apreensão das determinações que constituem o concreto; e prática é o processo de constituição desse concreto; teoria é a forma de atingir, pelo pensamento, a totalidade, é a expressão do universal, ao mesmo tempo que culmina no singular e no universal. É pela teoria que se podem desvendar a importância e o significado da prática social, ou seja, ela é o movimento pelo qual o singular atinge o universal e deste volta-se ao singular. A prática é constitutiva e constituinte das determinações do objeto, gera produtos que constituem o mundo real, não se confunde, portanto, com a teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração. Nesse caso, ela só se transforma em teoria se o sujeito refleti-la teoricamente. (SANTOS, 2010, p.27)

Nesta concepção, a prática alimenta a teoria por ser o fenômeno, o dado empírico a ser analisado, o ponto de partida, na mesma medida em que a teoria revela e analisa esta prática. Apesar de serem saberes distintos, estão relacionados de maneira indissociável através de um intenso e profundo vínculo. Ao mesmo tempo em que são distintos, estabelecem uma relação de unidade na diversidade.

O objeto presente na prática já existe, mas só é revelado em suas múltiplas dimensões quando a teoria – através do pensamento e da análise – aprofunda o conhecimento sobre os elementos que o compõem. A teoria é um instrumento de análise do real, que viabiliza sua transformação por meio da prática. “A teoria quer, justamente,

conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim, não há como na prática a teoria ser outra”. (SANTOS, 2010, p.27)

Portanto, na perspectiva crítico-dialética, a teoria é desvendamento, descoberta, revelação, exposição do real num sentido analítico e reflexivo, que considera seus movimentos, seus processos, sua historicidade. É denúncia dos processos práticos que resultam na alienação, exploração, dominação, opressão e abuso, além de ser fonte de recriação, de superação, inovação, que pode conduzir ou orientar à transformação da sociedade.

É mais, a teoria nesta concepção, é condição de compreender a realidade, de explicá-la, desvendá-la em suas múltiplas possibilidades e de alcance de novos resultados. É produção do conhecimento, de antecipação do ideal, de projeção do futuro. Neste sentido “o âmbito da teoria é o âmbito da possibilidade, ou seja, a teoria possibilita a prática, mas não de forma imediata”, como se fosse uma transposição ideal e contígua. Isso quer dizer que a teoria até pode “ter como intenção a transformação social”, mas essa não é sua responsabilidade exclusiva. Portanto, ela é “um desencadeador de finalidades ou resultados ideais de ação”. (SANTOS, 2010, p.28; 32)

“É a teoria que oferece a análise das experiências, o estudo das condições objetivas.” É a análise das situações, o reconhecimento das contradições, o estudo do empírico, e seu “âmbito é o da transformação da consciência que se tem dos fatos, das idéias sobre as coisas”. (SANTOS, 2010, p.32) É a teoria que possibilita um olhar diferenciado sobre o todo, sobre os homens e sobre as idéias, possibilita a análise da sociedade numa perspectiva universal e o caminhar para uma nova direção.

Logo, a teoria social crítico-dialética no Serviço Social, é a teoria que possibilita ao profissional um olhar mais minucioso sobre a realidade, sobre seu cotidiano de trabalho, sobre sua prática profissional¹⁶, orientando-o a compreender o seu objeto de ação, como

¹⁶ A prática profissional é aqui compreendida como uma forma e atividade particular da práxis social. Assim, o Serviço Social está inserido em relações sociais historicamente determinadas, construídas e reconstruídas na práxis social, onde a própria profissão é “constituente e constitutiva de uma prática social”, não existindo “solta ou isolada de um contexto social, econômico, político e cultural”. (SANTOS, 2010, p.44) Neste sentido, entende-se como prática profissional a prática que expressa um “determinado tipo de intervenção

este se manifesta em suas múltiplas mediações e conjunturas históricas, e como se revelam suas contradições e alternativas. Aqui o assistente social poderá conhecer a realidade não só na forma em como ela se revela aparente e factualmente, mas também em sua essência.

A teoria, na concepção marxista, é o resultado de um movimento do pensamento para se apreender o objeto. No caso de uma prática profissional como a do Serviço Social, a teoria permite que o sujeito – assistente social – apreenda seu objeto de ação, seu movimento, sua direção, suas contradições. Nesse sentido, a meu ver, o Serviço Social, ao necessitar conhecer seus objetos de ação e compreender as demandas por seus serviços, encontra, na Teoria Social de Marx, os pressupostos e o método para conhecer a realidade que está posta pela prática social, buscando sua essência. (SANTOS, 2010, p.28)

Compreender a teoria neste ponto de vista é possibilitar uma prática profissional totalmente diferenciada, que se apropria do campo teórico para alcançar seus objetivos e determinações. É extrapolar o âmbito do individual e alcançar a coletividade, superar “situações-problemas” e pensar problemas em sua totalidade, que fazem parte de uma estrutura e sociedade. A teoria possibilita a reconstrução dos objetos de intervenção, que apreendidos em sua inteireza e

no âmbito das práticas sociais” e que também “resultam de uma especialização do trabalho coletivo no contexto da sociedade, determinada pela divisão sociotécnica do trabalho”. Desta forma, “sob o primeiro ângulo, a prática profissional situa-se no âmbito das relações sociais concretas de cada sociedade, abrigando em sua configuração as sínteses do seu movimento histórico (...). Não se confunde com outras práticas, mas constitui uma dimensão historicamente determinada da prática social que se manifesta concretamente, em uma situação social específica, e, como tal, é expressão das relações de classe. No segundo ângulo, que foca o trabalho profissional como partícipe de processos de trabalho, o sujeito afirma-se como trabalhador assalariado, inserindo-se no mercado, passando por uma relação “livre” de compra e venda de sua força de trabalho especializada”. (BAPTISTA, 2009, p.17) “O campo de intervenção da prática profissional se dá no mesmo contexto das relações sociais, tal como se apresentam em determinado momento histórico. Como prática profissional, cabe ao Serviço Social intervir a partir dos serviços sociais nos aspectos ligados à gestão da vida cotidiana”. (CELATS, 1985, p.61)

complexidade permitem a escolha de estratégias, técnicas e ações profissionais.

Além de pesquisar sobre e acerca dos fenômenos da realidade, é preciso que o assistente social compreenda e tenha clareza de como estes fatos refletem em seu campo profissional – entendido aqui como a própria realidade, os fenômenos com os quais se defronta no momento da intervenção, a incorporação do problema, a instituição e suas relações de poder – e nas demandas com que trabalha, de maneira que possa estabelecer as articulações e mediações necessárias e pensar em estratégias e possibilidades de intervir nestas questões.

Portanto é preciso explorar e compreender a relação necessária entre estas duas dimensões. Não compreender esta relação pode gerar equívocos e sérios problemas profissionais, como assistentes sociais que não diferenciam estes saberes, ou que compreendem que são coisas totalmente distintas, mas que não se relacionam de forma alguma, ou ainda, quando supervalorizam um campo em detrimento do outro.

Estes saberes polarizados ou mal interpretados são um problema para o Serviço Social, que precisa discutir esta relação para pensar em sua formação e intervenção profissional. Como muito bem ressalta Santos (2010, p.29) há uma dupla dimensão nos fenômenos que “tanto são objetos necessários de conhecimento, porque são processos sociais, como são objetos de intervenção”. Portanto, “o assistente social deve estudá-los como processo social e como indicações que possam subsidiar a intervenção”.

Alguns autores no Serviço Social compartilham da abordagem dada por Marx com relação ao entendimento sobre teoria e prática, e vão reforçar ainda mais a necessidade de discussão dessa mediação dentro da profissão, comungando sobre a noção de que a dissociabilidade entre teoria e prática é uma dicotomia ultrapassada, e reconhecendo a necessidade de discutir profundamente esta polêmica e dialética relação.

2.3. A Dissociabilidade Entre Teoria e Prática: Uma Dicotomia Ultrapassada

O debate sobre a indissociabilidade entre teoria e prática só poderá ser realizado efetivamente mediante a exposição e compreensão de perspectivas e autores que têm se tornado referência pela análise alcançada e polêmica que despertam. De tal maneira é relevante evidenciar as perspectivas apresentadas tanto no interior do Serviço Social quanto fora dele, mas que da mesma maneira ajudam a clarificar

e enriquecer esta discussão¹⁷, sinalizando pontos de crítica e superação desta relação.

Santos (2010) na sua obra “Na Prática a Teoria é Outra?”, faz uma discussão muito bem fundamentada acerca da relação teoria e prática no Serviço Social, que serviu de base para a compreensão do assunto e para o desenvolvimento deste trabalho. A autora problematiza a abordagem marxista acerca desta temática e ainda aponta alguns autores da profissão que vêm se apropriando dessa abordagem em suas análises, estudos e pesquisas.

De acordo com a autora, já na década de 1980, quando o Serviço Social aproxima-se por perspectivas teóricas de cunho crítico, principalmente com a Teoria Social de Marx, esta discussão se faz presente nas análises de alguns autores.

E de fato, José Paulo Netto (1989, p.143), no artigo “Notas para a Discussão da Sistematização da Prática e Teoria em Serviço Social”, presente no Cadernos ABESS n.º3, de 1989, apresenta uma forte articulação com o referencial marxiano, marca de suas discussões e estudos. O autor deixa claro que a teoria é um processo reflexivo de uma “reprodução ideal de um processo real”. E mais, que a teoria supera o aparente, através da apreensão real da lógica do objeto, pautada em uma totalidade que possa alcançar um “conhecimento efetivo da realidade”.

O autor reconhece a necessidade de um conhecimento prévio sobre a realidade para, posteriormente, alcançar uma reflexão teórica. Realidade aqui compreendida em seus aspectos, facetas, traços, que através de sua assimilação e sistematização dão condições para uma reflexão teórica. “Vale dizer, os procedimentos sistematizadores, especialmente fundados na atividade analítica da inteligência configuram um passo preliminar e compulsório da elaboração teórica – sem, entretanto, confundir-se com ela”. (NETTO, 1989, p.142)

A reflexão teórica, nesta abordagem, possibilita a reconstrução dos processos e movimentos do objeto, em sua condição histórica. Assim, o “produto teórico por excelência, é uma reprodução ideal de um processo real”, onde o processo teórico implica “na ultrapassagem das

¹⁷ Para a referida apresentação serão utilizados autores do Serviço Social e autores de outras áreas do conhecimento, que se tornaram referência para a profissão. A escolha dos autores não obedece uma ordem estritamente cronológica, mas está disposta no texto de acordo com o nível de complexidade e de argumentação, que aos poucos vai possibilitar um avanço para uma análise mais ampla da questão.

abstrações (...), na sua resolução no movimento da totalidade concreta”. (NETTO, 1989, p.143; 146)

O autor, ao apresentar as reflexões de Agnes Heller, no artigo “Para a Crítica da Vida Cotidiana”, de 1989, indica a necessidade de se partir do cotidiano, do empírico, de forma a “suspender” este mesmo cotidiano, rompendo com a imediatividade, singularidade e superficialidade, para se alcançar uma transformação, a ser operada na práxis.

Esta suspensão do cotidiano significa justamente a capacidade de sair do imediato, de forma a compreendê-lo em suas determinações, partir do singular, buscar o universal e voltar ao singular, voltar à cotidianidade de forma diferenciada, na busca da ampliação do ser social, na busca do alcance de uma consciência humano-genérica.

O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, avança do empírico (os “fatos”), apreende as suas relações com outros conjuntos empíricos, pesquisa a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno – e reconstrói, no plano do pensamento, todo este processo. E, ao fim e ao cabo, por aproximações sucessivas, regressa ao seu ponto de partida; mas os “fatos”, a cada nova e subsequente abordagem, mostram-se produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento macroscópico que os engendra e de que são índices. (NETTO, 1989, p.74)

No artigo, o autor ainda discute a categoria “concreto-abstrato”, ressaltando nesta relação, a captura das relações e mediações pela razão teórica, onde parte-se do abstrato em sua factual e empírica realidade e chega-se ao concreto pensado, através da razão em seu processo de reconstrução e análise do todo.

A autora Nobuco Kameyama no artigo “Metodologia: uma questão em questão”, também do Cadernos ABESS n.º3, de 1989, apresenta reflexões semelhantes e destaca em sua obra o caráter transformador contido na teoria marxista. Para a autora:

Teoria é a forma de organização do conhecimento científico que nos proporciona um quadro integral

de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade. É um sistema de representações, idéias, referentes à essência do objeto, a suas conexões internas, às leis do seu funcionamento e aos processos e operações no domínio teórico e prático da realidade. (KAMEYAMA, 1989, p.100)

Portanto, a teoria é construída a partir da realidade, e é direcionada, a partir de um conjunto de princípios, para um processo transformador, que se efetiva na prática. A teoria em si não transforma, mas é ela que direciona a ação transformadora realizada na prática. Ou seja, ela contribui com o processo de transformação através da assimilação daqueles que, “através de atos reais e efetivos”, procurem esta mudança. E, esta ação transformadora é justamente “a prática entendida como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade”. (KAMEYAMA, 1989, p.100)

Desta forma, os saberes teóricos partem do concreto real para o concreto pensado e proporcionam conhecimentos indispensáveis, ideais e concretos que iluminam o campo de ação profissional do Serviço Social. Ao mesmo tempo, para Kameyama (1989, p. 101) “a prática é o fundamento da teoria¹⁸, ou seja, o ponto de partida e a base principal e substancial do conhecimento”. Assim, para a autora, a teoria e o conhecimento se desenvolvem com base na prática, pois esta se realiza na realidade e incita a necessidade de novos saberes e conhecimentos.

Kameyama (1989, p.105) revela, a partir de sua compreensão, que é na prática que “colocam-se à prova os conceitos e as teorias, estabelecem-se a sua veracidade ou falsidade, precisam-se e sistematizam-se os conhecimentos¹⁹”. A prática, neste sentido, aliada à teoria é o que possibilita a transformação, a mudança, alcançando assim, um papel determinante. A própria transformação da realidade gera a necessidade de conhecer o novo, incita a construção de novos saberes, num processo dialético, onde “a prática fundamenta a teoria e a teoria orienta a prática”. Desta forma, apesar de serem saberes distintos, para

¹⁸ A prática utilizada neste contexto é a prática social, ou seja, o fenômeno a ser analisado pela teoria.

¹⁹ Em nossa visão é preciso cuidado com esta interpretação, pois há o entendimento da prática como critério da verdade, o que poderia sobrevalorizá-la em detrimento da teoria.

a autora, eles caminham num processo de desenvolvimento constante e concomitante.

A teoria e a prática constituem, portanto, aspectos inseparáveis do processo de conhecimento e devem ser consideradas na sua unidade, levando em conta que a teoria não só se nutre na prática social e histórica como também representa uma força transformadora que indica à prática os caminhos da transformação. (KAMEYAMA, 1989, p.101)

A autora trata a teoria como à busca por conexões presentes nas distintas relações do ser social, e acredita que a teoria de Marx, já tem “embutida em si o método do conhecimento”. Reconhece a dimensão explicativa, sinalizadora e reguladora da teoria e sua articulação direta com a dimensão da transformação do objeto de estudo – a práxis. (KAMEYAMA, 1989, p.102)

Ela ainda sinaliza, que na medida em que a teoria for bem compreendida e perpassada no processo de formação profissional, “ter-se-á, naturalmente, a materialização dessa teoria na prática”²⁰, pois, a partir do momento que se tem uma teoria, tem-se uma metodologia do conhecimento, que através das mediações poderá alcançar a práxis. “Diante disso entra a estratégia e a tática que se desdobram em procedimentos metodológicos ou formas de abordagem”. (KAMEYAMA, 1989, p.103-104)

Marilda Yamamoto, no livro “Renovação e Conservadorismo no Serviço Social”, publicado inicialmente em 1992, também compreende a prática “como fundamento do conhecimento, critério de verdade, e finalidade do conhecimento” e trata a teoria como o processo de reconstrução, pelo pensamento, do movimento do real, de forma a compreender suas contradições, tendências e relações, servindo como referência para análises e como possibilidade de ação. Na perspectiva da autora, há uma unidade indissolúvel entre teoria e prática. (IAMAMOTO, 2002, p.117-118)

²⁰ No contexto atual esta compreensão já foi refutada, pois se entende que uma boa formação profissional necessita da articulação entre saberes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. É preciso tratá-los articuladamente e em condições de igualdade.

Portanto ao discutir teoria e prática²¹ Iamamoto (2002, p.178) explica: “se o critério de verdade está na prática, essa verdade só é descoberta numa relação teórica com a prática mesma”. Neste sentido a teoria não está desvinculada da ação, ela afirma-se “como crítica teórica das elaborações que explicam a dinâmica da sociedade”. Mais do que isso, a teoria afirma-se como campo de desvendamento das possibilidades de ação e é condição para a explicação do real. Assim, para a autora:

A teoria não se “aplica” ao real, mas fornece parâmetros para uma análise criativa que recupere as especificidades do processo de formação da sociedade nacional, dos movimentos e inflexões conjunturais, dos atores e forças políticas aí presentes. Parece-me, portanto, que não se pode fazer um “corte” entre os “níveis” da teoria social, das análises de conjunturas e da prática profissional. (IAMAMOTO, 2002, p.179)

João Bosco G. Pinto no artigo “Buscando uma metodologia de pesquisa para o Serviço Social: Reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas”, no “Cadernos ABESS n.º6” de 1993 também aborda a questão da teoria e da prática e seus significados.

O autor inicia sua abordagem ressaltando que existe uma diferença entre a “teoria que ilumina a prática” e a “teoria que resulta da prática”, apesar de estas se relacionarem mutuamente. Dependendo da

²¹ “No pensar a relação teoria e prática, o que se entende por prática? Quando falo de prática, não me refiro à de natureza utilitarista, imediata, ou exclusivamente à prática do Assistente Social (...) A premissa que deve ser explicitada é a de que a prática social é essencialmente histórica. Não é qualquer prática, mas aquela da sociedade baseada na indústria, da sociedade capitalista em sua fase monopolista. (...) A sociedade capitalista cria uma positividade, pela mediação da mercadoria, que faz com que a realidade não se revele automaticamente. Criam-se formas sociais que obscurecem, mas ao mesmo tempo permitem o desvelamento dos conteúdos fundantes da vida social. Assim sendo, a prática social não se dá a conhecer na sua forma imediata: o ser social se expressa através de mediações. Deriva daí a necessidade e a exigência metodológica de se apreender a sociedade capitalista nas suas múltiplas determinações e relações, como uma totalidade. Nesse contexto (...) a teoria implica a reconstrução, no nível do pensamento, desse movimento do real, apreendido nas suas contradições, nas suas tendências, nas suas relações e inúmeras determinações.” (IAMAMOTO, 2002, p. 177-178)

postura epistemológica adotada a teoria pode apresentar significados diferenciados. Em um primeiro momento, teoria tem a ver com o processo de produção do conhecimento, onde a “teoria é uma perspectiva sobre o real, sempre aproximada, sempre sujeita a superações”, ou seja, é um conjunto de enunciados referentes a determinados recortes e aspectos da realidade. Em outro patamar, mais avançado e complexo, a teoria é:

O conjunto, mais ou menos sistemático e coerente, de enunciados cognitivos, valorativos e axiológicos, que orientam cada um dos momentos ou componentes de um determinado conjunto de atividades (processo) de transformação da realidade, quer interferindo na formulação, consciente e intencionada, de objetivos, quer definindo o caráter dos objetos a serem transformados, quer permitindo construir os métodos e instrumentos que se requerem para realizar a transformação do objeto ou a seqüência mesma de atividades para realizá-la (metodologia em um sentido estrito). Nesta segunda acepção, teoria se encontra tão imbricada com a prática (entendida como conjunto de atividades intencionadas de transformação), que ambas mutuamente se supõem, tornando-se inseparadas e inseparáveis. (PINTO, 1993, p.33)

Aqui a teoria avança o seu caráter científico, pois se encontra ligada diretamente a atividade humana, à prática humana, “entendida não apenas como agir, mas como agir intencionado visando à transformação de certos objetos (matérias-primas) em outros (produtos).” Aqui a teoria serve como um conhecimento que ilumina a prática, que dá sentido às ações, que contribui para a definição de objetivos, para a formulação de lógicas, para o critério de escolhas e busca de resultados. Mas também serve como teoria que resulta da prática, visto suas superações e novas construções a partir das ações dos homens. Portanto, para Pinto (1993, p.34) a teoria e a prática andam de mãos dadas, “pois não existe prática sem teoria”.

De acordo com o autor é impossível e impensável uma prática sem teoria. No entanto, existem práticas que “não são orientadas por conhecimentos científicos a respeito da realidade; ou, o que é pior, há práticas que, ao se apoiarem em uma visão eclética, ou caótica, da

realidade, não logram o objetivo essencial de toda a prática, que é a transformação”. (PINTO, 1993, p.34)

E neste sentido, Pinto (1993, p.35) deixa sua contribuição com o seguinte questionamento: “até onde os sujeitos da prática se preocupam em teorizá-la, ou seja, em confrontá-la com a teoria que a orienta, para produzir uma superação desta, para produzir um conhecimento novo (...), diferente do conhecimento anterior?” Ou, em outras palavras, que tipo de articulação entre teoria/prática os profissionais realizam? Como compreendem esta relação? Produzem conhecimentos sobre suas ações baseados em uma teoria que os ilumina?

Um outro pesquisador fundamental, sociólogo e cientista político, é Emir Sader que ao analisar “O indissolúvel nexó entre teoria e prática no marxismo” (2009), reitera que a reflexão teórica deve estar “acoplada organicamente à prática política” e a prática política²² “iluminada pela reflexão teórica”. Aqui o autor avança, pois apresenta a prática social em sua outra dimensão, que é o cunho político.

Prática política justamente porque o marxismo foi concebido como uma teoria transformadora da realidade, porque seu trabalho teórico estava intrinsecamente comprometido “com projetos de transformação concreta e radical da realidade”. De acordo com o autor, há “uma identidade indissolúvel entre trabalho teórico e direção política revolucionária, prática intelectual e trabalho partidário”. (SADER, 2009)

Para Sader (2009), houve nos últimos anos no marxismo uma desvinculação da imagem do intelectual com a prática política, através de uma “autonomização do discurso teórico”, ou seja, “um profissional desvinculado da prática política (...) prática política sem teoria, teoria sem prática”. Isso resultou num momento de extraordinária riqueza teórica que não esteve associada com a prática e nem enriquecida por ela.

Assim, de acordo com o autor, “não existe um momento de elaboração teórica e depois um momento de aplicação concreta das conclusões teóricas. O marxismo articula intrinsecamente a política e as questões de organização, como uma das expressões da articulação entre teoria e prática.” Portanto são dimensões indissociáveis, mas que na realidade, infelizmente encontram equívocos.

Com esta rica análise fornecida por Sader (2009), é possível compreender algumas questões: primeiramente, apesar do gritante

²² Toda prática social tem um cunho político, apesar dos diferentes níveis em que pode se manifestar.

equivoco, as desarticulações entre conhecimentos teóricos e prática política não são apenas um mito, elas ocorrem concretamente na realidade social ao se valorizar excessivamente o campo teórico e se isolar dos caminhos da prática. Isto resulta num abismo entre os saberes teóricos e os saberes práticos, onde os brilhantes pensamentos teóricos não costumam estar acoplados à prática política, e a prática não executada com seu caráter político e nem iluminada conscientemente pela teoria.

Em segundo lugar, esta “falsa dissociabilidade” pode ocorrer pelo não entendimento ou reconhecimento do caráter político atribuído à prática, não reconhecendo sua dimensão de transformação. Este entendimento resulta em práticas que operam de forma alienada, sem consciência teórica de suas ações e nem de suas possibilidades de executar e potencializar a mudança.

Em terceiro lugar, os intelectuais e pesquisadores que produzem o conhecimento de forma fiel a teoria marxista, não podem ficar só no campo teórico. Desta forma, os intelectuais que se reivindicam fiéis seguidores do marxismo necessariamente devem reconhecer o caráter da prática política expresso em tal teoria, propor alternativas, reconhecer seu método e pensar articuladamente na “superação da realidade existente”. (SADER, 2009)

Por último, a teoria deve ser pensada e construída a partir da realidade, portanto possui uma dimensão transformadora, assim como a prática ao ser executada deve exercitar sua capacidade analítica, fundamentada pela teoria. Portanto devem e precisam caminhar juntas.

O estudo desenvolvido pelo filósofo Adolfo Sánchez Vásquez²³ (1977) no livro “A Filosofia da Práxis” ajuda a compreender esta dimensão transformadora do exercício da prática, indo ao encontro da elaboração teórico-metodológica de Marx, onde fica explícito a práxis como categoria de análise.

Segundo Vásquez (1977), uma prática para ser práxis²⁴ tem que ter uma ação impulsionada por uma intencionalidade, um desejo, uma reflexão, e alcançar um processo de transformação. E, é justamente a

²³ Vásquez foi um autor muito utilizado no Serviço Social e que serviu de referência para a discussão da prática no interior da profissão. A opção em utilizá-lo como referência nesta obra tem como objetivo trazer elementos importantes para a compreensão da relação teoria-prática e da práxis, de maneira a compreender as limitações contidas nesta interpretação.

²⁴ De acordo com Sá (1995, p.41) “o tema da práxis constitui o cerne da Filosofia que se propõe não só a interpretar o mundo, mas a transformá-lo”.

teoria²⁵ que ilumina este processo reflexivo, fundamenta a intencionalidade, direciona a atividade, dando um salto de qualidade na ação a ser desenvolvida. E também, num processo inverso, a teoria depende da prática, “na medida em que a prática é fundamento da teoria, já que determina o horizonte de desenvolvimento e progresso do conhecimento”. (VÁSQUEZ, 1977, p.243)

Portanto, “toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis”, justamente por suas especificidades ou particularidades fundamentais, que a diferenciam de qualquer outro tipo de atividade. O cumprimento da práxis exige conhecimento e fundamentação teórica, para ser possível alcançar a transformação, tendo em vista que é a gama de conhecimentos que vão orientar a ação a ser executada. “O fim dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana. (...) o resultado é uma nova realidade”. (VÁSQUEZ, 1977, p.219 e 226)

A práxis é uma atividade específica dotada de teoria e prática, possuindo um lado ideal, representado pela teoria, e um lado material, representado pela prática. Ela permite ultrapassar o âmbito da possibilidade e alcançar o âmbito da efetividade.

Na práxis política ou social²⁶ o homem torna-se sujeito e objeto de sua ação, ou seja, “ele atua sobre si mesmo”, com vistas a sua transformação como ser social. Ou seja, “a práxis social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política”. (VÁSQUEZ, 1977, p.231)

²⁵ De acordo com Vásquez (1977, p.225) “o teórico – o domínio da teoria – se aplica a um conjunto de conhecimentos aglutinados em torno de um princípio unificador que os articula e sistematiza, constituindo, assim, um campo científico dado.”

²⁶ De acordo com Vásquez (1977) além da práxis política e social, também existem a *práxis produtiva* – onde o homem produz um mundo humano para responder e satisfazer suas necessidades humanas, produzindo e transformando a si mesmos –; *práxis artística* – criação de objetos humanos que permitam a elevação do grau de objetivização humana, revelando-se nos produtos do trabalho –; e a *práxis científica* – quando o pesquisador atua sobre um objeto material modificando as condições em que se opera o fenômeno e quando a finalidade imediata é teórica. Já a prática profissional é uma forma específica de práxis humana, uma atividade que se insere na práxis social.

Nas condições da sociedade dividida em classes antagônicas, a política compreende a luta de classes pelo poder e a direção e estruturação da sociedade, de acordo com os interesses e fins correspondentes. A política é uma atividade prática na medida em que a luta travada pelos grupos ou classes sociais está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros. (...) O caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta. (VÁSQUEZ, 1977, p.231)

Assim, a idéia de *práxis política* de Vásquez (1977) vai ao encontro da idéia de *prática política* defendida anteriormente por Sader (2009), pois ambas requerem uma ação transformadora voltada para uma sociedade de classes, estão direcionadas para o ser social, e necessitam do saber teórico para se realizarem.

A práxis política pressupõe a participação de amplos setores da sociedade. Persegue determinados fins que correspondem aos interesses radicais das classes sociais, e em cada situação concreta a realização desses fins é condicionada pelas possibilidades objetivas inscritas na própria realidade. Uma política que corresponda a essas possibilidades e que exclua todo aventureirismo exige um conhecimento dessa realidade e da correlação de classes para não se proporem ações que desaboquem inexoravelmente em um fracasso. A luta tem de ser, portanto, consciente, organizada e dirigida. (VÁSQUEZ, 1977, p.231)

Para a luta ser “consciente, organizada e dirigida”, ela deve estar pautada em uma teoria vinculada a realidade, que a norteie e ilumine, apontando os caminhos a serem seguidos, os objetivos a serem perseguidos, as metas a serem alcançadas, ou seja, a linha estratégica de ação que alcance a práxis revolucionária. Esta, por sua vez, é a prática mais alta de uma práxis, pois alcança “uma etapa superior da transformação prática da sociedade”. E é justamente este tipo de transformação, como uma construção programática profissional, que almeja o projeto profissional do Serviço Social, por meio do

proletariado e da luta de classes, apesar de sua prática profissional se distinguir em grande medida da prática social.

A prática profissional existe na medida em que a sociedade necessita que se exerçam determinadas funções sociais. (...) A prática profissional se situa no interior da divisão social do trabalho, a partir do qual assume uma especialização, adquirindo seu exercício uma certa peculiaridade no quadro geral das profissões. (CELATS, 1985, p.59)

Portanto, o Serviço Social – como prática profissional – está inserido em relações sociais historicamente determinadas, construídas e reconstruídas na prática social, mantendo uma relação intrínseca com a práxis social, mas não confundindo-se com ela. (SANTOS, 2010) Esta compreensão é fundamental para não se exigir de uma profissão aquilo que ela não pode oferecer, ou para não se afirmar que na prática a teoria é outra.

De acordo com Vásquez (1977, p.232), nesta sociedade dividida por classes antagônicas é a atividade revolucionária que dá condições concretas e permite mudar “radicalmente as bases econômicas e sociais em que se assenta o poder material e espiritual da classe dominante e instaurar, assim, uma nova sociedade”. E o protagonista dessa transformação é o proletariado organizado e com consciência de sua condição de classe, que por meio de uma luta consciente possa traçar os objetivos, táticas e estratégias dessa luta e buscar as forças para esta mudança.

Há que se destacar, no entanto, que o alcance dessa práxis não é tarefa específica do Serviço Social. O que se pode alcançar é uma atuação profissional – compreendida enquanto parte da prática social – de enfrentamento das expressões da “questão social” dentro do capitalismo, de forma a almejar a superação e transformação desse sistema. “Seu nível de intervenção não é de rompimento com essa ordem, por mais que o Serviço Social tenha como objetivo último sua transformação”. (SANTOS, 2010, p.49)

Portanto, para alcançar essa práxis transformadora e revolucionária, é necessário a consciência de classe, ou seja, dos sujeitos se reconhecerem como agentes transformadores, com consciência política e social, e com estratégias definidas com base em teorias e métodos de ação.

3.3.1. *A Prática Profissional do Serviço Social e suas Possibilidades*

O Serviço Social, neste aspecto, como prática profissional “presta serviços e/ou administra serviços sociais que são a base material a partir da qual desenvolve uma ação ideológica, política e educativa” (CELATS, 1985, p.59). Neste sentido pode desempenhar o papel de potencializar nos indivíduos essa consciência de coletivo, de classes e de direitos. Pode contribuir, ainda, para o fortalecimento de uma consciência revolucionária, para a organização da sociedade civil, da luta coletiva e para a ampliação da cidadania²⁷. Para tamanha faceta, o profissional deverá se enxergar enquanto sujeito que pertence a esta classe, e que visa ou tem como objetivo programático central esta práxis revolucionária. E esta visão só é possível se norteada pela teoria social crítica²⁸.

Neste sentido, “a atividade teórica proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade, ou traça fins que antecipam idealmente sua transformação”, mas precisa da prática para que de fato haja a transformação da realidade. As transformações da atividade teórica são quase sempre transformações ideais, e as transformações da prática são ou deveriam ser concretas. Portanto, a prática e a teoria são distintas, mas devem operar sustentadas uma na outra, numa “relação indissolúvel”. Assim possuem diferenças, mas não oposição, constituem-se uma unidade que apresentam “autonomia e dependência de uma com relação à outra”. (VÁSQUEZ, 1977, p.233 e 243)

²⁷ “O trabalho do assistente social pode produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais da vida de seus usuários, em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens, em seus comportamentos, valores, seu modo de viver e de pensar, suas formas de luta e organização e suas práticas de resistência.” (YAZBEK, 2006, p.198)

²⁸ Aqui a teoria social marxista “possibilita uma intervenção profissional que intencione a ruptura”, que intencione a sedimentação de uma prática que “coadune com valores democráticos, que garanta os direitos sociais conquistados pela população e promova a justiça social. Apesar de a profissão intencionar romper com o padrão teórico conservador, essa ruptura não pode se transformar em uma prática revolucionária, tendo em vista que a prática profissional envolve ações interventivas na sociedade, com níveis de ação diferentes das ações revolucionárias. Ou seja, a função da prática profissional é distinta da função da práxis revolucionária.” (SANTOS, 2010, p.49)

A teoria em si (...) não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem de sair de si mesma e, em primeiro lugar, tem de ser assimilada pelos que hão de suscitar, com seus atos reais, efetivos, essa transformação. Nesse sentido, uma teoria é prática quando materializa, por uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. (VÁSQUEZ, 1977, p.236)

Este trabalho de apropriação da teoria torna-se fundamental para os assistentes sociais, que ao se apropriar do conhecimento teórico em suas ações podem concretizar o que foi idealizado. Entretanto, como um profissional vai desenvolver uma atividade, visando alcançar determinados objetivos, buscando uma ação transformadora, que resulte em mudanças, sem se apropriar de conhecimentos específicos ou teorias que orientem o seu fazer? Como ele irá proceder se não conhece a realidade a qual pertence e onde se constitui o campo de operacionalização das suas ações? Como efetivar uma prática sem um projeto que o norteie?

Provavelmente ele até poderá realizar algo, uma atividade, mas não será uma prática transformadora. Ele poderá realizar uma “prática concreta, manipulatória, de intervenção imediata, que requer evidentemente uma teoria mais pobre, mas, que também requer uma teoria”, pois “não existe uma prática que não exija uma teoria”. (COUTINHO, 1991, p.2) Perde-se a dimensão de totalidade e se recai a práticas parciais e fragmentadas. Entretanto, uma prática de cunho transformador ele não alcançará.

E o fato de não alcançar esta prática transformadora, ou até mesmo a práxis revolucionária não é o problema em si, pois esta não é responsabilidade exclusiva de uma profissão, mas sim o fato do profissional não saber que pode alcançá-la, ou ainda, achá-la utópica e não lutar por esta transformação, não tendo esta visão como finalidade programática e horizonte de atuação.

O problema reside no fato de que muitos assistentes sociais apenas realizam atividades rotineiras, sob o ponto de vista imediatista do senso comum, sem uma consciência de classe mais apurada, sem um planejamento mais consistente, uma intencionalidade clara, sem objetivos concretos e sem estar pautados em um projeto ético-político. Reside também no fato do profissional não saber ou reconhecer que há

outras possibilidades de prática, que ele está fazendo o que tem que fazer, mas que este não é o único caminho. E isso ocorre porque ele não consegue concretizar conscientemente na prática os fundamentos e análises proporcionados pela teoria, resultando em uma prática esvaziada de claras concepções teóricas.

Neste sentido, ao não compreender a estreita e fundamental relação presente na teoria/prática, o assistente social empobrece as potencialidades contidas na teoria e recai a práticas imediatistas, reiterativas, e que apresenta diferentes níveis de compreensão do seu papel e potencialidades. Ou seja, ao contrário de uma teoria fundamentada e coerente, a imediatividade passa a ser a “categoria reflexiva que orienta a prática profissional quando o nível de consciência do assistente social atém-se à certeza sensível, ou à percepção ou ao entendimento”. (COELHO, 2010, p.25)

Quando a verdade do aqui e agora transparece como verdade universal, alojada somente no sensível, têm-se como resultados, por exemplo, a assertiva que “os conhecimentos histórico, teórico-metodológico e ético-político transmitidos/apreendidos no processo de formação profissional não encontram aplicabilidade no cotidiano do seu exercício profissional”, ou, em outras palavras, que na prática a teoria é outra. (COELHO, 2010, p.26)

Contudo, a prática e a teoria não podem ser pensadas separadamente, pois resultariam em incongruências e reducionismos do campo profissional que alterariam, inclusive, as bases e sentidos do Serviço Social. Esta articulação teórico-prática possibilita um olhar diferenciado sobre o imediato e influencia a perspectiva e postura ética e política em que o profissional se coloca, possibilitando que a burocracia, a reinteração e os impasses profissionais sejam compreendidos para além do imediato, para além do aqui e do agora.

Neste sentido, o que deve ficar claro é que tanto para executar seus trabalhos com os indivíduos, como para fazer parte deste processo de transformação, o profissional necessita de uma teoria que o direcione e o ajude a potencializar os “usuários” (compreendidos em sua coletividade) de seus serviços a serem sujeitos de sua própria ação. Assim, “o assistente social não é apenas aquele que domina uma técnica, mas é aquele que domina um discurso” fundamentado em uma teoria, domina também “um universo de valores que ele tem que estar consciente que domina”, configurando-se um profissional com um espírito crítico com relação à sua prática e ao seu discurso. (COUTINHO, 1991, p.26)

Quando isto não acontece ocorre o que Vásquez (1977, p.240) brilhantemente explica:

No lugar destes, temos toda uma rede de preconceitos, verdades estereotipadas e, em alguns casos, as superstições de uma concepção irracional (mágica ou religiosa) do mundo. A prática se basta a si mesma, e o “senso comum” situa-se passivamente em uma atitude a-crítica em relação a ela. O “senso comum” é o sentido da prática. Como não há inadequação entre “senso comum” e prática, para a consciência simples, o critério que esta estabelece em sua leitura direta e imediata é inapelável. A consciência simples se vê a si mesma em oposição à teoria, já que a intromissão desta no processo prático lhe parece perturbadora. A prioridade absoluta corresponde à prática, e tanto mais corresponderá quanto menos impregnada estiver de ingredientes teóricos. Por isso o ponto de vista do “senso comum” é o praticismo; prática sem teoria, ou com um mínimo dela. (VÁSQUEZ, 1977, p.240)

“Os produtos da consciência têm de se materializar para que a transformação ideal penetre no próprio fato”, ou seja, a teoria ou atividade teórica ajuda a transformar as nossas consciências acerca dos fatos, “nossas idéias sobre as coisas”, nos auxiliando no desenvolvimento das ações. (VÁSQUEZ, 1977, p.239)

Assim, o profissional tem que ter consciência dos limites presentes em sua prática e buscar uma prática mais ampliada, reconhecendo os perigos da burocratização, enfrentando a fragmentação de sua intervenção e superando ações imediatistas. Compreender que ao modificar suas ações e relações profissionais, contribuirá efetivamente para transformar o conjunto da sociedade, numa mediação constante entre o geral e o particular²⁹. E é a unidade entre conhecimentos teóricos

²⁹ “Em outras palavras, o Serviço Social é uma profissão que atua sobre e na realidade. Ele se orienta e se reorienta como um resultado (produto) dos agentes profissionais e das exigências postas pela realidade histórica, pelas mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas na e em sociedade.” (SANTOS, 2010, p.45)

e prática profissional que vai direcionar o assistente social para esta dimensão crítica³⁰.

Neste sentido, de acordo com Mário da Costa Barbosa (1990, p.16) o Serviço Social irá contribuir com as transformações das relações sociais, enxergando as reais dimensões de sua prática profissional e superando a visão do assistente social como único e exclusivo “solucionador de problemas”, mas também como o profissional potencializador de educação social, que mostra as causas em que estão ligados os problemas vivenciados pela população, na busca de autonomia e emancipação humana. Também reconhecerá a sua prática como promotora e potencializadora de organização popular, de maneira a enfrentar os problemas de forma organizada e visando a mudança, assim como as demais estratégias de intervenção que alteram radicalmente a garantia de direitos³¹. Assim, “a solução de um problema não é um fim, mas faz parte, está dentro do processo”, na busca da transformação da sociedade e no alcance da garantia da igualdade e liberdade entre os homens, de maneira a imprimir um caráter ético e político às suas ações.

Assim, esses elementos são componentes que formam o conteúdo de uma ação efetiva, realizando não uma prática qualquer mas uma determinada prática, temporal e espacialmente situada, envolvida e comprometida com o real concreto, caracterizando a atividade própria do serviço social, resultando dessa atividade profissional uma ação unitária a partir dos seus

³⁰ “A prática profissional, vista como um produto histórico e resultante de uma intervenção teórica e prática dos agentes nela envolvidos, tem determinada prática social implícita, a qual deve ser compreendida por esses agentes a fim de que seja uma prática crítica. Entender que a prática profissional favorece determinada prática social significa não só compreender até que ponto a atividade prática do profissional se insere numa práxis humana social, como compreender também o significado social da profissão”. (SANTOS, 2010, p.46)

³¹ “A particularidade da intervenção do profissional no campo popular consiste na direção diferente que imprime às suas ações que, no entanto, não deixam de reproduzir serviços concretos de que a população necessita e que não escapam às determinações objetivas assinaladas nas políticas sociais. Daí a importância de que o profissional tenha clareza teórico-política acerca da direção do seu trabalho, ainda que uma tal clareza não esgote a complexidade das relações com as organizações populares” (CELATS, 1985, p.63)

elementos e o comprometimento ideológico com a libertação do homem, propondo uma práxis. (BARBOSA, 1990, p.16-17)

Entretanto, muitos profissionais realizam muito mais a prática reiterativa – com um caráter de imitação ou reprodução – do que a prática criativa, aquela carregada de reflexão e espontaneidade. Estão criando muito pouco e inovando menos ainda, pois se preocupam muito mais com a forma do que com o conteúdo, evoluindo no grau de burocratização e não no grau de transformação, o que os afasta ainda mais da práxis revolucionária. Sem contar que não se interam acerca dos debates e possibilidades que orientam o fazer profissional, contidos no projeto ético-político, ora sendo extremamente fatalistas e comodistas, e ora sendo totalmente messiânicos e audaciosos (achando que sozinhos irão transformar o mundo)³².

Não compreendem que o fato de não alcançarem uma práxis revolucionária³³ não os limita a pensar em outros tipos de práxis que contribuam para esta finalidade. É necessário reconhecer os níveis de ruptura que uma prática profissional pode alcançar, sem, contudo, deixar de reconhecer o seu potencial crítico, reflexivo, emancipador e difusor de conhecimento. Não deixando de compreender os indicativos que a teoria proporciona: a análise das condições em que se dará a práxis, o entendimento “do que” e “do porquê” transformar, as possibilidades efetivas de ruptura, e as mediações que se fazem fundamentais para essa transformação.

Este é o dilema em que vivem os assistentes sociais, quando não percebem que do reino da possibilidade (teoria) ao reino da efetividade

³² Muitos assistentes sociais, por falta de clareza teórica e ético-política, passam a evocar a transformação social como responsabilidade profissional. Não compreendem que transformação social implica um movimento maior de supressão dos fundamentos da ordem burguesa, e que é diferente de mudança social. É preciso ter clareza que não são os assistentes sociais que irão realizar a transformação social, mas que este é um movimento e uma luta que pertence à sociedade como um todo.

³³ De acordo com Santos (2010, p.47) “A prática profissional, ao favorecer determinadas práticas sociais e ao sofrer influências dessas práticas sociais – daí o seu caráter político – pode contribuir ou ter como horizonte o apoio ou a identificação com a práxis revolucionária, mas de forma alguma é a responsável por ela”.

(prática) há mediações que precisam ser conhecidas e trabalhadas. Esse projeto profissional de ruptura encontra-se no reino da possibilidade, da finalidade. Para alcançar a efetividade, precisam-se conhecer as mediações postas na realidade, ou seja, postas na e pela práxis social como elementos constituintes da prática profissional e não como elementos que a “impedem”. Entender essa relação é fundamental para não se exigir de uma direção teórica aquilo que não lhe é possível oferecer. (SANTOS, 2010, p.50)

O problema aqui não se remete ao não alcance da práxis revolucionária, mas na conformidade e comodismo de uma prática profissional burocratizada, degradada, acrítica, inautêntica, esvaziada de reflexão teórica e de consciência, repetitiva, sem intencionalidade, abstrata, baseada em modelos e receituários, a - histórica e sem projetos ou horizontes para o futuro, não sendo capaz de enfrentar novas situações, de conhecer as mediações, de criar, inovar, encontrar soluções, transformar e alcançar uma nova realidade.

Muitas influências externas e dificuldades³⁴ surgem no campo prático, e nem sempre é possível alcançar uma prática profissional

³⁴ “As transformações operadas nos países capitalistas dos últimos trinta anos, oriundas da crise estrutural do capital, produzem alterações no mundo do trabalho as quais se traduzem nas particularidades históricas do Serviço Social, redimensionando as políticas sociais como espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, decorrentes de novas e mais complexas relações entre Estado e sociedade civil, de onde deriva um novo padrão de enfrentamento da questão social, caracterizado por medidas focais e paliativas de combate à pobreza, pelo estabelecimento de redes de proteção social, pelo crescimento do terceiro setor e de práticas voluntárias e voluntaristas (...). Mediado pela lógica do *mercado*, o exercício profissional sofre um redimensionamento pelas alterações ocorridas na esfera dos serviços sociais e nas demandas. (...) Nas condições e relações atuais do exercício profissional, um conjunto de mediações conforma este processo: a ameaça ao desemprego, o achatamento salarial, a precarização das condições de trabalho, o aprofundamento do processo de pauperização, a mudança nos parâmetros legais e institucionais que orientam as relações de trabalho, o precário contrato de trabalho (...), a desespecialização/desprofissionalização, a alienação no/do trabalho. (...) Na análise destas condições depreende-se que há uma interferência da lógica do capital na forma, no *modus operandi*, no conteúdo e no resultado do exercício

diferenciada, mas se faz fundamental que o profissional reconheça os condicionantes externos ou institucionais que inviabilizam sua ação, utilize de recursos e estratégias fundamentadas teoricamente para superar estas dificuldades ou negociar a maneira mais adequada para chegar a resultados mais equilibrados, sem, contudo, perder de vista o seu horizonte final. E isso quer dizer que também é necessário compreender e aprender tudo o que é necessário para ser um assistente social, como o caráter político, ético, teórico, metodológico, técnico e operativo presentes em sua prática. Somente uma prática fundamentada irá lhe direcionar para esta ação, sem cair numa ação tecnicista e em práticas parcelares.

A indicação é superar o imediatismo e práticas reiterativas a partir de um projeto que tenha em seu horizonte a busca de uma nova sociedade, e que seja incompatível com a imediaticidade e com ações esvaziadas de sentido político e ético. Um projeto que sinalize novas possibilidades para a prática profissional, mas que não deixe de consubstanciar as ações a serem realizadas cotidianamente nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais.

Até porque, como já foi mencionado, a conquista de uma práxis revolucionária não é responsabilidade de uma profissão, mas sim projeto de toda uma sociedade. Alcançá-la requer articulação de todos os membros de uma sociedade e não é tarefa fácil, porque envolve uma série de contradições e correlações de forças.

Entretanto, potencializar este projeto de mudança societária é tarefa profissional, quando expressa na ruptura da alienação, no reconhecimento da luta de classes, na promoção da justiça e da liberdade, a ser alcançada numa sociedade com outra configuração, através da potencialização das estratégias organizativas da população, em prol da emancipação humana. Aqui a legislação profissional e o projeto ético-político do Serviço Social são grandes ferramentas para a concretização dessas ações conscientes e críticas.

profissional, que se limita, em muitos casos, ao cumprimento de rotinas burocráticas e de metas institucionais, influenciando nas funções, qualidade e competência do trabalho profissional, estabelecendo normas específicas e, até mesmo, à luz da lógica mercadológica, define-se as necessidades de capacitação, o ritmo e a intensidade do trabalho e os recursos (técnicos, financeiros, institucionais) disponíveis para realização das ações profissionais” (GUERRA, 2007, p.06-08)

3.3.2. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social e Suas Potencialidades*

A legislação profissional (Código de Ética de 1993 e Lei 8.662 de 1993) e principalmente o projeto ético-político³⁵ do Serviço Social brasileiro, fundamentados em doutrinas e teorias, constituem-se elementos fundamentais que orientam a prática profissional do Serviço Social. O projeto profissional, assim, torna-se um elemento fundamental para a conquista da práxis.

Sem esse elemento, ainda que nem sempre percebido pela consciência do profissional, a atuação na realidade carece de uma unidade, de elementos que possam homogeneizar determinados elementos da cultura e determinadas posturas profissionais conscientemente adotadas, diferenciando-as de ações sociais, voluntárias ou não. Ele é um elemento necessário, ainda que insuficiente, para que uma atividade se converta em práxis. (GUERRA, 2007, p.24)

O projeto ético-político do Serviço Social guia, assim, as ações a serem realizadas e concretizadas por toda a categoria profissional, possibilita a projeção de finalidades a serem alcançadas através de uma antecipação “ideal” dos resultados que se buscam concretizar. Orienta,

³⁵ O Projeto Ético-Político do Serviço Social data de meados da década de 90 e expressa um processo histórico de desenvolvimento profissional, através da crítica e recusa do conservadorismo, que durante anos foi o palco em que se desenvolveu a profissão. Instaurou-se num processo de lutas de idéias, concepções e ideologias e vinculou-se a projetos societários totalmente opostos daqueles que atendiam as classes dominantes. Trouxe um pluralismo político e ideológico, e deu abertura a novas vertentes teóricas, principalmente a vertente social crítica, que foi ao encontro dos projetos das classes trabalhadoras. Em seu núcleo interno está contida a imagem “ideal” da profissão - ou aquela que se pretende alcançar -, os valores e princípios que lhe dão legitimidade e legalidade, seu arcabouço de conhecimentos teóricos e metodológicos, seus objetivos, normas e seus saberes interventivos. (NETTO, 2006) Além disso, é “histórico e dotado de caráter ético-político, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade”, indicando os caminhos a serem percorridos, estabelecendo um norte, um fio condutor quanto às “formas de operar o trabalho cotidiano”, aplicando-lhe interesses coletivos, universais, de “liberdade na práxis social”. (IAMAMOTO, 2010, p.227)

sobretudo, a transformação a ser operada, a prática ou práxis profissional que se quer efetivar. Para tanto parte da realidade social concreta brasileira em sua dimensão histórica e de totalidade, e reconhece as forças que se polarizam no país, articulando sempre a dimensão teórica e prática.

Significa uma “possibilidade de os profissionais tomarem consciência dos fundamentos (objetivos e subjetivos) sobre as quais a prática profissional se desenvolve” a partir de um conjunto de elementos e “conhecimentos teóricos e saberes interventivos”, bem como “valores, princípios e diretrizes éticas e políticas” que lhes dão sustentação. (GUERRA, 2007, p.08)

Significa, ainda, a possibilidade de construção permanente de perfis profissionais, dentre eles o do profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, visando a defesa permanente dos direitos sociais e humanos, considerados como conquista da humanidade, herança das lutas dos movimentos sociais e trabalhistas progressistas, de modo a superar a histórica vinculação do profissional com o conservadorismo. (GUERRA, 2007, p.09)

Desta forma, o projeto ético-político, pela via de um conhecimento teórico e articulado a prática, possibilita a construção de estratégias que indiquem a direção, o caminho e o como avançar, bem como quais as medidas e recursos que podem ser acionados na busca de uma atuação profissional mais crítica, consciente e qualificada, que supera a imediaticidade, que realiza a análise concreta das situações concretas, que clarifica os objetivos profissionais do Serviço Social dos objetivos institucionais que atravessam seu campo de atuação, e que, desta forma, defende a justiça, a igualdade social e a emancipação humana. Assim, a formulação e implementação do projeto ético-político se traduz como uma “etapa necessária para a realização da intencionalidade dos sujeitos profissionais, a qual tanto possibilita a unidade entre teoria e prática quanto é expressão da síntese desta”. (GUERRA, 2007)

Contudo, deve ser ressaltado que a compreensão sistemática deste projeto ético-político requer uma compreensão mais clara da ética e da política no universo profissional, inclusive enquanto projeto. A não

compreensão desta construção recente do Serviço Social acaba por indicar uma resistência do conservadorismo e uma visão restrita e limitada da relação teoria e prática.

Discutir teoria e prática no Serviço Social é discutir as possibilidades de intervenção profissional, é discutir projetos de vida e de classe, é problematizar o projeto político-pedagógico e ético-político do Serviço Social e a maneira como os profissionais entendem o seu papel. Não é uma questão de segunda ordem, mas sim de fundamental importância, porque atravessa a questão da identidade da profissão, do seu projeto ético e político, bem como o seu futuro.

As autoras Valeria Forti e Yolanda Guerra (2010, p.07) no artigo “Na prática a teoria é outra?” tratam com muita propriedade e ênfase esta temática evidenciando como o cotidiano profissional pode ficar “obscurecido por atos repetitivos, objeto de pouca reflexão” quando os profissionais equivocadamente não compreendem a importância da relação entre teoria e prática e não efetivam um constante aprimoramento profissional para um conhecimento qualificado e uma intervenção crítica e propositiva:

O assistente social é um intelectual que intervém na realidade social, habilitado a operar em área particular, mas para isso precisa considerá-la com competência, o que significa entender que o particular é parte da totalidade. Assim, cabe exercitar o tempo todo a sua capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é a condição – o requisito imprescindível – do seu trabalho profissional. (FORTI; GUERRA, 2010, p.08)

No entanto, de acordo com as autoras, em muitas situações em que são requeridas ações imediatas e respostas rápidas, o que é comum no cotidiano profissional, a “perfeita sintonia entre o senso comum e a ação é captada como suficiente para atuação do profissional” e como resultado “o relativismo torna-se regra, já que o pensamento se curva aos ditames da necessidade imediata”. (FORTI; GUERRA, 2010, p.08) Aqui a prática profissional fica esvaziada de criticidade e criatividade, e mesmo que sem perceber, passa a atender às exigências do capitalismo em sua face mais cruel.

Contudo, apesar da necessidade de dar respostas rápidas, objetivas e imediatas; apesar do profissional enfrentar limites nas instituições empregadoras em que está vinculado e apesar da sua própria condição de assalariado, o assistente social tem responsabilidades inerentes à profissão e possui a “chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa e finalidade às suas ações”, o que só é possível se orientado claramente por uma teoria social crítica e por um projeto ético-político. Ou seja, o assistente social possui “relativa autonomia” para qualificar suas ações, mas para isso é fundamental o desenvolvimento de sua capacidade intelectual, na “busca de substanciais conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-políticos) que lhe permitam situar o seu papel como profissional na realidade social”. (FORTI; GUERRA, 2010, p.09)

Isso requer a busca de conhecimentos que qualifiquem intelectualmente o profissional para escolha responsável do rumo que ele irá tomar, pois o Serviço Social, conforme Yamamoto (2007), é profissão que participa de um mesmo movimento que tanto possibilita a continuidade do nosso modo de sociedade como cria possibilidades para a sua transformação, e as conjunturas não condicionam, não obstante a imposição de limites e possibilidades, unilateralmente as perspectivas profissionais. Desse modo, o assistente social que situa a dimensão intelectual que lhe compete, compreende que operações particulares têm conexão com a totalidade e requerem a aquisição de preparo teórico (ético-político) e metodológico capaz de desvelar e efetivar sua atividade profissional. (FORTI; GUERRA, 2010, p.09)

Portanto, para Forti e Guerra (2010, p.10-11) parece evidente que “não cabe relação ambígua entre o campo da teoria e o campo da prática”. O próprio projeto ético-político profissional reforça esta afirmativa, pois é “instrumento norteador da ação profissional” com referências teóricas, éticas, políticas para a formação e exercício profissional dos assistentes sociais, evidenciando a “necessidade de competência” do profissional “face aos desafios e às contradições que ele enfrenta na realidade social”.

3.3.3. *Nem 08, Nem 80: A Teoria e a Prática Profissional de Mãos Dadas e Ambas em Evidência*

Radicalismos e pré-conceitos à parte, e superado o discurso dicotomizador entre teoria e prática, é possível discutir esta relação em um mesmo patamar de complexidade e importância.

A prática deve ser pensada e analisada sempre em seu caráter social, ampliado, e como uma ação que visa e pode alcançar a transformação, através da práxis. Contudo, deve ficar claro que existem diversos tipos de práticas (política, artística, produtiva, profissional), que requerem ações diferenciadas. Estas se diferenciam justamente pelo que criam, produzem, elaboram e transformam.

A prática profissional se efetiva no espaço da prática social, mas não se confunde com ela. Necessita entender o real, as atividades materiais e de produção dos homens, porque faz parte deste processo e intervém neste espaço. Neste sentido é imperativo compreender que os resultados alcançados pela prática profissional fazem parte do conjunto da prática social, mas não equivalem ou equiparam-se a esta prática, bem mais ampla – voltada a existência material, social e espiritual dos homens e às relações em sociedade.

Desta maneira, a prática profissional é uma forma particular de práxis social. Expressa e busca um tipo de intervenção determinado, que está inserido no âmbito das práticas sociais e as influencia, mas que têm objetivos e intenções especializadas ligadas à gestão da vida cotidiana. Interfere no mundo prático-material, opera transformações no plano da produção material e possui também um caráter ideal, ético e político, que interfere no plano cultural e ideológico, no comportamento e nas ações humanas. Assim necessita, a partir dos conhecimentos teóricos, pesquisar e compreender os fenômenos da realidade e as articulações e mediações necessárias para intervir. Aqui a teoria permite a apreensão do objeto de ação, seus conflitos, contradições e direções.

A partir desta compreensão, é possível entender que a prática profissional possui um caráter transformador, ético, político, teórico, metodológico, técnico, operativo e inclusive ideológico, que tem impresso em seus objetivos uma direção social, mas que não tem como único e exclusivo fim a práxis revolucionária. Esta é uma finalidade, um horizonte programático que dá sentido as ações que executa cotidianamente, e que é incompatível com a imediatividade, com o conformismo e com a dicotomia entre teoria e prática.

Este caráter político contido na prática profissional necessita ser aprofundado e compreendido em suas mediações e articulações, para que haja o entendimento das possibilidades de transformação que a profissão possui, e que muitas vezes são confundidas com ações revolucionárias e messiânicas. A dimensão ética, voltada à transformação das idéias, valores, ações e comportamentos humanos também se torna fundamental, principalmente quando associada ao projeto ético-político do Serviço Social. Este projeto, enquanto construção recente da profissão, necessita ser mais bem aprofundado, pois a sua não compreensão indica uma resistência e um conservadorismo, bem como uma visão limitada e até simplificada da relação teoria e prática.

O projeto profissional indica os valores, diretrizes e “auto-imagem” (NETTO,1999) da profissão, reforça a dimensão política contida na prática profissional, que é caracterizada por contraditórios interesses de classes. Congrega em si “a imagem *ideal* da profissão” (NETTO, 1999) e, neste sentido, *projeta* ações coletivas balizadas por valores, orientada por objetivos, conhecimentos teóricos e saberes interventivos. Assim há a *idealização* das ações a serem realizadas, e que nem sempre são alcançadas, pois há uma variedade de aspectos da realidade que não podem ser controlados, programados ou influenciados.

A mudança, a transformação buscada pela prática profissional não depende exclusivamente da teoria que a ilumina, do projeto ético-político que a sustenta e da vontade do sujeito que a realiza. Depende de fatores históricos e de condições externas que a determinam. A igualdade, o pluralismo, a emancipação e autonomia dos indivíduos, por exemplo, não são executadas concretamente na prática profissional dos assistentes sociais, pois elas são contrárias e antagônicas a sociedade do capital. Estes valores, assim como os conhecimentos teóricos, norteiam as escolhas dos profissionais, as estratégias a serem realizadas, os rumos a serem seguidos, os compromissos profissionais. (TEIXEIRA, BRAZ, 2009)

Neste sentido, o projeto ético-político, pautado em conhecimentos teóricos e saberes interventivos, possibilita a compreensão das dificuldades, dos limites e desafios da prática profissional, permitindo o reconhecimento das contradições e lutas de classe em que está inserida a profissão, e o entendimento e clareza de que não basta a boa vontade para a transformação da realidade, mas que esta é possível com base em conhecimentos que viabilizam práticas

profissionais de qualidade e em consonância com compromissos coletivos.

O projeto ético-político, fortemente tensionado pela sociedade do capital, também é freqüente e equivocadamente questionado como um projeto “inviável”, pois apresenta princípios que não podem ser “efetivados” no fazer profissional. Todavia, cumpre expor que há que se entender o que é efetivamente este projeto, e o que ele implica, pois a sua efetiva compreensão e reafirmação dá materialidade à consciência ética dos profissionais e permite a visualização de uma prática profissional crítica, de resistência e politicamente direcionada.

A prática profissional também necessita ser discutida em seus pormenores e em suas dimensões, articulada evidentemente a práxis social, pois não pode estar separada ou deslocada dela, mas entendida em suas reais e efetivas possibilidades e peculiaridades. Necessita ser discutida à luz de um referencial teórico, de um projeto ético-político, e compreendida em suas limitações, dificuldades, caminhos e direções. Necessita, sobretudo, ser mapeada, apresentada em sua operacionalidade e finalidades, mas sempre articulada e conexas a um conhecimento teórico.

Neste sentido caberia o aprofundamento da questão: A prática profissional do Serviço Social está sendo teorizada? Está sendo confrontada com a teoria e projeto ético-político que a orienta? De que prática está se falando? Como ela é conceituada e interpretada? Quais são as suas possibilidades de intervenção e como ela está sendo desenvolvida? Quais são as dimensões constitutivas da prática profissional? Estas dimensões são tratadas no mesmo grau de horizontalidade? Qual o papel do conhecimento teórico para a prática profissional? Como a profissão vem sendo pensada e operada? Qual espaço que a prática profissional, vinculada a conhecimentos teóricos, vem galgando na formação profissional? As questões e categorias vinculadas à prática profissional, como práxis, imediatismo, projeto ético-político estão sendo desenvolvidos na formação e produção do conhecimento do Serviço Social? Estas questões estão sendo apreendidas pela produção acadêmica da pós-graduação?

Discutir a prática profissional articulada a conhecimentos teóricos requer, neste sentido, a análise de como os pesquisadores da área estão problematizando e abordando esta questão tão delicada na sua produção do conhecimento, bem como suas co-relações e derivações, de forma a verificar quais as concepções surgem ao tratar esta relação, haja vista que é a literatura especializada em Serviço Social que, na maioria das

vezes e em grande parcela, compõe a formação dos assistentes sociais e dão parâmetros para suas intervenções.

Para a efetiva ultrapassagem da dicotomia entre teoria e prática não basta somente a compreensão e entendimento do que seja a teoria e a prática na teoria social marxista de uma forma particular. É necessário identificar também que tipo de abordagem vem predominando nos processos de formação profissional e sendo perpassadas e ensinadas para os assistentes sociais. É imperativo, ainda, compreender qual é a centralidade do assunto dentro do Serviço Social, tanto em sua formação e exercício profissional, quanto na sua produção do conhecimento. É fundamental entender a prática profissional no contexto da práxis social, suas críticas, novas apreensões, limites, desafios e possibilidades.

É indispensável, neste sentido, tratar do tema de forma a torná-lo objeto central de análise, e não apenas um indicador ou elemento para debater outras questões e assuntos. Somente focando na temática e denunciando suas lacunas e limitações é que se poderá identificar seus aspectos negativos e enaltecer suas potencialidades.

Para tanto, e a partir do universo teórico apreendido nesta seção, cabe compreender como se deu a discussão sobre esta relação na formação profissional do Serviço Social, tanto no que concerne ao âmbito da graduação, quanto no que se refere ao domínio da Pós-Graduação, de forma a compreender como está sendo problematizada a discussão entre conhecimentos teóricos e a prática profissional do Serviço Social.

Tendo este resgate compreendido, poder-se-á, então, identificar como é realizada a articulação entre conhecimento teórico e prática profissional no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado que completou dez anos de história, de maneira a compreender quais são as concepções em que é discutida e analisada esta relação e se estes resultados refletem no conjunto profissional.

SEÇÃO III

3. ABORDAGEM SOBRE A DISCUSSÃO DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Após uma problematização da abordagem dada à relação teoria/prática por alguns autores de referência no seio do Serviço Social, é indispensável compreender qual tem sido a concepção dada a esta relação na formação profissional dos assistentes sociais, entendendo, neste sentido, qual a centralidade histórica que esta relação vem tendo tanto no âmbito da graduação, quanto no domínio da Pós-Graduação.

3.1. A Discussão da Relação Teoria e Prática no Âmbito da Graduação

Já em 1936, ano que marca o início do Serviço Social no Brasil³⁶, existia um currículo estruturado e organizado a partir de um perfil de profissional bem definido e com conteúdos programáticos estrategicamente organizados a fim de alcançar uma formação profissional filosófica cristã³⁷ e, sobretudo, técnica.

³⁶ “O surgimento do Serviço Social no País remonta aos anos 30-40, nos marcos da expansão urbano-industrial, que traz a *questão social* para o centro do cenário histórico nacional. Esta se torna foco de atenção por parte do Estado, do empresariado e da Igreja Católica, que passam a regular e administrar as tensões sociais, criando-se o terreno sócio-histórico que viabiliza a profissionalização do Serviço Social”. (KOIKE; JORGE; WANDERLEY; IAMAMOTO; ABREU, 1996, p.77)

³⁷ “A relação da profissão com o ideário católico vai cunhar seus primeiros referenciais no contexto de expansão e secularização do mundo capitalista. Sua fonte é a Doutrina Social da Igreja, a ação social franco-belga e o pensamento de São Tomás de Aquino (século XII: o tomismo) retomando em fins do século XIX por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica (o neotomismo), tendo como objetivo aplicar esse pensamento às necessidades do contexto. Essa relação vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da questão social como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais”. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.26)

“A mais bela profissão do século³⁸” exigia vocações específicas de seus profissionais, como um afluído sentido social, senso de responsabilidade, espírito de sacrifício e espírito prático, que lhe possibilite um acentuado “preparo técnico e uma sólida formação moral”.

Um currículo que almejava, através da ajuda, da disciplina e da educação moral, reajustar desajustados, enquadrar os sujeitos – entendidos como os indivíduos e suas famílias – a situações de “normalidade” e condutas sociais moralmente corretas. Aspirava tratar as situações específicas de ameaça e desajuste, agindo diretamente nas causas dos problemas, adaptando e readaptando sujeitos. Buscava o equilíbrio da sociedade, através de julgamentos, da boa vontade, da moral, do espírito missionário e de vocações cristãs³⁹.

“O objetivo das escolas de Serviço Social bem como o perfil do profissional são perpassados pelo ideal pedagógico cristão. Existe uma perspectiva de educação integral na formação do assistente social, que é, simultaneamente, individual, coletiva e pessoal.” (SÁ, 1995, p.71 e 73) Portanto, a formação profissional era baseada em exigentes critérios técnicos e morais e muito específicos com relação à personalidade das assistentes sociais, e revelavam sua missão e papel na sociedade, exigindo-lhe um trabalho adequado e eficiente.

O olhar direcionado ao ser humano era relacionado com suas condutas, comportamentos, cuidados pessoais, higiene, perturbações, flagelos sociais e educação cívica e moral. Estudava-se, por exemplo, o “problema da família”, o “problema da criança”, o sujeito enquanto situação-problema. A moral cristã/humanista influenciava, em grande medida, o espaço da teoria, e supervalorizava o preparo técnico e prático. Para se ter uma noção, os conhecimentos teóricos e práticos eram reconhecidos, mas tratados da seguinte forma:

³⁸ Expressão utilizada por Mancini, apud Sá (1995, p.68-69)

³⁹ “O Serviço Social é impulsionado inicialmente pela Igreja Católica, que, na busca de reafirmar sua influência na sociedade, parte para a qualificação de quadros laicos para a atuação junto a famílias operárias. Mas é no pós-guerra que ocorre a efetiva institucionalização do Serviço Social no País, com a ampliação da demanda de Assistentes Sociais por parte dos organismos estatais, de entidades empresariais e filantrópicas que passam a atuar sistematicamente na formulação e implementação de políticas sociais públicas e privadas e na viabilização de serviços sociais concernentes”. (KOIKE; JORGE; WANDERLEY; IAMAMOTO; ABREU, 1996, p.77-78)

Os teóricos compreendem: o Serviço Social – natureza, métodos, processos, campos, órgãos de Serviço Social, moral profissional e sua aplicação ao Serviço Social. A formação prática refere-se às realizações ou “a um aspecto da formação técnica”, consistindo em estágios, visitas domiciliares, visitas a obras sociais. (SÁ, 1995, p.74)

Assim, a moral profissional⁴⁰ invade o campo da teoria, bem como a preocupação na sua aplicação no âmbito do Serviço Social, enquanto a prática fica concentrada na questão de técnicas, totalmente enriquecida por este “campo teórico” influenciado pela moral cristã/humanista. É a sólida formação moral que, neste contexto, direciona o preparo técnico, a prática apropriada e adequada frente a um problema do indivíduo.

Disciplinas teóricas como “higiene”, “anatomia”, “técnica”, “enfermagem”, “moral”, “contabilidade doméstica”, “alimentação”, “psicologia dos anormais” e “psicotécnica” ocupavam a base curricular do Serviço Social, dando uma direção de “cuidador social”, com uma ênfase para a disciplina, o enquadramento social, a boa conduta e a harmonia da sociedade. (SÁ, 1995, p.76)

Numa outra balança, ministradas separadas da teoria, estavam às disciplinas práticas, que se configuravam em receitas e manuais que possibilitassem alcançar a ordem e o equilíbrio da família. As disciplinas práticas se resumiam em como cuidar do arranjo, iluminação, arejamento das habitações; aprender questões essenciais de saúde, como curativos e primeiros-socorros; planejar e organizar cardápios; saber se vestir e cuidar do vestuário, como lavagem, engomagem, costura e confecção; além de matérias complementares e visitas a obras e instituições de caridade. (SÁ, 1995)

A corrente teórica que predomina neste contexto é a base sociológica voltada para o fato social positivo e as relações funcionais. Entretanto, esse conteúdo não é abordado no programa de Sociologia, mas aparece de forma superficial nas matérias específicas do próprio Serviço Social, com enfoques psicologizantes, que direcionam para o sujeito enquanto situação-problema e que desconsidera o aspecto social. “É nas disciplinas voltadas para a formação cristã que os aspectos

⁴⁰ Esta moral profissional era carregada de valores do código de ética da época, baseados em uma moral cristã/humanista.

sociológicos são mais aprofundados, mas sempre referenciados pela Doutrina Social da Igreja, pela noção de bem comum, da justiça social, da fraternidade cristã”, caracterizando-se em teorias embasadas nos fundamentos e doutrinas neotomistas. (SÁ, 1995, p.82)

O papel do assistente social nesta conjuntura – de tratar os desajustados e as deficiências de grupos e indivíduos, visando o restabelecimento da ordem e da moral⁴¹ – requer uma formação da mente, ancorada nas doutrinas e ideal cristãos, e uma formação prática, que execute seus conhecimentos amparados nesta mesma filosofia e alcance os objetivos determinados por ela. Assim, a teoria e a prática do Serviço Social repousavam em bases morais e sociológicas que decorrem de uma filosofia de vida, e tinham um enfoque de hierarquização, onde uma sobrepunha a outra, e onde a teoria era “aplicada” na prática com base nas diretrizes da Doutrina Social da Igreja.

Assim, o foco era em manter o instituído pela igreja, modificar o desajustado ou aqueles que vão contra a ordem cristã, reformar o indivíduo com problemas, aplicar as regras e doutrinas cristãs e ajustar em nome da ordem social. Aqui a teoria servia para estabelecer, aplicar, seguir, instituir. Não servia para questionar, pensar, criar e transformar. Uma teoria limitada pela doutrina cristã e pela moral, que gerava uma prática pobre.

A partir dos anos 1940, o conservadorismo católico que caracterizou o início da profissão, começa a buscar aprimoramento técnico por meio do contato com o Serviço Social norte-americano e sua doutrina positivista. “Essa busca da matriz positivista e de sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social vai abordar as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos (dados) que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade”. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.27)

⁴¹ Segundo Sá (1995, p.107) “o Serviço Social está voltado para os desajustamentos e as deficiências dos indivíduos na sociedade. Existe uma ordem funcional, apesar da diversidade de atribuições ou das funções específicas. A sociedade é vista como um todo harmônico, equilibrado. Ao se desviar desse funcionamento, o indivíduo precisa ser reajustado, não simplesmente segundo técnicas ou métodos, mas tendo em vista uma finalidade maior, que é transcendente à ordem social e econômica, vinculando-se à ordem filosófica ou à concepção mesma da vida”.

É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Especialmente em sua orientação funcionalista, esta abordagem é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com metodologias de ação. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.27)

Portanto, há uma tecnificação da ação profissional, uma preocupação excessiva com instrumentos e técnicas, com modelos e receituários, numa perspectiva em que a teoria não se relaciona ou vincula diretamente com a prática, pois são dimensões compreendidas de forma totalmente tortuosa.

Na década de 50, mais precisamente em 1952, após a Segunda Guerra Mundial, o currículo é “centrado na integração com o meio, com ênfase na família e nas instituições para a adaptação social ou bem-estar social”. Portanto, ainda é um currículo de cunho funcionalista, com fortes traços da visão anterior, com a abertura mais profunda do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Aqui a prática fica articulada ao ambiente institucional, como no Sistema S (SESI, SENAI, SESC) e na LBA, IAPs e hospitais. Predomina neste momento uma visão clínica da profissão. (FALEIROS, 2000, p.166)

A partir da década de 1960 o currículo fica direcionado “na solução (tratamento) de problemas individuais, no desenvolvimento e no planejamento social, com ênfase na comunidade e nos valores cristãos por parte das escolas católicas”. (FALEIROS, 2000, p.166) A prática aqui ganha outras dimensões, se articulando junto às comunidades, centros urbanos e empresas, além dos espaços que já ocupava anteriormente. Predomina nesta época “uma visão desenvolvimentista”, que está atrelada ao momento histórico e político do Brasil.

No entanto, é a ainda nos meados da década de 60 que se inicia um processo de busca de ruptura com o conservadorismo, através de um amplo processo que buscava um movimento de reconceituação em termos teórico, metodológico, operativo e político e que iria se expressar mais fortemente nas décadas seguintes.

Neste sentido, na década de 1970 já se evidenciava um currículo carregado de visão tecnocrática, voltado para o planejamento e organização social, com um viés de ruptura com a marginalização e adequação do indivíduo, e ao mesmo tempo, balanceado pela luta de classes. (FALEIROS, 2000) Efetivava-se nesta conjuntura um Movimento de Reconceituação Profissional do Serviço Social, que acaba por atingir toda a América Latina e despertava a necessidade de construção de um novo projeto profissional. E como o grande fruto e ganho deste movimento têm-se a interlocução com o marxismo, oferecendo ao Serviço Social brasileiro e latino-americano uma nova matriz teórica, que possibilita um novo status teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo à profissão.

Este movimento de revisão do Serviço Social ganha impulso através da docência, do debate acadêmico, dos Programas de Pós-Graduação, que resultam em experiências inovadoras (como o Método BH), novas produções acadêmicas e elaborações teóricas que irão orientar a direção política da ABESS, estimulando o encaminhamento do processo de revisão curricular da década de 80.

Obviamente, este processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos para a profissão ocorre em um amplo debate em diferentes fóruns de natureza acadêmica e organizativa, permeando a produção intelectual da área. Trata-se de um debate plural, que implica na convivência e no diálogo de diferentes paradigmas mas que supõe uma direção hegemônica. Desse modo, em diferentes espaços, o conjunto de tendências teórico-metodológicas e posições ideológicas se confrontam, sendo inegável a centralidade assumida pela tradição marxista neste processo. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.28)

A discussão desse referencial, aliado ao debate de temas centrais para a profissão, atravessa os anos 1980, 1990 e 2000, através da organização da categoria em eventos acadêmicos, encontros profissionais, convenções, congressos, seminários, e principalmente nos momentos de discussão e revisão das diretrizes curriculares. Nesta perspectiva compreende-se a importância destes eventos para o renovar e repensar profissional e considera-se o espaço da construção do currículo como um instrumento de desvelamento do real que

possibilitam uma riqueza de análise de questões centrais para a profissão, a forma como são compreendidas, tratadas, abordadas e reconhecidas.

A construção dos currículos posteriores ao processo de reconceituação profissional possibilitou o debate plural e crítico, além de viabilizar o tratamento, investigação e produção do conhecimento de temas pertinentes e relevantes para o Serviço Social. Anteriormente, a profissão oferecia currículos que não possibilitavam este movimento e que não abordavam criticamente temas fundamentais para o desenvolvimento profissional. A relação da teoria e prática, por exemplo, não era compreendida numa perspectiva de relação e de unidade, e de acordo com os fundamentos teórico-metodológicos de cunho marxista⁴².

Portanto, devido a esta carência teórico-metodológica dos primeiros currículos do Serviço Social, as análises que serão realizadas historicamente para a compreensão da discussão entre teoria e prática na formação profissional no âmbito da graduação terão como base as principais discussões curriculares travadas ao longo da história a partir da reconceituação profissional do Serviço Social, onde é possível pensar a teoria e a prática numa relação necessária, dialética e indissolúvel.

Deste modo, serão considerados para fins de análises, os marcos curriculares de 1982, 1996 e o debate presente dos anos 2000 a 2010, para analisar, assim, a forma em que a relação teoria/prática foi abordada e sinalizada na formação profissional do Serviço Social a partir de uma perspectiva crítica.

3.1.1. O Debate na Revisão Curricular de 1982

É fato que a análise da relação “teoria e prática” do assistente social possui uma relevância ímpar nos debates desenvolvidos pela categoria a partir de seu processo histórico de reconceituação, principalmente nas discussões de revisão curriculares travadas ao longo

⁴² Há que se destacar que a partir da década de 80 e mais incisivamente na década de 90 a profissão alcançou um salto de qualidade, com profundas rupturas teóricas e aprofundamento conceitual na teoria social crítica. Atualmente encontra-se regulamentada pela Lei 8662 de 17/06/1993, orientada pelo Código de Ética Profissional também de 1993 e pautada nas Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996.

da profissão. Nestes momentos de revisão do currículo⁴³, eram esboçadas algumas preocupações acerca da formação e exercício profissional, bem como da relação teoria e prática, onde eram definidas diretrizes para a profissão, e também eram consolidadas as direções teóricas e políticas que permeariam os rumos do Serviço Social, sendo indispensáveis para a sua atual configuração.

“A conjuntura histórica do final dos anos 70 e início da década de 80⁴⁴ – pontuada por uma “grave crise econômica, acompanhada da rearticulação política da sociedade civil”, colocou a revisão do currículo e da formação profissional como uma necessidade histórica”, despertando debates e discussões que desencadearam em uma revisão curricular do curso de Serviço Social no ano de 1982. (ABESS, 1996, p.145, apud TRINDADE, 2002, p.24)

Nesta revisão curricular é possível destacar como elemento fundamental o compromisso com as classes subalternas, uma aproximação com a teoria marxista e análise da realidade e da própria profissão, indicando um processo de ruptura com o conservadorismo e com as fontes tradicionais que por muito tempo influenciaram a profissão. Preocupava-se, por exemplo, que a revisão curricular não se limitasse a apenas um processo técnico-burocrático, mas também promovesse um rigoroso balanço da formação profissional que se pretendia efetivar.

É uma revisão que se baseia em novas formas de compreender e olhar para as perspectivas teóricas e práticas, que se respalda na confirmação de que o caráter da profissão é resultado dos produtos e

⁴³ A revisão curricular encerra um conjunto de diretrizes que devem orientar o debate da categoria profissional, onde o “currículo mínimo adquire concretude e visibilidade na forma como as diversas unidades de ensino debatem, constroem e negociam seus currículos plenos.” (ABESS n.7, 1996, p.27) É um processo de constante movimento, que não se esgota, mas se recria, reconstrói e atualiza.

⁴⁴ No final dos anos 70, início dos anos 80 há uma nova crise da acumulação do capital em escala mundial, que vai se incrementar ao longo das décadas e se aprofundar nos anos 90, devido à especulação financeira internacional e por fortes processos de globalização e flexibilização do trabalho. “A crise acirrou a competição intercapitalista e a concorrência entre mercados internacionalizados, deflagrando processos de reestruturação produtiva e de ajustes estruturais, com o objetivo precípua de recompor as condições da acumulação do capital”. Nesta conjuntura surge um novo padrão de acumulação do capital, pautado por novos modelos de organização social e da produção – agora mais volátil, dinâmica, influenciada pela automação, informatização e microeletrônica, que vão flexibilizar as relações sociais e os processos de trabalho. (KOIKE, 1999, p.104)

relações históricas, e que compreende o Serviço Social enquanto uma “atividade inscrita na divisão social e técnica do trabalho⁴⁵”.

De acordo com Faleiros (2000, p.166), nesta década, a reforma curricular centrou-se “na crítica ao sistema capitalista, nas políticas sociais e nos movimentos sociais”. Iniciava-se uma aproximação significativa com o método crítico-dialético e se passava a pensar nos desafios que estavam postos para o ensino e para a execução do Serviço Social frente às exigências históricas determinadas pelo capital e pela realidade dada naquela determinada conjuntura, no sentido de encontrar alternativas, respostas de enfrentamento às dificuldades encontradas pela profissão.

Exemplo disto pode ser averiguado na pesquisa “*A Formação Profissional do Assistente Social: Determinantes Históricos e Perspectivas*”, elaborada em meados de 1984, num momento de revisão curricular, que já encarava e situava o problema da investigação, “explicitando suas relações com o contexto universitário e com a prática profissional”, ou seja, sinalizando a relevância da articulação entre teoria e prática no contexto histórico da profissão a partir de uma teoria crítica.

De acordo com Carvalho (1984, p.107-108) a pesquisa supracitada ressaltava em suas justificativas que a complexidade e diversidade da formação profissional “supõe um balanço crítico do ‘atual’ estágio de qualificação técnico-científica deste profissional na sociedade brasileira”, indicando a importância de resgatar direções e perspectivas que estão impressas no processo de formação profissional, destacando elementos da relação pedagógica e da relação prática.

A autora complementa, afirmando que:

A análise sobre a formação profissional do assistente social (...), insere-se no debate sobre a realidade do ensino superior na universidade brasileira e é indissociável da análise do papel e significado da profissão de Serviço Social frente às forças sociais presentes na sociedade, como atividade inscrita na divisão social do trabalho. Supõe estabelecer uma estreita articulação entre prática e formação profissional. Neste sentido,

⁴⁵ Para uma maior compreensão desta afirmativa ler “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho.

busca-se apreender a profissão como atividade historicamente determinada pela maneira como se organiza a sociedade e, ao mesmo tempo, como resultado da atuação da categoria profissional, isto é, dos posicionamentos e respostas por ela imprimidos às demandas sociais dos diferentes grupos e classes sociais. (CARVALHO, 1984, p. 108)

Nesta relevante pesquisa, desenvolvida na década de 1980, é problematizado o processo de formação profissional dos assistentes sociais enquanto um movimento historicamente situado, que deve considerar as dimensões de um projeto educacional – docência teórico-prática, pesquisa e extensão – dentro do contexto da universidade brasileira, numa relação íntima com a prática profissional pautada na realidade social.

Deve-se considerar que as dificuldades enfrentadas no fim dos anos 1970, início dos 1980, como a inflação, redução salarial, desemprego estrutural, crise bancária, explosão do endividamento público, privatizações, ditadura militar, sucateamento do setor público e início da agenda neoliberal, afetam diretamente a classe trabalhadora, através de um empobrecimento generalizado e crise dos serviços sociais públicos. Neste sentido, há um questionamento no interior da profissão acerca da função social e significado político da ação do assistente social no contexto das relações sociais e das mudanças sociais, políticas, econômicas e históricas que se efetivavam a cada dia.

Maria Marieta dos Santos Koike (1999, p.106) situa com precisão histórica este momento vivido na década de 1980:

O desemprego em massa, a perda crescente de direitos sociais historicamente conquistados pelos trabalhadores, o trabalho precarizado, autonomizado, desassalariado; a desqualificação profissional; a diminuição das funções sociais do Estado; a crescente apropriação do fundo público a favor da reprodução do capital e o conseqüente desinvestimento nas políticas sociais públicas; a flexibilização do sistema de proteção social; a desregulamentação do mercado de trabalho; o incremento do papel intervencionista estatal em todos os níveis da vida social; e o arrefecimento dos movimentos sociais, são aspectos complexos

de grande repercussão nas condições atuais de trabalho e de formação do assistente social. Para dar conta dessa complexidade, a formação profissional precisa garantir o desenvolvimento de um conjunto de novas competências que (...) assegure inteligibilidade às transformações sociais que moldam a sociedade contemporânea.

É dentro deste contexto, que se iniciou uma discussão significativa sobre formação profissional associada às novas exigências da sociedade brasileira, onde foram questionados critérios de qualidade, a possibilidade de uma formação mais especializada, além de uma problematização acerca do direcionamento dado ao processo de ensino, seus objetivos e conteúdos, destacando a importância do processo teórico, de formação profissional, para o desenvolvimento de uma prática consciente. Ou seja, estabelece-se uma discussão acerca de formação e exercício profissional, de teoria e prática. E não só uma prática comum, mas uma prática carregada de consciência teórica, ou seja, aquela que consegue aproveitar na prática as reflexões e análises fornecidas pela teoria.

Nesta conjuntura, inicia-se também um debate sobre o contexto da universidade pública brasileira⁴⁶, onde se origina o processo de formação profissional dos assistentes sociais, de forma a compreender que o quadro geral vivenciado nas universidades afeta diretamente a formação destes profissionais.

Na pesquisa citada anteriormente, Carvalho (1984) compartilha desta interpretação e acredita que a análise da formação precisa ser vinculada à análise da situação da universidade, pois os problemas que assolam a instituição afetam também o ensino, a pesquisa e a extensão dos cursos, ou seja, afetam a formação destes profissionais. Ao formar mão-de-obra, ao preparar para o mercado de trabalho, ao apenas reproduzir conhecimento sem gerar debates, análises e discussões, a universidade pode estar apenas preparando para o emprego e não

⁴⁶ Acredita-se que não é possível efetivar reformas na formação profissional do Serviço Social dissociado do espaço que possibilita e concretiza a construção do conhecimento: a universidade. Falar de diretrizes curriculares, de ensino, de formação e exercício profissional e de produção do conhecimento sem mencionar o quadro em que se situa a universidade é não considerar a totalidade, e as singularidades que compõem o quadro do ensino superior no Brasil.

alcançando uma formação técnica, científica, crítica de profissionais conscientes, capazes de superar as demandas presentes em sua realidade de trabalho e produzir conhecimento, aptos para traçar estratégias e criar alternativas, alcançando assim sua superação e conquistando avanços profissionais.

Entretanto, Carvalho (1984, p.114) igualmente ressalta, neste contexto, que a universidade também pode ser o palco da construção do conhecimento crítico, de resistência, de denúncia, de luta, de possibilidades. “A Universidade brasileira, expressando o próprio desenvolvimento das lutas sociais no Brasil, pode voltar a se colocar como espaço de resistência, armando-se dos recursos que lhe são próprios: a palavra, o debate, a crítica, a competência”. Desta maneira, a pesquisa desenvolvida pela autora indica um olhar crítico sobre as unidades de ensino, onde é na universidade que se pode construir possibilidades e conhecimentos profissionais, demonstrando indícios de transformação do debate curricular e de potencialidades que podem ser geradas em uma formação neste contexto.

Portanto, a discussão do papel e importância da universidade ganha destaque dentro da discussão da formação profissional do Serviço Social, sinalizando que o reconhecimento da realidade onde se estabelece este processo de ensino é fundamental para a efetivação de seus resultados.

Articulado a este debate Carvalho (1984) parte do pressuposto que “a formação profissional mantém uma relação com a prática profissional numa dada sociedade, tendo como referência fundamental a realidade social”. Ela explica que:

A análise da formação profissional supõe considerar o desenvolvimento profissional compreendido como um fenômeno histórico, como um movimento permanente resultante das determinações sociais que delimitam demandas à profissão e resultante, ainda, das respostas que a profissão efetivamente dá a estas demandas no âmbito de uma dada sociedade. É pensar a formação profissional, tendo presente que ‘as profissões estão dialeticamente condicionadas pelas demandas que pesam sobre elas e pelas respostas que conseguem dar’. Nesta perspectiva, configura-se como referência básica a análise da relação entre formação profissional/exercício profissional. (CARVALHO, 1984, p. 117)

Esta relação, apontada na pesquisa, requer um entendimento de que são complementares, que é justamente o entendimento teórico, a interpretação consciente da realidade que influenciam o exercício do assistente social, que direcionam sua postura, seu posicionamento ético-político e sua forma de interpretar e analisar a realidade. Portanto o currículo que preze esta relação, deve necessariamente tratar de teoria e prática, de formação e exercício profissional de forma dimensionada e articulada.

Desta forma, cabe a citação de Sá (1995, p.29), quando esta diz que “enquanto não se buscar um fluxo mais constante de inter-relação entre teoria e prática bem como a união progressiva de conhecimentos com as exigências da realidade, de forma que isso se expresse concretamente na organização curricular” haverá fortes incoerências entre o que se propõe e o que se realiza, entre os conhecimentos teóricos e a prática profissional. Ou seja, haverá problemáticas na estrutura curricular, mas mais do que isso, haverá o reflexo desses problemas no interior da profissão e na sua ação.

Maciel e Cardoso (1989, p.162) vêm complementar esta discussão relatando que o debate que se intensificou nesta conjuntura esteve voltado à questão do método, justamente pela necessidade de ruptura com correntes conservadoras e de construção de um projeto profissional que atendesse aos setores populares da sociedade brasileira. “A questão metodológica destacou-se como um dos temas centrais e mais polêmicos no processo de revisão curricular, verificando-se inicialmente uma ênfase na crítica do ensino da “metodologia tradicional”, expressa em disciplinas distintas do Serviço Social”, voltadas ao Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

Contudo, segundo as autoras, este destaque na questão da metodologia no Serviço Social não despertou discussões específicas sobre a articulação entre conhecimentos teóricos e prática profissional. Aqui a ênfase esteve voltada ao campo da história, teoria e método, discutindo investigação, mas esquecendo da prática e do exercício profissional pensados numa perspectiva crítica. O autor Ademir Alves da Silva (1993, p.60) no Cadernos ABESS n.º 6 também aponta este problema, indicando que o currículo do Serviço Social deveria “produzir assistentes sociais inconformados, insurgentes”, críticos e também “fazer bons técnicos, que tenham traquejo, um domínio de instrumentos operativos”. Ou seja, tratar da metodologia, da teoria e da prática numa dimensão de totalidade e história.

O autor evidencia com mais propriedade a problemática de tratar da prática aliada a teoria na seguinte afirmação: “Qual é o problema? Há um certo ranço, um certo desprezo pelo técnico, operativo, prático: são questões subalternas no espaço da academia, parecem não dar status acadêmico, o que é tolice, uma burrice, quando se fala justamente em articular essas coisas”. (ALVES DA SILVA, 1993, p.60)

Portanto, nesta revisão curricular, reconhecia-se a necessidade, iniciava-se o debate, compreendia-se a relevância da temática, mas esta não era tratada de forma particular nas discussões da categoria. Uma das exceções, neste aspecto, e que mais se aproximou desta discussão, é o Cadernos ABESS n.º3, de 1989, que tratou “A Metodologia no Serviço Social”, através de algumas problematizações no âmbito da teoria/prática. Entretanto, a ênfase foi muito mais na metodologia e não na prática, e o próprio currículo em questão não tratava especificamente desta relação.

Sá (1995, p.29) relembra que a realidade vivenciada naquele contexto “evidencia um currículo compartimentalizado e atomizado; organizado mediante programas e disciplinas relativamente autônomas que fragmentam o conhecimento”, apresentando incongruências tanto no nível conceitual como no operacional. A forma de apropriação da perspectiva crítica na formação profissional encontra desajustes e a resposta para a segmentação do currículo fica centrada à introdução de disciplinas “tapas buraco”. Questões de fundo parecem não ter sido superadas, principalmente a abordagem dada a relação entre conhecimentos teóricos e prática profissional.

Trazendo algumas considerações acerca deste currículo, Marieta Koike (1999, p.110) elenca como um dos maiores impasses e tensões desta revisão “o deslocamento entre os processos formativos e os da ação profissional e, de ambos, com a realidade social”. Ou seja, a desarticulação entre os saberes teóricos com os saberes interventivos, e estes com a prática profissional.

Koike (1999, p.110) indica que, neste currículo, o conhecimento teórico-metodológico é utilizado como forma de descobrir os meios de efetivar a prática. No entanto, “essa concepção teoricista da profissão” acaba por subestimar as “situações concretas da realidade” e passava longe das questões relacionadas à prática profissional. Além disso, outros dois aspectos podem ser mencionados com relação ao tratamento da teoria/prática nesta conjuntura, como:

Engajamento político nos movimentos da sociedade civil e nas instâncias organizativas da categoria, supondo que desta forma estaria sendo realizada uma prática profissional vinculada às necessidades das classes subalternas, redundando na identificação entre militância e ação profissional; Capacitação técnico-operativa como maneira de responder às demandas provenientes do mercado de trabalho. Desvinculada da dimensão teórico-metodológica e ético-política que referencia o projeto profissional, resulta numa prática tecnicista e voluntarista balizada pelo pragmatismo. (KOIKE, 1999, p.110)

Portanto, ganha destaque a dimensão teórico-metodológica e ético-política, que por sua vez, parecem “dar conta” da dimensão prática apenas por suas existências. A dimensão técnico-operativa é confundida e esvaziada de possibilidades, e muitas vezes é interpretada de forma pragmatista e praticista.

Assim o debate sobre formação profissional vai se intensificar, mas sua atenção será com relação aos fundamentos teóricos do Serviço Social e sua aproximação com a metodologia, trazendo a tona debates voltados ao pluralismo, ecletismo, cidadania e democracia. Só mais tarde, o debate irá se direcionar para discussão dos processos de trabalho dos assistentes sociais, compreendendo a prática profissional como trabalho⁴⁷. Mas, em sua globalidade, é um currículo “teoricista e de pouca instrumentalização, não favorecendo o desenvolvimento de mediações entre as categorias de análise e os objetos da prática, no cotidiano do exercício profissional”. (KOIKE, 1999, p.110)

Portanto, o currículo de 1982 caracteriza-se essencialmente pela tentativa de ruptura com o conservadorismo profissional, bem como com o Serviço Social de Grupo, de Caso e de Comunidade. Há uma inserção mais significativa do marxismo como matriz teórico-metodológica e o debate ganha centralidade para a questão da história, teoria e método. Assume-se um compromisso com as classes subalternas e compreende-se o Serviço Social como atividade inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. No entanto, foi um currículo que não superou

⁴⁷ “O trabalho, como elemento central da realidade social e componente constitutivo do exercício profissional possibilita à prática configurar-se como concretização de um processo de trabalho cujo objeto são as múltiplas manifestações da questão social”. (KOIKE, 1999, p.111)

questões de fundo para o Serviço Social, com um afastamento das questões voltadas a prática profissional. Até destaca-se a importância do processo teórico para o desenvolvimento de uma prática consciente e inicia-se ou introduz-se uma discussão sobre conhecimentos teóricos e prática profissional, só que de forma muito tímida, pois não houve uma ênfase ou tratamento particular da questão.

E apesar dos avanços conquistados neste processo de mudanças no currículo mínimo do Serviço Social de 1982 – que não podem ser desconsiderados –, ficou claro para a categoria profissional – que se mostrava atenta as transformações postas na realidade social brasileira – a compreensão que um currículo não deveria ser algo fixo, universal, único e insubstituível, mas sim que “um currículo é um espaço para pensar e reinventar a realidade”, seguindo seus movimentos e analisando criticamente suas insuficiências, de forma contínua e inesgotável. (ABESS n.6, 1993, p.148)

O currículo é sempre a expressão de recortes epistemológico, conceitual, contextual, histórico, pedagógico etc. Em outros termos, um currículo condensa certas opções com a conseqüente demarcação e necessário dimensionamento do que se deseja analisar e propor, ensinar e aprender, informar e formar, estimular e por em questão, perguntar e responder, criar e recriar etc. Se a educação é um ato político, então o currículo é também, a exemplo da instituição universitária que o abriga, um campo de combate. Combate político em sentido amplo, plural, democrático. Ao ponto de ensejar o livre curso de idéias, posições e tendências político-culturais e teórico-metodológicas, permitindo a polêmica e a disputa pela hegemonia quanto à direção social que se deseja imprimir ao curso de Serviço Social. (ABESS n.6, 1993, p.148)

Desta maneira e sob esta perspectiva, no final da década de 1980 a categoria reconhece a necessidade de rever o currículo, que vinha se mostrando insuficiente, até mesmo pelo movimento constante da realidade. Assim sendo, a década de 1990 é iniciada com a necessidade de discussão e aprofundamento do currículo, o que resultou mais tarde (em 1996) em um novo marco de revisão curricular dentro do Serviço Social, que buscou contemplar “o projeto educacional e todos os fatores

históricos, institucionais, legais e profissionais que o informam e que lhe dão (ou lhe retiram) sustentação”. (ABESS n.6, 1993, p. 149)

3.1.2. O Debate na Revisão Curricular de 1996

Por ser a formação profissional um processo “dinâmico, continuado, inconcluso”, em permanente movimento e discussão, em constante busca de qualidade, superação, apropriação e também “desenvolvimento dos referenciais críticos de análise e dos modos de atuação na realidade social”, além de ser um espaço de avaliação da formação e do trabalho profissional “em suas conexões com as necessidades sociais” e com as demandas profissionais, é que a nova revisão em pauta se caracteriza por uma profunda e cuidadosa capacitação profissional, aliada aos interesses coletivos da classe trabalhadora. (KOIKE, 1999, p.107)

Deste modo e diante das demandas apresentadas pela profissão é que o “Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social”, ocorrido no período de 09 a 11 de dezembro de 1992, na Universidade Federal de Pernambuco, incluiu em sua temática central a “Produção Científica e a Formação Profissional”, discutindo em suas questões as novas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social.

O evento objetivava “aprofundar a análise da realidade profissional do assistente social” no que concernia “a sua produção científica, ao ensino e ao exercício profissional” na conformação dos conteúdos programáticos dos cursos de Serviço Social e no processo de revisão curricular. (ABESS n.º6, 1993, p.122)

Com relação ao conteúdo “Projeto Pedagógico”, ficou concluído no evento que existia a “necessidade de o *ensino* refletir as demandas postas pelo cotidiano da *ação profissional*”, além de “superar o distanciamento existente entre *reflexão teórica* e *propostas de ação*” na proposta de revisão curricular em marcha. Portanto, ainda que não tenha sido abordada de forma direta, a relação entre teoria e prática é sinalizada como preocupação dos docentes, discentes e pesquisadores.

As questões levantadas no evento e as propostas discutidas para a revisão curricular apontaram para a necessidade de criar um grupo de trabalho que formulasse e sistematizasse um roteiro com temáticas a serem aprofundadas para a revisão curricular. Assim, a presidência da

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social⁴⁸ (hoje conhecida como ABEPSS) designou um grupo de trabalho para “elaborar e propor um documento-subsídio às discussões em torno do Currículo do Curso de Serviço Social”. Este grupo “julgou oportuno” a elaboração de um “roteiro-inventário” que pudesse fornecer aspectos relevantes no processo em andamento. (ABESS n.6, 1993, p.147)

Há que se destacar que a década de 1990⁴⁹ aponta para uma “nova ordem mundial”, com o aprofundamento das desigualdades entre ricos e pobres, e com a ampliação da competição, do consumo, da exploração e da diminuição das funções do Estado. Aprofunda-se a era do individualismo, do saber mercantilizado, de políticas sociais focalizadas, residuais e restritivas, além do desemprego, endividamento público, privatizações, globalização da economia, evolução tecnológica e neoliberalismo. Assim, a conjuntura dos anos 1990, como muito bem salienta Trindade (2002, p.27) é “marcada por profundas transformações dos padrões de acumulação capitalista, com rebatimentos no reordenamento do Estado, na produção e na organização das classes sociais”, o que vai refletir no processo de reprodução da vida social e nos aparatos institucionais com que se defronta os assistentes sociais.

⁴⁸ A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, foi criada em 1946, com o “objetivo de estabelecer um fórum coletivo de discussão da formação profissional do Assistente Social” que promovesse um intercâmbio e colaboração entre seus associados, de formar e estabelecer um padrão mínimo de ensino e “representar os interesses coletivos das escolas”. Em sua trajetória “foi se legitimando como espaço privilegiado de definições acadêmicas para a formação nos seus níveis de graduação e pós-graduação, orientando as diretrizes curriculares, de modo a consolidar a unidade no ensino de Serviço Social, articulando as demais organizações da categoria”. (ABESS n.7, 1996, p.3)

⁴⁹ Segundo Iamamoto (2010, p. 211) “O crescimento econômico é impulsionado pelo grande capital monopolista com o forte apoio das políticas governamentais e do aparato coercitivo do Estado. (...) O forte arrocho salarial sobre o conjunto dos trabalhadores; a abolição prática do direito de greve; a substituição do regime de estabilidade no trabalho pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); o cerceamento dos sindicatos dos trabalhadores; o banimento de partidos políticos, acompanhado de restrições aos direitos civis e políticos impulsionam o aumento da produtividade e a extensão da jornada de trabalho que se encontra na base da superexploração do trabalho e do crescimento do fosso das desigualdades sociais.”

A própria universidade pública⁵⁰, como instituição de ensino e cultura, continua sofrendo desmontes e passando por novas crises, mas ainda assim continua sendo o espaço em que se desenvolvem efetivamente a produção de conhecimentos, em que se disseminam a criação cultural, e onde se efetiva sua função social de ensino, pesquisa e extensão, através de valores e princípios como a autonomia e liberdade de pensamento e criação. (ABESS n.6, 1993)

Em suma, a questão da universidade e sua importância na construção do conhecimento é abordada, juntamente com a conjuntura histórica, política e econômica do início dos anos 90 no roteiro construído, para a futura revisão curricular de 1995/96, intitulado “Revisão Curricular no Curso de Serviço Social” e publicado no Cadernos ABESS n.6 de 1993, sobre “Produção Científica e Formação Profissional”. Este roteiro problematizou os seguintes aspectos (1993, p.153 a 156):

1. **Contexto Internacional e Nacional** (a nova ordem mundial e o contexto brasileiro);
2. **Universidade** (crise, relação público-privado, função social e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão);
3. **Perfil das UE de Serviço Social** (natureza, estrutura, política educacional);
4. **Mercado de Trabalho do Assistente Social** (perfil, exigências atuais, a dimensão ética da profissão)
5. **Perfil Docente** (condições de trabalho);
6. **Perfil do Alunado** (condições sócio-econômicas, faixa etária, predominância do sexo feminino, entre outros);
7. **Currículo** (pressupostos, objetivos do curso, conteúdos, disciplinas, ementas, carga horária, grade curricular, sistema de avaliação institucional, processo de ensino-aprendizagem, relação acadêmico-administrativa, dentre outros).

⁵⁰ Mais uma vez a universidade é abordada como cenário principal nas discussões de formação profissional, como lugar de ensino, pesquisa e extensão, dando ênfase à contemporaneidade através destes três eixos fundantes de sua estrutura e construindo respostas acadêmicas através da sua produção do conhecimento, de seus projetos curriculares, da articulação entre formação profissional e mercado de trabalho e de seu caráter inovador, crítico, social e ético.

Entretanto, apesar dos variados aspectos importantes contidos no roteiro, a relação entre teoria e prática antes sinalizada no Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1992 não é abordada de forma específica em nenhum momento do relatório.

Já no documento “Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate”, síntese de debates realizados em junho de 1996 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ – por consultores da ABESS, a questão da relação teoria/prática é resgatada como ponto a ser discutido no processo de revisão do currículo mínimo⁵¹, mesmo que de forma “indireta”. (ABESS n.7, 1996, p.15)

De acordo com o documento, a trajetória percorrida nos anos 1980, de “superação de traços teoricistas”, indicaram caminhos para “ultrapassar o *distanciamento* entre o labor teórico-intelectual e o exercício profissional cotidiano”. (ABESS n.7, 1996, p.16) Passou-se a indicar a necessidade de superar o distanciamento entre a teoria e a prática, denominada no documento como exercício profissional, de forma a caminhar numa direção que dê prioridade a esta questão, como mostra o trecho a seguir:

Caminhos esses que ora estão sendo construídos, sem abrir mão, contudo, tanto do rigor no trato da teoria e dos avanços teórico-metodológicos acumulados, como da crítica de seu relativo deslocamento do acompanhamento da dinâmica histórico-conjuntural, no âmbito das relações entre Estado e a sociedade civil; dimensão esta que não galgou a mesma prioridade da pauta dos debates sobre a formação profissional. É o resgate dessa dupla conjunção – rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária – que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão. (ABESS n.7, 1996, p.16-17)

Ao indicar a necessidade de priorizar esta questão nas discussões de formação profissional, a profissão demonstrou que naquele contexto havia a necessidade de incluir na pauta profissional reflexões acerca da

⁵¹ Há que se destacar, neste contexto, que algumas unidades de ensino já haviam realizado a formulação dos seus currículos plenos, e que suas experiências neste processo contribuíram para formular este documento. (ABESS n.7, 1996, p.16)

relação entre conhecimentos teóricos e prática profissional, indicando a importância em termos de avanços profissionais de debater sobre esta relação, geralmente “relegada” ao segundo plano.

Ao sinalizar que “uma radical reorientação dos conteúdos das matérias do currículo exigirá um desapego das formulações tradicionais que vinham balizando a formação profissional e uma criativa capacidade de traduzir as novas angulações implicadas no tratamento da prática”, o documento indica que teoria e prática são indissociáveis, que caminham juntas e que o amadurecimento de uma reflete no futuro da outra. (ABESS n.7, 1996, p.20)

Entretanto, o texto “Proposta básica para o projeto de formação profissional”, amplamente discutido e referendado por sua relevância em termos de documento base para a revisão do currículo mínimo, priorizou a discussão da “Questão Social”, “Processo de Trabalho”, “Formação Profissional e a Universidade Brasileira”, e não discutiu especificamente a relação entre conhecimentos teóricos e prática profissional, o que indica que apesar do reconhecimento que se tinha sobre esta temática, a conotação dada não foi significativa ou suficiente para o debate que poderia despertar.

Em todos os pontos de discussão é possível verificar que ou há uma preocupação excessiva com as questões teóricas, expressas no referencial teórico-metodológico e sua relação com a questão social, ou uma ênfase mais discreta na vinculação da profissão com a realidade social brasileira e sua prática. Porém, quando apresenta a inovação do processo de trabalho⁵² do Serviço Social, determina a relação indissociável entre o referencial teórico marxista e a prática profissional e dá um salto de qualidade no currículo a ser construído.

Portanto, nesta linha de análise, é possível verificar que os elementos constituintes dos processos de trabalho são indissociáveis. A partir desta compreensão é possível entender com muita clareza que “os elementos teóricos, a orientação político-ideológica e os aparatos técnicos são acionados como meios que estabelecem finalidades à ação e como instrumentos de trabalho que convergem para um dado campo de objetivos”, anteriormente planejados e pensados como resultados sobre o objeto de atuação profissional. (ABESS n.7, 1996, p.31)

⁵² Apesar de sua importância significativa, nesta conjuntura, a discussão de processos de trabalho foi a “menina dos olhos” do Serviço Social, ganhando um destaque extremamente ontológico e, mesmo sem esta intenção, distanciando-se do debate sobre a prática.

Consequentemente indica que é a fundamentação teórica que ilumina o campo da ação profissional, contextualizando a prática dos assistentes sociais, suas trajetórias e os fundamentos teórico-metodológicos da profissão.

Logo, a valorização de princípios democráticos como a cidadania, a participação, o respeito à alteridade, a defesa da esfera pública, a universalização e integração das políticas sociais, entre outros, constitui um campo de luta ético-política e teórico-prática contra aqueles processos que fundam relações de desigualdade, exclusão e alienação, na sociedade brasileira. (ABESS n.7, 1996, p.41)

Desta maneira, é resgatada a prática do Serviço Social a partir da teoria, compreendendo a profissão como trabalho e considerando as forças, relações, sujeitos e classes sociais. Assim buscava-se uma direção nova, preocupada com a totalidade do ser e dos fenômenos. Por sua vez, o assistente social deveria orientar a sua ação “para a desmistificação das condições e relações de trabalho que circunscrevem sua ação profissional”, imprimindo uma direção teórica crítica na sua prática profissional. (ABESS n.7, 1996, p.42)

Deste modo, o documento “Proposta básica para o projeto de formação profissional” (ABESS n.7, 1996) teve como objetivo central recuperar “um compromisso com a trajetória de construção e reafirmação da direção social marxista no interior do Serviço Social”, contextualizando os três núcleos de fundamentação da formação profissional. Entretanto, de forma indireta sinalizou a necessidade de discutir a indissociabilidade entre teoria e prática, mas não discutiu especificamente este assunto. Acabou por indicar a construção de um perfil profissional que expressasse, ao mesmo tempo, “uma competência teórico-metodológica, ética e técnico-política”. (ABESS n.7, 1996, p.44)

Marieta Koike (1999, p.107) relembra que na assembléia geral das unidades de ensino que ocorreu em Londrina (PR), “no marco da sua 28º convenção nacional” a categoria também deliberou acerca de alguns critérios a serem seguidos para a elaboração do novo projeto curricular, a fim de nortear este processo. Dentre os critérios apontados neste encontro, para o projeto de formação profissional, é possível destacar: a definição de uma direção intelectual, política e social crítica; o reconhecimento e incorporação dos avanços do Currículo de 1982,

reconhecendo suas potencialidades e superando suas debilidades; o estabelecimento de um processo coletivo de trabalho, que se deu através da realização de oficinas e encontros de discussão acerca das necessidades da profissão, a fim de garantir a democratização e pluralismo no novo currículo; e, por fim, a capacitação, atualização e aprendizagem dos sujeitos envolvidos neste processo.

A instituição desses critérios foi uma jogada estratégica para a mobilização, envolvimento, organização e empenho da categoria, abarcando de forma plural e coletiva os interesses da profissão e imprimindo uma direção social ao novo projeto curricular.

E, de fato, estes critérios e as propostas dos encontros e oficinas foram contemplados nas “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social – com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996”, que é fruto dos debates promovidos pela categoria e das indicações dos documentos sinalizados acima.

Estas diretrizes objetivavam estabelecer padrões de qualidade e universalidade do ensino, além de estabelecer “um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade e descentralização do ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia”. (ABESS n.7, 1996, p.59)

Assim, no tópico “pressupostos da formação profissional”, das diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, fica explícito o direcionamento teórico adotado, onde o Serviço Social “se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo”, ou seja, fundamentada na teoria social marxista. E também, quando afirma que:

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABESS n.7, 1996, p.60-61)

A relação prática também é indicada quando é afirmado que “a relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos do seu processo de

trabalho”. Ou seja, estes processos sócio-históricos, fundamentados na realidade, e os processos teórico-metodológicos, fundamentado na teoria social crítica, são essenciais e complementares na prática profissional dos assistentes sociais. (ABESS, 1996, p.60)

Estas relações teóricas e práticas também estão contidas nos “princípios e diretrizes” do documento, quando orienta para um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social”. (ABESS n.7, 1996, p.61) E, também para:

adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; dentre outros. (ABESS n.7, 1996, p.61-62)

De tal modo, a nova lógica curricular apresentada na década de 1990, se fundamenta tanto na dinâmica da vida social, quanto na centralidade do trabalho na constituição do ser social, e reconhece que as mudanças nos “padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais” diante da conjuntura econômica, política, cultural e social. Assim considerava que o processo de trabalho profissional deveria ser pensado num viés teórico-metodológico, possibilitando um repensar crítico da profissão em sua totalidade. (ABESS n.7, 1996, p.62-63)

Desta forma, no processo de formação profissional não poderiam faltar uma série de conhecimentos indispensáveis para a profissão, que foram traduzidos em “núcleos de fundamentação” da formação profissional. São ao todo três núcleos que devem perpassar toda a graduação e articularem-se entre si. Assim a formação “constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades”. (ABESS n.7, 1996, p.63)

São eles (ABESS n.7, 1996):

1. **Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social:** tratamento do ser social enquanto totalidade histórica. Estudo da sociedade capitalista, sua origem, movimentos, tendências e expressões. Compreensão da produção e reprodução social, as classes sociais, os processos de exploração, dominação, desigualdades, alienação e resistência. “Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa” e o trabalho passa a ser entendido como “eixo central do processo de reprodução da vida social”. (ABESS n.7, 1996, p. 64)
2. **Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira:** “conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira”, bem como um olhar direcionado para os movimentos de consolidação dos padrões de desenvolvimento capitalista no Brasil. Para tanto, está direcionado para os “padrões de produção capitalista” e suas implicações, a “constituição do Estado brasileiro” e a apreensão das relações entre Estado e Sociedade, o “significado do Serviço Social no seu caráter contraditório” e sua relação de classe, e os “diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira”. (ABESS n.7, 1996, p.65-66)
3. **Núcleo de fundamentos do trabalho profissional:** “Profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social”. Discute as dimensões constitutivas do fazer profissional, sua inserção no processo de constituição do trabalho, suas particularidades e suas determinações sócio-históricas. (ABESS n.7, 1996, p.66)

Os núcleos surgiram com o objetivo de articular num mesmo processo de conhecimento, dimensões indissociáveis, como as teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. São eixos estruturadores que fundamentam e dão direção, com base nos princípios discutidos nas diretrizes. A partir deles é que são construídas as disciplinas e demais componentes curriculares.

João Batista de Abreu (1998, p.43) no artigo “Currículo para o novo milênio” credita aos núcleos de fundamentação profissional o papel de superação da dicotomia teoria/prática. Segundo o autor “a

proposta rompe com a antiga divisão entre teoria e prática e busca uma articulação entre os três núcleos, para oferecer uma visão integrada ao estudante”. Este deve estar apto “a entender a realidade social” e a “agir no sentido de modificá-la”.

A articulação entre os núcleos de formação profissional poderá favorecer “uma nova forma de realização das mediações – aqui entendida como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino – pesquisa – extensão”. (ABESS n.7, 1996, p.63) Nesta perspectiva, procurava-se a superação da fragmentação do processo de ensino e da visão formalista do currículo, e propunha-se a construção de novos espaços, debates, investigações, abertura de novos caminhos, que resultassem em concepções críticas e numa visão de totalidade, considerando neste processo a relação teoria e prática.

É possível reconhecer neste currículo uma tentativa significativa de “conectar a formação ao movimento contemporâneo da realidade brasileira”, através da tentativa de aproximação das condições de vida da classe trabalhadora, bem como de suas formas de “organização e resistência”. (KOIKE, 1999, p.112) Há sem dúvida uma continuidade e também uma reafirmação com a direção social crítica assumida no currículo anterior, mas uma ênfase especial e inovadora com tratamento da questão social e dos processos de trabalho do Serviço Social. Até a abordagem da compreensão dada à relação teoria/prática se qualifica, e é sem dúvida um currículo de qualidade e avanços.

No entanto, não bastava apenas o reconhecimento destas questões e a implementação das diretrizes curriculares através de parâmetros consensuais, divisões, categorizações ou até padrões de qualidade. Ao discutir um currículo, discute-se, antes de tudo, formação profissional, projeto educacional, projeto pedagógico, projeto ético-político de uma profissão. É preciso superar ranços, como o tecnicismo, quantificações, padronizações, individualismos, receitas, modelos, decisões acríticas, sem criatividade. É preciso ter claro que ao se discutir e alterar o currículo discute-se e redefine-se também projetos pedagógicos, que necessitam, por sua vez, de transformações efetivas.

Ao contrário do que se parece, um projeto pedagógico não se resume ou simplifica em um “projeto de curso”, ou em um “projeto formal e burocrático”, ou ainda em “mera declaração de intenções”, “agrupamento de dados”, ou em um projeto “tecnicamente bem organizado e legalmente amparado”. Mais do que isso, um projeto

pedagógico estabelece uma direção de onde se quer chegar e envolve muito mais do que papéis e situações burocráticas. (SILVA, 1998, p.20)

A idéia de projeto pedagógico na perspectiva de projeto de formação é o conjunto de diretrizes e estratégias que expressam a prática pedagógica de um curso, como seu núcleo catalisador, não se confundindo com currículo, pois vai além dele. Envolve, portanto, clara definição do ponto no qual se pretende chegar, porque busca um rumo, uma direção, dando sentido à ação docente, discente e dos gestores. Não visa simplesmente ao planejamento inicial, nem ao rearranjo formal do curso com vistas às novas diretrizes curriculares. É a definição das ações intencionais de formação, de como as atividades dos professores, de alunos, da administração do curso se organizam, se constroem e acontecem, como um compromisso definido e cumprido coletivamente. (SILVA, 1998, p.20-21)

Portanto, envolve totalidade, engajamento, compromisso, superação de seu cotidiano e de suas fragilidades, bem como, “a busca de unidade, de globalidade, opondo-se à idéia de fragmentação” e na busca da visão do “todo orgânico e articulado”. (SILVA, 1998, p.21)

De tal modo, um projeto político-pedagógico estabelece determinadas ações educativas e características e requisitos fundamentais para o seu cumprimento, tendo a ver com toda a organização e estruturação do curso, como também com todo um trabalho pedagógico em sua globalidade. Configura-se como um projeto político “porque estabelece e dá sentido ao compromisso com a formação do cidadão e da pessoa humana para um tipo de sociedade, revelando, portanto, a intencionalidade da formação e os compromissos deste profissional com um tipo de sociedade”. (SILVA, 1998, p.21)

Desta maneira o projeto pedagógico deve ser discutido na sua totalidade, porque define o tipo de formação que se busca e os resultados que se quer alcançar. Para tanto, não basta a alteração “por decreto” das diretrizes curriculares, mas a sua incorporação associado ao debate de formação profissional e de construção do projeto pedagógico. Assim como não basta apenas “indicar”, “sinalizar”, “apontar” a necessidade de discutir a relação teoria/prática, mas realizar este debate efetivamente, tanto no que concerne às discussões da categoria, quanto

na formação profissional, que irão, conseqüentemente, refletir este debate no que é produzido de conhecimento na profissão.

Conceber a formação com um projeto articulado, rigoroso e conseqüente, numa nova lógica que supere a fragmentação, não acontece porque diretrizes curriculares foram alteradas, “por decreto” ou por decisão superior, por uma resolução do colegiado do curso ou num passe de mágica, mas sim como fruto de ação paciente, persistente e comprometida com uma nova direção, uma nova lógica. Nesse contexto, não é a aprovação de novas diretrizes curriculares ou as mudanças de currículo que, por si só, vão determinar mudanças qualitativas na formação. (SANTOS, 1996, p.21)

Isto não quer dizer que a discussão das diretrizes curriculares e a suas alterações não tragam avanços. Pelo contrário, elas fazem parte de uma etapa a ser efetivada para que se busque verdadeiras mudanças no processo de formação profissional, possibilitando reescrever e repensar criticamente a profissão. Mas, sozinhas, isoladas, não tem efetividade, porque não bastam estar no papel, mas sim gerar uma reflexão crítica sobre a profissão, reconhecendo as suas lacunas, superando seus ranços e enfrentando seus problemas, além da importância de serem efetivadas e implantadas concretamente no projeto pedagógico da profissão. Assim como também, não quer dizer que a sinalização ou apontamento do que precisa ser discutido não seja um avanço. A cada indicação que se dá num processo de revisão do currículo e do projeto político-pedagógico é um avanço que se tem, entretanto, não se pode parar por aí. Quando algo é apontado neste processo é porque é relevante para a profissão, se constitui numa demanda coletiva e precisa ser discutida.

Santos (1998, p.22), ao debater o processo de avanço das diretrizes curriculares de 1996 à construção do projeto pedagógico, reforça estes aspectos e problematiza questões a serem pensadas pela profissão nestas transições curriculares, como “o que é verdadeiramente uma formação universitária” ou “como se dá a articulação teoria/prática no processo de formação”? Segundo a autora “deixar de discutir estas e outras questões de fundo é ter uma visão reducionista e limitada do ensino de graduação e uma visão estreita do que é formação profissional”, pois não basta compreender e reconhecer a articulação entre teoria e prática se na formação profissional não se articular no

ensino os conhecimentos teóricos com a prática profissional do Serviço Social.

Mais uma vez a articulação teoria/prática é elencada como prioritária, e não apenas na discussão das diretrizes curriculares, mas também no processo mais amplo que a autora alerta, de construção do projeto político-pedagógico. Entretanto, assim como o processo de construção do projeto pedagógico exige reflexão, debate e ação, a discussão destas questões também envolve compromisso, empenho e interesse da profissão. Não é um processo fácil ou simples, e nem deve ser, porque é justamente a sua complexidade que mobiliza, incita dúvida, questionamentos, interesses e possibilidades.

A autora Cláudia Mônica dos Santos (2010, p.06), em seu livro “Na Prática a Teoria é Outra”, reitera, através de sua fundamentada pesquisa documental que, neste processo de revisão curricular de 1996 o ensino da prática é retomado com um caráter de “horizontalidade” expresso nos três núcleos de fundamentação profissional, onde a concepção de “competência profissional passa a englobar as três dimensões que compõem a intervenção profissional: teórico-metodológica; ético-política; e técnico-operativa”.

Nesta perspectiva reafirma a indissociabilidade entre a dimensão teórico-metodológica com a dimensão técnico-operativa, estabelecendo que a articulação entre essas dimensões (investigativa e interventiva) são essenciais para a formação profissional. Reconhecem a íntima e necessária relação entre teoria e prática no Serviço Social.

Portanto, nesse momento, a profissão reconhece a importância da dimensão técnico-operativa para a formação e exercício profissional, indicando assim, a necessidade de uma atenção especial para esta temática. Contudo, não cai em um praticismo, porque ao discutir esta temática, elenca como necessário estabelecer uma relação com o referencial teórico-metodológico, e com a dimensão ético-política da profissão. Aqui a prática alcança um novo patamar, não se limitando apenas ao “que fazer” e ao “como, para quê e onde fazer”, mas também ao “porque fazer”.

Neste sentido, as novas Diretrizes Curriculares podem ser consideradas um avanço, tendo em vista as enormes lacunas referentes à interpretação sobre a articulação entre teoria e prática dentro do Serviço Social, no entanto, pecam em alguns sentidos. “Se a ênfase dada à relação de unidade entre as dimensões da prática interventiva do assistente social não vier acompanhada de uma compreensão de que unidade não é identidade, mas uma relação profunda na diferença”, a

nova proposta retrocederá em alguns aspectos e continuará reforçando equívocos. (SANTOS, 2010, p.07) Ou seja, se não houver um tratamento diferenciado, contudo articulado das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas se recairá ao risco de confundi-las, de achar que tratando uma estará tratando todas, de não tratar a diferença e nem a unidade. Ou ainda, se não houver uma articulação necessária e consciente dos conhecimentos teóricos com a prática profissional dos assistentes sociais no cotidiano da formação profissional.

No entanto, de acordo com todo o exposto desta conjuntura, verifica-se que de fato houve uma abordagem e um reconhecimento da necessária articulação entre teoria e prática neste momento de revisão curricular. Entretanto, é fato que não há um “detalhamento sobre os elementos que constituem essa dimensão”, pelo fato de não se ter teorizado sobre a ação profissional, ficando no plano da superficialidade, o que pode gerar lacunas nas disciplinas de assuntos específicos da prática profissional, como os instrumentos e técnicas, ou ainda lacunas na produção do conhecimento do Serviço Social, que galgou um patamar de articulação e mediação entre os saberes teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, mas não se aprofundou especificamente na dimensão prática da profissão, que necessariamente precisa estar articulada com a teórica. (SANTOS, 2010, p.08)

É importante perceber se a preocupação em enfatizar a unidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e em salientar a importância de tratar os instrumentos e técnicas “para além de sua operacionalidade” não está sendo apreendida como “um descuido com a operacionalização e suas especificidades no Serviço Social”. (...) O currículo não pode prescindir de disciplinas que tratem da habilitação para o manuseio dos instrumentos e técnicas no Serviço Social em conjugação com o debate filosófico, teórico, político e ético. (SANTOS, 2010, p.08)

Os instrumentos e técnicas devem ser apreendidos como elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa do Serviço Social em consonância com o projeto ético-político profissional, destacando e reconhecendo a relação de unidade na diversidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

Ao fazer uso de uma técnica está se elegendo um caráter político e teórico que lhe dá sentido. As técnicas iluminadas por uma teoria, neste sentido, aprimoram constantemente os instrumentos a serem utilizados, dando-lhe uma intencionalidade carregada de historicidade. E, os instrumentos são os mecanismos, ferramentas, recursos e meios que potencializam as “intencionalidades teórico-políticas” da profissão e estão direcionados para o “alcance de finalidades”. (SANTOS; NORONHA, 2010, p.52)

Desta maneira, os instrumentos e técnicas devem ser concebidos “como elementos dinâmicos, devendo ser criados em consonância com as finalidades da ação profissional, contribuindo com a passagem da finalidade ideal – *âmbito da teoria* – à finalidade real – *âmbito da prática*”. (SANTOS; NORONHA, 2010, p.48) Portanto, devem ser discutidos e pensados no processo de formação profissional, inclusive como elementos que possibilitam a articulação entre teoria e prática profissional.

Portanto, o marco curricular de 1996 caracteriza-se, essencialmente, por uma profunda e cuidadosa capacitação profissional, que através de encontros, oficinas e eventos de discussão sobre formação e exercício profissional galgaram novos avanços para o Serviço Social, como a indicação da construção de um perfil profissional que expressasse, ao mesmo tempo, competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Isso se deve, em grande medida, à inserção dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, que articularam criteriosamente os conhecimentos de teoria e metodologia, com história e trabalho profissional. Ou seja, a articulação entre os núcleos possibilitou a reafirmação da articulação entre teoria e prática.

Contudo, a ênfase foi muito mais no tratamento da Questão Social e dos Processos de Trabalho do que na discussão propriamente dita da relação entre conhecimentos teóricos e prática profissional e como essa articulação se expressaria no currículo. Esta discussão até aparece quando se reconhece, por exemplo, a necessidade do ensino refletir as demandas postas pelo cotidiano da ação profissional, ou quando há o reconhecimento da necessidade de superação do distanciamento existente entre reflexão teórica e propostas de ação. Porém, o tratamento desta discussão se dá de forma indireta, através de sinalizações e indicativos dos núcleos de fundamentação da formação profissional, mas ela não é discutida com propriedade exclusiva no

debate curricular e a conotação dada a esta relação fica sempre associada a outras discussões.

Neste sentido, reconhece-se a importância deste momento, mas sabe-se que há outras questões a discutir e aprofundar. Não se trata de chegar a saberes prontos, determinados e definidos, mas colocar na pauta de discussão temas que são primordiais para o desenvolvimento da profissão, como é o caso da relação entre conhecimentos teóricos e prática profissional, e superar ações particularistas, individualistas e acríticas, bem como divisões, separações daquilo que deveria estar junto, associado e articulado. Compreender que o fato de avançar em um aspecto, não significa necessariamente avançar em todos os outros.

Desta forma, faz-se necessário constantemente a manutenção do projeto pedagógico, a fim de torná-lo dinâmico, renovado e atualizado com as demandas profissionais, elencando e apontado os aspectos que merecem destaque, revisão, debates e aprofundamento, como é o caso da relação entre os saberes teóricos e a prática profissional.

Realizar tarefa de tal envergadura implica, pois, um processo dinâmico de ação e reflexão que extrapola a simples confecção de um documento. É um processo dinâmico, contraditório e, mais importante do que chegar a um documento pronto e acabado, é o planejar a organização e a articulação dos meios e processos para o alcance do que o projeto do curso deseja e explicita. É, sem dúvida, importante chegar a delinear um documento como instrumento estratégico básico e documentos orientadores da ação. Todavia, tão importante quanto tê-lo é a manutenção de um constante estado de reflexão e reelaboração, para buscar novos significados. (SILVA, 1998, p.22)

Neste caminhar os obstáculos são fundamentais, pois possibilitam uma reavaliação do que foi deliberado e do que é consenso. É necessário ter o cuidado para não se tomar posicionamentos e concepções “engessadas”, “definidas” e tidas como únicas. O debate plural é fundamental, assim como a coragem para enfrentar o novo. A resistência a mudanças é um fator negativo, porque impossibilita a transformação e o avanço naquilo que se busca e não reconhece que a construção de projetos político-pedagógicos, de alteração das diretrizes curriculares e de debates acerca de eixos fundantes e essenciais da profissão são um processo interminável, que exigem discussão, reflexão e concretude.

Implementar mudanças, discutir o novo, manter uma direção política diante das dificuldades que surgem dia a dia, não é uma tarefa fácil. É preciso superar as respostas superficiais que parecem tentadoras, driblar o saber fragmentado e lutar por avanços concretos. Para tanto, faz-se fundamental a articulação e mobilização da categoria, além de uma participação efetiva das instâncias representativas da profissão, como a ABEPSS, ENESSO, o movimento estudantil, os conselhos federal e regionais de Serviço Social, de maneira a sempre avaliar e reavaliar o projeto profissional de forma itinerante e apontar as dificuldades e possibilidades contidas em sua proposta.

Com base nesta perspectiva, de preservar e reafirmar avanços e acertos, bem como superar equívocos, lacunas, impasses e defasagens, a profissão continuou discutindo formação profissional, procurando identificar os desafios na implementação e efetivação das diretrizes curriculares⁵³, bem como sua relação com o projeto político-pedagógico dos cursos de Serviço Social e com o projeto ético-político profissional, na tentativa de construir um salto de qualidade na formação profissional dos assistentes sociais.

Resta saber como a relação teoria x prática é traduzida nos currículos das unidades de ensino do Serviço Social a partir das diretrizes de 1996, se ganha os mesmos contornos dos anos anteriores, ou se acompanha o desenvolvimento da profissão e o avanço em seu debate.

3.1.3. Características do Debate nos anos 2000

Após a elaboração da proposta curricular de 1996, a ABEPSS continuou coordenando, investigando, estimulando e incitando o debate acerca do processo de implementação das diretrizes curriculares nas unidades de ensino em Serviço Social de todo o país, através de oficinas (regionais e nacionais), encontros de âmbito nacional e publicações voltadas a temas específicos da formação profissional⁵⁴.

Os anos 2000 iniciam-se com a publicação da Revista *Temporalis* (Ano I, nº2 – julho a dezembro de 2000) acerca das “Diretrizes

⁵³ O que caracterizou o marco dos anos 2000 foi justamente a identificação, pela profissão, dos desafios na implementação e efetivação do ensino da prática a partir das diretrizes curriculares de 1996.

⁵⁴ É justamente este o papel itinerante da ABEPSS, de avaliar e reavaliar constantemente o projeto de formação profissional, de maneira continuada e inconclusa, tendo em vista que este é um processo de movimento e busca.

Curriculares: polêmicas e perspectivas”, trazendo a tona um balanço do currículo de 1996 e problematizando alguns elementos voltados à prática.

Este exemplar da revista problematiza o processo de implementação das diretrizes curriculares no contexto da formação profissional e das transformações da universidade brasileira – fortemente ameaçada por reformas estruturais de base orientadas por organismos internacionais⁵⁵.

Questões como “trabalho; o rigor histórico e teórico-metodológico no trato da realidade; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a ética e a dimensão investigativa; o pluralismo; as direções sociais e teóricas adotadas na profissão; e os fundamentos em Serviço Social” são tratados como pontos polêmicos e de destaque deste processo. (CARDOSO, 2000)

Sem dúvida a questão central tratada neste periódico, e que irá predominar durante um bom tempo, é o que se remete à temática “trabalho”, problematizando sua relação com o Serviço Social e formas de “prática” profissional.

Neste apanhado geral sobre o processo vivenciado nos anos anteriores, a relação teoria x prática é tratada e abordada da seguinte forma: primeiramente no artigo desenvolvido por Cassab (2000) acerca das “Indicações Para Uma Agenda de Debates Sobre o Ensino da Prática a Partir do Novo Currículo”, a autora apresenta alguns desafios que se colocam no ensino da prática, no contexto das novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social.

A autora inicia o artigo relatando o seguinte diagnóstico:

⁵⁵Segundo Lima e Cassab (2002, p.81-82) o papel arduo das reformas na política educacional “está atrelado à imperiosa necessidade de estabilidade econômica.” Está pensada, nesta lógica, “na perspectiva de integração de cada país e de cada indivíduo na dinâmica do global, reafirmando as relações entre processo produtivo e formação profissional”, onde o ensino superior estará estreitamente vinculado aos interesses e ditames do capital. Assim a chamada “universalização” do ensino fica restrita à idéia de “acesso a educação para todos”, o que não é a mesma coisa. Na perspectiva de acesso a educação para todos, entram com todo vigor as idéias de diversificação das instituições (ou organizações) de ensino, conforme recomenda o Banco Mundial, através de universidades públicas, privadas, dos cursos politécnicos, dos cursos sequenciais, da educação à distância e dos cursos profissionalizantes de curta duração. O que predomina, sem dúvida, é o privado e a perda da qualidade do ensino superior.

O desafio de pensar o ensino da prática surge como uma demanda de alunos, supervisores, professores, e profissionais formados recentemente, muitas vezes não tão recentemente. Todos têm queixas mais ou menos comuns em relação a essa questão. Os supervisores de campo, por exemplo, reclamam que nossos alunos discutem, mas não conseguem realizar atividades cotidianas. Já os alunos reclamam de currículos muito “teóricos”, que não contemplam as dificuldades que experimentam no desenvolvimento de seu trabalho nos estágios, ressaltam seu medo e insegurança quando vão realizar procedimentos rotineiros nas instituições. Os profissionais recém-formados enfatizam as dificuldades que encontram no exercício profissional, enquanto que os professores, com frequência falam do divórcio que os alunos fazem entre as questões teóricas e os desafios do campo profissional. Enfim, todos parecem insatisfeitos com essa dimensão da formação profissional. (CASSAB, 2000, p.121)

O ensino da prática é apresentado pela autora como um desafio, através de questões que afetam os mais diferenciados sujeitos que compõe a profissão: alunos, professores e profissionais. Mas, de maneira geral, as questões estão relacionadas com a dissociabilidade entre conhecimentos teóricos e prática profissional, hora divorciando estes saberes, hora não sabendo articular os conhecimentos teóricos com as demandas do exercício profissional, ou ainda sentido falta de um ensino que enfoque também o âmbito da prática.

O ensino da prática profissional é relegado a um patamar diferenciado da teoria, e sua interlocução fundamental e necessária não é compreendida e realizada. Cassab (2000, p.122) lembra que por muito tempo “naturalizamos o ensino da prática como uma decorrência lógica e conseqüente da introjeção por parte do aluno de um conjunto de conhecimentos, percebidos como um modelo teórico-metodológico a ser aplicado”. No entanto, esta lógica não parece estar tão clara assim no processo de formação profissional.

Tanto o demérito com a dimensão interventiva da profissão, quanto à supervalorização “com o manejo competente da

instrumentalidade” são apresentados pela autora como aspectos problemáticos, que necessitam ser discutidos e problematizados. A questão central é a superação da autonomização da técnica, aliada a uma perspectiva teórica. Ou seja, é considerar a dimensão interventiva associada à dimensão teórica. (CASSAB, 2000)

A questão, que nos desafia no ensino da prática, na verdade, parece ser de outra qualidade diversa daquela que exorta à formação no aluno de uma capacidade técnica e compreensiva apenas. Ela parece se localizar em construir com o aluno uma capacidade de reflexividade a partir da articulação das dimensões presentes nos processos de trabalho que os assistentes sociais desenvolvem, ou seja, a dimensão ético-política, a teórica e a reflexiva. (CASSAB, 2000, p.123)

Portanto, a autora apresenta como tema de análise tratar da questão prática aliada à questão teórica, porque a desarticulação entre ambas trazem aspectos problemáticos para os sujeitos envolvidos na profissão. Assim, o ensino da prática profissional está, ou deveria estar necessariamente ligado às questões teóricas e metodológicas, estimulando a capacidade reflexiva e analítica dos estudantes. Ela também questiona “qual o lugar do ensino da prática no processo de formação do aluno” e como articular saberes e disciplinas.

Cassab (2000, p.127) defende que o lugar do ensino da prática não deve ser equacionado, diferenciado, mas deve perpassar todo o currículo, atravessar todas as disciplinas, articular saberes e gerar reflexões. “Quando o aluno é introduzido ao estudo da questão social no Brasil, ao diálogo com outros campos do conhecimento, ao conhecimento dos fundamentos do Serviço Social, (...) estamos realizando ensino da prática, estamos desvelando também o trabalho do Serviço Social”.

E ao articular estes saberes no processo de formação, inclusive nas disciplinas teóricas, está se articulando teoria e prática. Este cuidado em não equalizar o ensino da prática, não deixa de ser uma forma de não cair em extremismos, como o praticismo e teoriscismo, e de avançar no processo de articulação entre estes saberes. Mas, isso não quer dizer, que não haja necessidade de tratar especificamente da prática profissional, suas dimensões (teórico-metodológico, ético-político e técnico-

operativo) e de seus elementos constitutivos, como os instrumentos e técnicas que são explorados em sua cotidianidade.

Ultrapassar a dimensão que visa apenas o ensino do manejo de instrumentos e técnicas é apenas um dos aspectos a ser enfrentado. É necessário, antes de tudo, compreender que a prática não se resume a prática profissional, e que esta última não se limita apenas a questões de instrumentalidade. A prática não deve ser pensada somente como intervenção. A prática é o fundamento da teoria, e para compreender qualquer teoria é necessário entender a prática dos homens, suas relações, e a realidade histórica em que vivem. Assim, torna-se fundamental qualificar as ações no sentido de dar uma direção, um projeto e um sentido a elas.

Pode-se, então, indicar nesse debate que o ensino da prática não está deslocado das particularidades dos processos de trabalho, das formas que a profissão vai assumindo ao longo do tempo. O ensino da prática supõe a dimensão do conhecimento da matéria sobre a qual o Serviço Social atua, dos meios e instrumentos necessários na produção dos resultados e ainda um conhecimento acerca das condições que potencializam ou dificultam seu fazer, além, é claro, do horizonte ético-político construído pela categoria profissional. (CASSAB, 2000, p.128)

O ensino da prática está associado com a forma que se enxerga a realidade, com a forma que se desvela o trabalho profissional, tanto em seus limites teóricos, quanto na sua própria forma de operacionalização. O ensino que vise esta direção é capaz de compreender as múltiplas potencialidades, contradições, relações que se fazem presentes no espaço de trabalho dos assistentes sociais, além de estimular no profissional a capacidade reflexiva e crítica.

Gentili (2000, p.135) no artigo “Desafios da Prática ao Novo Currículo de Serviço Social” apresenta alguns apontamentos fundamentais acerca da prática profissional dos assistentes sociais e sua necessidade de articulação teórico-metodológica. De acordo com a autora, existe na prática “uma gama muito variada de focos de atenção dos assistentes sociais em relação aos problemas concretos cotidianos que estão completamente dispersos, sem uma boa articulação com os conteúdos mais genéricos da formação profissional”.

Aqui, a autora problematiza, enfaticamente, que os assistentes sociais encontram sérias dificuldades em realizar a mediação entre o geral e o singular, em articular conhecimentos, em realizar sínteses com base em uma totalidade carregada de historicidade, em relacionar saberes e conhecimentos, ou ainda, em outras palavras, em relacionar conhecimento teórico e prática profissional. Os profissionais estão se preocupando com particularidades específicas sem realizar a mediação necessária com o universal.

Outro aspecto fundamental apresentado por Gentili (2000, p.135) é a retomada da discussão da prática no processo de formação profissional: “recentemente a profissão retornou ao debate teórico da metodologia, da prática e da instrumentalização profissionais. Entretanto, este debate ainda se realiza com certa dificuldade pedagógica e em âmbito restrito”. A retomada da discussão da prática, depois de anos de extremo tecnicismo e praticismo, é um avanço, mas carece de aprofundamento, que só pode ser alcançado se aliado à teoria.

Muito se tem discutido sobre relação teoria/prática, mas as pesquisas sobre supervisão e estágio têm apontado que muito ainda temos a construir nas Unidades de Ensino e nas organizações que funcionam como “campo de estágio”. Este passo é fundamental para que fiquem assegurados na formação do aluno, as reflexões sobre a finalidade da profissão na sociedade, os produtos da ação profissional em meio aos objetivos das organizações e o lugar da ética na profissão. (GENTILLI, 2000, p.135)

Aqui a autora aponta para a necessidade vital de discutir e aprofundar os questionamentos sobre a articulação entre conhecimento teórico e prática profissional, indicando que o processo de formação é indispensável para a realização desse papel e que esta discussão não se encontra esgotada, mas transborda questionamentos e demandas.

Portanto, por mais que tenhamos avançado em termos de revisão e diretrizes curriculares, e inclusive com o Código de Ética Profissional de 1993 e com a Lei que Regulamenta a Profissão, “falta ainda em grande medida – na prática – uma expressão orgânica destes elementos normativos nos novos conteúdos teóricos e práticos da formação profissional”. (GENTILLI, 2000, p.136) Ou seja, insurge a necessidade

de aprofundamento com relação à prática do Serviço Social, e isso deve se expressar também no ensino da profissão.

E aqui é frisado o papel do estágio supervisionado enquanto espaço onde a imediatividade do fazer profissional se expressa com mais intensidade, e onde é possível relacionar conhecimentos, revelando-se as múltiplas formas de operar a profissão associado a conteúdos teóricos que possibilitam a compreensão do cotidiano profissional. Este tipo de formação mais elaborado e estrategicamente articulado com as organizações e espaços de trabalho, também promovem o contato com a realidade, com o cotidiano e despertam indagações e questionamentos sobre a profissão.

Mas, neste sentido, é importante ressaltar que não é apenas o estágio que deve realizar esta mediação, e que ele, enquanto disciplina, também carrega problemas e obstáculos a serem revisados e enfrentados com relação ao ensino da prática. Mas a formação como um todo deve responsabilizar-se pelo âmbito da prática conectado com a construção teórica. Assim “o novo currículo deve também inquirir sobre as formas de desenvolver ações que revelem potencialmente a capacidade de provocar modificações na realidade imediata, além de encaminhar as lutas a médio e longo prazos em favor dos usuários do serviço social”. (GENTILLI, 2000, p.143)

Desta maneira, na avaliação de Gentilli (2000, p.149) o novo currículo deve se debruçar sobre as demandas que surgem no âmbito da profissão, sendo capaz, assim, de acatar todas as reflexões e mediações possíveis que se fizerem necessárias, sabendo enfrentar as situações e problemas “a partir de dificuldades explicitadas na prática profissional”.

Para tanto, torna-se fundamental “resgatar a instrumentalização profissional do “pecado original” de ter nascido neotomista, pragmática e funcionalista e desenvolvê-la a partir dos novos debates temáticos e das lógicas amadurecidas a partir das pesquisas realizadas nos mestrados e doutorados” da profissão. (GENTILLI, 2000, p.149) Ou seja, reconhecer a necessidade de discutir a prática profissional para além de sua instrumentalidade, mas também enfrentar esta questão, de forma a potenciá-la, esclarecê-la, debatê-la, pois não é deixando-a no anonimato que ela, por si só, vai superar seus ranços e limitações.

A prática tem demonstrado que para se qualificar o futuro profissional na apreensão do acervo dos conteúdos teóricos, dos instrumentos de ação e das condutas éticas têm sido insuficiente as reflexões mais abrangentes sobre os nexos

metodológicos gerais ou sobre as relações entre as teorias e seus respectivos métodos científicos sobre a realidade. Falta ainda avançar para o estabelecimento de outras mediações que realizem o passo seguinte: aquele que atribuirá materialidade à ação profissional propriamente dita, ou seja, o da instrumentalização (contextualizada teórica e metodologicamente), pois essa não é derivada automaticamente de leitura intelectual, política e moral da realidade. (GENTILLI, 2000, p.148)

Deste modo, pensar em um dos elementos da dimensão técnico-operativa da prática profissional, que é sua instrumentalidade, de forma a contextualizá-la historicamente e articulá-la de forma teórica e metodológica. A qualificação do futuro profissional requer, neste sentido, a articulação entre a teoria, a prática e o projeto ético-político. Neutralizar ou omitir um destes elementos é regredir no conhecimento e desvalorizar todo o seu potencial.

Yolanda Guerra (2000, p.153) também apresentou sua contribuição para a temática na Revista *Temporalis* nº2, de 2000, com o artigo “Ensino da Prática no Serviço Social: subsídios para uma reflexão”. De acordo com a referida autora “o ensino da prática tem ocupado um espaço secundário no âmbito do currículo.” Isto deixa claro “uma visão de subalternidade das “chamadas” disciplinas “práticas” em relação às “teóricas”.

Isto se deve a uma tradição histórica de limitação do ensino da prática, onde este fica limitado “ao ensino de instrumentos e técnicas e/ou das “chamadas” metodologias de ação”, ou restrito “ao aprendizado nos campos de estágio”. (GUERRA, 2000, p.153)

No primeiro caso, a concepção de prática é a de adestramento, de treinamento. A noção de competência fica restrita ao domínio de um “suposto” método profissional e dos instrumentos e técnicas a ele correlatos. No segundo, contribui para reforçar a concepção positivista da “dicotomia entre teoria e prática”. (GUERRA, 2000, p.153)

Ou seja, Guerra (2000, p.154) reforça que o ensino da prática não é algo ultrapassado, e nem pode ser visto como algo pejorativo, “como

uma idéia fora do lugar” ou inferior a teoria. Mas enfatiza a necessidade de refletir sobre este campo de estudo, identificando “os conteúdos programáticos e a metodologia mais adequada ao ensino da prática, à luz de um referencial teórico-metodológico ao qual subjaz uma visão de homem e mundo claramente determinada”.

Segundo a autora, “o ensino da prática tem que estar vinculado às dimensões do exercício profissional, quais sejam, técnico-instrumental, teórico-intelectual, investigativa, ético-política e formativa (ou pedagógica)”. (GUERRA, 2000, p.154) Nesse trânsito não se resume apenas ao arsenal de técnicas e instrumentos que operacionaliza, mas estabelece uma interconexão com a pesquisa, com a realidade, com a construção do conhecimento, com os fundamentos teórico-metodológicos e com a dimensão ético-política.

Mas para tal envergadura, torna-se necessário esclarecer de que prática está se falando, “ou que concepção de prática estamos trabalhando”. Guerra (2000, p.154) questiona e esclarece:

Da prática mimética, imediatista, experimental? Da prática reduzida ao agir instrumental? Da prática que tem como critério a utilidade das coisas? Da atividade prática que transforma a matéria? Da prática que se realiza a partir de modelos? Aqui, a prática social é compreendida como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade, como práxis – conjunto das objetivações dos homens – o que supõe a realização de atividades produtivas, sociais, políticas e científicas. O exercício profissional, por sua vez, é concebido como uma particularidade da prática social mais ampla, com suas dimensões produtiva/instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa.

Entender o tipo de prática que se almeja na profissão é fundamental para pensar em como operacionalizá-la, com que objetivos, finalidades, meios e recursos.

Na particularidade do Serviço Social, deve-se pensar qual é o estatuto da profissão na divisão do trabalho. Esta prática é situada em termos: 1) da divisão do trabalho, melhor dizendo, incorpora a totalidade do trabalho coletivo, que tem uma

utilidade social; 2) da posição de seus agentes na divisão do trabalho – os assistentes sociais são, na maioria das vezes, trabalhadores assalariados; 3) do espaço sociocupacional privilegiado: os serviços e as políticas sociais; 4) da sua funcionalidade, vocacionada para atender determinadas necessidades sociais, que se traduzem em demandas para a profissão; 5) do tipo de resposta exigida à profissão: respostas instrumentais que visam objetivos imediatos; 6) da sua instrumentalidade como capacidade para alcançar finalidades profissionais. (GUERRA, 2000, p.154-155)

Para compreender esta dimensão e particularidade do trabalho profissional é que se recorre à teoria e ao seu conjunto de categorias de análise, a fim de compreender o espaço de atuação/intervenção profissional, seus condicionantes, sua natureza, seus objetivos, meios, fins e sua relação com a sociedade. Compreender como intervir, para quem e porque intervir e que conseqüências prático-políticas emergirão dessas ações. Aqui, superam-se os questionamentos voltados somente a questões “técnicas”, “imediatistas”, “superficiais”, e amplia-se o conhecimento para uma esfera diferenciada de reflexão e análise.

Guerra (2000, p.158) orienta que uma teoria tem um papel fundamental em todas as profissões, e, mais especificamente, quando se pensa no Serviço Social, possibilita dois elementos essenciais: “a) a crítica das formas de explicar a ordem burguesa; b) a apreensão das possibilidades de ação profissional.” Com essa explicação, pode-se entender a amplitude do papel da teoria no Serviço Social, onde “é tanto fazer a crítica ontológica do cotidiano quanto apontar as possibilidades de ação de uma realidade sociohistórica”.

Portanto, a teoria desempenha um papel primordial no ensino da prática, e deve vir aliada com a *dimensão ético-política* – que orienta a ação profissional pautada em valores e princípios –, com a *dimensão investigativa* – de pesquisa, análise da realidade e dos sujeitos que a compõem –, com a *dimensão formativa* – que não pode se reduzir ao mero treinamento e reprodução de idéias –, com a *dimensão técnico-instrumental* – que se traduzem em instrumentos e técnicas que potencializam o agir cotidiano. (GUERRA, 2000)

“Pensar nas possibilidades do ensino da prática põe a necessidade de que o ensino da prática seja visto dentro de um projeto de formação continuada. Implica situar o ensino da prática no currículo”. (GUERRA,

2000, p.159) Demonstra, sobretudo, que é um debate que necessita ser aprofundado pela categoria no novo milênio que se inicia.

Entendemos que a determinação das novas diretrizes curriculares em considerar o ensino em Serviço Social como teórico-prático, não é meramente uma questão semântica. É uma tentativa factível de romper com a visão positivista entre ciência pura e aplicada, os que pensam e os que fazem, os professores da teoria e os professores da prática, vigente na cultura da profissão (e fora dela). (GUERRA, 2000, p.160)

Portanto, a Revista *Temporalis* nº2, de 2000, ao propor uma discussão sobre as polêmicas e perspectivas das diretrizes curriculares, soube problematizar o debate sobre o ensino da prática, trazendo, aos leitores, questionamentos essenciais para pensar a relação teoria x prática, que obviamente, não pode se restringir somente a estas discussões.

Cientes dessa necessidade de aprofundamento é que em 2004, mais especificamente nos dias 05 a 07 de abril, a região Sul sediou na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – mais um encontro da categoria. Os assistentes sociais se reuniam na Oficina Nacional⁵⁶ da ABEPSS para discutir “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”, na perspectiva de estabelecer um debate acerca da qualificação permanente do projeto de formação profissional que reafirmasse as “Diretrizes Curriculares na direção do atual Projeto Ético-Político, defendido pelos assistentes sociais”. (TEMPORALIS nº8, 2004, p.7)

Em espaços como este, é possível identificar demandas coletivas da categoria, alimentar e desenvolver debates profícuos que problematizam, questionam, apontam alternativas, saídas e possibilidades. Questões como “o significado dos núcleos de formação

⁵⁶ A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social realiza “a cada dois anos” uma oficina nacional que sintetiza e projeta as discussões desenvolvidas no ano anterior na série de oficinas locais e regionais. Essas oficinas garantem a capilaridade da entidade e sua presença nas várias unidades de ensino do país.”. Há que se destacar que foi da oficina nacional ocorrida em 1996 que se aprovaram as novas diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social, o que exemplifica sua relevância no âmbito da formação profissional na profissão. (TEMPORALIS, 2002, p.09)

profissional”, o “acompanhamento do corpo docente/discente e a supervisão de estágio”, o “acompanhamento das experiências das atividades complementares indicadas no currículo” e o “acompanhamento e definição de estratégias de enfrentamento da redução da carga-horária dos cursos de graduação”, se tornaram pauta de discussão, diante de um cenário de mudanças e desafios constantes postos à profissão. (MENDES, 2004, p.9-10)

Nesse aspecto, a presença da ABEPSS se faz extremamente necessária no sentido de ampliar e sedimentar o debate sobre a temática da formação profissional, vindo a atender as atuais exigências derivadas desse processo de globalização, com profundas alterações nos aspectos econômicos, culturais e sociais e com repercussão nas inter-relações globais e locais no mundo do trabalho e nos processos de inclusão e exclusão entre outros tantos. Esse cenário tem exigido dos assistentes sociais ações inovadoras e eficazes que propiciem respostas compatíveis com o projeto ético-político adotado pela categoria profissional no Brasil. (MENDES, 2004, p.10)

Desta forma, neste encontro, procurou-se discutir as dificuldades encontradas no processo de mudança e implementação das diretrizes curriculares, elencando fatos estruturais a situações concretas vivenciadas no processo de formação. Até porque a discussão das diretrizes curriculares foi realizada num momento histórico de redemocratização do país e as mudanças na lógica do capital levam a um quadro de luta e reafirmação de seu conteúdo. (COUTO, 2004, p.47)

Mais uma vez a situação do ensino superior no Brasil é um dos dados apresentados como fator essencial deste processo, através da aceleração desenfreada de cursos de graduação em serviço social, reforçados pela lógica neoliberal do ensino superior privado. Das 147 escolas de Serviço Social privadas em 2004, somente 87 eram filiadas a ABEPSS, o que exemplifica a dificuldade principal em efetivar as diretrizes curriculares em instituições completamente desvinculadas das demandas e debates profissionais, que “não participaram deste processo” e que “desconhecem o conteúdo das diretrizes”. (BOSCHETTI, 2004, p.20- 21)

Associado a estas questões, estava a questão da reforma do ensino superior, de mercantilização e privatização da educação, sem

contar nas dificuldades reais de implementação do currículo, vivenciadas em cada instituição educacional. De acordo com Boschetti (2004, p.22) “comparando as diretrizes aprovadas no âmbito da ABEPSS com os currículos que estão sendo implementados, podemos constatar que muitos princípios e orientações não estão sendo incorporados pelas unidades de ensino”.⁵⁷

Isto se deve, em parte, ao fato de o Conselho Nacional de Educação (CNE), ao aprovar as diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social, alterar e até esvaziar “a concepção original de formação crítica” que foi sugerida e construída pela categoria, pelas unidades de ensino e pela ABEPSS em 1996. (BOSCHETTI, 2004, p.22)

De acordo com Boschetti (idem):

Os pareceres e a resolução do CNE aprovando o currículo pleno do Serviço Social, emitidos em 2001 e 2002, após anos de análise (a ABEPSS encaminhou as diretrizes curriculares ao MEC no início de 1997), reduziram drasticamente o projeto pedagógico que constava nas diretrizes curriculares da própria ABEPSS. Não devemos entender essa redução drástica como mera simplificação e mera formatação padrão de todos os currículos. Considero que, por trás dessa simplificação, está um projeto de formação conflitante com a proposta de formação do Serviço Social, construído coletivamente pelas entidades a partir da ação da ABEPSS. Estou ressaltando isso porque, ao avaliar as propostas de autorização de cursos novos, percebi que eles estão seguindo o parecer do CNE e simplificando seus currículos. Assim, é fundamental resgatar as diretrizes da ABEPSS para que estas sejam tomadas como parâmetro na construção dos currículos plenos.

Desta forma, toda a discussão e todos os frutos construídos pela categoria passaram por uma reconfiguração, sob um novo olhar do CNE que alteraram as bases iniciais das diretrizes curriculares do Serviço

⁵⁷ Um panorama geral deste quadro de implementação do currículo e suas dificuldades pode ser encontrado na Revista *Temporalis* n.º8, sobre “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político” de 2004.

Social, simplificando toda uma rede de objetivos voltados à formação profissional e flexibilizando todo o processo de ensino. Esse esvaziamento das diretrizes curriculares “não é uma mera simplificação, mas expressa uma política de formação predominantemente preparatória para o mercado, mais flexível, diversificada, reduzida, com habilitações específicas e sem preocupação com uma formação genérica e com perspectiva de totalidade”. (BOSCHETTI, 2004, p.24)

Não há dúvidas que esta situação gerou profundas problemáticas dentro da profissão, tanto pelo fato dos novos cursos de Serviço Social (em ascendência) seguirem os padrões oferecidos pelo CNE, o que compromete todo o projeto pedagógico da profissão, tanto por não abordar aspectos que foram reconhecidos e legitimados coletivamente pela categoria, no processo de discussão e revisão do currículo. Elementos antes questionados, problematizados e sinalizados como significativos, como a relação teoria-prática, deram lugar, muitas vezes, a debates voltados a necessidade de construção hegemônica de um projeto político-pedagógico e ético-político e pela qualidade da formação profissional associada ao crescimento dos cursos privados e de ensino à distância dentro da profissão

Sem contar que um projeto pedagógico que não seja claro, bem definido e que não oriente adequadamente o processo de formação, pode gerar equívocos, lacunas no processo de ensino, ausência de articulação entre conteúdos ou disciplinas que acarretam em profissionais com déficits significativos no seu processo de formação profissional. Acredita-se, inclusive, que a visão de indissociabilidade entre teoria e prática, possa estar associada a estas dificuldades, ao fato de algumas disciplinas bases do currículo, como as de fundamento, não darem conta de discutir esta relação, ou de não fundamentarem bem o ensino teórico, que possa ser utilizado analiticamente na prática. Ou ainda, quando a própria prática não é discutida aliada a uma perspectiva teórica clara e crítica.

Muitas vezes o processo de ensino não segue uma lógica ou uma discussão que garanta uma direção teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, por conta da ausência de um eixo estruturador que oriente, esclareça e dê sustentação aos conteúdos e disciplinas. “Este problema estrutural provoca superposição de conteúdos, ausência de conteúdos fundamentais, comprometimento da interdisciplinaridade e desarticulação de conteúdos”. (BOSCHETTI, 2004, p.25)

Desta maneira surgem as grandes lacunas da formação profissional, como as más interpretações, que levam a compreensões

equivocadas sobre a falta de articulação e visão de unicidade entre teoria e prática, e enganos geralmente expressos na ação profissional. Além de estudantes que se formam com a sensação de que muito falta no processo de aprendizagem ou que esta não deu conta das demandas reais colocadas à profissão.

A questão da teoria/prática deve perpassar toda a formação, deve estar contida de forma direta e indireta em todo o processo de ensino/aprendizagem, em todos os componentes curriculares e disciplinas do curso, e não somente lembrada durante o período de estágio, no qual se torna mais evidente. Ainda no processo de estágio há uma concepção fragmentada e dicotômica entre teoria e prática, expressas no distanciamento entre academia e campo de estágio e entre professores e supervisores de campo, sem contar no “isolamento entre os campos de estágio e desarticulação entre estes e as disciplinas”. (RAMOS, 2004, p.85)

O caráter interventivo da profissão deve estar presente em todo o currículo, isto é, todos os conteúdos do currículo devem ser a base para formar um profissional que vai intervir na realidade. Assim, os conteúdos de todas as disciplinas devem ter a preocupação de mostrar a vinculação entre teoria, realidade e as possibilidades de intervenção profissional em diferentes contextos e momentos históricos. (BOSCHETTI, 2004, p.29)

Portanto, o reconhecimento da realidade social e o rigor no trato teórico-metodológico irão imprimir uma direção no campo interventivo do assistente social, que possa superar a imediatividade e as visões reducionistas de mundo. (SIMIONATTO, 2004)

As competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com maior clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. É importante marcar que estas dimensões estão interligadas, são interdependentes, tornando-se necessário manter a unidade entre as mesmas, pois, do contrário,

escorrega-se para o teoricismo deslocado do real, ou inversamente, a um pensamento ético-político ingênuo e a uma prática aparentemente despolitizada. (SIMIONATTO, 2004, p.40)

Simionatto (2004, p.40), ao discutir a disciplina de “Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social” no processo de implementação das diretrizes curriculares, chama a atenção para esta necessidade fundamental de articular os conhecimentos teóricos com a prática profissional no processo de formação dos assistentes sociais, lembrando que “é a reflexão teórica que nos permite passar da prática fetichizada, manipulatória e repetitiva para uma prática mais competente e mais ampla, decorrente da teoria que a ilumina e a fundamenta”. Segundo a autora a relação teoria e prática são “dimensões inseparáveis”, portanto devem caminhar juntas.

Muitas vezes, caímos somente no fazer e isso é facilmente perceptível neste momento histórico, em que estamos vivendo, de inúmeras demandas, de respostas rápidas e imediatas, de ameaças, do efêmero, do transitório, das disputas entre profissões e das requisições que o atual estágio do capitalismo nos tem colocado cotidianamente. O ensino desta disciplina, assim, impõe a estreita unidade entre a dimensão teórico-metodológica e as estratégias, técnicas e procedimentos da intervenção profissional através das mediações entre ‘as bases teóricas e a operatividade do trabalho profissional’. Os conteúdos não se reduzem a uma perspectiva teoricista ou de evolução histórica, mas, requerem “o acompanhamento da dinâmica dos processos sociais como condição, inclusive, para a apreensão das problemáticas cotidianas que circunscrevem o exercício profissional”. (SIMIONATTO, 2004, p.40)

Esta é uma concepção que vai ao encontro de uma formação de qualidade, mas que nem sempre é a realidade das disciplinas ofertadas nos distintos cursos de Serviço Social. Como muito bem alerta a autora, diante de uma conjuntura de desafios e mudanças, a assimilação ou compreensão desta indissociabilidade entre as concepções teóricas e as concepções práticas e interventivas torna-se um diferencial de

qualidade, que possibilita uma ação carregada de intencionalidade crítica que vise o alcance de uma “prática social transformadora”.

Uma formação consistente e fundamentada capacita teoricamente os profissionais a reconhecerem e compreenderem os grandes desafios e as grandes dificuldades postas a profissão, e dá condições concretas para o seu enfrentamento. Mas só se torna uma formação com estas características, quando debruçada na realidade, quando ligada e articulada às práticas profissionais. Portanto é uma construção dinâmica e articulada. Sem a consciência teórica a prática ou ação profissional fica esvaziada e tende ao senso comum, assim como uma teoria desconexa da realidade não possibilita uma visão de totalidade.

Barbosa (2004, p.51) ao discutir o tema “Gestão: Planejamento e Administração” lembra que por ser o Serviço Social uma profissão interventiva, faz-se necessário a aquisição de competências técnico-operativas, que envolvem de maneira articulada “formas de pensar e agir”. Segundo a autora, “nunca só o fazer”, mas pensar no como fazer, em qual é a minha intenção ao fazer, nas minhas possibilidades reais de operacionalidade, nos meus objetivos finais e nos resultados a serem alcançados. Desta maneira, somente “com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderão discutir as estratégias e técnicas de intervenção”. Ainda:

Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. [...] As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. (BARBOSA, 2004, p.51)

Portanto só planeja, executa e avalia o profissional que tem conhecimento teórico para tanto. Ou seja, saber pensar estratégias de ação diante dos problemas, saber quais são suas possibilidades de ação e de concretização de seus objetivos, bem como negociar interesses não são competências para qualquer um. Requer fundamentação teórica e articulação com a realidade social, considerando as diversas conjunturas históricas, as contradições e lutas de classe, bem como a totalidade social.

O Serviço Social, através das discussões das diretrizes curriculares construídas historicamente, vêm “priorizando o aprofundamento teórico-metodológico na formação, de modo que se privilegiem práticas e habilidades que possibilitem profissionais críticos, capazes de desvendar a teia das relações sociais” e demonstrando uma preocupação com a temática “teoria e prática” que ora é assinalada como fundamental, mas não necessariamente explorada, ora é abordada mais enfaticamente, principalmente quando associada aos desafios na implementação das diretrizes, justamente por ser considerada como fundamental, mas extremamente complexa. Esse caráter avigora a necessidade de discuti-la, apropriando-se justamente das indicações do projeto político-pedagógico que reforça a indissociabilidade entre teoria e prática e pautando-se na dificuldade em que a academia e a profissão como um todo tem em discutir tal relação.

A formação profissional deve transcender a esfera da simples reprodução mecânica de ações e saberes e ser conectada à produção e construção de um saber crítico sobre o real, onde estão voltadas as intervenções profissionais. A formação assumida nas diretrizes gerais de 1996 é “a da formação como educação permanente, como desenvolvimento de competências em longo prazo”. Para tanto requer uma permanente discussão e inclusão do tema na academia, nos espaços de representação profissional e no exercício da prática, “mediante um entrosamento entre os diversos segmentos envolvidos no processo”. (RAMOS, 2004, p.84)

Nogueira (2004, p.123) ao discutir “O Ensino do Trabalho Profissional do Curso de Serviço da Universidade Federal de Santa Catarina: Fundamentos, Construção, Implementação e Avaliação” também destaca a necessidade da compreensão de indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino do trabalho profissional. De acordo com a autora, já em 1991 foram construídos núcleos de estudo que pudessem integrar o “ensino teórico-prático” e, assim, qualificar a prática profissional.

Com o novo currículo, de 1999, organizado com base nos três eixos de fundamentações discutidos nas diretrizes curriculares, e com a ênfase de “valorização do caráter interventivo da profissão e da necessidade de qualificação do exercício profissional” a “disjunção teoria e prática” passou a ser considerada como grande questão a ser debatida. (NOGUEIRA, 2004, p.125)

Assim, a nova proposta curricular da UFSC chamava a atenção para a necessidade do curso: “proporcionar experiências de formação na

área do trabalho profissional, numa perspectiva generalista, de indissociabilidade entre teoria e prática e integrada ao projeto ético-político da profissão”. (NOGUEIRA, 2004, p.126)

O campo de estágio e as disciplinas, nesta perspectiva, passaram por transformações, no sentido de o ensino transitar entre “os conteúdos e procedimentos pedagógicos que possam permitir ao aluno um processo integrado de aprendizagem entre teoria e prática”. Entretanto, no referido documento a autora ressalta que muitas são as dificuldades para alcançar estes objetivos e que este debate necessita continuar. (NOGUEIRA, 2004, p.131)

E justamente por necessitar continuar, e pensando também nos distintos caminhos que as instituições de ensino vêm trilhando no que concerne aos conteúdos das diretrizes curriculares, e com o “propósito de identificar condições e tendências dessa implementação nas Unidades de ensino no país” é que a ABEPSS realizou a pesquisa a “Implementação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social, no Brasil” em 2006, precisamente após dez anos de sua aprovação no meio profissional. (TEMPORALIS, 2007, p.10-11)

Dentre os eixos privilegiados de análise, um se remete a questão da “prática na formação profissional em serviço social”, na busca em apontar tendências e dificuldades no seu processo de implementação. No referido eixo, parte-se da perspectiva de que a construção, elaboração ou formação de competências e requisitos não significa “um retorno ao tecnicismo”, pois a construção de competências não se limita a esfera de execução de tarefas, mas, sobretudo, “exige reflexão crítica, pesquisa, avaliação dos conhecimentos produzidos em seu campo profissional, para que os mesmos sejam incorporados, de forma consciente, ao repertório de seus saberes, sempre construídos e reconstruídos”. (RAMOS, 2007, p.151)

Ou seja, parte-se da perspectiva que a construção de competências profissionais requer a articulação entre conhecimentos teóricos e práticos, e que é a fundamentação teórica que possibilita essa reflexão crítica e consciente da prática, além da construção e reconstrução dos saberes. Portanto, a “prática é um processo que só pode ser concretizado com a presença ativa da consciência e dos fins que a mesma projeta e materializa”. (RAMOS, 2007, p.151)

Ramos (2007, p.151) fundamentada na análise de Guerra (2006) analisa que historicamente a abordagem data a prática profissional no que concerne ao processo de formação profissional, “tem se limitado ao ensino de instrumentos e técnicas e/ou das ‘chamadas’ metodologias de

ação” e nesta perspectiva a “concepção de prática é a de adestramento, treinamento”. Assim, a discussão da prática fica estigmatizada e perde sua essência e originalidade. A noção de competência fica presa a noções imediatistas e tecnicistas e não avança no conhecimento.

Entretanto, a discussão da prática deve estar associada diretamente a teoria em todo o processo de formação, mas o que ocorre é uma sobrevalorização dos fundamentos teórico-metodológicos em detrimento da dimensão técnico-operativa, quando na verdade estas deveriam caminhar juntas.

Exemplo desta necessidade de articulação recai na dimensão da pesquisa, que deve ter um caráter de transversalidade, “com vistas ao estabelecimento das dimensões investigativas e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade”. Mas não só a pesquisa e o estágio, e sim todo o currículo deveria estabelecer esta relação, garantindo, assim, a “transversalidade das matérias no tratamento da prática” e possibilitando que “o caráter interventivo da profissão” perpassasse todo o currículo. (RAMOS, 2007, p.153 e 160)

Ainda de acordo com a pesquisa sobre “a prática na formação profissional”, foi detectado que mesmo após a implementação das diretrizes curriculares nas unidades de ensino do país, o estágio continua constituindo-se na “principal ação na qual materializam-se os pressupostos das discussões sobre o tratamento dispensado à prática, ou seja, em que esse conteúdo ganha especificidade, na formação profissional”. Ou seja, é fato que a relação entre teoria e prática tem um recorte fundamental no estágio, mas essa especificidade em uma disciplina continua sendo um limitador da articulação e indissociabilidade que deve existir nesta relação. (RAMOS, 2007, p161)

De acordo com as dificuldades apontadas “em relação ao tratamento dispensado à prática profissional nos currículos” uma das questões centrais que se fez pertinente foi justamente essa lacuna de discussão prática associada à teoria em todo o currículo. “Este ensino se operacionaliza, prioritária e restritivamente, por algumas disciplinas. Aqui novamente aparece a clara distinção positivista entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas, mantendo uma relação de subalternidade de umas sobre as outras”. (RAMOS, 2007, p.167)

Ou seja, esta separação entre os saberes teóricos com os saberes práticos ainda se faz presente no processo de formação dos cursos de Serviço Social, configurando um retrocesso ou “não-avanço” nesta discussão. O próprio enfoque da pesquisa supracitada é voltado para “a

prática na formação profissional”, e não na discussão da “teoria e prática no processo de formação profissional”. O que acaba, mesmo que sem esta intenção, separando estes saberes, como se isto fosse possível. De qualquer forma, a análise deste eixo, ainda consegue ressaltar esta carência e incita a necessidade de aprofundar ainda mais esta temática.

Neste sentido, é absolutamente pertinente e fundamental a transversalidade da prática e da investigação apontada nas diretrizes, pois não há um lugar por excelência onde devam ser tratadas, embora possam, em alguns espaços, ter seu adensamento destacado, mas precisam ser elementos articuladores no conjunto do movimento, em cada disciplina e procedimento pedagógico, porque a mediação teórico-prática e a problematização sistemáticas são básicas para qualquer processo analítico-interventivo que se queira consistentes. (MENDES, 2007, p.186)

Portanto, o debate gerado nos anos 2000 caminha para a identificação dos desafios postos na implementação das diretrizes curriculares nas mais variadas unidades de ensino do Brasil, através de oficinas, encontros e publicações voltadas ao tema da formação profissional. Neste debate o ensino da prática ganha um recorte específico, através da identificação dos desafios colocados para sua efetivação. Este, por sua vez, é apresentado como um desafio a ser superado e a sua aplicação é debatida e questionada.

Reconhece-se a necessidade de um ensino que enfoque o âmbito da prática, associado ao âmbito teórico e metodológico e questiona-se qual é o lugar do ensino da prática no processo de formação profissional dos assistentes sociais. Compreende-se, assim, que o ensino da prática deve perpassar todo o currículo e atravessar todas as disciplinas, de maneira a não equalizá-lo. No entanto, o ensino da prática, historicamente, tem ocupado um espaço secundário nos currículos, e parece ainda haver uma subalternidade das disciplinas práticas em relação às teóricas.

Em muitas grades curriculares a dimensão da prática fica restrita a uma disciplina específica, ou a laboratórios, atividades complementares, disciplinas optativas e seminários temáticos. O estágio supervisionado continua sendo a principal ação e espaço onde a imediaticidade do fazer profissional se expressa com mais intensidade. Em resumo, as disciplinas teórico-práticas são dadas de forma

indiscriminada, ora fragmentando e dicotomizando estes saberes (mesmo que de forma involuntária ou inconsciente) e ora com uma abordagem que reconhece e busca a sua articulação. Assim, a implantação das diretrizes e dos projetos pedagógicos seguem caminhos diferentes, e o tratamento e concepção de teoria e prática varia de acordo com a realidade de cada curso.

Pode-se afirmar, inclusive, que a articulação entre a dimensão técnico-operativa e os fundamentos teórico-metodológicos ainda é pouco contemplada nas propostas curriculares em marcha, talvez pela dificuldade de situar o debate entre teoria e prática e de discutir especificamente a prática profissional do Serviço Social. Há, sem dúvida, uma problemática em qualificar e compreender o que seja a chamada dimensão teórico-prática, e também em como traduzir isso nos currículos dos cursos. Geralmente as discussões tendem – mesmo sem ter este propósito – a fragmentar os conteúdos e criar ementas que recriam a falsa dicotomia entre teoria e prática.

Contudo, neste período, há a compreensão de que o entendimento e reconhecimento da indissociabilidade entre as concepções teóricas e as concepções práticas e interventivas tornam-se, a cada dia, um diferencial de qualidade na formação profissional. Isso acontece porque há um amadurecimento com relação a esta questão, considerando-a fundamental, principalmente quando associada aos desafios na implementação das diretrizes curriculares. Isso reflete a complexidade no tratamento da questão, a dificuldade em tratar esta relação, mas reforça a necessidade de discuti-la e qualificá-la.

Portanto, apesar do entendimento que é necessário superar o divórcio entre as questões teóricas e os desafios do campo profissional, e do reconhecimento que o desafio de pensar o ensino da prática surge como uma demanda profissional, o ensino da prática é relegado a um patamar diferenciado da teoria, e sua interlocução fundamental e necessária não é compreendida e realizada de maneira que rompa com determinados estigmas. Contudo, essa questão não se mostra esgotada, muito pelo contrário, o debate dos anos 2000 só veio reafirmar que é uma questão que transborda questionamentos e demandas e que precisa ser superada.

3.1.4. Os anos 2010: Um Enfrentamento Qualificado da Questão?

A Coletânea Nova de Serviço Social intitulada “Serviço Social: Temas, Textos e Contextos” de 2010 e organizada pelas autoras Valeria

Forti e Yolanda Guerra, traz significativas contribuições acerca da dimensão teórico/prática no processo de formação profissional. É destaque, neste sentido, o artigo de M^a Theresa Meneses e M^a das Graças Lustosa com “Reflexões sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os Impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político”.

Menezes e Lustosa (2010, p.103) denunciam a persistência da tradicional orientação de dicotomia entre teoria e prática, “que favorece e propicia a manutenção de antagonismos entre as diretrizes de uma formação intelectual de viés generalista e a condução do ensino da prática, que reforça a perspectiva de um ‘fazer profissional’ especializado e acrítico”, através de pesquisa empírica realizada nos conteúdos programáticos das disciplinas de estágio supervisionado, bem como dos Relatórios desenvolvidos nos Fóruns de Supervisores de Estágio e do estudo realizado sobre o Perfil do Aluno de Graduação da Universidade Federal de Fluminense⁵⁸, no período de ajuste curricular de 2007/2008.

De acordo com as autoras (2010, p.105) a condução que tem se efetivado e sido mantida com relação ao ensino da prática na referida universidade é a que “reforça um ‘fazer profissional’ de cunho especializado, no qual se destaca o ensino da prática a partir de ‘áreas temáticas’”, que são subdivididas em diversas áreas como saúde, família, criança e adolescente, dentre outros, que reflete uma “orientação teórico-prática que fragmenta, pulveriza e (des) hierarquiza os fenômenos sociais tão ao gosto da matriz do pensamento pós-moderno⁵⁹”.

O ensino da prática na Escola de Serviço Social da UFF e, provavelmente, nas demais escolas das instituições públicas de ensino superior, se define

⁵⁸ Segundo Menezes e Lustosa (2010, p.105) “o estudo que realizamos na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense não pretende, a partir de um exemplo, generalizar descobertas e afirmativas encontradas em uma única situação (...). No entanto, a documentação registrada nos Fóruns de Supervisores, evento que congrega profissionais formados em outras unidades acadêmicas, servirá de aporte para que o estudo não se torne arbitrário do ponto de vista teórico-metodológico”.

⁵⁹ De acordo com Menezes e Lustosa (2010, p.105) “as características que melhor apreendem e definem o espírito do pensamento pós-moderno se balizam, fundamentalmente, na supremacia do efêmero, na fragmentação da vida social, na fuga da realidade, na morte do sujeito, na autonomia dos fenômenos sociais”.

pela *oscilação*: ora é relegada ao segundo plano e vista como disciplina complementar que dispensa tratamento e suporte teórico, trazendo para a concepção de prática uma visão meramente impressionista e destituída de historicidade, restrita à aparência dos fatos, numa clara negação das contradições que movem a sociedade capitalista, sintetizada na aversão à essência dos fenômenos sociais. (...) No interior desse movimento de oscilação, a “prática profissional” é apreendida, apenas, como “técnica de intervenção”, quase sempre autoritária, invasiva, reiterativa, rotineira e burocrática, numa óbvia remissão ao pragmatismo que revela, ao fim e ao cabo, o descompromisso político com os usuários dos serviços sociais. (...) E, por último, a concepção da “prática profissional” é vista mecanicamente como simples resultante do maior aprofundamento imprimido nas disciplinas ditas teóricas, o que resulta na afirmativa anterior: de que a prática apartada da teoria produz impedimentos para ultrapassarmos a estreita visão tecnicista e alcançarmos as requisições postas pelo Projeto Ético-Político da Profissão. (MENEZES; LUSTOSA, 2010, p.110)

Para as autoras essa separação e concepção dicotômica “colide com a perspectiva teórica de viés crítico que permeia o projeto de formação profissional” e separa “a indissociável relação entre teoria e prática”, o que acaba por reproduzir “a lógica objetiva/subjetiva da sociedade burguesa”. (MENEZES; LUSTOSA, 2010, p.103) Esta dissociabilidade, além de representar um retrocesso teórico, é vista como elemento que impede o alcance dos requisitos e pressupostos do Projeto Ético-Político, portanto é requisito fundamental a ser discutido e enfrentado.

“Dispensada a unicidade teoria-prática, fica, concomitantemente, desprezada a capacidade e a necessidade dos assistentes sociais procurarem respostas para as perguntas que a realidade faz”. (MENEZES; LUSTOSA, 2010, p.114-115) Como resultado, é comum o não envolvimento em pesquisas, o desapego à investigação e o “desânimo” e “desinteresse” na construção do Trabalho de Conclusão de Curso, o TCC. Há uma preocupação significativa com o estágio, como atividade que possibilita “com mais propriedade” o ensino da prática e

aproximação com a realidade, e como reflexo dessa preocupação específica não há estudos que evidenciem como a falsa dissociabilidade entre teoria e prática gera impactos na dimensão investigativa e no TCC, como momento crucial em que o estudante buscará respostas e pensará nas perguntas-chaves que lhe despertam inquietação, realizará a mediação entre o particular e o universal, entre o pensar e o fazer, em que olhará para a realidade com mais propriedade e poderá analisar e criticar, avaliar os impactos causados pelo capitalismo em sua fase madura. Momento em que ele sentirá como a teoria é fundamental para a sua intervenção.

Com a aproximação do Serviço Social com o marxismo, na década de 1980, essa questão polarizada entre teoria e prática criou solo e condições históricas para ser superada. No entanto, Menezes e Lustosa (2010, p.111-112) afirmam que “é possível assegurar que essa perspectiva equivocada ainda perpassa o ensino da prática profissional”. Embora “o debate no plano das ideias tenha se adensado”, no plano da realidade, com relação ao ensino da prática “pouco se alterou a partir dos rumos propostos pelas diretrizes curriculares⁶⁰”.

“A concepção do novo currículo foi, inegavelmente, importante para o fortalecimento teórico da formação profissional em geral, mas os resultados concretos são pouco palpáveis em termos de mudanças nos planos pedagógicos, teórico e político” e mais especificamente, nas disciplinas de estágio e relacionadas ao ensino da prática. (MENEZES; LUSTOSA, 2010, p.113) As disciplinas voltadas à prática não têm superado a perspectiva de prática como resultados interventivos, ou de como operacionalizar estes resultados ou ações. Mesmo que apenas em algumas instituições, e mesmo não tendo dados empíricos que comprovem, parece que a prática profissional ainda está sendo tratada e abordada na formação profissional em seu sentido mais restrito, mais minimalista, o que esvazia suas potencialidades e estreita o leque de possibilidades dessa profissão.

De uma forma geral, os currículos passaram a investir no fortalecimento de conteúdos voltados para as dimensões teórico-

⁶⁰É preciso esclarecer que, talvez, essa permanência e insistência em não aprofundar o ensino da prática, ou em não discutir propriamente teoria e prática, não seja nem uma questão de mudança de currículo ou reforma curricular, mas sim de interpretação pedagógica, de metodologia de ensino, de capacitação sobre o assunto, ou até mesmo de enfrentamento desta questão que há muito já foi reconhecida como imprescindível para uma profissão interventiva como o Serviço Social. (SANTOS, 2010)

metodológica e ético-política do Serviço Social, como se um conhecimento profundo dessas duas dimensões fosse por si só suficiente para entender a prática profissional. E, neste sentido, de acordo com a interpretação que se faça, o referencial técnico-operativo passa a ser apreendido somente a partir dessas duas concepções, e disciplinas específicas que tratem do campo prático ficam relegadas ao segundo plano, ou, simplesmente esquecidas.

No entanto, a prática profissional do Serviço Social vem carregada de três dimensões, e neste sentido, a formação deve contemplar de fato “os conhecimentos necessários a essas competências, quais sejam, conhecimentos teóricos, conhecimentos ético-políticos e conhecimentos procedimentais, visto que o Serviço Social é uma profissão interventiva”. (SANTOS, 2010, p.55)

De acordo com Santos (2010), o técnico-operativo, por exemplo, até é reconhecido como uma dimensão da prática e tratado para além de sua operacionalidade. Contudo, é cultivado muito mais as idéias “do que fazer”, “porque fazer” e “para que fazer”, e a idéia “do como fazer” é minimamente explorada, ou não vem acompanhada das demais dimensões. As ementas e programas das disciplinas não detalham o tratamento a ser dado à dimensão técnico-operativa e cada curso tende a interpretar de uma forma diferente, aplicando múltiplas estratégias para tratar desta dimensão, ou simplesmente, reduzindo a temática a “atividades complementares”. “Se as ementas não oferecerem, minimamente, uma direção, a questão continuará sendo ministrada de acordo com o discernimento pessoal de cada docente, ficando, até mesmo, ausente”. (SANTOS, 2006, p.164)

Os instrumentos e técnicas, por exemplo, não são os únicos e exclusivos responsáveis pela eficiência da ação profissional, mas estão vinculados a ela. São elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa, que deve ser tratada e concebida numa relação de unidade com as demais dimensões da prática profissional: a teórico-metodológica e ético-política. Portanto, é fundamental a compreensão dessa unidade, sem perder de vista suas diferenças e peculiaridades.

Segundo Santos (2006, p.164) o currículo não pode abrir mão de disciplinas que habilitem para o uso dos instrumentos e técnicas “em conjugação com o debate filosófico, teórico, político e ético”, de maneira a não reduzir o ensino da prática somente ao “como fazer”. No entanto, no currículo atual há uma dificuldade enorme em tratar da prática profissional, principalmente com relação a disciplinas que tratem especificamente o instrumental técnico-operativo associado as demais

dimensões da prática profissional. Até tratam em oficinas, laboratórios, atividades extra-classe, mas sempre com uma preocupação de não adotar posturas “conservadoras ou retrógradas”.

Nesta perspectiva, há uma forte preocupação em combater o tecnicismo (concepção que não vincula e articula as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), que por tanto tempo esteve presente na formação profissional do Serviço Social. No entanto, ao combater o extremo tecnicismo ou praticismo a profissão correu o risco de recair a um extremo teoricismo, não realizando, na mesma medida, a articulação necessária entre as dimensões teóricas, práticas e políticas. Ao se preocupar em demasia em como não ser praticista, tecnicista, conservador, e em como não agir ou abordar determinada situação, a profissão se esqueceu de discutir o como poderia ser tratado, abordado e dimensionado a prática. O receio tomou conta da ousadia e limitou o fazer diferente, a criação e as alternativas presentes no âmbito da prática.

A partir destas perspectivas, onde o campo da prática ficou bem menos enfatizado no processo de formação profissional, em detrimento do teórico, passou-se a surgir cada vez mais estigmas dentro da profissão. E, ao invés desta superar questões de base que desde seus primórdios são discutidas e problematizadas, o Serviço Social parece ter sucumbido à temática, parece ter entregue o jogo, ter parado no tempo, não avançado efetiva e concretamente na polêmica e dialética relação entre teoria e prática.

Neste sentido, apesar de ter avançado em termos teóricos com relação ao assunto, no cotidiano da formação essa relação entre teoria e prática mostra-se muito mais como problemática, como desafio a ser enfrentado, ou ainda como dúvida que paira no ar, e menos como solução e respostas. E isso se deve, também, ao fato da má interpretação em confundir esta relação entre teoria e prática com formação profissional e mercado de trabalho, já que o mercado exige um dinamismo que nem sempre é acompanhado prontamente pela formação profissional. (SANTOS, 2010)

A formação jamais poderá responder totalmente às necessidades do mercado. O não entendimento do limite da relação entre formação profissional e realidade, originário da não compreensão da relação entre teoria e prática, contribui para a assertiva dos profissionais de que *na prática a teoria é outra*. Porém, o que na verdade a

categoria quer afirmar com *na prática a teoria é outra é: os conhecimentos que se aprendem nas universidades estão distantes das necessidades postas pelo mercado*. Desse modo, o debate deve ser entre a realidade da formação profissional e a realidade do mercado de trabalho. O problema não se encontra na relação entre teoria e prática, mas na relação entre formação e mercado de trabalho. (SANTOS, 2010, p.82)

Ao interpretar a prática como mercado de trabalho e a teoria como formação profissional ou sinônimo de conhecimentos, compreende-se que a discussão entre teoria e prática encontra atritos e fricções, não é apreendida conceitualmente de forma clara e precisa, mas está inserida num quadro visível de imprecisão teórica. E essa necessidade de aproximação da formação com a realidade de trabalho evidencia também que, talvez, o que seja realmente necessário não seja mais uma revisão curricular, mas sim que a academia se aproxime da realidade. (SANTOS, 2010, p.94;96)

Talvez o que realmente ocorra na formação seja “uma ausência de comunicação entre academia e supervisores de campo, entre academia e campos de estágio”, uma ausência de debates sobre a prática profissional, sobre os processos interventivos, e ainda, a ausência de “canais de comunicação que permitam a socialização do que se passa tanto na academia quanto na realidade do mercado empregador”. (SANTOS, 2010, p.96; 97) Não apenas formar, mas também informar, esclarecer, debater e aprofundar.

No entanto, apesar das questões que precisam ser superadas e enfrentadas com maior fervor e coragem, é preciso reconhecer que as discussões de diretrizes curriculares no âmbito da graduação em Serviço Social travadas ao longo da história⁶¹ resultaram em muitos avanços em termos de formação e exercício profissional, pois indicaram sérias questões a serem pensadas e reconfiguradas dentro da profissão. Constituem elemento fundamental para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, reforçando o comprometimento com a liberdade e emancipação dos sujeitos, além de orientar para a qualidade dos serviços a serem prestados, com relação à garantia dos direitos sociais e ao cumprimento da democracia, cidadania e equidade. Mais isso

⁶¹ Para uma melhor compreensão histórica acerca da caracterização dos marcos curriculares no Serviço Social consultar o quadro síntese do apêndice A.

não quer dizer que não existem questões que necessitam de análise, que carecem de aprofundamento, de discussão na busca de construção de estratégias que superem suas lacunas e desafios e que despertem novas questões a serem analisadas.

A cada marco curricular há a reafirmação com a teoria social crítica e com o compromisso com as classes subalternas. Mas ao se apropriar dessa concepção teórica, a profissão deveria ter avançado com relação ao entendimento do que seja a prática e as possibilidades que ela contém ou pode alcançar.

Desde 1982 a preocupação com a formação profissional existia porque se passou a discutir o papel do Serviço Social na sociedade e as novas demandas que a cada dia surgiam para a profissão, indicando a necessidade de estar preparado para respondê-las. Foi nesse sentido que houve uma abertura em discutir a prática profissional articulada a uma teoria. No entanto, devido a enorme tradição conservadora que predominou durante anos na profissão, a preocupação com a teoria e a metodologia ganharam mais visibilidade. Acreditava-se que explorando bem o campo da teoria se estava preparando bem os futuros profissionais e qualificando-os para o mercado de trabalho.

Pensando assim, o âmbito da prática profissional ficou esquecido, adormecido e relegado a um patamar sem destaque, principalmente no que concerne a sua dimensão técnico-operativa. A preocupação centrava-se no resgate das direções e perspectivas que iriam orientar a profissão a partir daquele momento. Questionava-se o papel, função e significado político da profissão à luz de um novo referencial crítico, e essa preocupação predominou nos debates da categoria. E foi justamente a compreensão dessa perspectiva crítica que alertou para a realidade, para a necessidade de situar o papel do Serviço Social para dentro dessa realidade histórica.

Neste sentido, inúmeras análises sobre a realidade, sobre história, teoria e metodologia ganharam destaque nas décadas de 1980/90. Passou-se a criticar, inclusive, a abordagem de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, através do reconhecimento expressivo de sua perspectiva conservadora. Em substituição, a metodologia é altamente discutida, mas não de forma a estar acompanhada do debate teórico/prático numa dimensão de totalidade e história.

Apesar dos esforços e avanços, o currículo de 1982 apresentou deslocamentos significativos entre os processos formativos e os da ação profissional. No debate para a revisão curricular de 1996 reconheceu-se a necessidade do ensino refletir as demandas do cotidiano profissional e

inclusive indica a importância de superar o distanciamento existente entre reflexão teórica e propostas de ação.

Contudo, apesar da sinalização, a relação teoria/prática ainda parece ser interpretada de forma tortuosa e equivocada pelos sujeitos profissionais. Até compreende-se que a prática profissional não é abordada com propriedade e atenção especial, mas somente fica como um indicativo importante a ser discutido, e é abordada na sombra de outras discussões, pois mais uma vez o debate é focado em outros assuntos, como na Questão Social e Processos de Trabalho.

Apesar disso, a inovação dos Processos de Trabalho indicam um salto de qualidade, pois evidenciam a relação indissociável entre o referencial teórico e a ação profissional. Os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional também podem ser considerados como um avanço, principalmente porque indicam uma formação que exige competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Outros fatores essenciais nestes momentos foram a explicação da necessidade de transversalidade do ensino da prática, bem como a intrínseca relação entre investigação e intervenção, sem contar no entendimento que o ensino da prática não pode se reduzir ao estágio supervisionado.

Porém, se não houver um tratamento diferenciado e articulado da questão, e inclusive qualificado, que requer uma atenção especial, poderá se retroceder em alguns aspectos e não compreender a real dimensão desses saberes. E de fato, o debate dos anos 2000 demonstram que não há uma clareza hegemônica acerca dos saberes teórico-práticos, sobre o entendimento que são saberes distintos que operam articulados entre si, sobre suas potencialidades. Não há uma clareza ou compreensão em todos os cursos de graduação, sobre essa unidade na diversidade.

E neste sentido, os anos 2010 iniciam-se com contribuições teóricas acerca da relação teoria/prática que revelam que apesar de alguns avanços adquiridos no plano conceitual – que não foram poucos -, na prática da formação graduada em Serviço Social, os mesmos problemas que afetavam os currículos da década de 1980, continuam a se repetir nas décadas seguintes, vestindo outras roupagens e configurações. Apesar do amadurecimento do debate no plano das idéias, há a compreensão de que no plano da realidade, no plano concreto da formação profissional, pouco se alterou a partir dos rumos propostos pelas diretrizes curriculares de 1996 e do debate gerado nos anos 2000.

Infelizmente, ainda se fazem presentes denúncias que revelam a persistente e tradicional dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social. Estes saberes ganham sentidos esvaziados e como decorrência a prática ainda é abordada e tratada no seu sentido mais minimalista. Verifica-se uma oscilação com relação ao ensino da prática, que após décadas de discussões e análises, muitas vezes ainda é relegada ao segundo plano.

Contudo, os anos 2010 podem ser considerados como um marco com relação ao assunto, ou pelo menos o início de um enfrentamento qualificado da questão, pois trazem para o debate uma visão sistemática e analítica sobre as últimas décadas e contribuem com duas análises fundamentais: a primeira é o reconhecimento e compreensão analítica de que a separação e concepção dicotômica entre teoria e prática colide diretamente com a perspectiva teórica de viés crítico que permeia o projeto de formação, ou seja, essa visão ultrapassada não condiz com a perspectiva crítica adotada e muito menos com o projeto ético-político profissional. A segunda análise fundamental é que esta dissociabilidade, além de representar um retrocesso histórico, é vista como elemento que impede o alcance dos requisitos e pressupostos do Projeto Ético-Político. Em outras palavras, o alcance e efetivação plena deste projeto requer o enfrentamento desta questão, e não apenas no plano das idéias, mas sobretudo em sua concretude.

Portanto há o amadurecimento teórico/prático de que com a aproximação com o marxismo e com a consolidação do projeto profissional essa polarização “imaginária” de saberes ganha solo e condições para ser superada. Há o entendimento, por boa parte de pesquisadores, que a prática profissional faz parte da prática social, e que seus elementos constitutivos devem ser compreendidos em sua horizontalidade. Entende-se que o âmbito técnico-operativo não deve vir atrás da sombra dos âmbitos ético-político e teórico-metodológico, mas deve ser pensando no mesmo grau de importância e nivelamento, sem hierarquias e predomínios. Como muito bem colocado por Maria Aparecida Cassab (2000) “não se pode achar que formando uma boa consciência, forma-se um bom exercício profissional”. É preciso desenvolver os dois.

Compreende-se que é importante e fundamental tratar a dimensão crítica da profissão, pensada numa perspectiva de totalidade, reconhecendo e compreendendo o movimento histórico da sociedade, suas particularidades, singularidades, bem como iluminar a profissão com princípios éticos, políticos, situando o Serviço Social no

desenvolvimento da sociedade, seu papel sócio-histórico, sua identidade e sua relação com a questão social.

Mas, compreende-se e reconhece-se que é fundamental também, aliado a estas noções, desvelar as possibilidades contidas na prática profissional, as possibilidades de ação contidas na realidade, as formas de enfrentar o cotidiano, as formas de intervir com o social, as maneiras de operar a profissão. Reconhece-se a necessidade de enfrentar esta questão de maneira qualificada, a partir da teoria social crítica e do projeto ético-político profissional, não adiando mais o tratamento desta temática.

Neste sentido, é imperativo entender que o exercício profissional exige atenção especial, exige conhecimentos diferenciados que extrapolam o debate teórico, mas que devem ser pensados articulados a ele. Os conhecimentos devem estar associados e em consonância com a realidade, e com o caráter profissional de intervenção nesta mesma realidade. A profissão foi reconceitualizada, passou por profundas e significativas alterações, mas não perdeu a sua dimensão operativa e interventiva. Apenas qualificou esta dimensão com uma teoria crítica que deu condições para superar visões moralistas, conservadoras e restritivas.

Com a aproximação do Serviço Social com o marxismo, muitos avanços surgiram na profissão e é inegável a importância das reformas curriculares para o desenvolvimento profissional. Não foram poucos os avanços que ocorreram no interior do processo de formação graduada, apesar da discussão da prática ainda prescindir de um aprofundamento mais preciso e esclarecedor.

É preciso compreender, no entanto, como esses avanços e retrocessos se expressam na efetividade dos currículos e como isso se reflete no exercício profissional. Os graduandos e assistentes sociais estão conseguindo compreender essa relação íntima, necessária e de diferença entre teoria e prática? Estão conseguindo compreender a diferença entre prática social e prática profissional? As disciplinas curriculares têm conseguido tratar a prática profissional aliada aos conhecimentos teóricos? Como a prática profissional é conceituada e interpretada? As dimensões da prática profissional – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa – estão sendo tratadas e compreendidas no mesmo grau de horizontalidade? Existe uma clareza ou uma “vontade” em enfrentar o “como” realizar o ensino da prática por parte dos docentes e das unidades de ensino em Serviço Social? Essas demandas, além de afirmar a necessidade de discussão da questão,

de pensá-la com rigor analítico e conceitual, levantam dúvidas a respeito de como essa problemática está sendo tratada na produção acadêmica e do conhecimento no Serviço Social.

Neste sentido, caberia compreender com mais especificidade como a Pós-Graduação – através de uma perspectiva de unidade com a graduação⁶² –, espaço onde se constrói, gesta e dinamiza o conhecimento, e espaço profícuo de investigação, desenvolvimento de estudos e pesquisas, de qualificação da graduação, aborda essa demanda profissional, no sentido de dar respostas ao enfrentamento qualificado da temática, tendo em vista que muitos dos atores da reforma curricular são representantes da pós-graduação⁶³. É necessário qualificar o papel significativo que a pós-graduação teve nestes processos de diretrizes curriculares e tem tido na consolidação do projeto ético-político profissional, bem como estimular o desafio incessante de aproximação e articulação entre estes níveis de conhecimento (graduação e pós-graduação).

⁶² Aqui se compartilha da perspectiva defendida pela ABEPSS, de unidade entre a graduação e pós-graduação, como espaços em que se dinamiza a formação profissional e onde “a pesquisa e produção do conhecimento constituem eixos articuladores do desenvolvimento acadêmico-teórico do Serviço Social”, onde as discussões se alimentam mutuamente. (ABREU, 2008, p.173). Desta forma entende-se que o debate realizado no Serviço Social para as diretrizes curriculares englobou em suas demandas e preocupações o papel da Pós-Graduação e dos demais sujeitos que compõem a profissão. Contudo não se esgota apenas nesta discussão. É importante assegurar uma Pós-Graduação “autônoma em relação às agências de fomento, mas com a clareza da importância da interlocução com as mesmas a partir de diretrizes político-pedagógicas e de linhas estratégicas de atuação acadêmica com a incorporação de necessidades do ensino de graduação em Serviço Social”. (ABREU, 2010, p.179)

⁶³ Segundo Carvalho e Silva e Silva (2005, p.18) há que se considerar que “é no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação que, no Brasil, ocorre predominantemente o desenvolvimento de atividades de pesquisa científica e tecnológica, fazendo com que a Pós-Graduação se constitua numa das realizações mais bem-sucedidas no âmbito do sistema educacional brasileiro, por ser o produto de uma política deliberada, planejada, acompanhada e avaliada sistematicamente, com organização da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES (...) além de largamente conduzida e apoiada pelo Estado”. Para Guerra (2012, p.127) “a pós-graduação aporta contributos teórico-metodológicos à graduação que, por sua vez, requalificada, torna-se insumo do desenvolvimento da pós-graduação”.

A pós-graduação é importante como um espaço de qualificação do projeto ético-político profissional. Se tivermos uma pós-graduação avançada e consolidada, conseguiremos puxar a graduação, por isso é importante fortalecer a pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Esse papel da pós-graduação na qualificação desse projeto ético-político profissional passa pela qualificação do corpo docente e pelo papel da pesquisa no Serviço Social, no sentido da indissociabilidade entre conhecimento e intervenção e, no caso do Serviço Social, o desafio maior seria a construção de conhecimentos comprometidos com as demandas sociais em tempo histórico determinado. (CARVALHO, 2004, p.165)

Resta saber, neste sentido, como a pós-graduação⁶⁴ tem contribuído para a solução e enfrentamento deste assunto. Como tem problematizado esta relação, como tem contribuído analiticamente para desmistificar a falsa dicotomia entre teoria e prática e como tem discutido a prática profissional do Serviço Social aliada aos conhecimentos teóricos.

Portanto compreender os processos de revisão curriculares no Serviço Social é fundamental para situar o debate entre teoria/prática no âmbito da graduação, contudo, nem tudo se resolve ou se explica pela mudança de um currículo. A análise não pode se resumir à graduação, mas sim a todo o processo de formação, que inclui investigação, pesquisa, produção do conhecimento e formação continuada. Estes processos revelam os principais debates que ocorrem na profissão, suas principais causas, lutas, interesses, metas, além de expressarem indiretamente às dificuldades centrais que inviabilizam o alcance ou efetivação de uma formação e exercício profissional de qualidade,

⁶⁴ É importante ressaltar a necessidade de olhar também para a Pós-Graduação lato-senso em Serviço Social, seus caminhos, contribuições e reflexos na profissão. São expressões deste movimento, por exemplo, os cursos de capacitação realizados pelo CFESS, discutindo eixos de competências e atribuições profissionais, bem como os Seminários de Discussão e Grupos de Trabalho que possibilitaram a construção dos Parâmetros de Atuação na Assistência Social, Saúde, Judiciário e Educação, que vem paulatinamente contribuindo na discussão do fazer profissional. Contudo, o foco de análise em questão nesta dissertação dirigiu-se essencialmente na Pós-Graduação stricto-senso, justamente pelo palco da pesquisa situar-se em um curso de Mestrado.

pactuados com o projeto ético-político e demais instrumentos legais que conferem legitimidade a profissão.

3.2. A Discussão da Relação Teoria e Prática no Âmbito da Pós-Graduação

A ABESS e ABEPSS abrigam em seus estudos e pesquisas tanto a graduação, quanto a pós-graduação, e neste sentido, ao englobar estes dois níveis, as discussões e debates que são desenvolvidos se alimentam e nutrem mutuamente, auxiliando tanto no desenvolvimento da graduação como no da pós-graduação. Neste sentido é difícil precisar os avanços e debates destes níveis separadamente. Contudo, torna-se importante o esforço em indicar as principais características de cada nível, de maneira a compreender seu avanços e caminhos e relevância para o Serviço Social.

3.2.1. *A Emergência da Pós-Graduação no Brasil*

Segundo o estudo “A Formação Pós-Graduada – Strictu Senso – em Serviço Social: papel do pós-graduação na formação profissional e desenvolvimento do Serviço Social” construído por Myrian Veras Baptista e Maria Lucia Rodrigues, no Cadernos ABESS n.º5 de 1992 (p.109), a implantação e desenvolvimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil está associada a dois principais fatores: a busca pela visibilidade no meio acadêmico como uma “área emergente das ciências sociais”, numa constante e gradativa separação com os vínculos formais da Igreja Católica e reafirmação do Serviço Social na sociedade; e, num outro viés, “na instalação e desenvolvimento do sistema de pós-graduação nas universidades brasileiras”.

A década de 1960, neste sentido, foi crucial para a emergência dos distintos cursos de pós-graduação, pois vivia um processo desenvolvimentista, com o crescimento na demanda educacional, principalmente com relação ao ensino superior. Este vivenciava um modelo educacional “antiquado e rígido”, enfrentando sérios problemas em sua estrutura e em seu processo de formação. (BAPTISTA; RODRIGUES, 1992, p.109-110)

A limitada capacidade do sistema em auto-regenerar-se e suprir às suas necessidades de corpo docente suficientemente qualificado, levou o governo brasileiro a assumir medidas, tanto no que diz respeito ao controle da expansão do sistema educacional superior, quanto ao desenvolvimento de ações voltadas para a correção daquela defasagem qualitativa e quantitativa na formação de recursos humanos. Para que pudesse haver uma ampliação no nível de qualidade do corpo docente das universidades foi, então, planejada a implantação de cursos de pós-graduação *stritu sensu*, cujo objetivo seria a formação do docente universitário e de profissionais de pesquisa. (BAPTISTA; RODRIGUES, 1992, p.110)

A criação da pós-graduação está associada, neste sentido, a uma melhoria no corpo docente das universidades e do estabelecimento do perfil de pesquisador, que alimentasse constantemente a construção do conhecimento nesse espaço. Foi influenciada pelo modelo norte-americano *stricto-sensu* – visando à formação para a docência, para a pesquisa e para a qualificação profissional de mestres e doutores– e *lato-sensu* – objetivando uma especialização e aperfeiçoamento profissional em determinada área, sem atribuição de títulos. (BAPTISTA; RODRIGUES, 1992) Nesta lógica, havia também a estratégia de qualificar profissionais para atuarem nos projetos de desenvolvimento nacional.

Ao ser instituída a pós-graduação no Brasil, através do parecer denominado Sucupira, nº977/65 da Câmara de Ensino Superior, esta não funcionou logo como um modelo de referência no processo de construção do conhecimento⁶⁵. (GUERRA, 2012) Foi se expandindo

⁶⁵ “São as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais da década de 1960, as novas e antigas determinações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial que estabelece uma determinada relação excludente e subordinada em relação aos países da América Latina” que constituem o solo histórico em que a Pós-Graduação se ergue, estabelece a sua lógica e se justifica. A expansão da Pós-Graduação neste cenário visava objetivos específicos, como “a perspectiva de configurar à universidade um determinado perfil de neutralidade, assepsia, tecnocratismo, conformando e sustentando uma racionalidade formal-burocrática”. Neste sentido “foi criada pelo alto, para

aceleradamente sem uma política educacional que a orientasse e disciplinasse. Por conta disso, em 1974 foi instituído o Conselho Nacional de Pós-Graduação a fim de estabelecer uma política nacional, com metas, planejamento e objetivos claros com relação à sua proposta e funcionamento, que resultou em 1975 no I Plano Nacional de Pós-Graduação, que possibilitou mais especificamente a expansão do programa.

Segundo Baptista e Rodrigues (1992, p.111) este plano visava “definir a política governamental no setor e contribuir diretamente para o aceleração da melhoria qualitativa da profissionalização e da formação de pessoal docente”. O II Plano foi criado em 1982, vigorando até 1985 objetivando melhorar o desempenho dos cursos e “institucionalizar a pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da Pós-Graduação e permitir sua integração ao setor público”. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.18)

Entre o período de 1986 a 1989 foi criado o III PNPG, que inovou ao apresentar diretrizes e recomendações para a pesquisa e Pós-Graduação no Brasil, como:

Explicitando maiores preocupações com a institucionalização da pesquisa; garantia do financiamento para ambas; reestruturação da carreira docente para valorizar a produção científica; atualização de bibliotecas; laboratórios e informações científicas. Tem-se, portanto, expresso nesse esforço de planejamento da Pós-Graduação no Brasil uma preocupação inicial com a capacitação de docentes para o ensino superior; direcionando-se posteriormente para a pesquisa científica e tecnológica nas universidades e o atendimento das prioridades nacionais, ficando já demonstrada a preocupação com os desequilíbrios regionais na distribuição dos cursos de Pós-Graduação no país e com flexibilização do modelo então adotado. (BRASIL, Ministério da Educação, 2004, p.14 apud CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.19)

atender aos interesses de uma burguesia nacional e, sobretudo, estrangeira”. (GUERRA, 2012, p.128-129)

E, aos poucos, os programas de pós-graduação foram se consolidando, e de 2005 a 2010 já existia o IV Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG, com uma proposta mais ampla, pautada na Constituição de 1988, na busca pelo incentivo e fortalecimento da pesquisa e de um corpo docente qualificado. Para se ter uma noção, em termos de metas a serem alcançadas, o “IV PNPG indica a passagem de 8.094 alunos titulados em Doutorado, em 2003, para 16.295 titulados em 2010, o que significa um acréscimo de 101%”. Com relação aos alunos com título de Mestrado, o IV Plano indica “a passagem de 27.639 alunos titulados em 2003, para 45.677 titulados em 2010”, galgando um acréscimo de 65% a mais de mestres no país, o que representa um crescimento considerável na pós-graduação. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.20)

Com este IV Plano Nacional de Pós-Graduação fica evidente a tendência ao aumento significativo de mestres e doutores no país, além de uma elevação no número e valor das bolsas de estudo. No entanto, segundo Carvalho e Silva e Silva (2005, p.21) também há uma tendência para a priorização da Pós-Graduação concentrada e “direcionada às grandes áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências da Computação, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas”, além da inserção do setor privado como responsável, em grande parcela, pelo financiamento da Pós-Graduação e do papel desta no setor produtivo privado brasileiro. Nesta conjuntura, é possível questionar qual tem sido o espaço conquistado pelo Serviço Social historicamente e que rebatimentos estas políticas exercem nas Ciências Humanas e Sociais.

3.2.2. *A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e seus Rebatimentos*

Diante do exposto, é possível afirmar que historicamente os programas de pós-graduação *Strictu Senso* em Serviço Social sofreram as influências da política nacional de cunho modernizador que adentrou com força total as universidades brasileiras e encontraram neste incentivo a excelente oportunidade de criação de “um estatuto no mundo acadêmico que o levava a investir com força na formação científica não apenas de seus professores mas também de um corpo de pesquisadores que contribuíssem para a construção de conhecimentos, com

legitimidade científica, na área⁶⁶”. (BAPTISTA, RODRIGUES, 1992, p. 113)

Contudo, há que se destacar, como muito bem ressalta Carvalho e Silva e Silva (2005, p.25), que a profissão, os conhecimentos que a iluminam e a Pós-Graduação se explicam e desenvolvem no movimento histórico e autoritário da sociedade capitalista e das relações sociais que se gestam em seu interior⁶⁷. Ou seja, num período em que ocorrem profundas transformações societárias que estão pactuadas, em sua maioria, com os interesses do capital. “Sem dúvida, trata-se de um cenário que interpela a profissão sob múltiplos aspectos, apresentando-lhes desafios, tanto para compreender como para intervir na realidade social”.

É num contexto de modernização conservadora, “tendo em vista a necessidade de desenvolver as forças produtivas e de construir um perfil de profissional que lhe fosse funcional, que se dá a criação da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, com claro perfil tecnológico e parametrizada pelo perfil norte-americano”. (GUERRA, 2012, p.131) No entanto, o movimento de reconceituação latino-americano, que emergiu no Brasil na década de 70, como um marco questionador da profissão, das influências estrangeiras e do conservadorismo impregnado em suas ações, passou a se preocupar e questionar a subalternidade profissional, bem como a importância da pesquisa e do conhecimento para este processo.

Assim, a Pós-Graduação em Serviço Social, expressa em seus cursos de Mestrado, criada na década de 1970⁶⁸, é impulsionada também

⁶⁶ Cabe destacar, neste cenário, o significativo papel da ABEPSS, “como organismo acadêmico-político e associação científica” na luta pelo avanço da graduação e pós-graduação em Serviço Social, bem como no “fortalecimento do nexo orgânico entre os dois níveis de formação acadêmica e profissional, tendo a pesquisa e a produção do conhecimento como eixos articuladores do desenvolvimento acadêmico-teórico do Serviço Social”. (ABREU, 2008, p.175)

⁶⁷ “Não se compreende o Serviço Social nem o processo de formação do assistente social em si mesmo, mas dentro de uma lógica maior que lhe dá sentido: o processo de reprodução da vida social”. (YAZBEK, 2004, p.137)

⁶⁸ “O processo de institucionalização do ensino de pós-graduação na área data de inícios da década de 70 (1972), quando são criados os dois programas pioneiros, no eixo Rio/São Paulo, em universidades católicas (PUCRJ e PUCSP). A essas iniciativas segue-se, em 1976, o primeiro programa de pós-graduação *stricto-sensu* em uma universidade federal, sediado na UFRJ. É ainda no final dos anos 70 que se observa uma descentralização do ensino pós-graduado, tanto para o Sul do país – com a abertura de um programa em Serviço

por distintos segmentos e em especial por professores e profissionais que visavam o desenvolvimento da vida acadêmica, “a produção científica e a prática profissional com fundamentos teórico-metodológicos também construídos no interior do exercício acadêmico e profissional”. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.42)

Passa-se então, a serem construídas produções teóricas que passam a questionar o Serviço Social, seus paradigmas, ramos do saber, objetos, métodos, objetivos, interesses, bem como o “endogenismo, a suposta neutralidade e assepsia dos conhecimentos/procedimentos técnicos” desenvolvidos em seu interior. (GUERRA, 2012, p.132) Há, a partir deste contexto, um aprofundamento com as matrizes clássicas do conhecimento e a construção de um diálogo com outras áreas do saber, através de uma renovação no interior da profissão, nos currículos da graduação e nos objetivos da Pós-Graduação.

Estas ações vinculadas à Pós-Graduação representam uma atitude de ruptura com o positivismo, que significava uma separação entre pensar e agir, e propõe um novo incentivo à construção do conhecimento e intervenção na realidade social, orientados por uma perspectiva crítica, capacitando os assistentes sociais a pensarem teoricamente em sua própria profissão, capacitando-os como cientistas sociais “preocupados em mudar a realidade social opressora e produzir conhecimento sobre essa realidade para embasar a prática profissional e contribuir para o avanço científico das Ciências Sociais”. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.42)

Segundo Carvalho e Silva e Silva (2005, p.29) representou ainda uma expressiva produção teórica e criou um espaço “privilegiado de interlocução e diálogo do Serviço Social com as diferentes áreas do saber e entre diferentes tendências teórico-metodológicas que estão presentes no debate profissional”.

Em 1971, iniciam-se as atividades do Curso de Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – apenas 2 anos após o início do primeiro curso de mestrado da Universidade e é a quarta área a fazê-lo. Em 1972, as da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1976 e 1977, passam a

Social na PUCRS, em 1977 – como para o Nordeste, através das Universidades da Paraíba, em 1977 – e de Pernambuco em 1979”. (IAMAMOTO, KARSCH, ARAÚJO, 1992, p.143)

funcionar os pós-graduações da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em 1978 e 1979, surgem, respectivamente, os Mestrados da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Pernambuco, abrindo possibilidades de titulação em uma região geograficamente distante dos centros de pós-graduação então existentes e mais recentemente, em 1990, inicia-se o Curso de Mestrado da Universidade Nacional de Brasília. (BAPTISTA; RODRIGUES, 1992, p.113)

O surgimento da Pós-Graduação em Serviço Social se deu durante a reforma universitária do período ditatorial e assim como o ensino da graduação, também sofreu os impactos “de uma política educacional que redundou na esterilização política e científica da Universidade (...) presidida por uma concepção tecnocrática, com profundas restrições, à sua autonomia”. (IAMAMOTO, KARSCH, ARAÚJO, 1992, p.144)

Em 1992, significativa parcela da demanda real dos programas de pós-graduação eram provenientes de docentes dos cursos de graduação em Serviço Social, além de profissionais advindos do mercado de trabalho, cada vez mais em ascensão no país⁶⁹. Esta demanda reorganiza o ensino e a pesquisa, “que se tornaram inadiáveis na busca da sincronização do Serviço Social e da própria Universidade com as exigências de seu tempo”. (IAMAMOTO, KARSCH, ARAÚJO, 1992, p.145)

Assim é que a interlocução do ensino pós-graduado com a história recente do país provoca alterações de monta, seja na abertura de novos campos de pesquisa e nas reorientações de temáticas que passam a polarizar o debate

⁶⁹ “A ampliação do mercado profissional de trabalho em Serviço Social é resultante de múltiplos fatores intervenientes, entre os quais pode ser destacado, pela sua centralidade, a crescente intervenção do Estado na administração e controle das seqüelas da “questão social”. (...) À centralização pelo Estado da elaboração e controle das diretrizes das políticas sociais se acoplou o processo de privatização da prestação dos serviços sociais”. (IAMAMOTO, KARSCH, ARAÚJO, 1992, p.144)

profissional, as quais resultam em mudanças nas áreas de concentração e no impulso ao estabelecimento de linhas de pesquisa. Por outro lado, alarga-se a interface do Serviço Social com as Ciências Sociais e Humanas, abrindo as possibilidades para ações interdisciplinares. Afirma-se o reconhecimento de uma análise crítica da realidade sócio-histórica e das implicações macroscópicas do contexto da atuação profissional, ultrapassando as meras funções técnico-executivas do profissional. (IAMAMOTO, KARSCH, ARAÚJO, 1992, p.145)

Como decorrência dessas exigências, em 1981 é criado o primeiro Curso de Doutorado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na época “único curso de doutorado em serviço social na América Latina e em língua portuguesa”. (BAPTISTA; RODRIGUES, 1992, p.113) Em 2006, havia no Brasil, 76 cursos de pós-graduação *lato-sensu*, com 29 Mestrados e 11 Doutorados. Hoje no país, segundo a CAPES, existem 19 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social *stricto-sensu*, sendo 19 de Mestrado e 11 de Doutorado, o que exemplifica o considerável avanço na área em poucos anos⁷⁰.

⁷⁰ “Na particularidade da pós-graduação na área de Serviço Social”, os programas existentes implementaram várias áreas de concentração e múltiplas linhas de pesquisa, “cujo desenvolvimento, em que pesem as restrições financeiras para as Ciências Sociais e Humanas e, contraditoriamente, a precarização do ensino de graduação, ocorre fortemente impulsionado pelas condições e exigências da política de fomento da Capes e CNPq, principalmente quanto à organização e avaliação dos programas e o cadastramento dos grupos de pesquisa com base da pós-graduação, orientados pela necessidade de enquadramento nos critérios e padrões de excelência para a área de Ciências Sociais Aplicadas em que se situa o Serviço Social”. (ABREU, 2008, p.181)

Quadro 1
Distribuição dos Programas de Pós-Graduação na Área do Serviço Social por Universidades e Regiões do País

| Programa | Nível do(s) Cursos (s) | Universidade | Região |
|--------------------|-------------------------------|--|---------------|
| Serviço Social | Mestrado | Universidade Federal do Pará | Norte |
| Serviço Social | Mestrado e Doutorado | Universidade Federal de Pernambuco | Nordeste |
| Serviço Social | Mestrado | Universidade Federal da Paraíba | Nordeste |
| Serviço Social | Mestrado | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Nordeste |
| Serviço Social | Mestrado | Universidade Federal de Alagoas | Nordeste |
| Políticas Públicas | Mestrado | Universidade Federal do Piauí | Nordeste |
| Políticas Públicas | Mestrado e Doutorado | Universidade Federal do Maranhão | Nordeste |
| Política Social | Mestrado e Doutorado | Universidade Nacional de Brasília | Centro-Oeste |
| Serviço Social | Mestrado e Doutorado | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | Sudeste |
| Serviço Social | Mestrado e Doutorado | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro | Sudeste |
| Serviço Social | Mestrado e Doutorado | Universidade Estadual Paulista/ Franca | Sudeste |
| Política Social | Mestrado | Universidade Federal Fluminense | Sudeste |
| Serviço Social | Mestrado e Doutorado | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | Sudeste |
| Política Social | Mestrado | Universidade Federal do Espírito Santo | Sudeste |
| Serviço Social | Mestrado e Doutorado | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Sudeste |

| | | | |
|----------------------------------|-----------------------|---|---------|
| Serviço Social | Mestrado | Universidade Federal de Juiz de Fora | Sudeste |
| Serviço Social | Mestrado e Doutorado | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul | Sul |
| Serviço Social | Mestrado e Doutorado* | Universidade Federal de Santa Catarina | Sul |
| Serviço Social e Política Social | Mestrado e Doutorado* | Universidade Estadual de Londrina | Sul |

Fonte: CAPES/MEC, 2005 apud CARVALHO; * De acordo com o site da CAPES estes dois Programas lançaram recentemente seus Doutorados.

No quadro desenvolvido por Carvalho e Silva e Silva (2005, p.46) é possível perceber uma predominância de cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social, vindo seguido dos programas de Política Social, Políticas Públicas e de Serviço Social e Política Social. Portanto há uma ênfase na própria profissão e posteriormente uma preocupação, significativa, com as políticas públicas de corte social. É possível verificar também que a grande maioria dos programas estão vinculados a universidades federais, seguido das universidades estaduais e católicas, refletindo uma predominância dos programas em universidades públicas. Ainda segundo as autoras (2005, p.49) “o exposto permite considerar uma Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil em expansão, contribuindo, sobremaneira, para o avanço da produção do conhecimento no campo específico do Serviço Social e das Ciências Sociais⁷¹”, e reafirmando sua influência no processo de formação qualificada para a docência.

⁷¹ O desenvolvimento inicial da Pós-Graduação “concretizou-se com certo distanciamento quanto à articulação da então Abess, a ponto de ter sido iniciado um movimento durante os anos 1990 para a criação de uma entidade específica da pós-graduação. Esse movimento provocou grande debate e resistência de grupos que viam a importância do avanço acadêmico do Serviço Social com o necessário fortalecimento da unidade graduação e pós-graduação, culminando com o reforço à reestruturação da Abess em A bepss para incorporar em sua estrutura a particularidade acadêmico-política da pós-graduação e com ela a pesquisa, para seu fortalecimento e ampliação e como uma estratégia de aprofundamento da interlocução com os órgãos de fomento, na medida em que estes têm a pós-graduação como a principal referência da pesquisa em todas as

Essa expansão reflete diretamente no número de profissionais qualificados em ensino e pesquisa no interior da profissão, além de influenciar nos cursos de graduação (através do número e qualificação do corpo docente), exercendo um significativo impacto na pesquisa (através de bolsas de estudo, elaboração de dissertações, teses, projetos) e um crescente e importantíssimo salto em sua produção científica e construção do conhecimento. Sem contar, é claro, no impacto que essa formação continuada e qualificada incide na prática profissional dos assistentes sociais⁷².

A Pós-Graduação torna-se essencial para “o exercício da pesquisa, da crítica, do desenvolvimento pleno da atividade intelectual, das aventuras do espírito”. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.34) É, ainda, no espaço da Pós-Graduação que:

O Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das ciências sociais no país e no exterior. Também nesse espaço o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão da questão social, do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho e de suas transformações, da realidade institucional, das múltiplas faces da exclusão social e da pobreza e de outros temas. (...) Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as

áreas do conhecimento. Deste modo, reafirma-se que a pesquisa, a produção do conhecimento e a sua publicação são constitutivas da Abepss”. (ABREU, 2008, p.181-182)

⁷² É preciso destacar, no entanto, o estudo desenvolvido por Guerra (2012), onde é descrito o quadro de precarização que a pós-graduação vivencia atualmente, o que resulta também na baixa qualificação de mestres e doutores, bem como a perda da função política e formativa de tal proposta, que está fortemente abalada e tencionada pelo quadro de desmonte da educação.

ciências sociais. (YAZBEK, 2000, p.27, apud CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p.29-30)

De acordo com Baptista e Rodrigues (1992, p.116) os cursos de pós-graduação em Serviço Social buscam “**desenvolver a capacidade** (criar uma atitude científica) de investigação, de docência e de prática (incluindo a elaboração de propostas alternativas) e **socializar a produção científica**” produzida. Portanto, desempenham papel fundamental no interior da profissão, principalmente no que concerne a construção do conhecimento específico do Serviço Social⁷³.

Para Guerra (2012, p.126) a Pós-Graduação tem contribuído ainda e fundamentalmente para a constituição da vertente crítica do Serviço Social brasileiro, galgando uma “hegemonia na produção do conhecimento e da pesquisa, responsável pela renovação da imagem profissional e por tornar o Serviço Social contemporâneo do seu tempo, colocando-o como interlocutor reconhecido no campo das ciências sociais”.

Por meio de uma vertente crítica, o Serviço Social brasileiro consolida a sua maturidade intelectual (NETTO, 1996; IAMAMOTO, 1992), alcança o reconhecimento e a validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina seu estatuto profissional e o seu significado social, contribui na consolidação das Ciências Sociais no Brasil, adquire visibilidade no campo acadêmico e investe na construção de um projeto de sociedade que defende a educação laica, pública, gratuita, democrática, socialmente relevante e autônoma

⁷³ Cabe assinalar que “o esforço inicial da articulação dos pesquisadores e estímulo à produção intelectual deve ser tributado ao Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social – Cedepss (1987-98), que prestou uma inegável contribuição aos avanços alcançados pela pesquisa e publicação na área, hoje com uma bibliografia considerável com difusão em toda América Latina e Caribe. Nesta perspectiva, além dos encontros nacionais de pesquisa, afirmados a partir de 1996, como Encontros Nacionais de Pesquisadores/Enpess, cuja primeira versão em 1983, ainda como Encontro Nacional de Pesquisa, realizou-se em São Luís (MA), os Cadernos Abess criados em 1986, com oito números editados e transformados na revista *Temporalis* em 2000, constituem instrumentos de difusão e publicação do conhecimento criados e implementados pela Abepps”. (ABREU, 2008, p.182)

em face dos constrangimentos da racionalidade burguesa. (GUERRA, 2012, p.135)

Ou seja, a Pós-Graduação têm contribuído fundamentalmente para a difusão e aprofundamento da corrente marxista, através de uma preocupação com as bases teóricas que fundam a profissão, rompendo com uma visão tecnicista e instrumentalista que imperava no Serviço Social, e abrindo margem para produções intelectuais com rigor teórico, metodológico, ético e prático. Esse saber crítico que povoa os programas e pesquisas da Pós-Graduação acaba, conseqüentemente, endossando a fundamentação teórica da graduação, através de um estreito e profundo vínculo e articulação, e alcançando o título de que a pós tornou-se um solo fértil para o exercício da crítica e construção do conhecimento.

Por conta desta maturidade intelectual, não foram poucas as publicações que ganharam espaço na profissão, dando um novo incentivo à produção do conhecimento no Serviço Social.

3.2.3. *A Pós-Graduação Como Solo Fértil para a Construção do Conhecimento*

É inegável o papel dos mestrados/doutorados na alimentação de revistas como *Serviço Social & Sociedade* (criada em 1979), *Cadernos ABESS* (criado em 1986), *Cadernos de Pesquisas do Cedeps* (1986-1998), *Revista Temporalis* (criada em 2000 e ainda em circulação) e na criação de suas próprias publicações, como os *Cadernos de Serviço Social*, *Revista Katálysis*, *Revista Virtual Textos e Contextos*, *Revista Em Pauta*, *Revista Sociedade e Debate*, *Revista Serviço Social e Realidade*, *Revista Ser Social*, *Revista O Social em Questão*, *Revista Praia Vermelha*, dentre outros. Também há uma forte participação e contribuição na produção de livros, resumos e artigos em anais de eventos científicos, textos didáticos, relatórios, falas e debates em eventos profissionais. Sem contar na participação em espaços e áreas distintas do Serviço Social e demais veículos de circulação do conhecimento em nível regional, nacional e internacional⁷⁴.

⁷⁴ Já em 1992, no relatório avaliativo da área de pós-graduação em Serviço Social do período 1987/1989, é possível verificar inúmeras iniciativas internas aos cursos de pós-graduação “para a criação de publicações próprias de circulação mais restrita. A presença de autores brasileiros vinculados à área em publicações internacionais, apesar de se fazer notar, é ainda pouco expressiva.”

Constata-se também uma importante articulação com núcleos e grupos de pesquisa, de maneira a incrementar e estimular o fomento a pesquisa, o desenvolvimento da capacidade investigativa e qualificando o corpo profissional, cada vez mais crítico e propositivo. As próprias dissertações e teses resultam de projetos de pesquisa e contribuem para o conhecimento em Serviço Social, por sua significância em termos teóricos e metodológicos. Até maio de 1996, haviam sido produzidas 737 dissertações de mestrado e 47 teses de doutorado nos programas de pós-graduação no Brasil, sem contar com os 150 projetos em andamento vinculados a 28 linhas de pesquisa. Na época existia uma média de 230 alunos por ano em fase de construção e elaboração de dissertação ou tese. (KOIKE; JORGE; WANDERLEY; IAMAMOTO; ABREU, 1996) Em 1997 a relação de dissertações e teses alcança o número de 1028, ou seja, um número crescente e significativo de pesquisadores debatendo e explorando demandas profissionais. (KAMEYAMA, 1998, p.71)

Já no período de 1998 a 2002 foram produzidas nos programas de Pós-Graduação 760 teses de Doutorado e dissertações de Mestrado. Ou seja, em 04 anos foram produzidas mais teses e dissertações do que o período compreendido entre 1971 a 1996, o que equivale há 25 anos. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005) Mais um indicativo do quanto a profissão tem se desenvolvido em termos de produção acadêmica e de conhecimento graças à Pós-Graduação.

Contudo, o mercado editorial já vinha “desempenhando um papel significativo no crescimento acadêmico interno do Serviço Social, abrindo-se, também, para a interlocução com outras áreas de conhecimento correlatas”. O tipo de publicação que mais cresceu nesta época foi o constituído por livros e teses de doutorado, fazendo com que o Brasil liderasse “o mercado editorial latino-americano de Serviço Social”. (IAMAMOTO, KARSCH, ARAÚJO, 1992, p.146)

Quadro 2
Número de Projetos, Teses e Dissertações por Período

| Período | Dissertações e Teses | Projetos |
|---------------------|---|-----------------|
| 1971 a maio de 1996 | 737 dissertações 47 teses Total de 784 dissertações e teses | 150 |
| 1971 a 1997 | 1.028 dissertações e teses | ----- ----- |
| 1998 a 2002 | 760 dissertações e teses | ----- ----- |
| 2001 a 2003 | ----- | 1.455 |

Fonte: CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005.

De 2001 a 2003 são produzidos nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil 1.455 projetos de pesquisa, sendo que somente 55 projetos foram desativados por conta do redimensionamento de linhas de pesquisa de alguns programas. Com relação à produção bibliográfica do mesmo período foram produzidos nestes anos 4.136 produções, o que dá uma média de mais de 1.300 produções a cada ano⁷⁵. Destes 2.490 foram trabalhos completos e resumos publicados em anais de eventos científicos, 698 foram artigos publicados em periódicos, 310 capítulos de livros, 186 livros textos integrais e coletâneas, expressando as produções bibliográficas de maior destaque ou relevância. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005)

⁷⁵ De acordo com Carvalho e Silva e Silva (2005, p.80) “há que se considerar que só o quantitativo das produções não é suficiente para avaliarmos o desempenho dos programas em relação a sua produção intelectual. Fatores como veículo utilizado para a publicação da produção, e alcance da divulgação da publicação; registro incorreto ou repetido e sub-registro foram identificados no levantamento das informações”.

Quadro 3
Síntese das Produções Bibliográficas de Maior Destaque dos
Programas de Pós-Graduação em Serviço Social de 2001 a 2003

| Descrição | Quantidade |
|--|------------|
| Trabalhos Completos e Resumos Publicados em Anais de Eventos Científicos | 2.490 |
| Artigos Publicados em Periódicos | 698 |
| Capítulos de Livros | 310 |
| Livros Textos Integrais e Coletâneas | 186 |

Fonte: CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005

Estes projetos e produções bibliográficas são influenciados pelas Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa dos programas, que de uma forma geral orientam seus Projetos Pedagógicos, Planos de Curso, atividades curriculares desenvolvidas e disciplinas ofertadas. Esta produção qualificada acaba por influenciar sobremaneira o exercício profissional, seus espaços sócio-ocupacionais e tem rebatimentos expressivos em sua produção do conhecimento.

Todavia, Guerra (2012, p.147) lembra que “o que é a nossa linha de força pode se tornar uma fraqueza, ou seja, nossa pesquisa, quando referida a situações do exercício profissional não passa de sistematização da prática, limitando ao seu aspecto descritivo”. Ou seja, as pesquisas e produções voltadas à prática profissional necessitam ultrapassar essa “descrição simplificada” das ações realizadas, e pensar a prática numa perspectiva articulada com teoria, aprofundando-se em suas abstrações, complexidades, denominações, dilemas e possibilidades.

Discutir todas as dimensões da prática profissional nas pesquisas desenvolvidas nos Mestrados e Doutorados e priorizá-las é condição inerente para o fortalecimento da Pós-Graduação, bem como para o reconhecimento da produção intelectual do Brasil, que passaria a atender com mais objetividade as demandas interventivas que emergem da profissão.

Contudo, caberia problematizar: qual tem sido a orientação que vêm predominando nas pesquisas? Como elas estão conectadas com a discussão da teoria x prática? Qual a relevância e incidência dessas produções? Que atenção está sendo dada às demandas dos sujeitos individuais e coletivos com os quais se trabalha? Em que medida e de que maneira a discussão da prática vem sendo abordada? E o que estes dados representam?

3.2.4. *O Enfoque da Teoria e da Prática Profissional nas Produções dos Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social e os Resultados Alcançados*

Em 1992 as principais áreas temáticas que vinham se revelando polarizadoras das pesquisas nos eventos nacionais eram “Formação Profissional (papel do corpo docente e discente, *relação entre o “ensino teórico” e o “ensino da prática”*, mercado de trabalho e práticas profissionais, avaliações curriculares etc.)”, seguido de movimentos sociais, políticas sociais, e “história, teoria e metodologia no Serviço Social”. (IAMAMOTO, KARSCH, ARAÚJO, 1992, p.148)

De 2001 a 2003, há, de acordo com a pesquisa de Carvalho e Silva e Silva (2005) uma incidência nas temáticas de Política Social/Políticas Públicas/Avaliação/Gestão de Políticas Sociais, seguida das temáticas específicas do Serviço Social. As temáticas Estado/Instituições e Trabalho/Processos de Trabalho/Relações de Trabalho vêm em seguida. A temática dos *Fundamentos do Serviço Social/Teoria e História e da Prática Profissional* estão entre as temáticas de menor incidência, caindo consideravelmente nas pesquisas desenvolvidas com relação a 1992. No entanto, a baixa incidência não significa que não estão sendo tratados ou reconhecidos como importantes para o desenvolvimento intelectual da profissão, pois podem estar sendo abordados em disciplinas, grupos de estudo, e nas próprias produções bibliográficas. Contudo é um dado a ser avaliado.

Em 1989 (referente a pesquisa de 1992) de cinco programas de pós-graduação, somente 01 programa – Universidade Federal de Paraíba – tem como Área de Concentração “*Teoria e Prática no Serviço Social*” e linha de pesquisa “*prática do serviço social nas instituições*”. Há uma forte tendência, nesta época, “de situar a análise da profissão no âmbito das políticas sociais públicas e privadas, no quadro das relações entre os atores sócio-políticos que interferem decisivamente no cenário da prática profissional”. (IAMAMOTO, KARSCH, ARAÚJO, 1992, p.158)

De outro lado, constata-se uma outra perspectiva, tradicionalmente vigente na área, que tem sua ênfase voltada diretamente para o Serviço Social, na problemática tida como “propriamente profissional” em que adquirem centralidade a profissão, na sua dinâmica “interna”, e as

respostas teórico-práticas que aciona, secundarizando o panorama sócio-histórico em que se perfilam. (IAMAMOTO, KARSCH, ARAÚJO, 1992, p.158)

Já de 2001 a 2003, de 18 programas considerados, apenas 02 tem em sua Área de Concentração o enfoque na teoria/prática do Serviço Social, são eles: a Universidade Federal de Paraíba, com a área “*Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social; Política Social*” e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a área “*Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais; Serviço Social: Fundamentos e Prática Profissional*”. Com relação às linhas de pesquisa, além da Universidade Federal de Paraíba que aborda “*História, Formação e Prática Profissional do Serviço Social*” e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que aborda “*Serviço Social: Identidade, Formação Profissional e Prática*”, a Universidade Estadual Paulista também aborda “*Serviço Social: Formação e Prática Profissional*”. (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005)

Esse quadro muda ao analisar os eixos temáticos das 760 teses e dissertações produzidas de 1998 a 2002, que evidenciam conforme a pesquisa de Carvalho e Silva e Silva (2005, p.92-94) que o segundo maior eixo temático trabalhado é o relacionado ao “*Serviço Social, Trabalho e Prática Profissional*” com um total de 13,69% das teses e dissertações construídas, vindo atrás somente do eixo temático “*Infância, Juventude, Família e Sociedade*”, com 14,22% do total. Estes 13,69% do eixo “*Serviço Social, Trabalho e Prática Profissional*” são o equivalente a 104 teses e dissertações que tratam:

a prática profissional em diversos campos de atuação, no âmbito estatal; de organizações não-governamentais; dos conselhos profissionais da categoria, destacando a composição do mercado de trabalho do assistente social, sua atuação na gestão pública municipal; a qualificação da prática profissional no resgate das competências teórica, técnica e política; instrumentais técnico-operativos e atuação do assistente social em equipe multidisciplinar. É expressivo o número de pesquisas que resgatam o trabalho do assistente social no âmbito dos conselhos federal, estaduais e municipais de saúde, assistência social e conselhos de direitos de crianças e adolescentes,

no fortalecimento e defesa dos direitos de cidadania dos usuários dos serviços sociais.

No entanto, não é possível destacar, neste eixo temático, quantas dissertações tratam especificamente da relação conhecimento teórico/prática profissional, ou da qualificação da prática profissional no resgate das competências teóricas, técnicas e políticas, tão pouco é possível saber a abordagem dada no tratamento da temática, e as concepções que orientam a discussão. Fica evidente uma expressividade com o trabalho profissional em diversos campos, principalmente no âmbito dos conselhos, mas não fica claro se esta análise vem acompanhada de um arcabouço teórico/prático. O crescimento nesta temática está associado à concepção da profissão como trabalho, que ganha destaque no Serviço Social a partir dos anos 90.

No que concerne aos 719 projetos desenvolvidos de 2001 a 2003 a temática “*Serviço Social, Trabalho e Prática Profissional*” vem em terceiro lugar, com 10,98% dos projetos desenvolvidos, o que equivale a 79 registros. É discutido neste eixo, de forma mais geral, algumas análises sobre a profissão e a atuação profissional em diversos contextos e espaços. Esse resultado pode ser reflexo da lacuna voltada à prática profissional, que esteve presente na profissão por muito tempo. No entanto não dá para saber qual foi a ênfase dada à prática e/ou à teoria e também não há registro sobre o desenvolvimento de algum projeto que discuta paralelamente estes saberes (teoria/prática). (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005)

Levantar apenas quantitativamente estes indicadores não é argumento suficiente para afirmar que é errônea e falsa a afirmativa de que o Serviço Social vem secundarizando estudos sobre o conteúdo específico da profissão. Apesar dos dados revelarem um crescimento e uma posição significativa da temática, há que se considerar as seguintes questões: as análises realizadas compreendem o período de 1998 a 2002 para as teses e dissertações e de 2001 a 2003 para os projetos, o que representa pouquíssimo tempo comparado com o legado histórico da profissão. Não dá para pegar estes 05 anos e esquecer dos últimos 27 anos de existência da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Outro fator, é que as dissertações, teses e projetos até podem tratar da prática, mas tem que se analisar com que destaque, com que prioridade e de que forma. Ou seja, há que se analisar qualitativamente este material para entender se a direção dada a teoria e a prática de fato ganha centralidade na profissão.

Outra constatação é o fato que a Pós-Graduação foi criada na década de 1970, período em que a profissão busca romper com a visão conservadora que predominava em seu interior e iniciou seu processo de reconceituação com a vertente teórica marxista. Nestes primeiros anos de ruptura não há dúvidas que a preocupação dos estudos estavam centrados na teoria e no método, e que a abordagem da prática não era prioritária. Portanto, a profissão careceu sim, e talvez ainda careça de estudos articulados com seu campo de intervenção profissional, com sua prática.

Contudo, é possível perceber nos últimos anos um crescente interesse e preocupação com estudos específicos do Serviço Social, o que pode prestigiar e dar visibilidade a Pós-Graduação como o espaço que tem enfrentado este dilemas profissionais e que tem mudado ou buscado mudar os rumos dados a estas temáticas⁷⁶. Isto reflete o amadurecimento da Pós-Graduação no Brasil, e sua importância para o desenvolvimento qualificado de pesquisas e construção do conhecimento, aliado ao papel ativo e itinerante da ABEPSS. Porém, há que se analisar a qualidade, abordagem e concepção dessas produções, para poder compreender que perspectiva de pesquisa vem sendo desenvolvida nestes programas e se as construções não passam de números, ou realmente podem ser consideradas efetivamente como produção do conhecimento.

Todavia, este avanço intelectual na formação profissional permitiu ao Serviço Social não se limitar a consumir e usufruir os conhecimentos produzidos por outras áreas das Ciências Sociais, mas também despertou a necessidade de construção de seus próprios

⁷⁶ Há que se destacar que o Serviço Social, seja no seu exercício ou no campo de formação profissional sente diretamente os impactos do movimento histórico da sociedade e necessita repensar e recriar diferentes modalidades de intervenção, explorar competências e confrontá-las com a realidade. “Assim, à medida que novas situações colocam para a profissão novos desafios e novas exigências, o Serviço Social é obrigado a repensar-se, inserido no âmbito das “mudanças históricas que alteram as relações de trabalho na sociedade, buscando situar-se como trabalho especializado, dentro da divisão social e técnica do trabalho coletivo” (...) Neste sentido, o Serviço Social enfrenta o desafio de redefinir suas estratégias e procedimentos, seja do ponto de vista do exercício profissional, situando-se frente às novas demandas e requisições de seu mercado de trabalho, seja do ponto de vista da formação dos assistentes sociais”. (YAZBEK, 2004, p.138) Estas questões rebatem diretamente na Pós-Graduação e nas pesquisas desenvolvidas nestes espaços.

conhecimentos, que considerassem a sua dimensão interventiva e subsidiassem reflexões e análises específicas da profissão. Acredita-se, inclusive, que as produções têm alcançado qualidade e rigor teórico e metodológico que lhes permitem uma equiparação em termos de qualidade com as demais áreas das ciências sociais, além de uma interlocução necessária com as demais áreas do conhecimento.

De qualquer forma, devido a este crescimento e amadurecimento intelectual a profissão tem criado espaços, canais de divulgação e socialização do conhecimento produzido, como o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS). Além destes encontros, também desenvolve oficinas, encontros locais, regionais que possibilitam o debate do que está sendo pesquisado e a explanação dos resultados alcançados, dividindo experiências e instigando novos percursos para o saber profissional.

Por conta desta demanda e efervescência intelectual é que a partir dos anos 80 o Serviço Social foi reconhecido como área de conhecimento pelas agências de fomento à pesquisa. “É assim que, em 1984, foi conquistada a institucionalização junto ao CNPq de uma área para a pesquisa em Serviço Social, no campo das Ciências Sociais Aplicadas, com duas subáreas: Fundamentos do Serviço Social e Serviço Social Aplicado⁷⁷”. (KOIKE; JORGE; WANDERLEY; IAMAMOTO; ABREU, 1996, p.89)

As autoras já em 1996 (p.91) complementam e reconhecem:

No período 1970-1990, afirma-se a produção acadêmica dessa área, expandindo o seu mercado editorial. As publicações especializadas são fomentadas com o importante contributo da produção docente e discente da graduação e da pós-graduação. O Brasil lidera em volume de

⁷⁷ Estas duas subáreas não dão conta da diversidade dos objetos trabalhados. Por conta disso, “na tentativa de contribuir para a adequação das subáreas aos objetos de pesquisa e da produção intelectual em Serviço Social, a Abepss encaminhou aos órgãos de fomento uma proposta de revisão das subáreas do Serviço Social, em 2005, em atendimento a um processo de revisão das áreas do conhecimento desencadeado por esses órgãos”. (ABREU, 2008, p.182) De acordo com o site do CNPq, atualmente existem as seguintes linhas de investigação: Serviço Social do Trabalho, Serviço Social da Educação, Serviço Social do Menor (termo que necessita de atualização), Serviço Social da Saúde e Serviço Social da Habitação.

publicações, especialmente livros, o mercado editorial latino-americano de Serviço Social. O acervo de revistas e periódicos de espectro nacional ainda é pequeno, mas significativo.

Estas pesquisas e publicações desenvolvidas abordam os mais diferenciados temas e demandas da profissão, estando, muitas vezes, relacionadas às linhas de pesquisa do próprio programa. Estão associadas tanto com o quadro das ciências sociais de maneira mais ampla, quanto com as especificidades da profissão, sua abordagem e intervenção profissional. Nesta lógica, fica a importância dos programas trabalharem “as diferentes posições, submetê-las à crítica teórica, perceber seus limites e suas potencialidades. Negá-las para superá-las, o que significa resgatá-las no que elas têm de potencialidades e ultrapassá-las, reconstruindo-as, dando-lhes a dimensão necessária” para que se possa superar o aparente e alcançar a verdade da essência. (BAPTISTA; RODRIGUES, 1992, p.118)

Como confirma Yazbek (2004, p.146) é inegável o papel da pós-graduação para a profissão, pois esta “vem contribuindo para a “maioridade do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica”. É inegável também sua contribuição para a qualificação de docentes, pesquisadores e profissionais em todo o país”, sendo responsável por uma “intelectualidade” no Serviço Social.

Parafrazeando Baptista e Rodrigues (1992) na pós-graduação a relação entre ensino e pesquisa deve ser uma relação de unidade. Portanto o que é pesquisado e construído de conhecimento deve ser a expressão das relações que se estabelecem entre o ensino, os núcleos e os debates dos programas. Assim, as dissertações e teses deveriam refletir diretamente as perspectivas teóricas, linhas de pesquisa, abordagens do conhecimento que o próprio mestrado e doutorado valorizam e incorporam em seus projetos pedagógicos.

No entanto, caberia questionar e investigar com mais precisão: a dimensão interventiva do Serviço Social vem sendo discutida? O tratamento dos conhecimentos teóricos estão vindos acompanhados ou articulados com a discussão da prática profissional? Como se expressam essas abordagens? Quais são as concepções que surgem no tratamento da articulação entre conhecimento teórico e prática profissional do Serviço Social?

Tendo em vista estas questões, e compreendendo a possibilidade de análise dos fenômenos a partir de sua realidade específica e a alternativa de mediação com o contexto mais amplo, é que se buscou

identificar *como é realizada a articulação entre conhecimento teórico e prática profissional* nas dissertações de mestrado do PPGSS da UFSC, reconhecendo a forma com que foram abordadas e problematizadas, a fim de evidenciar quais tem sido *as concepções defendidas* pelos mestrandos em suas produções nos dez anos de história do programa.

SEÇÃO IV

4. ABORDAGEM DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO PPGSS

Em face das discussões realizadas nas seções anteriores, é possível discutir com mais propriedade e precisão conceitual como tem se realizado a articulação entre conhecimentos teóricos e a prática profissional em um dos espaços de produção do conhecimento do Serviço Social.

Para tanto, tal seção se debruçará especificamente sobre as concepções que tem imperado na produção do conhecimento do PPGSS da UFSC com relação à prática profissional iluminada por um conhecimento teórico.

Com base no exposto, inicialmente será apresentado o palco em que se desenvolveu a pesquisa, a metodologia utilizada, o tipo de estudo realizado, o universo e instrumentos da pesquisa, bem como a exposição dos resultados alcançados, com a devida análise e interpretação dos dados.

Por fim são tecidas algumas considerações finais, na intenção de contribuir com a temática trabalhada, a partir de indicativos de análises e alguns encaminhamentos.

4.1. Palco da Pesquisa: o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, nível de Mestrado, foi implantado em agosto de 2001, e teve como precursores docentes inseridos no curso de Serviço Social do DSS – Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Em agosto de 2011 o curso completou dez anos de existência, e como resultado desse processo histórico atualizou e ampliou seu projeto político-pedagógico com a inauguração do curso de Doutorado em Serviço Social, aprovado pela CAPES também em 2011 e com conceito quatro deste órgão.

Em sua longa trajetória de reflexão e amadurecimento tem contribuído para a formação de mestres e pesquisadores, além do forte envolvimento com a graduação – através da manutenção de grupos e

núcleos de pesquisa, participação dos mestrandos em estágios docências, bancas de TCC, bolsas de estudo, no desenvolvimento de pesquisas, eventos e na própria produção do conhecimento do Serviço Social, através de produções individuais de seus pesquisadores e com a criação, implemento e manutenção da revista *Katálisis*.

Esta, por sua vez, é produzida desde 1997, quando foi inaugurada pensando publicar textos de professores e alunos do DSS, para que se pudesse socializar a produção acadêmica. Hoje é um periódico semestral, de circulação nacional e internacional, vinculada ao PPGSS, reconhecida pelo sistema QUALIS, reconhecida pela CAPES como periódico A nacional e indexada no seletor e conceituado sistema SCIELO e EDUBASE. A Revista *Katálisis* é sem dúvida um dos maiores ganhos e resultados do PPGSS da UFSC, contudo não o único.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social é em 2012 o único curso que possui Mestrado e Doutorado em uma Universidade Federal do Sul do Brasil. Conta com um corpo docente de onze professores doutores, em permanente qualificação, nos quais podem ser citados pesquisadores renomados em nível nacional e internacional. Seu corpo discente é composto por um ingresso anual de quinze vagas destinadas ao mestrado e oito vagas para o doutorado. Atualmente possui 51 discentes regularmente matriculados, sendo que destes 16 compõem o doutorado.

Esse número elevado de discentes reflete em sua produção acadêmica, pois é considerável o número de dissertações e teses defendidas em todos os semestres. Sem contar nas produções publicadas em eventos, periódicos, revistas de circulação nacional e internacional. As produções geralmente estão vinculadas às linhas de pesquisa e áreas de concentração do programa, bem como ao núcleo de pesquisa que o discente e o seu orientador fazem parte.

Hoje o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC é constituído pela área de concentração “Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social” que compreende:

a ‘questão social’ como resultante das contradições do modo de produção capitalista, na sua maneira conflitante de produzir e se apropriar da riqueza social e como ‘objeto’ de intervenção contínua e sistemática do Serviço Social, o que torna necessário o aprimoramento teórico-metodológico constante para compreensão da sociedade, o movimento das classes e suas lutas

na afirmação e defesa de direitos amplos e irrestritos. (PPGSS, 2012)

Com relação às suas linhas de pesquisa, possui:

- **Direitos, Sociedade Civil e Políticas Sociais na América Latina:** estrutura-se no debate da política social ancorada na perspectiva de direitos e organização da sociedade civil, no contexto da América Latina. Em torno deste debate tem se destacado a discussão de direitos, principalmente com relação à seguridade social e a dimensão interventiva da profissão. O envolvimento com esta linha de pesquisa tem propiciado “uma articulação significativa com Universidades e Grupos de Pesquisa da América Latina”. Esta articulação tem se mostrado rica e “possibilitado o intercâmbio entre docentes através da realização de seminários, visitas de estudos, configuração de rede de pesquisa, publicações conjuntas e oferta de disciplinas”, dentre outros. (PPGSS, 2012)

- **Serviço Social, Ética e Formação Profissional:** uma das mais recentes linhas do programa, orienta suas pesquisas para formação e exercício profissional do Serviço Social. “Tem como objetivo abordar as matrizes clássicas das ciências sociais, a teoria social de Marx e autores contemporâneos e sua relação com os fundamentos do Serviço Social, as tendências teórico-metodológicas presentes na profissão, sua interface com os pressupostos éticos”, bem como uma preocupação com a pesquisa e produção do conhecimento do Serviço Social. (PPGSS, 2012)

- **Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana:** centra-se na apresentação de categorias contempladas nas atuais diretrizes curriculares do Serviço Social, e que possuem um destaque no interior da profissão. Possui estreita articulação com o mundo do trabalho e visa desenvolver investigações a partir da compreensão e papel das expressões da “questão social” na sociedade capitalista. “Abrange estudos que compreendem a degradação, a precarização e a exploração no mundo do trabalho, mantendo como horizonte as possibilidades de resistência (ou não) da classe trabalhadora”. Visa o fortalecimento e emancipação da classe trabalhadora, em defesa da democracia, da liberdade e da justiça social, com base na crítica da economia política. (PPGSS, 2012)

Com relação aos núcleos de pesquisa, possui atuantes nove grupos e núcleos, nas mais diversas linhas de pesquisa, são eles:

- Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família – NECAD;

- Núcleos de Estudos e Pesquisa Estado, Soc. Civil e Pol. Públicas e Serviço Social – NESPP;
- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE;
- Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP;
- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições – NEPPI;
- Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Gênero – NETeG;
- Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais e Serviço Social – MOSCOPSS;
- Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social – GEPSS;
- Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina – IELA.

Em sua estrutura conta com forte representação discente, além de comissões que ajudam a pensar e compor o Programa, como a Comissão de Avaliação do Programa, a Comissão de Bolsas e Orçamento, a Comissão de Reformulação do Projeto Político Pedagógico do Programa, além da antiga Comissão de Construção do Projeto Político Pedagógico do Doutorado. Conta também com diferentes Comissões para o processo seletivo do Mestrado e do Doutorado.

Em seus dez anos de história, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina tem se mostrado atuante no cenário nacional⁷⁸, e produzido relevantes estudos, através das dissertações construídas e defendidas por seus discentes. De 2001 a 2010, foram contabilizadas 88 dissertações apresentadas, que compõem o acervo teórico do programa.

São dissertações que discutem os mais variados temas dentro do Serviço Social, e que estão fundadas na área de concentração e linhas de pesquisa do programa. Em sua maioria, possuem uma perspectiva crítica, pois foram construídas após as diretrizes curriculares de 1996, e após a renovação do Código de Ética Profissional. Foram escritas, sobretudo em uma década em que a discussão do Projeto Ético-Político

⁷⁸ Até 19 de março de 2012 o Mestrado contava com 164 ingressantes, sendo 114 titulados Mestres, 10 desligamentos, 14 em prorrogação e 26 matriculados. No que concerne ao Doutorado, ingressaram em 2011/2 8 alunos, em 2012/1 mais 8 alunos, contabilizando um total de 16 alunos regulares no Doutorado. Cabe destacar que estes números estão sempre sendo atualizados, evidenciando a dinâmica do Programa.

Profissional era fortemente pensada e debatida. Mas, também, em uma década de fortes desmontes da educação, principalmente nas universidades públicas, que a afetaram diretamente.

Os conteúdos dessas dissertações são riquíssimos e não deixam de expressar a postura teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa desenvolvida no Programa. No entanto, desconhecemos que estes materiais tenham sido utilizados como fonte de pesquisa e análise para pensar determinado objeto. E, é este o desafio desta dissertação, que se propõe a analisar cada material com rigor, postura ética e senso crítico, de maneira a enaltecer e contribuir com o que já foi construído de conhecimento no PPGSS da UFSC.

4.2. Metodologia de Pesquisa

Para a compreensão dos resultados da pesquisa torna-se imprescindível compreender primeiro o caminho metodológico utilizado no processo de investigação, explicitando o tipo de pesquisa utilizado, o seu universo, instrumentos escolhidos e formas de análise e interpretação dos dados. E é esse o esforço que se propõe neste momento.

4.2.1. Tipo de Estudo

Este estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, onde utilizou-se fundamentalmente de contribuições de diversos autores sobre a discussão da prática profissional do Serviço Social pensada articuladamente a uma perspectiva teórica. Também pode ser classificado como um estudo documental, pois se valeu de materiais institucionais (dissertações) que são rica fonte de estudo e análise para um tratamento analítico de acordo com os propósitos desta pesquisa.

De acordo com Gil (1994) este tipo de estudo possibilita descrever as características de determinados fenômenos, articulando-os e proporcionando uma visão inovadora sobre o problema. Contribui, assim, para entender e aprofundar determinada temática a partir de fontes bibliográficas que ainda não foram pensadas articuladamente, e que juntas despertam para novas questões e apontamentos.

Pode ser classificado, sobretudo, como uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo em vista que este tipo de pesquisa permite uma preocupação “com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Ou seja, não reduz as informações a variáveis de forma

isolada, mas lhe atribui um sentido, um significado que está articulado com o todo e considera “um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” que não pode ser desconsiderado. (MINAYO, 1994, p.22)

Para tamanha faceta valeu-se de etapas e de uma sequência de procedimentos que contribuíram para a compreensão do objeto de análise. Inicialmente foi elaborado um projeto de pesquisa, com a definição do tema a ser pesquisado, a problematização do assunto escolhido, a formulação de um problema a ser desvendado e o planejamento consciente das etapas necessárias para o alcance dos objetivos propostos.

Na construção do projeto de pesquisa houve uma familiarização com o assunto a ser investigado, a busca ou levantamento de materiais que auxiliassem na compreensão e problematização do tema, além de um clareamento sobre o dado a ser investigado e aprofundado.

Posteriormente, já absorto e conscientemente preparado para o desvendamento do objeto, partiu-se para a busca e levantamento de informações que respondessem às questões levantadas, através do contato direto com o material a ser analisado, visando a coleta dos dados relevantes à pesquisa.

Por fim, procurou-se estabelecer uma análise crítica dos resultados alcançados, visando explicitá-los, problematizá-los, justificá-los em uma síntese integradora, com o propósito de contribuir com a construção do conhecimento sobre a prática profissional no interior do Serviço Social.

4.2.2. Universo da Pesquisa

É salutar destacar que a presente pesquisa foi pensada no interior do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, a partir da vivência no Mestrado e da participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social – GEPSS, que foca seus estudos e análises para a formação e o exercício profissional do Serviço Social, como já explicado anteriormente. Portanto, uma parte de sua operacionalização foi desenvolvida em conjunto com o apoio de bolsistas da graduação inseridos no referido grupo, através do apoio técnico e operacional no levantamento do acervo de dissertações construídas ao longo da história do Mestrado em Serviço Social da UFSC e na pré-seleção das dissertações que seriam objeto de estudo desta investigação.

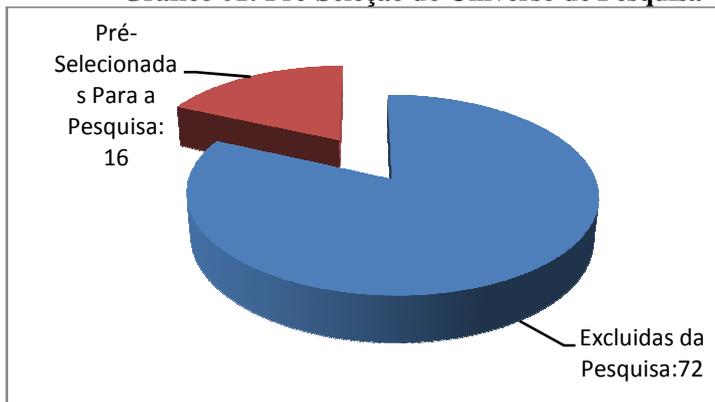
Em um primeiro momento foi realizado um levantamento ampliado das dissertações que foram construídas e apresentadas no PPGSS da UFSC no período de 2001 a 2010, ou seja, o universo geral da pesquisa. Neste levantamento era possível identificar o autor, ano de apresentação, orientador e título da dissertação. Esta fase exploratória identificou um universo de 88 (oitenta e oito) dissertações defendidas e aprovadas neste período, que compunham nos seus variados temas e discussões a construção do conhecimento do Mestrado em Serviço Social da UFSC num período de quase dez anos⁷⁹.

Imbuído desta informação inicial, partiu-se para a segunda etapa da pesquisa, através da identificação e recorte das dissertações que tratavam de teoria e prática profissional do Serviço Social de forma direta ou indireta. Para tanto, utilizou-se como critério de elegibilidade as dissertações que indicaram em seus títulos, ou resumos, ou palavras-chave ou sumário uma menção sobre teoria e prática profissional, através destes termos diretos ou palavras correlatas (ex: ação, intervenção, prática, exercício profissional, dentre outras), o que de certa maneira caracterizava e evidenciava que a prática profissional do Serviço Social estava sendo pensada e analisada a partir de alguma concepção teórica.

Neste levantamento também foi observado a identificação da dissertação (título, autor (a) e ano), o (a) orientador (a), o tema central do trabalho, os objetivos do estudo, a abordagem metodológica adotada e de que linha de pesquisa faz parte, para que se pudesse evidenciar quantitativamente informações de interesse para o programa.

Identificou-se, neste levantamento, um total de 16 (dezesesseis) dissertações que tratam direta ou indiretamente de “teoria e prática profissional”, de um universo total de 88 dissertações do programa, que de alguma maneira abordam e tratam da questão objeto de estudo desta pesquisa.

⁷⁹ O período selecionado se deve substancialmente a dois fatores essenciais: o primeiro se remete ao fato do PPGSS da UFSC ter sido fundado em 2001, não sendo possível uma análise anterior a este período. O segundo motivo se remete ao fato de que estas produções foram construídas em um período em que a Pós-Graduação já sofria as influências das Diretrizes Curriculares de 1996, já estava sob a vigência do novo Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993 e já sentia a influência do atual projeto ético-político profissional.

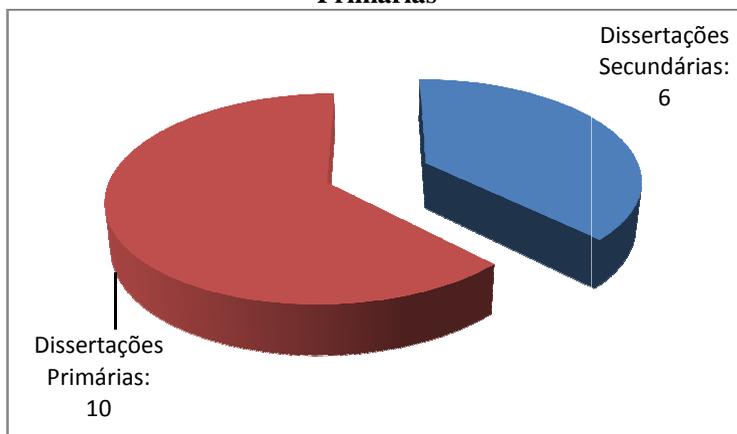
Gráfico 01: Pré-Seleção do Universo de Pesquisa

Fonte: Própria Autoria.

Desde sub-universo (16 dissertações) optou-se em estudar toda a amostra levantada inicialmente para identificar as dissertações primárias, que tratam com maior propriedade a temática, e as dissertações secundárias, que tratam de forma superficial o tema. A partir desta classificação, foram analisadas apenas as dissertações primárias, independentemente do número que representem. Essa escolha reflete uma preocupação qualitativa com a análise a ser realizada, enfatizando muito mais a qualidade em detrimento da quantidade.

Para a escolha das dissertações primárias foi realizada como técnica a leitura minuciosa e seletiva de toda a amostra inicial (16 dissertações), e elegeu-se apenas aquelas que problematizavam a prática do Serviço Social a partir de uma concepção teórica de forma consciente, ou seja, escolheu-se as dissertações que apresentavam com precisão teórica a concepção de prática profissional e suas possibilidades. Esta clareza indica caminhos diferentes nas análises das dissertações, pois potencializam a prática profissional do Serviço Social como peça chave desta profissão.

Gráfico 02: Seleção do Universo de Pesquisa – Dissertações Primárias



Fonte: Própria Autoria.

Do sub-universo de 16 dissertações, 10 foram selecionadas para a pesquisa. Com relação ao número total de dissertações (88), 10 dissertações indicam um número pequeno de estudos e pesquisas que se preocupam com a dimensão interventiva da profissão pensada articuladamente com a teoria.

No entanto, apesar do número reduzido de dissertações analisadas (dez dissertações), é relevante ressaltar o esforço enorme de leitura interpretativa, reflexiva e crítica, e de sistematização e análise deste material. Cada dissertação apresentava uma média de 150 páginas, o que evidencia o volume de leitura que teve que ser realizado, bem como a capacidade de filtro das informações mais relevantes e realmente necessárias para a pesquisa. Tal ação exigiu enormes esforços, além da capacidade de articulação entre os dados, de associação de idéias, o significado que representam e como utilizar estas informações de maneira a otimizá-las para o leitor. Essa etapa da pesquisa foi sem dúvida a fase mais difícil e que exigiu maiores esforços.

4.2.3. Instrumento

Devido ao grande volume de leitura e de informações, e para que se pudesse focar no objeto de investigação sem fugir dos objetivos da pesquisa, tornou-se necessário a construção de um instrumento que pudesse coletar e armazenar os dados mais relevantes para a pesquisa e que direcionasse, posteriormente, a interpretação, organização do material, o tratamento e a análise a ser realizada.

Nesta direção e com estes propósitos foi construído um instrumento⁸⁰ com indicadores de análise, pautados em questões pertinentes para o desvelamento do objeto. O instrumento consistiu em um formulário ou roteiro de leitura, a ser aplicado separadamente em cada dissertação, com questões abertas, que pudessem abarcar uma multiplicidade de variáveis e que estivesse relacionado diretamente com o objeto a ser investigado. Assim, o formulário continha, além de outras informações:

I – Identificação: título, ator, ano, orientador e linha de pesquisa. É a referência bibliográfica completa e a localização do trabalho, que possibilita auxiliar o leitor a encontrar a dissertação caso tenha a intenção de verificar os dados ou se aprofundar no assunto;

II - Critérios de elegibilidade: consistem nos principais aspectos do resumo, principais aspectos do sumário e palavras-chave de relevância para a pesquisa, que indicam que a dissertação trata do tema a ser explorado ou sinaliza alguma discussão aproximada com o assunto;

III – Caracterização: apresentam a área central do estudo abordado na dissertação, os objetivos do estudo e abordagem metodológica utilizada.

Como indicadores de análise continha as seguintes questões:

- De que forma é discutida a relação teoria e prática profissional? Há uma articulação? Qual a ênfase, foco e prioridade?
- Qual é a concepção de teoria/prática profissional? Como se expressa esta relação?
- A prática profissional é compreendida e tratada nas suas três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa?
- Quais os principais fundamentos teórico-metodológicos utilizados?

⁸⁰ O modelo do instrumento pode ser verificado no apêndice B.

- Quais principais conceitos e categorias são adotados para tratar da teoria/prática profissional?
- Que autores são utilizados como referencial?

Cumpram expor, no entanto, que nem sempre as questões indicadas eram contempladas com clareza, o que exigiu que na análise o tratamento das informações ocorresse de forma articulada, e não respondendo a estas questões separada ou individualmente.

Inicialmente a coleta dos dados se deu através de leitura de reconhecimento, de maneira a comprovar a presença do tema e das informações procuradas. Posteriormente foi realizada a leitura minuciosa, enquanto uma técnica específica da pesquisa bibliográfica, de maneira a conhecer profundamente o material a ser analisado, sua estrutura, conteúdo e consistência teórica. Este tipo de leitura permitiu identificar conteúdos relevantes e que respondiam aos indicadores de análise.

Com o instrumento preenchido, na forma de um resumo seletivo de cada dissertação, com as informações mais importantes e significativas para as questões problemas apresentadas, iniciou-se o processo de construção e sistematização de análises, que desencadeou a necessidade de uma leitura mais reflexiva, analítica e crítica da situação como um todo, além de uma leitura interpretativa dos dados obtidos.

Assim, foi selecionado as informações mais úteis e pertinentes para esta pesquisa, que possibilitou responder as questões problematizadas neste estudo, de maneira a repensar um conteúdo que foi construído para responder a outras perguntas e alcançar outros objetivos, reinventando-o, recriando-o ou apenas o enxergando sob outra ótica, momento e contexto.

Cabe ressaltar que esta coleta de dados foi um trabalho individual da pesquisadora, e que somente a primeira parte da pesquisa contou com o apoio de membros do GEPSS.

4.2.4. Análise e Interpretação dos Dados

Esta etapa consiste no esforço de análise e interpretação dos dados coletados, iluminados pelo referencial teórico crítico-dialético, de maneira a responder efetivamente às questões problematizadas neste estudo: Quais são as concepções que surgem no tratamento da articulação entre conhecimento teórico e prática profissional? O tratamento dos conhecimentos teóricos estão vindos acompanhados ou

articulados com a discussão da prática profissional? Quais as concepções e abordagens surgem ao tratar desta relação?

Portanto, neste momento procurou-se “estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos.” (GOMES, 1994, p.79) Como resultado apresentou-se as concepções e abordagens utilizadas no tratamento da prática profissional do Serviço Social, pensada articuladamente com uma perspectiva teórica, que imperam na produção do conhecimento do Mestrado em Serviço Social da UFSC.

Na apresentação da pesquisa, em alguns momentos, optou-se pelo uso literal de trechos extraídos das dissertações, para manter a fidelidade com as idéias dos autores, e estes foram identificados pelos seus sobrenomes, da mesma maneira que são realizadas as citações da ABNT. Esse comportamento revela o comprometimento e seriedade com a pesquisa, além de apresentar os brilhantes autores que os programas de pós-graduação estão formando.

Por fim, cabe lembrar que “o produto final de uma análise de pesquisa, por mais brilhante que seja, deve ser sempre encarado de forma provisória e aproximativa”, haja vista que as informações podem não alcançar a dimensão de análise esperada, ou ainda serem superadas por estudos e afirmações futuras, de acordo com a história e a conjuntura que se vive. (GOMES, 1994, p.79)

4.3. Resultados da Pesquisa

Neste ponto serão apresentados os resultados da pesquisa proposta, a partir das questões problematizadas e dos indicadores de análises presentes no instrumento, à luz das referências teóricas que orientam esta dissertação.

4.3.1. Identificação e Caracterização das Dissertações

As dissertações analisadas neste estudo compõe o quadro de produção do conhecimento construído ao longo de dez anos de história do PPGSS da UFSC e refletem, ainda que indiretamente, um pouco da sistemática e história do Programa.

Não é objetivo desta dissertação, realizar uma análise sobre a produção intelectual do mesmo, entretanto torna-se fundamental pontuar alguns aspectos que irão identificar e caracterizar o material selecionado para a análise, de forma a situar e orientar o leitor sobre o mesmo.

Primeiramente, torna-se fundamental explicar que as dissertações são identificadas de acordo com o sobrenome do autor e o ano de publicação. Essa escolha se deve ao entendimento de que este é um material público e disponível para leitura, que pode ser lido e analisado por quem tiver interesse, sem que sejam utilizados pseudônimos ou nomes fantasias.

Neste sentido, para que facilite a compreensão geral do material analisado, foi sistematizado o quadro a baixo que indica a forma que a dissertação será apresentada na pesquisa, seu título completo, autor, orientador, ano de publicação, linha de pesquisa que faz parte e área de estudo que está direcionado e com maior ênfase em sua produção.

Quadro 04: Identificação das Dissertações

| |
|---|
| <p>Identificação da Dissertação: SEABRA, 2003. Título: Trabalho Profissional do Assistente Social e Política Pública: Atuação na política de Assistência Social em Chapecó. Autora: Nuely Fatima Seabra. Ano: 2003. Orientadora: Prof^a. Dra. Heloisa Maria José de Oliveira. Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais. Área de Estudo: Assistência Social</p> |
| <p>Identificação da Dissertação: PINHEIRO, 2005. Título: Serviço Social e Violência Contra a Mulher: Questão para o debate. Autora: Eliane Aparecida Pinheiro. Ano: 2005 Orientadora: Teresa Kleba Lisboa. Linha de Pesquisa: Não apresenta. Área de Estudo: Gênero</p> |
| <p>Identificação da Dissertação: SILVA DE JESUS, 2005. Título: O Serviço Social e as Ações Sócio-educativas com Famílias: um estudo sobre as publicações dos Assistentes Sociais. Autora: Cristiane da Silva de Jesus. Ano: 2005. Orientadora: Prof^a. Dra. Regina Célia Tamaso Miotto. Linha de Pesquisa: Não apresenta. Área de Estudo: Famílias</p> |

Identificação da Dissertação: GEUSINA DA SILVA, 2006.

Título: O Local e o Global na Atenção das Necessidades de Saúde dos Brasiguaios: análise da intervenção profissional do assistente social em Foz do Iguaçu.

Autora: Maria Geusina da Silva.

Ano: 2006.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira.

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais.

Área de Estudo: Saúde

Identificação da Dissertação: LIMA, 2006.

Título: As Ações Sócio-educativas e o Projeto Ético-político do Serviço Social.

Autora: Telma Cristiane Sasso de Lima.

Ano: 2006.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Regina Célia Tamaso Miotto.

Linha de Pesquisa: Serviço social, Exclusão e Cidadania.

Área de Estudo: Ação Sócio-Educativa

Identificação da Dissertação: MANFRINI, 2007.

Título: A Intervenção Profissional do Serviço Social no Ministério Público de Santa Catarina e as Questões de Gênero

Autora: Daniele Beatriz Manfrini

Ano: 2007.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Teresa Kleba Lisboa.

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais.

Área de Estudo: Gênero.

Identificação da Dissertação: CHUPEL, 2008.

Título: Acolhimento e Serviço Social: um estudo em hospitais estaduais da Grande Florianópolis.

Autora: Cláudia Priscila Chupel.

Ano: 2008.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Regina Célia Tamaso Miotto.

Linha de Pesquisa: Não apresenta.

Área de Estudo: Saúde.

Identificação da Dissertação: NOSSWITZ, 2008.

Título: A Ação Profissional do Assistente Social nos Conselhos

Municipais De Políticas Públicas - Uma análise na Região da AMPLASC.

Autora: Juliana Nosswitz.

Ano: 2008.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ivete Simionatto.

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais.

Área de Estudo: Conselhos

Identificação da Dissertação: HELLMANN, 2008.

Título: A Ação Profissional do Assistente Social e o Acesso de Usuários não Residentes no Brasil aos Serviços Públicos de Saúde na Fronteira.

Autora: Rafaela Brustolin Hellmann.

Ano: 2008.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira.

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais.

Área de Estudo: Saúde

Identificação da Dissertação: CAMILLE DOS SANTOS, 2010.

Título: A ação profissional do assistente social e suas contribuições para a construção da integralidade na Estratégia Saúde da Família ao município de Ponta Grossa – Paraná.

Autora: Tatiely Camille dos Santos.

Ano: 2010.

Orientadora: Prof^a. Dra. Regina Célia Tamaso Miotto.

Linha de Pesquisa: Não apresenta.

Área de Estudo: Saúde.

Fonte: Própria Autoria.

As dissertações analisadas para este estudo correspondem ao período de 2001 a 2010, contudo, a primeira turma de Mestres em Serviço Social da UFSC iniciou suas defesas apenas em 2003, o que justifica que a dissertação mais antiga analisada corresponda a esta data. Com relação a incidência dos anos de publicação, verifica-se um equilíbrio, apesar do ano de 2008 ter se destacado, conforme evidencia o quadro a seguir:

Quadro 05: Dissertações Analisadas Por Data de Publicação

| Número de Dissertações Analisadas | Ano |
|--|------------|
| 01 | 2003 |
| 02 | 2005 |
| 02 | 2006 |
| 01 | 2007 |
| 03 | 2008 |
| 01 | 2010 |
| TOTAL: 10 | |

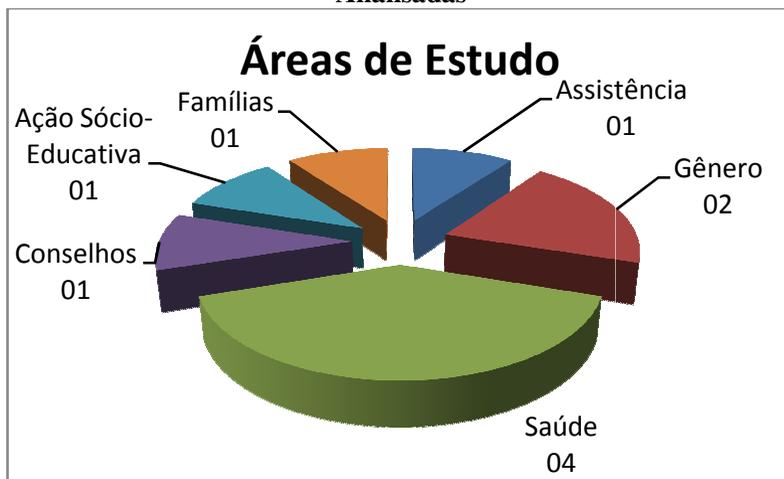
Fonte: Própria Autoria.

No que implica às áreas de estudo⁸¹ com maior destaque nas dissertações analisadas, a menor incidência foi relacionada às áreas de Assistência, Conselhos, Famílias e Ações Sócio-Educativas, seguidas da discussão de Gênero. A área de estudo relacionada à Saúde⁸² esteve presente de forma mais predominante em 04 dissertações e mais incisivamente nos últimos anos, o que revela também a importância desta área de estudo no Serviço Social e da linha de pesquisa Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais.

⁸¹ Optou-se pelo uso da nomenclatura “área de estudo” por que não são áreas temáticas, mas sim eixos de relevância e destaque, e que apresenta maior ênfase no desenvolvimento da obra, o que os diferencia também dos objetos de pesquisa.

⁸² Uma área do Serviço Social que tem se mostrado mais ativa no tocante à discussão da prática profissional é a área da saúde, cujo espaço tem realizado contribuições significativas no tocante ao adensamento não apenas teórico, mas também no que se refere à prática profissional. Isso não está ocorrendo por acaso. É urgente uma inserção cada vez mais qualificada dos Assistentes Sociais nos debates que vêm acontecendo no âmbito da saúde. (CHUPEL, 2008, p.18)

Gráfico 03: Áreas de Estudo Destacadas nas Dissertações Analisadas



Fonte: Própria Autoria.

Contudo, apesar das áreas de estudo de maior destaque e interesse das dissertações, todas discutiram em seu núcleo a questão da “prática, ação, exercício, intervenção” profissional do Serviço Social, pensadas e tratadas articuladamente com a teoria, o que as lhe tornaram aptas para a participação na pesquisa.

No que comporta aos critérios de elegibilidade da pesquisa, relacionados aos principais aspectos do título, resumo e do sumário, destacaram-se trechos que indicavam com maior ênfase a preocupação com a teoria e prática do Serviço Social, como nos seguintes fragmentos:

“Capacitação teórica, técnica e política dos profissionais. O conhecimento como parte integrante do processo de trabalho; Os meios e instrumentos do trabalho profissional”. (SEABRA, 2003)

“De que forma os pressupostos teórico-metodológicos estão orientando a intervenção dos assistentes sociais; necessidade de avançar na produção teórica do fazer profissional dos assistentes sociais”. (PINHEIRO, 2005)

"Intervenção profissional; dilemas ético-políticos do exercício profissional; sólida competência teórico-metodológica; legitimidade e visibilidade social às intervenções profissionais". (SILVA, 2006)

"Qualificação do debate **teórico-metodológico** no sentido de garantir competência **técnico-operativa**; As ações sócio-educativas possuem finalidade, objetivos e procedimentos. Sua contribuição, para a materialização do projeto ético-político, depende decisivamente da coerência das escolhas técnico-operativas acionadas pelos assistentes sociais, uma vez que o **como fazer** é fundamental na construção de uma intervenção profissional menos improvisada e **mais legítima teoricamente**". (LIMA, 2006)

"A Intervenção Profissional e as Competências Teórico-Metodológicas, Ético-Políticas e Técnico-Operativas. Reflexão teórica sobre a intervenção profissional do Serviço Social no MPSC e suas interfaces com a questão de gênero". (MANFRINI, 2007)

"Bases profissionais para a **prática** do acolhimento; a apropriação dos fundamentos **teórico-metodológicos** da profissão; as bases de sustentação advindas do arsenal teórico e metodológico permearam as concepções acerca do acolhimento; acolhimento como parte integrante do processo interventivo dos assistentes sociais". (CHUPEL, 2008)

"Conhecimento como orientador da prática; do conteúdo teórico as respectivas práticas; o entendimento e a prática profissional dos assistentes sociais em torno da integralidade; as ações profissionais realizadas na estratégia Saúde da Família; a importância do conhecimento para o exercício profissional." (CAMILLE DOS SANTOS, 2010)

Com relação aos objetivos das dissertações, estes são os mais variados possíveis e nem sempre evidenciavam com precisão e clareza a preocupação com a teoria e a prática profissional. No entanto, alguns se aproximam mais dos objetivos desta pesquisa:

"Investigar como as profissionais pesquisadas **incorporam os princípios éticos** profissionais em seu cotidiano de trabalho e se os mesmos estão presentes no seu **processo de intervenção**". (CÁRGANO, 2003)

"Analisar a **intervenção** do assistente social a partir dos **pressupostos teórico-metológicos** que estão **orientando** o trabalho profissional junto as mulheres que vivenciam situações de violência por parte de seus companheiros". (PINHEIRO, 2005)

"Identificar o que são e como estão sendo desenvolvidas as ações sócio-educativas no trabalho profissional dos assistentes sociais com famílias; bem como analisar a **apropriação/debate das ações sócio-educativas** no trabalho profissional dos assistentes sociais com famílias e qual a **orientação teórico-metodológica** e ético-política deste contexto". (JESUS, 2005)

"Caracterizar as ações sócio-educativas, através da produção bibliográfica do Serviço Social no período de 1993 a 2005, tendo como base as **referências teóricas** que pautam a sua **operacionalização**". (LIMA, 2006)

"Apresentar uma **reflexão teórica** sobre a **intervenção profissional** do Serviço Social no MPSC e suas interfaces com a questão de gênero". (MANFRINI, 2007)

Cabe lembrar que embora não seja os objetivos centrais das dissertações, a maioria apresenta como finalidade debater sobre a prática profissional do Serviço Social, de maneira a oferecer contribuições para o processo interventivo nos mais variados espaços sócio-ocupacionais, tanto por meio de um debate teórico qualificado, como pela problematização direta da prática profissional. A forma em que seu deu

esta problematização foi múltipla e variou de acordo com a concepção de teoria e prática trabalhada, mas aconteceu em todas as dissertações analisadas.

A abordagem metodológica utilizada nas dissertações teve uma grande variação, através de recursos como pesquisas exploratórias, bibliográficas, de campo, com uso de entrevistas, análise de documentos, questionários, e de análises qualitativas e quantitativas, diferente da opção do método que orientava as discussões, que foi predominantemente crítico-dialético. Ou seja, todas as dissertações apresentaram discussões pautadas em análises críticas que denunciam a reatualização do conservadorismo no Serviço Social e que reconhecem e tratam a prática profissional estritamente articulada a teoria. Neste sentido, nenhuma reforça a dicotomia entre teoria e prática, mas sim para complementar o acervo bibliográfico do Serviço Social crítico sobre as reais possibilidades contidas em sua intervenção.

4.3.2. Desvelando as Abordagens e Concepções entre Conhecimento Teórico e Prática Profissional do Serviço Social Presentes na Produção do Conhecimento do PPGSS da UFSC

A problematização e reflexão do “fazer profissional”, ou mais especificamente da *prática, ação, exercício, trabalho, intervenção* dos assistentes sociais é indicada como um campo “em aberto” e até mesmo escasso, que precisa de aprofundamento e atenção. Com base nesta concepção, justifica-se, nas dissertações, a necessidade primária de tal escolha pelos pesquisadores, em direcionar suas análises também para este campo.

Neste sentido, o tratamento dispensado a esta dimensão da profissão é resgatado de forma destacada, sem, contudo, estar separado ou desconectado da teoria. Não é tratado como um desprestígio, tão pouco como uma atitude conservadora, mas é abordado em suas múltiplas possibilidades e potencialidades.

Durante os diversos movimentos ocorridos no âmbito do Serviço Social a discussão do “fazer profissional” ganha contornos, tendências e perspectivas diferenciadas que repercutem nos rumos da profissão, na sua auto-imagem e em seu papel na sociedade. Com os avanços conquistados pelos conhecimentos teóricos, éticos e políticos a prática

profissional foi galgando um patamar diferenciado e garantindo seu espaço como elemento de análise.

No entanto, o reconhecimento da importância de análise do “fazer profissional” não foi um processo simplificado e o enfrentamento deste debate, ainda hoje, torna-se um desafio para qualquer pesquisador. Apesar de não deixar de existir, a discussão teórica sobre o fazer profissional ganhou pouca visibilidade e destaque em relação ao avanço teórico, metodológico, ético e político alcançado. Ao contrário do período conservador, em que a prática era enaltecida e existia por ela mesma, sendo o destaque absoluto, com o Movimento de Reconceitualização e com a introdução de novas concepções, o fazer profissional perde a sua força e o foco passa a ser a dimensão teórica e ética que ganham centralidade nos estudos e debates.

Chupel (2008, p.16-17) ajuda a compreender este processo:

“Historicamente, o debate da **prática profissional** foi influenciado pela corrente conservadora, voltada para o tecnicismo, no qual estão relacionadas as visões de mundo oriundas do pensamento funcionalista, psicologista e cientificista. Nem mesmo a formação baseada no humanismo, que enfatizava os aspectos éticos morais, foi suficiente para promover um debate requintado acerca da prática profissional. Embora tenha privilegiado uma formação enfatizando os métodos em Serviço Social, ficou estabelecida uma dependência educativa e cultural quando à maneira de pensar e conceituar, bem como uma dependência científica no desenvolvimento das ações. Referindo-se ainda à formação humanista, Sarmiento (1994, p.156) lembra que, “de qualquer forma, é inegável que isto aconteceu no que se refere ao ensino, este se direcionou e contemplou prioritariamente os aspectos sócio-políticos da realidade, desenvolvendo uma formação profissional predominantemente preocupada com um projeto de sociedade futura, concebida dentro de um universo ético-político, como melhor e comprometida ao nível do dever ser. Desconsiderando as próprias particularidades funcionais da profissão e desconectando-a dos determinantes sócio-institucionais, conseqüentemente propiciando uma desqualificação da sua ação, como profissional.”

"Esta vasta produção teórica, porém, criou uma espécie de cisão, um distanciamento, entre os que pensam a profissão e os que executam a atividade profissional. Houve um **privilegiamento da dimensão teórica** em detrimento das dimensões políticas e operativas, por se entender que o rigoroso trato da base teórico-metodológica poderia responder as demandas postas à profissão. Ao lado dessa produção teórica, alguns profissionais investem na dimensão política da prática profissional como forma de solucionar os problemas sociais. Através da aproximação e incorporação dos assistentes sociais às lutas sociais, movimentos estudantis, sindicais, e movimentos sociais, a perspectiva política da profissão ganha concretude. Embora este seja um grande avanço na história da profissão, no reconhecimento do papel político da intervenção profissional, como possível reproduzidor das relações sociais ou como contribuinte na sua transformação, ocorre, nesse momento, uma compreensão equivocada desse papel, uma **supervalorização da dimensão política da prática profissional**". (SEABRA, 2003, p.29-30)

Além disso, o enfoque dado à prática também foi prejudicado pela influência e herança do pensamento funcionalista, que segmentou o profissional que intervém do profissional cientista, pesquisador. Neste caso se exclui a investigação social da intervenção profissional, reduzindo o Serviço Social a um profissional da prática, e de uma prática indefinida.

"Aqui, o **conhecimento teórico é excluído** e há a **separação** da profissão que investiga e conhece daquela que atua. O resultado disso é que o conhecimento crítico é separado das possibilidades de intervenção transformadoras. Assim, a ação prática interventiva se **isola** de qualquer possibilidade crítica e a práxis se reduz à prática cotidiana. Para o Serviço Social, isso tem um efeito nefasto: a não superação dos pressupostos positivistas e o **não estabelecimento** da relação teoria-prática". (CHUPEL, 2008, p.17)

"Pode ser observado inclusive um **problema semântico**: temos denominações diferentes para as mesmas ações e uma mesma denominação para ações diferentes. A não existência de um universo semântico partilhado e um **quadro conceitual** comum dificulta a interlocução dos profissionais quanto às ações que desenvolvem". (LIMA, 2006, p.44)

Por conta desta indefinição da prática, há conseqüentemente uma indefinição da perspectiva teórica a ser utilizada, uma imprecisão dos instrumentos e técnicas a serem acionados, uma indefinição da ação a ser desenvolvida e uma incompletude dos resultados esperados.

Na academia a teoria acabou por receber maior realce, e a necessidade de aprofundamento e superação da discussão da prática profissional não encontrou muitos seguidores. Chupel (2008, p.18) e demais autores esclarecem:

"Este fato tem se mostrado problemático em dois sentidos que influenciam sobremaneira o fazer profissional: num primeiro plano, falar sobre a prática começou a tornar-se um **desprestígio**, no âmbito da academia, desmotivando estudos e o enriquecimento teórico e conceitual sobre aquilo que as profissionais realizavam em seu cotidiano. Isso se mostra complexo, uma vez que, se a academia não embasa teoricamente o que se faz na prática, não existe chão para avançar na discussão e esta permanece empobrecida. Em segundo plano e não sem conexão com o primeiro, ficou estabelecida a **cisão entre teoria e prática**. Ora, se a teoria não embasa a prática e a prática não oferece subsídios para novas teorias, estas não se encontram e não formam um elo possível de mediações e da efetividade da práxis."

"Por que os intelectuais do Serviço Social pouco discutem a dimensão interventiva da profissão? Como vamos ensinar a fazer se não temos uma produção referenciada por especialistas no assunto que balizam tal ensino? (...) Como professora que participa do processo de formar

assistentes sociais, há muito nos **desafia** esse caráter interventivo da profissão, pois, embora com todo o avanço teórico na década de 1990, ainda nos deparamos com uma grande **lacuna sobre o fazer profissional**" (SEABRA, 2003, p.11-12)

"Na atualidade o que tem se observado é que tais características além de não ampliar o campo da autonomia, têm **fragilizado a identidade profissional** porque os Assistentes Sociais têm cada vez mais dificuldades em **compreender a sua intervenção** e, conseqüentemente, em **denominar suas ações profissionais**, dada a complexidade dos campos de intervenção (...). Nesse contexto, reaparece a **dicotomia entre teoria e prática**, sobre isso Gentili (1998) informa que o teórico não é considerado pelos Assistentes Sociais como suficiente para a leitura cotidiana da intervenção profissional, bem como há uma utilização muito variada de "referências discursivas" por parte daqueles profissionais o que dificulta o reconhecimento de discursos mais coerentes sobre as concepções teóricas e as ações profissionais desenvolvidas". (LIMA, 2006, p.41-42)

Quando discutida, a descrição do "fazer profissional" fica muito concentrada "no dever", a partir da definição de "verbos no infinitivo como: agilizar, esclarecer, informar, divulgar, estimular [...] conotando intenções futuras", sem se aproximar do aqui, do agora, do singular, do cotidiano e das experiências concretas dos profissionais. As ações profissionais não podem ficar restritas a "prescrições futuras, prováveis ou possíveis de um querer que não se sabe bem a quem pertence". As ações profissionais necessitam aparecer definidas, tendo em vista que são ações concretas que ocorrem no presente. (LIMA, 2006, p.44)

No entanto, contrária a esta tendência histórica, de ausência de discussão ou definição teórica da prática, existem autores, pesquisadores e um movimento na formação profissional que enfrentaram e ainda enfrentam, paulatinamente, o reconhecimento e a necessidade de falar da dimensão interventiva do Serviço Social com qualidade. E não qualquer "fazer profissional", fundado em pressupostos funcionalistas, mas um "fazer profissional consciente e crítico", que dá direção e muda

completamente o sentido da intervenção. E é justamente esse esforço, expresso em distintas abordagens e concepções que será desvelado nesta pesquisa, de maneira a potencializar o tratamento da teoria/prática no Serviço Social.

4.3.3. *Rompendo com Dicotomias*

O viés predominante em todas as dissertações analisadas é o que rompe, denuncia e problematiza a falsa dicotomia entre teoria-prática, mesmo não sendo este o foco central das discussões. Este entendimento parece estar consolidado em todas as pesquisas, de forma clara, crítica e precisa. E está presente não apenas na compreensão desta relação, mas no questionamento deste dilema:

"Porque muitos profissionais continuam a repetir que **"na prática a teoria é outra"** ou então **negam a importância ou necessidade** da teoria como alimentadora da prática?" (SEABRA, 2003, p.28)

"A relação teoria-prática, mesmo não questionada diretamente, esteve bastante presente nas falas das profissionais, conforme se pode observar por meio de seus depoimentos:

- **"Não dá pra desvincular a prática da teoria. Sempre se fala: a teoria é uma e, quando está lá, na prática, é outra. Não é bem assim. A prática é mais dolorosa porque está sentido a coisa acontecer, mas tem que ter o suporte da teoria, se não a prática fica um fim em si mesmo, esvaziada de significado".**" (SEABRA, 2003, p.114)

"Nesse sentido Martinelli (1995, p.147) enfatiza que: '[...] toda prática é teoria em movimento, é articulação de saberes, é construção coletiva em busca de objetivos socialmente determinados e historicamente estabelecidos. **Não existe prática vazia de conhecimento, ou totalmente desprovida de saberes** [...]. Não há prática pronta, como também não há prática neutra: sua produção como teoria em movimento é um ato coletivo, político, uma ação cooperativa e complementar entre os sujeitos sociais,

sejam eles agentes ou usuários institucionais". (PINHEIRO, 2005, p.77)

"Não basta garantir aos Assistentes Sociais um discurso de vanguarda dentro de referenciais crítico-dialéticos, é imprescindível atentar para a **necessidade de expressar**, no momento da intervenção, **consistência, clareza e coerência teórica**, ou seja, implica transcender o discurso teorístico de modo a construir ações profissionais que sejam capazes de materializar o pensamento e o discurso profissional". (LIMA, 2006, p.13)

"Transcender essa forma de prática e contribuir para a formação de novos modos de pensar requer, portanto, um profissional capacitado técnica, teórica e politicamente atento às contradições do movimento do real, buscando através da **relação teoria-prática, alternativas de ação** em conjunto com os mandatários de suas atividades, como meio de criar uma cultura política 'que seja o reflexo de um processo de construção permanente', de alteração de comportamentos, valores, atitudes e ações". (NOSSWITZ, 2008, p.94)

"Sabemos que **não existe teoria sem prática**. Quando ainda somos estudantes temos uma visão bem cômoda de um profissional, mas no momento de atuação nos deparamos com situações de **conflito entre teoria e prática**... é quando vamos enfrentar algum problema para ser resolvido imediatamente, [...] não temos uma fórmula matemática para resolver, mas temos algo que estudamos, discutimos, pesquisamos lá atrás quando ainda éramos estudante e que vai dar base, apoio e, principalmente, **conhecimento teórico** de como solucionar os problemas que surgem no nosso dia a dia como profissional. Somos profissionais com um vasto conhecimento teórico-metodológico... visamos conhecer a totalização o indivíduo, tendo uma visão holística do mesmo, percebendo, verificando a verdade dos fatos, para depois julgar... para dar resolutividade àquelas demandas, não

esquecendo os valores éticos da profissão (SUJEITO B)". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.164)

"A **articulação entre o conhecimento e o exercício profissional** é a base, o 'alicerce' para a execução da tarefa do Assistente Social, sem a teoria não há base para o conhecimento do exercício profissional, para fortalecer as redes sociais. [...] (SUJEITO A)". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.166)

"Outro aspecto em destaque na fala dos entrevistados é o **dissenso** historicamente permeado na categoria **entre a teoria e a prática**, ou seja, **entre o saber e o fazer**. Contrariamente à perspectiva modernizadora o Serviço Social na contemporaneidade não se destaca somente pelos seus instrumentos e técnicas de intervenção. Desde o Movimento de Reconceituação tem-se apresentado uma postura crítica associada ao processo de trabalho baseado nos pressupostos marxistas, os quais não podem ser reduzidos às formas de intervenção profissional. Dessa forma, "o saber transmitido na formação profissional **integra um conjunto de conhecimentos**, valores, modelos e símbolos que se acumulam no próprio fazer e que **se traduzem naquilo que se conhece como prática**" (SILVA et AL., 2010)". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.166)

Assim, há a clara compreensão e defesa da necessidade do conhecimento teórico para a efetivação de uma prática profissional, como pode ser averiguado nos trechos a seguir:

"Ao estudar o Serviço Social, parte-se do pressuposto de que é imprescindível abordar, simultaneamente, os **modos de pensar e de intervir** incorporados pelos profissionais, de modo a dar visibilidade às bases teóricas orientadoras da profissão tanto no momento em que se realiza a leitura da sociedade, quanto no momento em que se constrói respostas às expressões da questão social". (LIMA, 2006, p.08)

"A ação tem sempre uma teoria que determina seus fins e que, conseqüentemente, delimita seus métodos que, por sua vez, direciona a leitura da realidade e a escolha dos elementos técnico-operativos que a operacionaliza, sempre considerando os sujeitos envolvidos no processo de intervenção. Isso implica em optar por uma determinada concepção de realidade, firmando um posicionamento profissional coerente, em termos ético-políticos, com essa escolha". (LIMA, 2006, p.18)

"As profissionais de Serviço Social vêm construindo sua prática, através da definição das competências profissionais, das atribuições definidas e das demandas surgidas, evidenciando a **importância da reciprocidade de conhecimentos para construção e constante aprimoramento do espaço de atuação** em Serviço Social a partir das funções constitucionais e da missão institucional". (MANFRINI, 2007, p.37)

Manfrini (2007, p.42-43), fundamentada na teoria marxista, se apropria da concepção de *práxis* para explicar com maior riqueza a articulação entre teoria e prática:

"Para a teoria marxista, a práxis é a **articulação** dos saberes teóricos produzidos a partir da prática cotidiana para a transformação social da sociedade em sua dimensão macro. Essa **relação é dialética**: a teoria nega a prática como um fato imediato e acabado para revelá-la nas mediações históricas e sociais; a prática nega a teoria como um saber separado e autônomo, negando-a como algo acabado com a finalidade de conduzir a ação humana. Teoria e prática são componentes **indissolúveis** da práxis. Gramsci (1989) trata exatamente da filosofia da práxis. Para ele a verdadeira práxis é um movimento de superação ao senso comum, consciência teórica sobre a ação. Para Kosik (1995, 222) "a práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a

realidade em sua totalidade). "A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. A práxis é construtora da realidade e da totalidade e permite a compreensão do ser. Tomados assim, **teoria e prática são uma unidade indissociável**, constituindo-se em práxis e possibilitando a construção de conhecimento que favorece a compreensão e a construção da realidade. A práxis precisa também estar pautada por pressupostos éticos e políticos possibilitando uma ação interventiva comprometida". (Grifo nosso)

Lima (2006, p.19) complementa:

"A intervenção profissional passa então a ser concebida essencialmente enquanto **práxis** e como tal busca **transformar o social** através da **unidade** entre **teoria e prática**. Leite (1982) informa que a teoria é o elemento que informa o objeto, a práxis possibilita sua compreensão e a dos instrumentos para transformá-lo. Assim, a práxis se efetiva no processo de intervenção através do qual o Assistente Social intervém juntamente com outros sujeitos no desempenho da prática social que, por sua vez, consiste na atividade humana material que busca pela modificação do homem e da sociedade". (Grifo nosso)

No entanto, algumas dissertações apontam, a partir de suas pesquisas, a dificuldade que os assistentes sociais têm em manter esta relação e a necessidade de aprofundar este tema, que apesar de ser algo superado teoricamente, efetivamente no exercício profissional, ainda encontra alguns desafios. Os trechos a seguir demonstram que alguns profissionais ainda acreditam na dissociabilidade entre teoria e prática:

"A proposta de tornar a prática um ato contínuo de teoria em movimento é **bastante desafiadora** para alguns assistentes sociais, como mostra o depoimento a seguir: 'É, às vezes é bastante complicado, porque assim o cotidiano massacra e, sem querer, a gente acaba perdendo todo um trabalho, a metodologia do Serviço Social (Assistente

Social 05). O cotidiano de trabalho tem muitas limitações, mesmo assim, o profissional de Serviço Social deve trabalhar para “[...] superar suas limitações encaminhando suas reflexões e resultados em um sentido histórico, social, político e técnico de produção de conhecimentos, tendo em vista um saber e uma prática mais conseqüentes”. (MARTINELLI, 2001, p.116)”. (PINHEIRO, 2005, p.77)

“A relação teoria-prática **ainda é dicotômica**, sendo refletida na intervenção. Um fazer profissional sem consistência teórica poderá ocasionar ações fragmentadas e embasadas no senso comum. Cabe destacar que essas questões precisam ser trabalhadas na formação acadêmica e continuada dos profissionais, assim como pelos órgãos representativos da categoria. A formação profissional deve pautar-se na qualificação teórica, ética, política e operativa dos assistentes sociais, possibilitando embasamento sólido para a construção e reconstrução de propostas qualificadas para responder às reais necessidades postas no cotidiano da intervenção”. (PINHEIRO, 2005, p.106)

“A pesquisa evidenciou que profissionais têm realizado uma intervenção comprometida e rica em elementos para a reflexão e construção de propostas de trabalho, mas **não tem conseguido estabelecer mediações entre o saber e o fazer** cotidiano, o que pode levar os profissionais ao ativismo e a **reproduzir a dicotomia entre a teoria e a prática**. Um esforço em ultrapassar a separação entre os profissionais que fazem e aqueles que pensam se faz necessário dentro da profissão”. (PINHEIRO, 2005, p.107)

“(…) Aliado a isso está o fato desses Assistentes Sociais - que desenvolvem esse tipo de ação normativa - **não demonstrarem clareza teórica**, isto é, a ação desenvolvida nem sempre é coerente com a concepção de homem/mundo que por ele é referida. Para a autora “o marco teórico é manipulado, muitas vezes, de modo a sugerir a **coexistência de duas concepções**: uma assumida teoricamente e outra manifesta na prática” (p.92). (...) A partir do exposto, pode-

se apreender que o compromisso com a classe trabalhadora supõe a **unidade conhecimento/ação** que, por sua vez, implica em uma dada concepção de homem/mundo e em uma clareza da finalidade que se pretende alcançar". (LIMA, 2006, p.25)

"No bojo das considerações apresentadas, verifica-se que junto com a dificuldade de se consolidar uma identidade profissional, os Assistentes Sociais tem enfrentado dificuldades concretas no trato "sócio-técnico" das demandas, bem como apresentam **dificuldades de congruência entre teoria e a prática**, associando à teoria apenas as referências advindas da formação profissional e à "prática" normalmente decorre das demandas postas ao profissional por quem contrata seus serviços. Assim, os Assistentes Sociais vivem tensionados entre os valores éticos, ideológicos e políticos que assumem a partir da profissão; e entre as exigências do mercado de trabalho." (LIMA, 2006, p. 45-46)

"Há uma dificuldade de se produzir conhecimentos sobre as particularidades que envolvem os campos de intervenção e as singularidades dos sujeitos implicado na ação sem cair no tecnicismo e tampouco aderir ao pragmatismo. Isso se associa a idéia que, segundo Gentilli (1998), **o discurso teórico é inadequado ou insuficiente para 'explicar' a intervenção e o cotidiano profissional** (...). Há dificuldade em compreender a finalidade profissional, como também em articular o marco teórico da profissão com o cotidiano de intervenção (...). Há um 'vazio teórico' a ser considerado pela profissão, sobretudo no referente a dimensão técnico-operativa. Implica, de acordo com Gentilli (1998), na garantia de respostas teóricas mais precisas e elaboradas sobre a realidade profissional, buscando construir uma **'intervenção menos improvisada e mais eficiente teoricamente'**." (LIMA, 2006, p.46)

"Embora, conforme vimos anteriormente, os profissionais, indicam que o aprofundamento teórico é reconhecido como

necessário, isso não ganha visibilidade nas falas. Observa-se, com essas respostas, **limitações às afinidades teóricas para o agir profissional** das Assistentes Sociais na esfera conselheira, mas cabe analisar que, as profissionais que desenvolvem sua ação profissional nos diferentes conselhos, devem ter um conhecimento aprofundado sobre várias questões (...). (NOSSWITZ, 2008, p.77)

“Conclui-se que há necessidade de **afinidades teóricas** no entendimento realizado pelos Assistentes Sociais, mas cabe analisar que, os profissionais que atuarem nos diferentes conselhos, devem ter um conhecimento aprofundado sobre várias questões (...) e, acima de tudo, **bagagem teórica** para ler, interpretar a realidade e atuar de forma crítica, criativa e propositiva”. (NOSSWITZ, 2008, p.101)

Neste sentido, fica explícito a compreensão, pelos pesquisadores, que a prática profissional, seja ela qual for e onde for executada, vem sempre acompanhada de um conhecimento teórico. No entanto, essa compreensão ainda não é hegemônica na profissão, necessitando ser aprofundada em diferentes níveis e contextos, tanto na formação quanto na produção do seu conhecimento. As concepções de prática profissional apresentadas pelos pesquisadores vêm reforçar este entendimento – de articulação e indissociabilidade entre teoria e prática -, como pode ser averiguado nos tópicos a seguir.

4.3.4. Reconhecendo Nomenclaturas, Expressões e Concepções

Uma das principais questões colocadas no Serviço Social em relação à sua dimensão interventiva está associada com as diversas nomenclaturas, expressões e concepções que surgem para tratar da “prática” profissional dos assistentes sociais, que ganham sinônimos variados, como ação, intervenção, trabalho, exercício e fazer profissional.

Nomenclaturas estas que exprimem posições e direcionamentos que afetam diretamente este processo interventivo. Ter clareza sobre o tratamento e significado direcionado à prática profissional é

fundamental para compreender sua interlocução com a teoria e direcionar a ação a ser operada.

Assim, as concepções e expressões que foram identificadas nas dissertações analisadas foram: Processos de Trabalho, Ação Profissional, Ações Sócio-Educativas, Acolhimento e Intervenção Profissional.

No entanto a identificação destas concepções e expressões não acontece de forma aleatória e indiscriminada. Possuem uma lógica e articulações fundamentais. Por exemplo, a expressão ação sócio-educativa é um tipo específico e qualificado de ação profissional. Então, nesta dissertação em análise, apesar da ênfase ser na ação sócio-educativa, a concepção que impera ali é a de ação profissional.

Neste sentido, foi possível identificar, a partir do conjunto das obras, duas principais concepções: Processos de Trabalho e Ação Profissional. Os Processos de Trabalho são constituintes da prática profissional do Serviço Social, que está dentro da prática social dos homens. Fazem parte dos Processos de Trabalho as expressões Intervenção Profissional e Acolhimento. As Ações Sócio-Educativas, por sua vez, são um tipo específico de Ação Profissional, que apesar de ser uma concepção qualificada da prática profissional, está inserida nos Processos de Trabalho do Serviço Social, se relacionando com este mutuamente. O quadro a seguir ajuda a exemplificar as concepções e expressões.

Quadro 06: Esquema de Concepções e Expressões

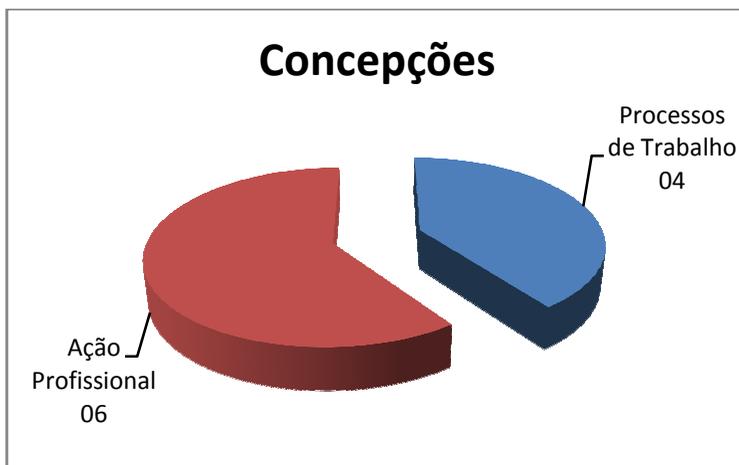


Legenda: C = Concepção; E = Expressão.

Fonte: Própria Autoria.

Das 10 dissertações analisadas, a concepção menos trabalhada foi a de processos de trabalho com 04 incidências, seguida da concepção de ação profissional, com 06 incidências, como pode ser observado no quadro a seguir:

Gráfico 04: Concepções Referentes ao Fazer Profissional



Fonte: Própria Autoria.

No que concerne às expressões utilizadas e desenvolvidas nas dissertações, dentro da concepção de Processos de Trabalho, foram indicadas as expressões de *Intervenção Profissional* e *Acolhimento*. Na concepção de Ação Profissional, a expressão *Ações Sócio-Educativas* teve destaque, como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 07: Concepções e Expressões Referentes ao Fazer Profissional

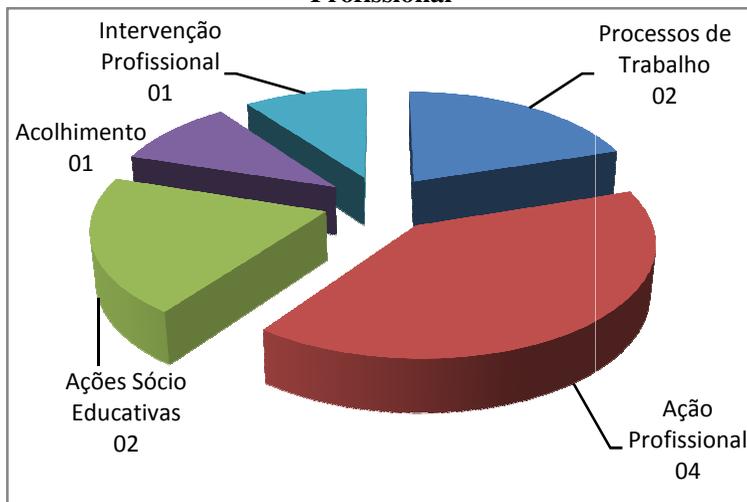
| Concepção ou Expressão | Incidência | Autor | Ano |
|----------------------------------|------------|--------------------|--------------|
| Concepção: Processos de Trabalho | 02 | SEABRA PINHEIRO | 2003 2005 |
| Expressão: | 01 | CHUPEL | 2008 |

| | | | |
|---|----|--|------------------------------|
| Acolhimento | | | |
| Expressão: Intervenção Profissional | 01 | GEUSINA DA SILVA | 2006 |
| TOTAL: | 04 | | |
| Concepção: Ação Profissional | 04 | MANFRINI HELLMANN NOSSWITZ CAMILLE DOS SANTOS | 2007 2008 2008 2010 |
| Expressão: Ações Sócio-Educativas | 02 | SILVA DE JESUS LIMA | 2005 2006 |
| TOTAL: | 06 | | |

Fonte: Própria Autoria.

O gráfico a seguir também ajuda a compreender a incidência de concepções e expressões utilizadas nas dissertações, de forma particularizada, como pode ser observado:

Gráfico 05: Concepções e Expressões Trabalhadas Sobre a Prática Profissional



Fonte: Própria Autoria.

No entanto, é preciso esclarecer que o fato das autoras trabalharem com maior destaque determinada concepção de prática não quer dizer que outras nomenclaturas não estavam sendo utilizadas. A expressão de intervenção ou exercício profissional, por exemplo, estava presente em quase todas as análises, e se referia ao processo do fazer profissional dos assistentes sociais. Contudo, não vinha como destaque da análise e seguida de uma explicação teórica, mas dando sustentação a outra concepção. Neste sentido, ao classificarmos as concepções e expressões com as autoras que a trabalharam, não quer dizer que outros termos ou nomenclaturas não tenham sido utilizados, mas que naquele trabalho a concepção e/ou expressão que mais se destacou foi a que está sendo apresentada.

Neste sentido, serão apresentadas, sistematicamente, as concepções e expressões defendidas e utilizadas pelas autoras, já acompanhadas da perspectiva teórica que a fundamentam.

4.3.4.1. Concepção: Processos de Trabalho

Na concepção de Processos de Trabalho a prática profissional do assistente social é considerada como trabalho, o que torna os profissionais trabalhadores, “que mediante meios e instrumentos de trabalho, realizam um trabalho concreto na transformação das expressões da questão social, considerada objeto de trabalho do Serviço Social”. (SEABRA, 2003, p.13)

A substituição da nomenclatura prática profissional por processos de trabalho implica para Seabra (2003) uma qualificação conceitual e de superação da dicotomia teoria-prática. O trabalho realizado pelos assistentes sociais não incide diretamente na natureza, mas especificamente na área dos serviços. Desta forma, a relação que o profissional estabelece com o usuário do seu serviço provoca alterações e transformações em um nível mais elevado, o da consciência humana, de maneira que ambos saem modificados desta relação.

“O Serviço Social, conforme expressão cunhada por Yamamoto e Carvalho, como profissão historicamente determinada, “como um tipo de **especialização do trabalho coletivo** dentro da **divisão social do trabalho** peculiar à sociedade industrial” (1982, p.71), tem como **objeto de intervenção** as expressões da questão social, cuja apreensão se dá a partir da análise do processo de

produção e reprodução das relações sociais". (SEABRA, 2003, p.34)

"A assimilação da **prática profissional como trabalho** deriva da compreensão da produção social como eixo organizador da vida social. Os elementos históricos constituídos da profissão como **objeto, objetivos, papéis, funções, instrumentos e técnicas, dimensões técnico-político e teórico-metodológico** do fazer profissional seguem sendo reconhecidos, mas, apreendidos como "**constitutivos**" do processo de trabalho do assistente social". (NOSSWIL, 2008, p.50)

Assim a profissionalização do Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo e a sua prática uma concretização de um processo de trabalho, que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social.

"Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional, articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o **objeto ou a matéria - prima** sobre a qual incide a ação transformadora; **os meios de trabalho** - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potencialização da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o **produto do trabalho profissional** em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas que condicionam o trabalho dos assistentes sociais. (CADERNOS ABESS, nº7, 1997, p.66)". (SEABRA, 2003, p.39)

Neste sentido, ao considerar o trabalho profissional dos assistentes sociais como processos de trabalho, há que se compreender os elementos que o constituem: o objeto, os meios ou instrumentos e o próprio trabalho. O objeto é a matéria-prima a ser transformada, operada

ou lapidada, que no caso do Serviço Social são as expressões da questão social. Com relação aos meios ou instrumentos de trabalho, no Serviço Social são o arsenal técnico que auxilia na transformação a ser operada, como entrevistas, visitas domiciliares, reuniões, registros, observação, dentre outros. O instrumental se articula e adéqua às finalidades da ação, bem como aos fatores políticos, sociais, institucionais e a uma concepção teórica que lhe atribui sentido e intencionalidade.

“Os **instrumentos** ou **meios** de trabalho são elementos fundamentais de qualquer processo de trabalho, são eles que **potencializam** a ação do trabalhador sobre seu objeto de trabalho ou matéria prima. O ser humano é o único ser capaz de criar meios e instrumentos de trabalho. Segundo Iamamoto (1999), é possível identificar **três tipos de instrumentos** presentes no processo de trabalho dos assistentes sociais, profissão esta que possui um caráter eminentemente interventivo. São eles: as **bases teórico-metodológicas**, que se constituem no conjunto de conhecimentos e possibilitam a aproximação e conhecimento do objeto; o **instrumental técnico-operativo**, que realiza efetivamente a transformação do objeto e do Serviço Social, compondo-se de instrumentos como a entrevista, a observação, o estudo e parecer social, encaminhamentos entre outros; e as **condições institucionais** que dizem respeito, sobretudo, às condições materiais de realização do trabalho, ou seja os recursos financeiros, técnicos e humanos”. (PINHEIRO, 2005, p.73-74)

“A concepção e o uso do **instrumental** vincula-se a determinações teóricas e políticas sendo ele considerado mais do que um repertório de atitudes e padrões de intervenção. “O conteúdo e significado do instrumental técnico-operativo depende da **direção social impressa à prática**, a qual está relacionada com as concepções da sociedade e profissão presentes em cada projeto profissional” (TRINDADE, 1998:165). (...) **O conhecimento**, na perspectiva do processo de trabalho, **faz parte dos instrumentos** utilizados pelos assistentes sociais para

desenvolver o seu trabalho. Como esclarece Iamamoto: "O conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimento e habilidades adquiridas pelo assistente social ao longo de seu processo formativo são parte do acervo dos seus meios de trabalho (1998, p.63)". (SEABRA, 2003, p.45)

O trabalho do assistente social, neste fio condutor, detém uma direção teórica, ética, técnica e política, que se expressa em seu projeto ético-político. E a compreensão, interpretação e o uso que os profissionais fazem destas dimensões ou direções irá influir diretamente no último elemento do processo de trabalho, que é o próprio trabalho, "a atividade humana adequada a um determinado fim". (SEABRA, 2003, p.47)

Ou seja, o assistente social deve compreender e ter clareza sobre seu processo de trabalho e sobre as suas possibilidades interventivas, sabendo com clareza o que fazer, para quem fazer e o como fazer. Seabra (2003, p.48) explica com propriedade:

"Para qualificar a interpretação sobre o trabalho profissional queremos ressaltar a importância do **processo de trabalho estar assentado nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas**. Estas três dimensões influenciam-se mutuamente em todos os momentos do processo e exigem **competência teórica, política e técnica permanente atualizada do profissional**. O conjunto delas deve responder para que fazer, como fazer e o que fazer.

Para que fazer? A resposta à questão exige do profissional que este explicita a intencionalidade de sua ação, a teleologia do trabalho profissional. Aponta aonde ele quer chegar com a realização desse fazer, ou seja, a direção social que imprimirá ao trabalho profissional.

Como fazer? Diz respeito ao caminho que o assistente social utilizará para concretizar a intencionalidade de sua ação. Para tanto, é necessário um aporte teórico-

metodológica que sustente tal ação, orientando, informando e explicando todas as nuances que envolvem a ação profissional.

O que fazer? Esta talvez seja a questão que os profissionais mais se coloquem. Ela está diretamente relacionada ao cotidiano profissional, na sua operacionalização, porém, depende da resposta dada às outras duas questões e das condições objetivas postas à realização dessa prática. **Só podemos pensar o que fazer se sabemos como e para que fazer”.**

Assim, fica evidente a articulação da prática profissional com a teoria, imbuída de uma perspectiva ética, política e ideológica. Nesta concepção os principais autores que serviram de referência para Seabra (2003) e Pinheiro (2005) foram Marida Vilella Iamamoto, José Paulo Netto, Ana Elizabete Motta e Maria Carmelita Yasbek.

Dentre as obras de maior destaque, pode-se destacar “O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional” de Iamamoto (1999), “O Serviço Social como Especialização do Trabalho Coletivo” de Yazbek (1999), e “A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea” de Netto (1999).

Com relação às áreas de estudo articuladas à concepção de processos de trabalho, foram duas: assistência social e gênero, com recortes diferenciados, mas que se propunham a analisar a intervenção profissional dos assistentes sociais a partir do seu processo de trabalho, focando especificamente nas discussões da Política de Assistência Social e no debate sobre a violência contra as mulheres e a necessidade de aprofundamento dos estudos de gênero, ambas vinculadas a uma concepção crítica e de ruptura com o conservadorismo profissional.

Considerar o trabalho dos assistentes sociais como processos de trabalho tem sido uma discussão profunda na profissão e também alvo de críticas e contrapontos por pesquisadores. Talvez este tenha sido um dos fatores que levou apenas duas dissertações a discutirem com clareza e especificamente esta concepção. Contudo, é um debate que veio qualificar a discussão do fazer profissional do Serviço Social e que sem dúvida merece destaque e aprofundamento.

4.3.4.2. *Concepção: Ação Profissional*

Na concepção de Ação Profissional, desenvolvida mais especificamente por quatro pesquisadoras, parte-se do entendimento que as diferentes profissões exercem atividades especializadas, cada qual na sua área, de sua maneira e especificidade, mas a ação de forma geral pode ser compreendida como um:

"Conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por **sujeitos/profissionais** de forma responsável, **consciente**. **Contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética**, e expressa no momento em que se realiza o processo de apropriação que os profissionais fazem dos fundamentos **teórico-metodológicos e ético-políticos** da profissão em um determinado momento histórico. São as ações profissionais que colocam em movimento, no âmbito da realidade social, determinados **projetos de profissão**. Estes, por sua vez, implicam em diferentes concepções de homem, de sociedade e de relações sociais. (MIOTO, 2006, s/p)". (LIMA, 2006, p.39, MANFRINI, 2007, p.56, HELLMANN, 2008, p.20, NOSSWIL, 2008, p.52 e CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.73)

"É uma ação de um sujeito profissional que tem **competência** para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o se campo de trabalho, suas qualificações e **funções profissionais** (IAMAMOTO, 2001, p.21)". (NOSSWITZ, 2008, p.63-64)

"A ação profissional é engendrada pela **intencionalidade** (dirigida a fins/finalidades) e pela **transformação** (a alteração de determinados objetos em outros, sejam eles físicos ou conceituais) (PINTO, 1998)". (LIMA, 2006, p.39)

Neste sentido, as profissões não estão fundamentadas na neutralidade, mas sim em um projeto profissional que detém em seu núcleo uma opção por um projeto de sociedade. Diante de tal assertiva, a

ação profissional do Assistente Social está ancorada em favor da classe trabalhadora, no atendimento das mais diversas necessidades sociais.

“Entende-se que a **ação profissional** do Assistente Social abarca todas as atividades do âmbito profissional, em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Atividades que o profissional **exerce como trabalhador assalariado** no atendimento dos mais diferentes usuários, sejam crianças, jovens, mulheres, idosos e/ou famílias, os quais apresentam diversas demandas envolvendo necessidades sociais”. (HELLMANN, 2008, p.20)

“As **ações profissionais** do Assistente Social na dinâmica dos conselhos, ocorrem mediante atuação enquanto conselheiros, militantes ou assessores os quais **interferem** nos processos de articulação, mobilização, e fortalecimento da sociedade civil na gestão e no controle das políticas sociais públicas.” (NOSSWITZ, 2008, p.71)

O Assistente Social é um trabalhador assalariado que depende da sua força de trabalho, da sua ação profissional especializada para a obtenção e garantia dos seus meios de vida. Assim, “a objetivação de sua força de trabalho qualificada ocorre no âmbito de processos e relações de trabalho organizadas pelos seus empregadores, os quais detêm o controle das condições concretas e objetivas necessárias para a intervenção deste profissional”. Portanto, todas as alterações que ocorrem no mundo do trabalho e também aquelas desenvolvidas nas relações entre Estado e sociedade, acabam por afetar diretamente a ação profissional do Assistente Social “na operacionalização de políticas que atendem as necessidades sociais dos usuários”. (HELLMANN, 2008, p.21)

De tal maneira, o trabalho concreto do Assistente Social é condicionado pela conjuntura do mercado de trabalho, pela natureza, racionalidade e finalidade das instituições empregadoras e pelas demandas singulares de seus usuários. Além destes condicionantes, a ação profissional é mediada pelas dimensões “teórico-metodológicas, ético-políticas, técnico-operativas, investigativa e formativa, sempre de forma articulada”. (HELLMANN, 2008, p.21) Neste sentido, deve ficar claro que:

"A ação profissional é entendida como parte da intervenção profissional e se caracteriza pela operacionalização da vinculação entre a realidade e os pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que fundamentam a profissão. Ou seja, a ação profissional é fundamento para a práxis da profissão (...)". (MANFRINI, 2007, p.56)

"A ação profissional não se refere apenas as atividades efetuadas com os usuários, mas também com os empregadores e os demais profissionais do local de trabalho. Estas intervenções são permeadas por componentes sócio-políticos. O Serviço Social surge e se expande marcado pela contradição fundamental que organiza a sociedade do capital: o caráter cada vez mais social do trabalho e das forças produtivas contraposto à apropriação privada dos frutos desse mesmo trabalho. Portanto, a atuação do Serviço Social é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritas na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional [...] a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge nas próprias relações de poder presentes na sociedade. Esse caráter não deriva de uma intenção do Assistente Social, não deriva exclusivamente da atuação individual do profissional. [...] se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil, e expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como Assistentes Sociais; trata-se de organismos de coerção e de hegemonia que sofrem rebatimento dos combates e da força das classes subalternas na sua luta coletiva pelo esforço de sobrevivência e para fazer valer seus interesses e necessidades sociais. (IAMAMOTO, 2000, p.122)". (HELLMANN, 2008, p.21)

Compreender esta dimensão política torna-se fundamental para entender que a ação profissional pode contribuir para alterar contradições presentes na sociedade, mas que esta não é sua finalidade. De tal maneira, se tem condições de identificar questões peculiares da sociedade capitalista, no qual se pode intervir de forma crítica, mas não utópica.

Em face destas possibilidades, o Serviço Social possui competências específicas, que podem ser compreendidas como qualificações profissionais, que são reconhecidas por lei. Assim a intervenção profissional do Assistente Social pode ser descrita como um conjunto de competências e atribuições privativas expressas na Lei 8.662/1993, de Regulamentação Profissional. “Este conjunto confere atributos técnicos e éticos à profissão” pautados em conhecimentos teórico-metodológicos. (HELLMANN, 2008, p.22)

Estas ações possuem elementos estruturantes e condicionantes, que interferem diretamente nos objetivos e resultados alcançados pela ação desenvolvida. Os elementos estruturantes da ação profissional são discutidos por Hellmann (2008) e também apresentados por Camille dos Santos (2010) a partir do estudo desenvolvido por Miotto (2006) e Lima e Miotto (2009), e aludem:

“Ao conhecimento da realidade, do local onde a ação se desenvolve e também dos sujeitos atendidos; por objetivos que projetam finalidades nas ações; formas de abordagem dos sujeitos atendidos; e por fim, pelos instrumentos técnico-operativos utilizados para a intervenção, apropriados às formas de abordagem definidas e aos recursos auxiliares à implementação da ação. “Todo esse processo se opera com base no planejamento, na documentação e num apurado senso investigativo.” (MIOTTO; NOGUEIRA, 2006, p.281)” (HELLMANN, 2008, p.22-23)

“Os elementos estruturantes da ação profissional constituem-se como aqueles que dão sustentabilidade a toda e qualquer ação, podendo ser: o conhecimento/investigação, o planejamento, a documentação, os objetivos, as formas de abordagens dos sujeitos a quem se destinam as ações, os instrumentos técnico-operativos e outros recursos (LIMA; MIOTTO,

2009)". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.74, NOSSWITZ, 2008, p.52 e LIMA, 2006, p.40)

Camille dos Santos (2010, p.74) explica que o conhecimento/investigação são todos os conhecimentos já construídos e relacionados à realidade, aos sujeitos/usuários da ação profissional e ao próprio espaço institucional, onde se desenvolve a ação dos assistentes sociais. Para a autora "o conhecimento pressupõe a "[...] existência de uma atitude investigativa que permite a compreensão das particularidades existentes nos diferentes campos de exercício profissional, como na definição de ações profissionais que melhor respondam às demandas e necessidades postas pelos sujeitos". (LIMA e MIOTO, 2009, p.37)".

Já o planejamento permite a projeção da própria ação, com base no conhecimento da realidade, e permite definir objetivos, formas de abordagem, do instrumental técnico-operativo a ser usado. "Assim ambos os elementos conhecimento/investigação e o planejamento exigem uma conexão com as matrizes teórico-metodológicas que norteiam o exercício profissional". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.74)

"Assim sendo, planejar a ação profissional garante a possibilidade de um repensar contínuo sobre a eficiência, efetividade e eficácia do trabalho desenvolvido, **articulando as dimensões do fazer profissional** com as esferas ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa (MIOTO; NOGUEIRA, 2006)". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.140)

A documentação também é elencada por Camille dos Santos (2010, p.74) como um elemento essencial, que auxilia em todos os outros, tanto no processo investigativo e de construção do conhecimento, quanto na fase de planejamento, pois como explicam Lima e Mioto (2009) "[...] permite estabelecer novas prioridades, reconhecer as demandas, entre tantos outros, no momento de reflexão crítica da realidade, seja nos espaços sócio-ocupacionais ou de seus processos de trabalhos, a fim de ampliar seus conhecimentos sobre a profissão e a sociedade".

Nosswitz (2008, p.53) complementa:

"Aos elementos já destacados como **estruturantes das ações profissionais**, a autora, destaca as formas de abordagem e os instrumentos técnico-operativos que são viabilizadores dessas ações: 'as formas de abordagem escolhidas para a aproximação com a realidade e com os sujeitos destinatários da ação, articulam-se intrinsecamente aos momentos anteriores, principalmente aos objetivos propostos para a ação. Elas podem ser caracterizadas como: **coletiva, grupal e individual**. Estas são viabilizadas através dos instrumentos como as entrevistas individuais, as reuniões, as assembléias, os encaminhamentos, ou ainda combinações desses instrumentos, como: a visita domiciliar, a entrevista familiar, etc'. (MIOTO, 2007, p.19)".

Com relação aos elementos condicionantes Hellmann (2008) e Camille dos Santos (2010) explicam:

"Os **elementos condicionantes** da ação se encontram nas **condições e relações sociais** historicamente estabelecidas entre organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis para a execução do trabalho, e a articulação do Assistente Social com demais trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.52)". (HELLMANN, 2008, p.23)

"Para Iamamoto (2001, p.94), os **elementos que condicionam a prática profissional** podem ser diferenciados em **internos e externos**. Os primeiros são os dependentes do desempenho profissional, geralmente referidos à **competência** do Assistente Social. Por exemplo, situação que exige uma capacidade técnica de realizar a leitura da realidade conjuntural. E os segundos são aqueles determinados pelas **circunstâncias** sociais na qual a prática profissional se realiza, abrangendo um conjunto de fatores independentes do profissional, porque se vinculam as dinâmicas sociais". (HELLMANN, 2008, p.23)

"Por **elementos condicionantes** tem-se o **projeto profissional**, o qual expressa uma direção ético-política pautada numa concepção teórico-metodológica, e que orienta os profissionais dentro de um projeto societário. Tem-se ainda a **natureza dos espaços sócio-ocupacionais**, uma vez que os espaços de natureza diferentes (público e privado) incidem e condicionam diferentemente os objetivos das ações profissionais e a própria autonomia profissional. E finalmente, as **demandas e necessidades dos usuários** que são condicionadores da ação profissional, pois norteiam os objetivos da ação a ser desenvolvida e desencadeiam o processo no qual se articulam os elementos condicionantes e estruturantes (LIMA; MIOTO, 2009)". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.73, NOSSWITZ, 2008, p.52 e LIMA, 2006, p.40)

Ambos elementos, os estruturantes e condicionantes, influenciam sobremaneira a ação profissional. Os elementos estruturantes da ação profissional "respondem por um conjunto de fatores que caracterizam e qualificam as ações dos Assistentes Sociais", enquanto que os condicionantes "são aqueles dos quais a ação fica dependente para a sua efetivação, estabelecendo o nível de êxito da ação realizada". (HELLMANN, 2008, p.23)

Por fim, cabe destacar que:

"Partindo da combinação desses elementos, **condicionantes e estruturantes**, da ação profissional, tem-se uma **articulação dialética entre as dimensões teóricas, éticas e técnicas**. Assim como toda operacionalização da ação implica na articulação dos conhecimentos entre o universal, o particular e o singular. Significa dizer nas palavras de Yamamoto (2005) que se deve estabelecer uma relação indivíduo/sociedade com as macroanálises e microsituações enfrentadas no cotidiano profissional, através das demandas postas pelos sujeitos singulares ou coletivos". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.74-75)

São a partir das demandas postas pelos sujeitos, vinculadas com os limites, possibilidades do trabalho profissional e com a autonomia

profissional, que se definirão os objetivos da ação a ser realizada. Entretanto, esta leitura só é possível através da investigação e do conhecimento da realidade e das necessidades da população, que se manifestam através das demandas, das condições de vida, dos índices de estudos comprometidos com o social, articuladamente a uma matriz teórico-metodológica e a um projeto profissional.

Portanto, para as autoras Manfrini (2007), Hellmann (2008) e Camille dos Santos (2010) é impossível e impraticável conceber a ação profissional de forma isolada e separada das dimensões éticas, técnicas e teóricas da profissão. Dessa forma, “as ações profissionais se articulam em eixos ou processos interventivos na medida em que se diferenciam ou se aproximam entre si”. Tal estratégia considera a existência de três eixos ou processos interventivos “que podem ser identificados em qualquer campo profissional de inserção de Assistentes Sociais. São eles: os processos político-organizativos, os processos de planejamento e gestão e os processos sócio-assistenciais”. (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.75)

4.3.4.2.1. Eixos e Processos Interventivos da Ação Profissional

Manfrini (2007), Camille dos Santos (2010) e Hellmann (2008, p.23), fundamentadas em Mito (2006), explicam que as ações profissionais estão articuladas em torno de eixos e processos, “os quais estão dialeticamente ancorados na dimensão investigativa, num entendimento claro de que a intervenção só se faz qualificada quando subsidiada pelo conhecimento rigoroso da realidade social”. Estes processos explicitam com clareza a articulação entre conhecimento teórico e prática profissional, e estão ancorados na dimensão investigativa, dividindo-se em: Processos Político-Organizativos; Processos de Planejamento e Gestão; e, Processos Sócio-Assistenciais.

Os Processos Político-Organizativos:

“O primeiro destes eixos abrange os **Processos Político-Organizativos** que correspondem ao conjunto de ações ligadas a **mobilização e assessoria**, visando à **organização e participação** da sociedade civil na garantia e ampliação dos direitos e exercício do controle social”. (MANFRINI, 2007, p.57, LIMA, 2006, p.47)

"Enquadram as ações de **mobilização e assessoria** com a finalidade de **organizar** a sociedade civil e oportunizar a **participação política**, no sentido da luta pela garantia e ampliação de direitos na esfera pública e também para o exercício do controle social. (MIOTO, 2006, s/p.). Ou seja, são aquelas ações correspondentes à defesa da democracia e dos direitos, da cidadania, da socialização da participação política e da garantia do pluralismo, princípios fundamentais estabelecidos pelo Código de Ética do Assistente Social de 1993. (Resolução CFESS nº273/1993)". (HELLMANN, 2008, p.24)

"Para a área conselhistas, os processos **Político-Organizativos** articulam inscrevem-se como 'ações que incrementam discussões e encaminhamentos em direção ao **fortalecimento da esfera pública**'. Nesse processo, o foco principal é 'dinamizar e instrumentalizar a **participação**', respeitando o **potencial político** e o tempo dos sujeitos envolvidos. Suas ações são consideradas como de 'necessidades imediatas', mas 'estão guiadas pela premissa da democratização dos espaços coletivos e pela criação de condições para a disputa com outros projetos societários' (MIOTO, 2007, p.23)". (NOSSWIL, 2008, p.53-54)

"As ações articuladas no eixo ou **processo político-organizativo** privilegiam e incrementam discussões encaminhando-as para a **esfera pública**. Seu foco principal é dinamizar e instrumentalizar a **participação** dos sujeitos respeitando o potencial político e o tempo dos envolvidos. Partem das necessidades imediatas, mas objetivam a médio e longo prazo, a construção de novos padrões de sociabilidade entre os sujeitos, guiadas pela premissa da democratização dos espaços coletivos e pela criação de condições para a disputa de outros projetos societários. Sendo assim, as necessidades postas pelos sujeitos são debatidas em diferentes espaços, com destaque daqueles que se pautam no **Controle Social**". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.75)

Aqui se destacam as ações voltadas ao controle social, como a assessoria em Conselhos de Direito, intervenções em organizações e movimentos sociais e a mobilização, voltada para a construção de reflexões, para a discussão de situações e estímulo à participação e engajamento dos sujeitos políticos, visando sua emancipação e concretização dos direitos sociais. “Nestes espaços, o Assistente Social também contribui para a criação de novos consensos, na medida em que socializa informações subsidiando a formulação de políticas e o acesso aos direitos sociais” além de viabilizar conscientemente “o uso de recursos legais atendendo aos interesses da sociedade” e interferindo paulatinamente na gestão e avaliação das políticas. (HELLMANN, 2008, p.24)

Para esta função necessita compreender a dinâmica da sociedade, as necessidades da população e os interesses em jogo entre Estado e Sociedade Civil, bem como um engajamento ético-político, além do conhecimento de todo aparato legal e dados sobre a realidade em que está inserido. Estes conhecimentos vão subsidiar tanto as suas análises enquanto assessor, como as suas ações diretamente com a população. Assim, torna-se fundamental para a garantia da participação e emancipação “conhecer os sujeitos, explicitar a complexidade e o conjunto de dificuldades que permeiam as demandas encaminhadas ao Assistente Social, e refletir conjuntamente sobre o objeto da ação profissional”. (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.75)

Os Processos de Planejamento e Gestão:

“O segundo eixo desenvolvido por Miotto refere-se aos **Processos de Planejamento e Gestão** desenvolvidos, sobretudo, por profissionais que ocupam cargos **gerenciais** e **administrativos** no âmbito das políticas públicas e demais instituições e empresas, bem como os próprios **planejamentos** em todos os espaços interventivos do assistente social”. (MANFRINI, 2007, p.60)

“Se encaixam as ações exercidas por profissionais ocupantes de cargos de **gerência** e de **administração** no campo da implementação e operacionalização das políticas sociais, no desenvolvimento de **programas, projetos e prestação** dos serviços, em instituições e empresas públicas ou privadas. (MIOTO, 2006, s/p.)” (HELLMANN, 2008, p.24-25)

"O eixo ou processo de **gestão e planejamento** "correspondem ao conjunto de ações profissionais desenvolvidas com enfoque no **planejamento institucional** como instrumento de **gestão e gerência de políticas e serviços**". Dessa forma, estas ações estão ligadas à gestão das diversas políticas sociais das instituições e dos serviços congregadores de tais políticas e **à gestão e ao planejamento de serviços sociais** em instituições, programas e empresas. Objetivam assim, construir práticas efetivas de intersectorialidade ou de gerir as relações interinstitucionais. Já no planejamento profissional as ações buscam sistematizar e racionalizar as ações profissionais (LIMA; MIOTO, 2009, p.41)". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.76, LIMA, 2006, p.47))

As ações de Planejamento e Gestão estão relacionadas também com ações de capacitação de recursos humanos, gestão e avaliação institucional, serviços e atividades profissionais e estão vinculadas diretamente com o conjunto de políticas sociais. São ações que requerem do profissional uma perspectiva interdisciplinar, no relacionamento com outras áreas e profissões, bem como um conhecimento apurado sobre planejamento, gestão, construção, execução e avaliação de projetos, além de um entendimento apurado das necessidades da população usuária destes serviços. Requer um profissional criativo, porém atento com as reais necessidades sociais e possibilidades institucionais, que consegue definir estratégias para o alcance das demandas apresentadas pelos usuários enfrentando as variadas correlações de forças que o rodeiam

Os Processos Sócio-Assistenciais:

"O terceiro eixo ressalta os **Processos Sócio-Assistenciais** que correspondem às ações desenvolvidas no âmbito da **intervenção direta** com os usuários a partir das demandas singulares de cada contexto institucional. Este é um dos eixos que o assistente social mais atua, através das **diversas ações** requeridas pela instituição e diante das demandas trazidas pelos usuários a estas". (MANFRINI, 2007, p.64, LIMA, 2006, p.47)

"Se inserem as **ações realizadas diretamente com os usuários** do Serviço Social no atendimento de demandas singulares, na perspectiva de construção da autonomia destes sujeitos. Abarcam as **ações periciais**, aquelas voltadas para a elaboração de parecer social ou técnico; as **sócio-emergenciais** caracterizadas pelo atendimento em caráter de emergência, relacionado às necessidades sociais dos usuários e das famílias; ações **sócio-terapêuticas**, aquelas desenvolvidas no caso de uma situação de sofrimento, como o alcoolismo, por exemplo, seja ela vivenciada individualmente e/ou em grupo, como a família; e mais, as ações **sócio-educativas** que remetem a informação, ao diálogo e reflexão com os usuários, visando a socialização do conhecimento a respeito do acesso aos direitos, às políticas sociais e também a alteração da situação problema vivenciada pelo sujeito atendido. (MIOTO, 2006, s/p)". (HELLMANN, 2008, p.25)

"Lima e Miotto (2009, p.42) destacam que o **eixo ou processos socioassistenciais**: 'correspondem ao conjunto de **ações profissionais desenvolvidas diretamente com usuários** nos diferentes campos de intervenção a partir de demandas singulares. [...] busca atender o usuário como sujeito, visando responder a essas demandas/necessidades numa perspectiva de construção de autonomia do indivíduo nas relações institucionais e sociais, remetendo-os à participação política em diferentes espaços, dentre os quais se incluem: as próprias instituições, os programas, serviços, conselhos de direitos, movimentos de base sócio-comunitária e os movimentos sociais na sua diversidade'". (p.76)

São nas ações sócio-assistenciais que o profissional estabelece uma relação mais direta e íntima com o usuário, com intervenções que visam o atendimento das necessidades básicas emergenciais ou em maior evidência dos grupos. Neste sentido, as ações sócio-assistenciais possuem um caráter peculiar inerente à imediaticidade, pois trabalha diretamente com a perspectiva da resolutividade em curto prazo, tendo

em vista a situação vulnerável em que se encontram os sujeitos, como de privação e ausência de direitos, que se manifestam na fome, doença, ausência de moradia, educação, dentre outros. Geralmente são situações em que os “direitos estão sendo violados, requerendo ação rápida” e perspicaz do profissional. (HELLMANN, 2008, p.26)

Essa imediaticidade se descaracteriza e alcança outro patamar quando se pensa nos Processos Político-Organizativos e de Planejamento e Gestão, onde ações mediatas encontram espaço e possibilidades, assim como nas ações sócio-educativas, pois há a articulação com outros profissionais e existe a possibilidade de mobilização política, para o alcance a longo prazo do que se almeja, buscando romper com situações emergenciais, reiterativas e de reincidência.

Na visão de Hellmann (2008, p.26):

*“Os processos descritos possibilitam a superação de uma perspectiva unidimensional colocada nos espaços empregadores de Assistentes Sociais. A autora (Mito, 2006) trabalha os processos com a hipótese de que estes oportunizam a **leitura das ações** nos diversos aspectos, considerando que estas passam a ser entendidas como presentes nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e nas áreas em que as ações profissionais se realizam. No bojo dessas considerações afirma-se que, “[...] **a orientação assumida na intervenção implica um conhecimento** que supõe simultaneamente uma concepção de sujeito e objeto, como dos objetivos e de sua operacionalização. Portanto, as ações profissionais incidem sobre um determinado objeto, têm objetivos específicos, realizam-se através de diferentes abordagens utilizando-se de diferentes instrumentos técnico-operativos. (LIMA, 2006, p.48).”*

*“A adoção da perspectiva dos **processos interventivos** enquanto eixos de articulação das ações profissionais pode permitir, segundo Mito (2006), ao estudante e ao profissional **pensar as ações de forma integrada**. A autora destaca que, assim como as ações profissionais não acontecem de forma isolada, os seus processos articuladores também não (...). Enfim, sua hipótese é a de*

que esses processos permitem a **leitura das ações profissionais** sobre diferentes ângulos, permitindo referenciá-las nos diferentes espaços sócio-ocupacionais onde são realizadas pelos Assistentes Sociais (...). As ações profissionais sempre são engendradas por um determinado paradigma, ou seja, por um determinado **construto teórico-metodológico que orienta ético-politicamente** uma categoria profissional em um dado momento histórico". (LIMA, 2006, p.48)

"Miotto (2007, p.114) destaca ainda a importância dos **três eixos ou processos de atuação** e ressalta: 'as ações profissionais devem ser pensadas de forma a **organizar a prática profissional** e de forma que se reconheçam, além das demandas individuais, demandas coletivas. [...] demandas de segmentos majoritários da classe trabalhadora e que além de serem comuns à grande parte dos trabalhadores, também só poderão ser enfrentados coletivamente'". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.76-77)

Pensar a ação profissional sob tal perspectiva permite o aprofundamento da discussão sobre o fazer profissional articulado a referenciais teóricos expressivos. Pois, "qualquer definição de ação profissional é esvaziada e incompleta, caso o seu entendimento não esteja vinculado à dinâmica da sociedade e a da instituição empregadora, tendo em vista que estas incidem decisivamente sobre a atuação profissional do Assistente Social". (HELLMANN, 2008, p.27)

Portanto, a ação profissional vem superando a ação direta com usuários e atuando também em outros patamares, como no planejamento, gestão, assessoria, investigação e formação de recursos humanos, além da participação nos mecanismos de controle social, através dos conselhos, conferências e movimentos sociais. Como em um ciclo, os processos mencionados integram o processo de trabalho dos assistentes sociais, se particularizam e conquistam suas peculiaridades "no contexto das diferentes políticas sociais e orientam o trabalho do assistente social em relação à definição de ações em diferentes níveis. Assim, visam contemplar o movimento da singularidade, particularidade

e universalidade no âmbito profissional, sem o risco das fragmentações”. (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.117)

“Segundo Mioto e Nogueira (2009, p.9) falar das ações profissionais no âmbito da discussão do trabalho do assistente social permite compreender que as mesmas constituem-se como **os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos em ato**. “Ou seja, expressam no momento em que se realizam a apropriação que os profissionais fazem dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos presentes na profissão e no campo das políticas sociais em determinado momento histórico e alinhados a diferentes projetos societários. São as **ações profissionais**, materializando os projetos profissionais que colocam os **diferentes projetos societários em movimento** e, portanto, unicamente podem ser compreendidas processualmente, além de definidas a partir do contexto no qual se realizam e articulam. A articulação se mostra como uma característica fundamental do processo à medida que, nessa concepção, **não é possível pensar em ações isoladas ou deslocadas de seus fundamentos**”. Nesse sentido, há um grande esforço em direção a uma sistematização que possa contribuir para uma condução qualificada das ações profissionais, **pautada no paradigma crítico-dialético**. Assim, “considera-se que o como fazer é peça fundamental para a garantia de uma **relação coerente e dialética entre pensamento e ação** e, conseqüentemente, para consolidar e legitimar o atual projeto profissional” (MIOTO; NOGUEIRA, 2009)”. (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.116-117)

Cabe destacar, ainda, que as principais autoras utilizadas neste contexto são Regina Célia Tamasso Mioto e Vera Maria Ribeiro Nogueira, que discutem com muita propriedade a concepção de ação profissional, tornando-se referência fundamental para tal discussão e destaque para a produção do conhecimento da UFSC.

As principais obras utilizadas como referências para discutir as ações profissionais foram “Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde” de Mioto e

Nogueira (2006), “Ações Profissionais dos Assistentes Sociais: em busca de uma sistematização” de Mioto (2006), “O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional” de Yamamoto (1999), “Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos”, também de Yamamoto (2000), “A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo” de Lima e Mioto (2009), e “As Ações Sócio-Educativas e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica”, de Lima (2006), umas das dissertações analisadas nesta obra e utilizada com bastante frequência por suas colegas de mestrado.

Com relação às áreas de estudo das dissertações que discutem a ação profissional, pode-se citar com maior incidência a área da Saúde, seguida da área de Gênero e Conselhos. As formas de abordagem variavam bastante, porém todas as dissertações discutiam com muita propriedade a concepção de ação profissional, dando um destaque diferenciado à dimensão interventiva da prática profissional de maneira extremamente qualificada e embasada teoricamente.

4.3.4.3. Expressão: Ações Sócio-Educativas

A expressão de ação sócio-educativa é trabalhada com bastante propriedade por Silva de Jesus (2005) e Lima (2006), com abordagens diferenciadas, mas que se complementam.

Para o desenvolvimento da expressão de “ação sócio-educativa” a autora Silva de Jesus (2005, p.10) parte da perspectiva que o Serviço Social:

“nasce e se desenvolve como profissão inscrita na **divisão sócio-técnica do trabalho**, enquanto **especialização do trabalho coletivo (social)**, que só pode ser compreendida mediante o exame das condições e relações sociais historicamente determinadas, que conferem uma direção social ao exercício profissional. É necessário reconhecê-la, também, como uma realidade vivida na e pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso **teórico-ideológico** sobre o exercício profissional”.

Neste sentido, a profissão participa do processo de divisão social e técnica do trabalho coletivo, atuando desde sua gênese no interior dos equipamentos estatais e/ou institucionais, através de ações sócio-

assistenciais, atuando tanto na “criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas” (YASBECK, 2000, p.95) quanto na execução de ações sócio-educativas, que são fortemente tencionadas pela dinâmica contraditória da sociedade. (SILVA DE JESUS, 2005, p.10)

Assim, o assistente social, ao participar da implementação e execução de ações sócio-assistenciais, pode superar a mera prestação de serviços e realizar ações sócio-educativas de cunho político e ideológico. Neste contexto, o profissional de Serviço Social interfere sobremaneira nas relações sociais, principalmente quando realiza uma ação sócio-educativa, “que tanto pode assumir um caráter conservador e moralizador destinado a moldar o *cliente* em sua inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas na sociedade”. (SILVA DE JESUS, 2005, p.10-11) Portanto, compreender o que são as ações sócio-educativas e o cunho político, ético e teórico que ela necessita ter, irá orientar para qual tipo de ação o profissional quer realizar.

Desde sua origem o Serviço Social tem proposto uma ação educativa direcionada às famílias trabalhadoras, porém numa linha moralizante, de “prevenção aos problemas sociais e adaptação social”, de acordo com a postura e pensamento conservador da época. Mas, com o desenvolvimento do Serviço Social, e com as novas exigências postas à profissão, houve um fortalecimento com os compromissos das classes subalternas, “na perspectiva de construção de uma nova sociabilidade, cujo horizonte é a conquista da emancipação humana”. (SILVA DE JESUS, 2005, p.11) Essa radical transformação altera as bases da ação educativa, que avança, ganhando um sentido político-ideológico, teórico-metodológico, ético e operativo.

“Se até meados de 1980, a função sócio-educativa da ação profissional teve como foco atender mais as requisições afeitas aos detentores do capital, para enquadramento das classes subalternas aos padrões de sociabilidade exigida pelo processo de acumulação capitalista, a partir desse período com a revisão dos pressupostos teórico metodológicos da profissão, e no quadro de tensões vividas na realidade brasileira, tais ações ganham um novo redimensionamento. Verifica-se, a partir de então, o estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus

serviços: "relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos numa dupla dimensão: **conhecimento crítico** sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas" (CARDOSO e MACIEL, 2000, p.144)". (NOSSWIL, 2008, p.54-55)

No entanto, apesar das mudanças que ocorreram e da relevância da temática, parece que não há um consenso ou uma clareza conceitual do que sejam ou no que consistem estas ações sócio educativas. Silva de Jesus (2005, p.12) auxilia nesta explicação:

"[...] embora seja um consenso entre os autores que discutem a profissão que o profissional exerce uma **função educativa**, suas discussões não explicitam **em que consistem essas ações**. Desse modo, defendemos a necessidade de **aprofundar o debate sobre as ações sócio-educativas** do Assistente Social, no âmbito do trabalho profissional junto à família. [...] cremos, portanto, que um estudo nesta direção poderá estabelecer elementos para **qualificar as ações profissionais**, principalmente as sócio-educativas e possibilitar a discussão integrada sobre a intervenção numa das áreas mais significativas do Serviço Social".

Geralmente, a ação educativa que o profissional executa é aquela que "incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população", influenciadas por padrões sócio-institucionais. Contudo, a ação sócio-educativa deve ser influenciada também por objetivos e projetos profissionais, por conhecimentos teóricos, éticos e recursos técnico-operativos. (SILVA DE JESUS, 2005, p.27)

De acordo com Nossuil (2008, p.54):

"A função educativa da prática profissional 'caracteriza-se pela incidência das ações profissionais na maneira de **pensar e agir dos sujeitos envolvidos** nas referidas ações, interferindo na **formação de subjetividades** e normas de conduta" (CARDOSO e MACIEL, 2000, p.142). (...) Esta

função de cunho sócio-educativo no **campo ideológico e político** demarca o repasse de informações que podem estar vinculada tanto ao projeto das classes subalternas quanto ao das classes dominantes. Dessa forma as ações profissionais incidem direta ou indiretamente na construção de um determinado **projeto de sociedade**. (...) Ainda no que diz respeito às ações sócio-educativas, estas, "apresentam especificidades quanto aos seus objetivos, uma vez que intencionam o diálogo problematizador e a coletivização de demandas individuais" (MIOTO, 2007, p.23). Esse movimento permite o fortalecimento dos sujeitos como classe organizada".

Neste sentido, falar de ações sócio-educativas é fundamental para pensar o Serviço Social e os movimentos da sociedade, de maneira a entender que educação não é sinônimo de disciplina, tão pouco de coerção, correção, adaptação, normatização, ressocialização e persuasão. É possível pensar em ações sócio-educativas que atendam as demandas e compactuem com os compromissos das classes subalternas, pois é justamente "no movimento contraditório da sociedade que são gestadas 'as condições concretas de desmistificação das relações sociais', fazendo emergir 'elementos de crítica, de negação e superação da ordem estabelecida, sob o ponto de vista das classes subalternas' (CARDOSO e MACIEL, 2000, p.144)". (SILVA DE JESUS, 2005, p.65)

"Assim, as requisições colocadas pelas diferentes classes sociais em luta na sociedade capitalista exigem do Assistente Social, o **desempenho de sua função educativa**. Entretanto, as **possibilidades** de uma prática que busque a defesa e a conquista dos direitos sociais, a constituição da hegemonia das classes subalternas e a construção de uma nova sociedade supõe algum **compromisso e competência** do Assistente Social. "Supõe **compromisso consciente com o projeto societário** das classes subalternas e **competência teórica, metodológica e política** para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação das referidas classes"

(CARDOSO e MACIEL, 2000, p.144)”. (SILVA DE JESUS, 2005, p.65)

No entender de Silva de Jesus (2005) a função educativa dos assistentes sociais, além de ser essencial e primordial, faz parte do projeto ético-político profissional e se manifesta nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. As ações educativas devem favorecer um processo de participação, conhecimento, construção de estratégias, coletivização de demandas, mobilização e controle social, de maneira que os sujeitos usuários dos serviços sociais possam reconhecer suas lutas e buscar o fortalecimento de processos emancipatórios.

“É necessário apostar numa **prática educativa** que não se identifica com a velha postura baseada na mudança de comportamento, em que os profissionais ditam normas de conduta; ao contrário, numa prática que **valorize as dimensões democráticas**, marcada por relações horizontais entre usuários e profissionais e de garantia de direitos”. (SILVA DE JESUS, 2005, p.66)

Isto implica uma mudança de postura profissional, uma mudança na própria constituição do Serviço Social, em sua auto-imagem, seu papel na sociedade, seus objetivos. Significa o rompimento com o conformismo social, com a psicologização que durante tanto tempo serviu de base para a ação profissional. Isto insinua a coletivização de demandas e a busca por uma “nova e superior” cultura.

Aqui Silva de Jesus (2005) com base nas observações de Abreu (2001), ajuda a compreender esta ruptura, pois para a autora a função pedagógica deve romper com a “pedagogia da ajuda”, superar a “pedagogia da participação” e estimular construção e a busca por uma “pedagogia emancipatória”, calcando assim uma ação sócio-educativa inovadora, que pactue com as lutas sociais das classes subalternas, visando a superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade.

“Face ao exposto, observamos que a direção que o Serviço Social imprime as suas ações educativas tem se pautado ora por via de processos coercitivos, morais e disciplinadores, ora numa **perspectiva emancipatória**, com base no novo **projeto ético-político-profissional**. Tais ações têm efeitos

na maneira de **pensar e agir** dos usuários, assim como estão vinculadas a uma dimensão cultural de um determinado projeto societário". (SILVA DE JESUS, 2005, p.72)

Com base nesta perspectiva, Silva de Jesus (2005, p.74) inscreve a sua análise sobre ação sócio-educativa com base em Gramsci⁸³, vinculando-a ao processo de luta de classes pela hegemonia na sociedade e entendendo a educação como “direção intelectual e moral” na busca de uma reforma que alcance uma nova superior cultura.

“Gramsci tem, então, um **projeto pedagógico coletivo, de criação de uma nova cultura**, ou seja, de difundir o bom senso e levar a massa a **pensar**, de modo coerente, sua **própria realidade** e assim apreender a complexidade dos elementos que escapam ao indivíduo particular. (SILVA DE JESUS, 2005, p.84)

Assim, a ação sócio-educativa, na visão de Silva de Jesus (2005), deve possibilitar a construção de experiências democráticas, a politização e conscientização dos usuários, numa relação horizontal entre os profissionais, voltada para a capacitação e reflexão crítica sobre a realidade e a universalização de direitos.

Já Lima (2006) se propõe a falar de ações sócio-educativas a partir da apresentação de debates desenvolvidos por autores do Serviço Social que discutem tal concepção na perspectiva de articulação ao projeto ético-político profissional. Para a autora:

“Para realizar um estudo das ações sócio-educativas deve-se considerar o contexto histórico que forjou o atual projeto profissional, ou seja, reconhecer que a gênese da construção das bases valorativas que compõem o projeto ético-político está localizada nas discussões advindas desde o Movimento de Reconceituação que - ao romper com o paradigma positivista/funcionalista, ao realizar uma **apropriação qualificada da matriz teórica do pensamento crítico-dialético e ao explicitar a intencionalidade da**

⁸³ Aqui Silva de Jesus (2005) utiliza também análises baseadas em Simionatto (1995), Coutinho (1981) e Abreu (2001).

ação profissional, reconhecendo seu compromisso político com a classe trabalhadora - **abriu caminhos para a renovação do exercício profissional**". (LIMA, 2006, p.08)

No bojo dessas considerações, a autora discute as ações sócio-educativas, compreendendo-as como um marco no processo interventivo do Serviço Social, tendo em vista que estas ações podem tanto estar relacionadas com tendências conservadoras e morais, quanto estar voltadas “para a consolidação de um compromisso com a classe trabalhadora de modo a materializar o projeto ético-político”. (LIMA, 2006, p.09). Assim, as ações sócio-educativas:

“são muito importantes no processo de produção/reprodução social pois, mesmo inscrita na dimensão social desse processo, produzem **efeitos reais** na vida dos sujeitos à medida que veiculam determinados interesses de classe (IAMAMOTO, 1999)”. (LIMA, 2006, p.10)

As ações sócio-educativas estão inseridas no âmbito dos Processos Sócio-Assistenciais e necessitam ser discutidas com relação a sua operacionalização nos diferentes contextos e espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Com relação a sua construção teórico-metodológica, a autora denuncia que parece obscura a apreensão de alguns de seus conceitos fundamentais, necessitando também de um aprofundamento. Ela complementa que “a carência dessa construção teórico-metodológica gera dificuldades também na construção de referenciais técnico operativos para as ações sócio-educativas no sentido de materializar o projeto ético-político”, atingindo sobremaneira a profissão. (LIMA, 2006, p.11)

Portanto, Lima (2006) reúne e articula, dentro do paradigma crítico-dialético, diferentes referências teóricas sobre as formas de encaminhamento das ações sócio-educativas, caracterizando-as a partir da identificação destas referências⁸⁴.

Essencialmente, para a autora, o caráter educativo da intervenção profissional:

⁸⁴ Para um maior aprofundamento ler a obra na íntegra.

"pode ser revestido tanto por **tendências conservadoras** advindas do paradigma do "consenso/coerção", como por **tendências pautadas no pensamento crítico-dialético** orientadoras do atual projeto ético-político (IAMAMOTO, 1997). Assim, as mudanças engendradas pela **ação de natureza educativa** tanto podem assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moralizar e adaptar o usuário em sua inserção institucional e na sua vida sócio-político-cultural, como podem estar direcionadas ao fortalecimento dos projetos e reivindicações dos sujeitos, contribuindo para novas formas de relações sociais, para a apreensão crítica dos valores ético-políticos, dos modos de pensar e agir que condicionam os sujeitos no capitalismo através da defesa dos direitos, da justiça, da liberdade, da autonomia e da democracia (YAZBEK, 1999; CARDOSO; MACIEL, 2000)". (LIMA, 2006, p.16)

Portanto, a concepção defendida por Lima (2006) assenta-se na apreensão de que a ação profissional possui um cunho educativo privilegiado, que se pauta no estabelecimento de inovadoras, críticas e propositivas relações entre profissionais e usuários, afirmando um compromisso com a classe trabalhadora na perspectiva de transformação social. Visa "a transformação dos conteúdos da consciência, no qual se modifica a compreensão da realidade social de modo a compreender a sociedade capitalista", e neste sentido, reconhecer a totalidade histórica presente na contradição capital x trabalho. A ação sócio-educativa visa, ainda, "a modificação da conduta do sujeito", mas não em uma abordagem moralizante e individualista/particularista, mas sim a partir da construção de uma "conduta coletiva enquanto ação organizada em torno dos interesses da classe trabalhadora". (LIMA, 2006, p. 23)

Deste modo, "o caráter educativo/ideológico da ação profissional se constrói como ação/reflexão sobre a realidade", e implica em uma ação coletiva pautada em uma investigação da realidade, que gera uma modificação da consciência, que pode resultar em transformação do meio em que se vive e no controle dos sujeitos pelo seu próprio desenvolvimento. (LIMA, 2006, p.25-26)

"Assim, a "ação de cunho sócio-educativo" refere-se a uma **ação ampla** junto aos sujeitos e que está inscrita na "dimensão social da profissão, incidindo no **campo do**

conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura e produzindo efeitos reais na (re)produção da vida dos sujeitos apesar dos seus "resultados nem sempre se corporificarem como coisas materiais" (IAMAMOTO, 1999, p.67). Portanto, os Assistentes Sociais também trabalham no aspecto do **ideal/simbólico**, isto é, com as representações sociais referentes aos serviços sociais, transformando essas representações sociais para que os sujeitos passem a agir diferentemente no mundo (PINTO, 1998)". (LIMA, 2006, p.27)

No entanto, esta clareza conceitual não é uma realidade na produção teórica da profissão. De uma maneira geral, Lima (2006) identificou em sua pesquisa que a compreensão do significado da ação profissional, das ações sócio-educativas e da própria dimensão técnico-operativa, enfrenta uma imprecisão semântica, com múltiplas denominações e significados que podem gerar interpretações e práticas diferenciadas. "Há obras que além de coexistirem várias denominações, muitas dessas denominações fazem referência a conceitos diferentes cujos significados ficam, na maioria das vezes, implícitos", o que de certa forma pode induzir o leitor "a compreender como sinônimos conceitos muito diferentes". (LIMA, 2006, p.98)

Neste sentido, há uma dificuldade de denominar e até compreender o caráter educativo da ação profissional, o que exige o aprofundamento conceitual e um direcionamento claro e preciso de tal expressão. Há também uma dificuldade em definir os objetivos da ação sócio-educativa, confundindo e mesclando com o conteúdo específico a ser trabalhado, ou seja, com a descrição da própria ação. Isso quando não são confundidos os objetivos da ação sócio-educativa com os objetivos da própria instituição em que está vinculado, garantindo muito mais a funcionalidade do serviço, do que os propósitos do próprio Serviço Social.

No entanto, pode ser verificado, no desenvolvimento de sua pesquisa, uma forte vinculação das ações sócio-educativas com o projeto ético-político profissional, ou seja, com perspectivas e conhecimentos teóricos, e uma constatação de supervalorização do coletivo em detrimento do individual, como espaço privilegiado para o alcance do projeto profissional. Neste sentido, pode-se apreender que há uma pluralidade de ações profissionais, de diferentes naturezas, com

diferentes objetivos, e realizada de diferentes maneiras, destacando-se, neste processo, a mobilização e organização.

De maneira geral, Lima (2006) identificou em sua pesquisa, que as ações sócio-educativas objetivam: a organização das classes subalternas; socializar conhecimentos; a participação na construção da hegemonia; o fortalecimento dos espaços de gestão pública; a construção de um processo educativo que propicie a constituição de um projeto coletivo; o esclarecimento e prestação de informações sobre direitos, bem como estimular o controle, a participação e a fiscalização de políticas sociais; a realização de assessorias a entidades comunitárias; o incentivo a discussão democrática; o esclarecimento e orientação a usuários, visando à satisfação de suas necessidades e resgate de seus direitos, e; o estímulo aos usuários, para realização de crítica e reflexão sobre sua realidade e sobre o contexto que estão inseridos.

Quanto às suas características, estas variam de acordo com os objetivos definidos e às demandas individuais e coletivas. No âmbito coletivo, as ações sócio-educativas são realizadas “junto às organizações da sociedade civil e socializam diferentes informações, permitindo a construção de uma agenda pública de reivindicações por Direitos, no exercício do controle social e na ampliação da esfera pública”. (LIMA, 2006, p.111). Já no âmbito individual, as ações são realizadas especialmente em espaços institucionais, através de intervenções diretas e focadas nos usuários.

Com relação aos elementos técnico-operativos, Lima (2006, p.119) afirma que estes são entendidos como “os procedimentos que estão mais próximos da operacionalização das ações profissionais, tratam-se das abordagens, dos instrumentos e das técnicas utilizadas” pelos profissionais na viabilização da prática. Em sua pesquisa, a autora identificou: *abordagens* – individual e grupal/familiar, e grupal e coletiva; *instrumentos* – entrevista, visita domiciliar, reuniões, assembléias e linguagem; *técnicas* – coordenação de grupos, técnicas de dinâmicas de grupos, psicoterapia de grupos; *recursos para operacionalização da ação sócio-educativa* – folheto educativo, encenações, teatros, músicas, trovas, versos, desenhos, palestras, cartazes, folders informativos, slides e vídeos.

“Observa-se ainda que os autores também enfatizam a necessidade de desenvolver uma **postura investigativa** que oportunize o contínuo **conhecimento/investigação** tanto referentes às macro-análises sobre a realidade quanto às

particularidades que envolvem os espaços sócio-ocupacionais e os sujeitos destinatários das ações profissionais. Aliados a postura investigativa estão o **planejamento** e a **documentação**". (LIMA, 2006, p.122) (Grifo nosso)

No que concerne ao referencial teórico que ilumina e fundamenta a ação sócio-educativa, Lima (2006) elenca as principais correntes que influenciam esta expressão com base no atual projeto ético-político. A identificação pela autora se deu através da apreensão de categorias e conceitos. Dentre as referências teóricas identificadas que mais se destacam em sua pesquisa, estão as influências das bases gramscianas – de Antônio Gramsci, da concepção de empowerment – de Vicente de Paula Faleiros, e da proposta freireana – de Paulo Freire.

No ensaio de sua própria caracterização, Lima (2006, p.152) explica que as ações sócio-educativas perpassam os três eixos e processos interventivos elaborados por Miotto (2006), no entanto, “apresentam características diferentes quando vinculadas a cada um deles porque são referenciadas a demandas diferentes e objetivos diferentes, embora compartilhem a mesma finalidade”. O conteúdo das ações somente é definido em relação à demanda e do marco teórico escolhido, “sendo eles os definidores do processo de desenvolvimento dessas ações”. De grosso modo:

“As **ações sócio-educativas**, nos **processos interventivos** destacados, **intentam**: **viabilizar** informações/conhecimentos acerca dos Direitos e da realidade; **demonstrar como** acionar Direitos, políticas e serviços sociais; **instruir a ter** Direitos/**como** buscar novos Direitos. Desse modo, entende-se que o **processo educativo** é toda a **experiência** na qual as pessoas **mudam** a sua maneira de **compreender** o mundo e os homens, **enriquecendo** sua maneira de encarar a si mesmas, os outros e a realidade, ao mesmo tempo em que envolve a **conquista** de novas forças, novos instrumentos para **transformar** a realidade vivenciada. (...) Com isso, o Assistente Social pode ser concebido como um educador desse *processo*, pois parte do usuário entendendo-o como sujeito do seu próprio caminhar no mundo e como tal co-

responsável pelo seu conhecimento.” (LIMA, 2006, p.153-154)

Assim, Lima (2006, p.129) conceitua, problematiza e apresenta tendências bibliográficas com relação às ações sócio-educativas, tendo como base a “construção e consolidação de uma ‘pedagogia emancipatória pelas classes subalternas’”, e nesta nomenclatura a “transformação é reconhecida como componente essencial dessa ação”, iniciando um processo de “conscientização pautado na apreensão crítica da realidade”, de maneira a conquistar o “fortalecimento da autonomia dos indivíduos”, através da organização e mobilização social. Para a autora aprofundar a expressão de ação sócio-educativa é imprescindível, tendo em vista que:

“considera-se relevante apreender **como** tem se estabelecido, no contexto do debate do Serviço Social, **a relação entre pensamento e ação**, tendo a ação sócio-educativa como sua **mediadora**, entendendo o **como fazer** como fundamental para garantir essa relação e **consolidar** a legitimidade do atual **projeto profissional**”. (LIMA, 2006, p.137)

Assim, fica claro e exposto a forte articulação entre os conhecimentos teóricos para a prática profissional, tendo como precursora a ação sócio-educativa, legitimamente pensada, planejada e teorizada.

Como principais autores que fundamentaram a expressão de ação sócio-educativa, pode ser destacado o papel de Marina Maciel Abreu, Carlos Nelson Coutinho, Ivete Simionatto, Antônio Gramsci, Vicente de Paula Faleiros e Paulo Freire. Sem dúvida, nesta expressão o caráter político-ideológico possui destaque diferenciado, mas não anula a dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa.

Com relação às obras que mais se destacaram pode-se citar “A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira” de Abreu (2000), “Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional”, também de Abreu (2001), “Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social” de Simionatto (1995), “Pedagogia do Oprimido” de Freire (1987), “Saber Profissional e Poder Institucional” de Faleiros (1985), dentre outros.

No que concerne às áreas de estudo vinculadas à expressão de ação sócio-educativa, foram destacadas duas: famílias e ações sócio-educativas. A dissertação de Lima (2006) tem um caráter especial, pois toda sua obra se dedica a expressão defendida. Ou seja, há uma riqueza muito grande em conceituar e problematizar esta nomenclatura, pois toda a obra é dedicada a desvendá-la em seus pormenores. As duas obras se debruçam em uma perspectiva crítica, e elegem a emancipação humana e transformação social como categorias centrais para tal discussão.

Sem dúvida a expressão de ação sócio-educativa teve um tratamento diferenciado, pois o nível de discussão alcançado se supera, indo além de descrições bibliográficas, mas oferecendo caracterizações próprias, como a defendida por Lima (2006). Contudo, é reconhecido a necessidade de aprofundamento desta perspectiva, principalmente agora, num momento de ruptura com o conservadorismo que impregnava tal perspectiva, e num cenário de novas possibilidades para o Serviço Social.

4.3.4.4. *Expressão: Acolhimento*

A expressão de *Acolhimento* é resgatada por Chupel (2008), que a compreende e sistematiza como uma configuração qualificada da prática profissional, que visa informar, conhecer as demandas dos usuários e desenvolver a escuta qualificada. O acolhimento é uma forma específica de pensar a intervenção profissional, e segundo a autora possui diversas compreensões e interpretações que dependem dos fundamentos teóricos que a norteiam.

Neste sentido, para Chupel (2008, p.124):

"Apontar os fundamentos é problematizar as matrizes de pensamento que exercem influências sobre o acolhimento. É tentar situar as **dimensões** que constituem o fazer **profissional e relacioná-las às concepções teóricas**, às visões de mundo que se tornam referência para que o acolhimento seja pensado e compreendido. Colocar em debate estes diferentes fundamentos é oportuno para esclarecer que não existe hegemonia, ou seja, as definições sobre o acolhimento não possuem uma mesma fundamentação teórica, e isso implica em **compreensões**

diferentes de um mesmo objeto, cujo pano de fundo depende do **conhecimento** de cada profissional”.

A partir desta compreensão, a expressão e significado do acolhimento não pode ser pensado desvinculado de um conhecimento teórico, e nem desvinculado do fazer profissional dos assistentes sociais. Chupel (2008, p.124) apresenta quatro bases fundamentais que sustentam o agir profissional para a realização do acolhimento, quais sejam: “o conhecimento oriundo da formação interdisciplinar do Assistente Social; o conhecimento das particularidades e normativas do campo da saúde; a apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão; e as exigências do Código de Ética da profissão”.

Os conhecimentos oriundos da formação interdisciplinar do assistente social são aqueles socialmente acumulados e relacionados a outras ciências que são utilizados para subsidiar a prática profissional. Os conhecimentos particulares do campo da saúde são aqueles vinculados aos princípios da Política da Saúde, da Reforma Sanitária, pautados na democratização, universalização dos direitos sociais, numa perspectiva de integralidade, onde a prática do acolhimento acontece com maior evidência. Estes conhecimentos, aliados aos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e com o Código de Ética, permitem reconhecer o usuário como cidadão, “como um ser político, sócio-histórico, que pertence a uma sociedade desigual e que se encontra envolto por uma rede de relações sociais e institucionais”, numa perspectiva de totalidade. (CHUPEL, 2008, p.127)

São estes elementos teóricos e a própria formação profissional que vão fundar e embasar a expressão de acolhimento e a sua própria operacionalização.

“Como pondera Iamamoto (1998), as bases **teórico-metodológicas** consistem nos recursos essenciais para o Assistente Social ao exercer seu trabalho, uma vez que elas iluminam a leitura da realidade. Assim, entende-se que “o conhecimento não é um *verniz* que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de **conhecimentos e habilidades** adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios

de trabalho" (IAMAMOTO, 1998, p.63)". (CHUPEL, 2008, p.135)

Nesta expressão a exigência do conhecimento teórico-metodológico é eleita como uma necessidade fundamental, a fim de que seja possível interpretar criticamente o contexto do trabalho profissional, para realizar a leitura de conjuntura – pensada em uma perspectiva de totalidade, que transite da esfera profissional e institucional para a esfera macro, articulada aos anseios dos usuários.

A expressão de acolhimento deve ser pensada a partir das perspectivas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, pois estas interferem sobremaneira na qualidade da intervenção. Neste sentido, todo esse movimento depende, sobretudo, da concepção teórica, ética, ideológica, política que se pode ter, que irá atribuir significado e ampliar as possibilidades de reflexão e também da postura profissional.

São estes conhecimentos, associados e articulados, em consonância com um projeto ético-político, que permitem que o exercício profissional seja realizado mediante um referencial crítico e politizante, “conformando o conteúdo das ações profissionais com a união entre a teoria e a prática”. (SEABRA, 2008, p.146) É no processo interventivo que os assistentes sociais colocam em evidência todo o potencial de leitura da realidade, evidenciam os conteúdos utilizados para compreendê-la e desprendem ações altamente qualificadas, como o acolhimento.

E a valorização daquilo que se realiza na prática “faz reverberar o que a profissão possui de mais rico, que é a própria intervenção”. (CHUPEL, 2008, p.150) Mas não qualquer intervenção, mas sim uma intervenção qualificada e acolhedora, que desenvolve com competência o ouvir, o receber, o informar, de maneira a potencializar os sujeitos usuários de seus serviços através de uma relação de horizontalidade, respeito e consciência.

O significado de acolhimento apresentado por Chupel (2008) o define como postura, como técnica e como princípio de orientação a serviços que só encontra fundamento e legitimidade se articulado a um conhecimento teórico. Sua exposição possui um viés crítico predominante, voltados especificamente para a área da saúde. Aqui o debate em torno da integralidade ganha destaque, de maneira a complementar a expressão de acolhimento, pois visa o desenvolvimento de práticas que visem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, a

qualidade do atendimento prestado, que deve ser necessariamente calcado em bases teóricas.

Com relação à fundamentação teórica, destacam-se autores como Hélder Boska de Moraes Sarmento, Vera Maria Ribeiro Nogueira, Regina Célia Tamaso Mioto, Marilda Vilella Iamamoto e Patrícia Freitas Schemes Assumpção, esta última mestre formada pela UFSC. Dentre as obras que se destacaram, podem ser citadas “Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão” de Sarmento (1994), “Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS – e as exigências para os Assistentes Sociais” de Mioto e Nogueira (2006), “O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional” de Iamamoto (1998), e “A integralidade em saúde e o debate do Serviço Social”, de Assumpção (2007).

O debate em torno do acolhimento, sem dúvida, foi apresentado com muita qualidade por Chupel (2008). Contudo, seria relevante o seu aprofundamento, principalmente relacionado a outras áreas de estudo, pois esta prática não se dá apenas no âmbito da saúde, mas também ocorre em diferentes espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, merecendo ser desvelada, debatida e analisada.

4.3.4.5. Expressão: Intervenção Profissional

A expressão de intervenção profissional perpassa várias dissertações, mas é apresentada com maior enfoque e propriedade por Geusina da Silva (2006), ao analisar a intervenção do assistente social na região de fronteira. Para a autora:

“Discutir a **intervenção profissional** requer uma inflexão **além do imediato** dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, nos quais os rumos ético-políticos da profissão são colocados em xeque face a um Estado de Direito que garante um mínimo de justiça social, frente às necessidades imediatas da dor, sofrimento e risco de morte, pela falta de condições objetivas e satisfatórias de reprodução da vida, acentuadas devido às práticas racionalizadoras do projeto neoliberal que prevê um mínimo para o social e um máximo para o mercado (PEREIRA, 2003)”. (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.12)

Manfrini (2007, p.12), também se apropria ligeiramente desta expressão, ainda que esta não tenha sido sua nomenclatura fundamental de análise, e explica o porquê desta escolha, como pode ser observado no trecho a seguir:

"Utilizaremos o termo **"intervenção profissional"** com o sentido de exercício da profissão, considerado em seus **aspectos da prática** em si e do entorno da sociedade como parte também desta intervenção, em contraposição ao termo "processo de trabalho" em razão deste, ser alvo, atualmente, de discussões por diferentes grupos, as quais, não pretendemos explorar neste trabalho, para não reduzir sua importância. Mas compreendemos que o assistente social está inserido em diferentes **processos de trabalho** conforme a natureza da instituição".

Para Geusina da Silva (2006, p.13) o debate sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais não pode vir desarticulado das transformações societárias que ocorrem na sociedade, que influenciam sobremaneira o seu trabalho. E enquanto trabalhadores inseridos nesta ordem, os profissionais realizam suas intervenções "no enfrentamento e combate das mais diversas expressões da questão social, esclarecendo e orientando a população sobre os seus direitos sociais, efetivados por meio de políticas sociais através do Estado".

A inserção dos assistentes sociais junto às políticas sociais lhe rendeu, de acordo com Netto (1992), a denominação de executores terminais de políticas sociais. No entanto, com a expansão do mercado de trabalho e aprofundamento das expressões da questão social⁸⁵, essa função vem sendo ampliada, exigindo dos profissionais novas funções sócio-ocupacionais, como na formulação, execução, avaliação e gestão de políticas, programas e projetos sociais.

⁸⁵ "É necessário apreender, no marco do avanço das teses neoliberais, que a base de intervenção profissional à questão social vem sofrendo inflexões que determinam e exigem novas formas de pensar e de fazer profissional. Estas se organizam em torno da flexibilização do mercado de trabalho, acompanhado da desregulamentação dos direitos trabalhistas, da competitividade e das terceirizações, que estimulam maior produção em menor tempo com baixo custo, num contexto em que emerge o trabalhador polivalente convidado a exercer várias funções em troca de um mesmo salário". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.110)

"Tais transformações, além de **ampliar os espaços e funções ocupacionais** dos assistentes sociais, têm exigido um perfil profissional **crítico, propositivo, criativo**, capaz de formular respostas coerentes para as diversas realidades e expressões da questão social, numa perspectiva de reconhecimento dos direitos, pressupondo a elaboração de políticas sociais voltadas aos interesses dos cidadãos, não somente na condição de usufruto dos direitos, mas também na sua construção". (GEUSINA DA SILVA, 2010, p.13-14)

Neste sentido, a intervenção profissional dos assistentes sociais vem encontrando rebatimentos e contradições, que precisam ser compreendidas e postas à prova, a fim de que se reconheça os limites e entraves que impossibilitam a defesa e efetivação dos direitos sociais e a ampliação da cidadania, bem como a revelação das possibilidades e riquezas contidas nesta intervenção. Essas questões exprimem os dilemas ético-políticos que afetam o Serviço Social, e por isso precisam ser incansavelmente debatidas, desveladas e reprogramadas, no sentido de garantir a materialização dos princípios, valores e prerrogativas do projeto ético-político profissional.

De acordo com Geusina da Silva (2006, p.127) a "intervenção, ação ou prática profissional do assistente social tem merecido, desde a segunda metade dos anos 1990, um instigante debate no interior da categoria, dado o descompasso entre as produções teóricas e o fazer profissional". Ou seja, para a autora fica claro que não se encontram, com facilidade, aportes teóricos significativos no plano do fazer profissional, e esta lacuna justifica a sua preocupação em discutir a intervenção profissional.

"Essa tem sido uma discussão que vem reclamando ênfase e destaque por se tratar da competência pela qual se materializa a especialidade da profissão e que confere **legitimidade técnico-operativa** ao Serviço Social, enquanto uma profissão que intervém no social, com as demais profissões. (...) Observa-se que o *imbróglio* da profissão tem sido justamente **expressar** clara e precisamente **o que** o assistente social **faz**, para **quem** faz e **como** faz, de forma objetiva e distanciada das erudições teoricistas,

pois estas nem sempre retratam com objetividade as ações operacionalizadas nos espaços sócio-ocupacionais". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.127)

Com esse propósito, a autora caracteriza a intervenção profissional de assistentes sociais atuantes na fronteira a partir de suas compreensões sobre a mesma. Ou seja, "as análises produzidas têm como ponto de partida o exercício profissional, ou seja, como os profissionais conceituam ou teorizam a sua ação". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.127)

Como resultado da análise, a autora sintetiza:

"Os assistentes sociais atuantes no Sistema Público de Saúde de Foz de Iguaçu compreendem a **intervenção profissional** como a **ação** real efetuada junto ao usuário, na prestação de serviços sócio-assistenciais, com um propósito de resguardar, assegurar ou viabilizar o direito à saúde, reivindicado pelos sujeitos individuais e coletivos. Apreendem ainda que a intervenção profissional é constituída por diversas etapas, tais como: planejamento, avaliação, reflexões e registros, nem sempre levadas em conta devido a emergência e imedaticidade das solicitações demandadas pelos sujeitos que residem no entorno da fronteira". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.127)

Os depoimentos a seguir evidenciam com maior clareza esta observação:

"A **ação, atuação, o exercício, é o ato em si da intervenção** profissional, seja ele no aspecto do atendimento ao usuário, seja no aspecto do planejamento, da elaboração, do pensar, do avaliar, atuando nas políticas sociais, expressões da questão social, na assessoria aos conselhos, movimentos ou na coordenação (SS, 2006)." (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.127-128)

"A **intervenção** profissional é a **ação** que ocorre junto aos usuários com o propósito de garantir e/ou viabilizar os seus direitos de cidadãos. Passa por diversas etapas:

planejamento, execução e avaliação; tanto a nível individual quanto no plano coletivo (CS, 2006)". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.128)

Com base nestas compreensões, Geusina da Silva (2006, p.128) indica que “há uma percepção de que a intervenção profissional do assistente social é o ato pelo qual, por meio de estratégias e instrumentos, efetiva atendimentos com o intuito de viabilizar ou resguardar o direito à saúde daqueles que os reivindicam”. Neste sentido, há um cunho ético-político presente nas observações, que orienta em favor da defesa intransigente dos direitos humanos, no sentido da garantia e viabilização dos mesmos.

“Pode-se afirmar que os assistentes sociais apreendem a intervenção profissional como **parte de um trabalho coletivo** que, através da prestação de serviços sociais, atendem as necessidades sociais dos usuários das políticas, programas e projetos sócio-assistenciais. Estas ações são operacionalizadas por meio de **práticas sócio-educativas**, com orientações **político-ideológicas** que indicam um caminho ético e político, interferindo na reprodução das condições de vida de grandes segmentos populacionais (IAMAMOTO, 2006, p.21)". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.128)

Para estes profissionais a intervenção é delineada e influenciada diretamente pelos espaços ocupacionais, com base nas características e particularidades da região da fronteira. A intervenção se resume, essencialmente, em duas ações principais: a identificação ou compreensão de como se dá o atendimento ao estrangeiro ou ao brasileiro residente; e como sensibilizadora de direitos, que é justamente o esclarecimento sobre os direitos existente e como estes podem ser acessados. Os próprios profissionais reconhecem, que muitas vezes, nesta linha interventiva, “estas ações não resultam em retornos expressivos ou significativos para os usuários que procuram seus serviços”. (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.128)

Assim, a intervenção profissional é compreendida e executada, muitas vezes, no seu sentido mais minimalista e esvaziado, como demonstra o depoimento a seguir:

"A nossa **ação profissional** é quando nós atendemos em nossos locais de trabalho. Ela fica bem marcada pela **falta de definição** que a gente tem de como atender na área de fronteira, de como atender o estrangeiro, de como atender o brasileiro que mora no Paraguai. Fica marcada a nossa prática pela **falta de uma política** de atendimento para essas pessoas e, também, **falta de estudos nossos**. A gente trabalha na realização da ação, mas a gente **não trabalha com planejamento** de atendimento, não trabalha com montagem de programa. Fica uma coisa de cima para baixo e vem sem uma definição, sem ter uma política de atendimento para esse brasiguai que está todo dia de frente no nosso atendimento (SS, 2006)." (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.128)

A intervenção profissional, pensada neste sentido "apresenta uma dissonância entre teoria e prática, o que leva à inserção de forma acrítica na área da saúde sem resultados e retornos significativos para os usuários dos serviços sociais". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.139) A intervenção não pode ser polarizada e delimitada pelo espaço sócio-ocupacional que o profissional está inserido, e nem pode ser pensada como a ação específica ao usuário, a ação em si. Ela deve ter dimensões e rumos teóricos, éticos, políticos e operativos que unifiquem o direito a um patamar universal e a ação a uma perspectiva de equidade.

"Desta forma, a premissa fundamental para que o assistente social tenha êxito nas intervenções profissionais na região de fronteira é a **re-construção das competências**, apreendendo as transformações societárias e os rearranjos presentes no capitalismo tardio, articulando-as às situações emblemáticas que permeiam esse espaço. Isto permitiria a elaboração de **respostas mais qualificadas**, do ponto de vista **técnico-operativo** e mais legitimadas, do ponto de vista **sócio-político**, para as situações que se apresentam no cotidiano institucional (MIOTO E NOGUEIRA, 2006)". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.139)

Assim, Geusina da Silva (2006, p.146) explica que há uma grande dificuldade dos assistentes sociais compreenderem o real significado da ação profissional, “expressando uma não identificação dos dilemas ético-político e técnico-operativo presentes na intervenção profissional”, de maneira a não compreender as dimensões presentes e necessárias à prática profissional do Serviço Social.

Portanto, o debate acerca da intervenção profissional do Serviço Social deve aspirar à ampliação:

“[...] de uma **autoconsciência** dos profissionais em relação ao seu trabalho. E mais do que isso permite **ultrapassar** aquela **visão isolada da prática** do assistente social como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um **conjunto de determinantes** que interferem na configuração social desse trabalho (dessa prática) e lhe atribuem características particulares. Parece ser um caminho fértil para o enriquecimento do debate (IAMAMOTO, 1999, p.70)”. (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.111-112)

Com base em tal prerrogativa, pode-se inferir que a expressão de intervenção profissional “não existe e não pode ser pensada a priori, pois faz parte e deve ser construída no movimento do real, apreendendo os diferentes determinantes e condicionantes que a particularizam num dado espaço institucional vinculada aos interesses mais amplos presentes e em disputa” no contexto em que está inserido. (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.116) Neste sentido, a autora Geusina da Silva (2006) se apropria da concepção de ação profissional desenvolvida por Mioto (2001), por compreender que ele está presente na intervenção profissional e a enriquece e completa.

Os autores José Paulo Netto, Marilda Vilella Iamamoto, Vera Maria Ribeiro Nogueira e Regina Mioto mais uma vez se destacam no desenvolvimento de uma concepção da prática profissional, em conjunto com Potyara Pereira, Yolanda Guerra e Sâmya Rodrigues Ramos.

No que concerne às obras que mais se destacaram para a expressão de intervenção profissional, podem ser citadas “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no pós-64” de Netto (1992), “O Serviço Social na Contemporaneidade” de Iamamoto (1999), “Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS – e as exigências para os assistentes sociais” de Mioto e Nogueira (2006), “Serviço Social

e Intervenção Profissional: contribuições para o debate da dimensão técnico-operativa” de Mioto (2001), “Intervenção Profissional: legitimidades em debate” de Nogueira (2005), e “O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate” de Guerra (2005).

Em suma, a expressão de intervenção profissional, apesar de ser trabalhada com mais propriedade por apenas uma dissertação, perpassa corriqueiramente quase todas as obras. Está relacionada diretamente com o fazer profissional do Serviço Social, como dimensão específica dessa profissão, merecendo destaque e aprofundamento, como as demais expressões e concepções apresentadas até aqui.

Assim como as demais, só pode ser pensada vinculada a um conhecimento teórico, e possui dimensões específicas que lhe atribuem sentido teórico, metodológico, ético, político, ideológico e operativo, como pode ser observado no tópico a seguir.

4.3.5. As Dimensões da Prática Profissional

Nas múltiplas concepções e expressões apresentadas, as dimensões da prática profissional são resgatadas e indicadas como fundamentais neste processo de articulação entre teoria e prática. Fazem parte da formação profissional do Serviço Social e são compreendidas como o arcabouço de conhecimentos, habilidades e competências profissionais que constituem, em sua totalidade, a prática profissional. São elas:

- ***Competências Teórico-Metodológicas***: implicam dotar a prática de conhecimentos teóricos e metodológicos, buscando iluminar a prática a partir da compreensão da realidade onde será realizada a intervenção, a partir de categorias de análise que dê sentido e significado às ações a serem executadas e que vincule ações específicas à dinâmica de totalidade da sociedade.

- ***Competências Ético-Políticas***: implicam na compreensão, tradução e aplicabilidade dos conhecimentos éticos e políticos presentes na lei de regulamentação e código de ética profissional na ação a ser executada. Consistem na capacidade de traduzir no posicionamento profissional as orientações do Projeto Ético-Político do Serviço Social, de maneira a influenciar mudanças de atitudes, maneiras de operar a prática, totalmente imbuídas de preceitos éticos.

- ***Competências Técnico-Operativas***: consistem na escolha de técnicas e instrumentos utilizados pelos profissionais para executarem a

ação direta com o usuário. São extremamente necessários à intervenção e refletem a orientação teórica, ética e política adotada pelo profissional.

Todas as competências são desenvolvidas na prática profissional de forma articulada, e da mesma maneira precisam ser pensadas e problematizadas. São de extrema importância para o cumprimento efetivo das atribuições dos assistentes sociais e para uma intervenção de qualidade.

Os trechos a seguir, extraídos literalmente das dissertações, indicam a postura das pesquisadoras e evidenciam com clareza a relevância destas dimensões constitutivas da prática profissional:

"Pensar o Serviço Social como trabalho implica considerá-lo nas **dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa**, o que possibilita dar amplitude, visibilidade e concretude ao **projeto ético-político** profissional, que vai incidir diretamente no trabalho profissional (...)".(SEABRA, 2003, p.16)

"A dimensão **técnico-operativa** desenvolvida na sua essência capacita o profissional a efetivar a razão de ser da profissão, ou seja, um profissional capaz de formular e executar propostas, administrar, avaliar, tomar decisões, estabelecer prioridades, negociar, escolher alternativas, responder às demandas tradicionais e emergentes; enfim, ser um profissional propositivo muito além de executivo". (SEABRA, 2003, p.45)

"Considerar que a ação profissional sistematiza no processo da sua operacionalização a vinculação entre a realidade e os pressupostos **teórico-metodológico e ético-político**, implica compreender determinada profissão como "**córus teórico e prático**, condensando projetos sociais [...] articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais" (NETTO, 1996, p.89)". (LIMA, 2006, p.29)

"Assim, o movimento que se tem em mente consiste na **articulação dialética das três dimensões** referidas ao Serviço Social (**teórica, ética e técnica**) e considera o **conhecimento/investigação** da realidade na qual se

intervém, o planejamento e a documentação do processo de trabalho, as formas escolhidas de abordagens dos sujeitos a quem é destinada a ação, bem como dos instrumentos técnico-operativos e outros recursos implicados na ação". (LIMA, 2006, p.152)

"O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão eminentemente interventiva, tendo os assistentes sociais a tarefa de responder às demandas sociais cotidianas através da competência. Essa natureza interventiva da profissão exige dos profissionais a utilização de **instrumentos e técnicas**, articulados com as dimensões: **teórica, ética, e política** que compõem o exercício profissional". (PINHEIRO, 2005, p.98)

"Neste cenário, a ação profissional do assistente social precisa ser urgentemente repensada, não somente enquanto um arsenal de instrumentos, métodos e técnicas de abordagem e intervenção na "questão social", mas também como um elemento central calcado na **competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa** que ultrapassam o teorismo, o militanteismo e o tecnicismo (IAMAMOTO, 1999, p.53)". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.110)

"É necessário associar a atuação profissional a um rigoroso trato e **domínio teórico-metodológico** para apreender a dinâmica dos processos sociais que circunscrevem as problemáticas cotidianas inerentes aos espaços onde se concretiza o exercício profissional. Implica em apresentar um **engajamento político** reafirmado pelos princípios e valores definidos pela profissão, inter-relacionados ao acúmulo e ao acervo teórico-metodológico produzido pela categoria, entendendo, ainda, que o **instrumental operativo** sem base de sustentação, por is só, não abre perspectivas e possibilidades para o Serviço Social". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.110 - 111)

"Requisita-se um profissional dotado de **competência teórica, metodológica, ética, política, técnica e operativa**, atuando na realidade social a partir da proposição de ações criativas, capazes de preservar e efetivar direitos, tendo por base as demandas imediatas e mediatas do cotidiano. Nesta direção, os assistentes sociais incorporados pelas diversas políticas sociais, tanto públicas quanto privadas, devem assumir um compromisso respaldado pelo seu **projeto de profissão** com a defesa, garantia e asseguramento dos direitos sociais com vistas ao alargamento da cidadania e ao aprofundamento da democracia (NETTO, 1999; IAMAMOTO, 1999)". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.111)

"Assim, o profissional de Serviço Social traz em sua formação um **arcabouço de conhecimentos e habilidades** que podem ser **traduzidos em competências**, que em 1996 foram citadas na Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. São **três dimensões indissociáveis**: **competência teórico-metodológica, competência ético-política e competência técnico-operativa**. Juntas, representam requisitos fundamentais para que o assistente social possa ter postura investigativa e interventiva nos contextos, permeada por valores e princípios". (MANFRINI, 2007, p.43)

"Além da competência **teórico-prática, técnico-política e técnico-operativa**, o profissional necessita desenvolver uma competência **ético-política**". (NOSSWITZ, 2008, p.66)

"É por isso, que se coloca cada vez mais, (SILVA, 2000, p.113) exigências contemporâneas para o exercício da profissão: - consistente **conhecimento teórico-metodológico**, que propicie aos profissionais mais uma compreensão clara da realidade social e a identidade das demandas e possibilidades de ação profissional que esta realidade apresenta; - realização dos **compromissos éticos-políticos** estabelecidos pelo Código de Ética

Profissional dos Assistentes Sociais, fundado nos valores democráticos e humanistas da participação política - liberdade, igualdade e justiça social - e nos valores de cidadania; - **capacitação técnico-operacional**, que possibilite a definição de estratégias e táticas na perspectiva da **consolidação teórico-prática** de um projeto profissional comprometido com os interesses e necessidades dos usuários, com a defesa dos direitos sociais, com a ampliação da esfera pública e com a construção de uma nova cidadania social, capaz de realizar e impulsionar novos direitos, mediante o fortalecimento da consciência de classe e da organização política, sindical e comunitária." (NOSSWITZ, 2008, p.74)

"Portanto, o profissional de Serviço Social, através de sua prática profissional, referendada por **competências particulares da profissão**, sejam elas: **teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política**, desenvolve habilidades no trato das relações humanas; na capacitação de conselheiros; na organização e mobilização popular em experiências de orçamentos participativos; na assessoria e consultoria no campo das políticas públicas e dos movimentos sociais; em pesquisas, estudos, planejamentos, na formulação e no controle das políticas públicas, cujas diretrizes e princípios possibilitam um exercício profissional se volta para a efetivação de tais direitos". (NOSSWITZ, 2008, p.48)

"Vale lembrar que o Serviço Social possui um **caráter eminentemente interventivo** no seu trabalho. Para a realização de processos interventivos expressos nas ações profissionais, é necessária a **concomitância de saberes** que, conjuntamente, potencializam e qualificam esta ação. Para tanto, segundo a ótica desta profissão, as bases de conhecimento consistem no **conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo**. O equilíbrio destas três bases proporciona, em tese, a **consistência** da intervenção. O privilegiamento de um conhecimento em detrimento de outro pode comprometer

sua qualidade. Pelo caráter interventivo, pressupõe-se que qualificada deveria estar a base advinda dos conhecimentos técnico-operativos. Entretanto, historicamente, este âmbito vem se conformando como um campo de tensão para o Serviço Social no que toca ao seu estudo e aprofundamento científico". (CHUPEL, 2008, p.20)

"Não pode ser questionada a importância da apropriação das bases de conhecimentos oriundos dos **eixos teórico-metodológico e ético-político**, adquirindo significativa relevância para fundamentar o processo interventivo. O primeiro oferece as bases teóricas relativas ao pensar e ao teorizar, e o segundo oferece a visão política, condição *sine qua non* para uma leitura crítica pautada na visão ética da sociedade e do ser humano (IAMAMOTO, 1998). Entretanto, negligenciar o aspecto característico da profissão, no tocante ao conteúdo **técnico e operativo**, é negligenciar o que esta profissão possui de mais significativo: a riqueza de seu fazer profissional, o "como fazer" (NOGUEIRA e MIOTO, 2006)". (CHUPEL, 2008, p.20)

"Na área conselheira, a ação profissional do assistente social deve revestir-se, portanto, de uma sólida **competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa**, articulada a um contínuo processo de reflexão sobre planejamento, implementação, execução e avaliação das políticas sociais públicas". (NOSSWITZ, 2008, p.70)

"Sob este entendimento é que ora iniciamos a discussão acerca da ação profissional do Assistente Social, a qual expressa as **dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa**, inerentes à intervenção profissional. O intuito é de apreender a ação profissional articulada com os elementos estruturantes e condicionantes do Serviço Social". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.20)

No entanto, algumas dissertações indicam a necessidade de trabalhar estas dimensões articuladamente e no mesmo grau de importância, pois reconhecem e denunciam que a dimensão técnico-operativa não vem ganhando o mesmo tratamento e destaque do que as demais, e que esta questão é algo que precisa ser superada. Camille dos Santos (2010, p.91), baseada nos estudos de Lima e Miotto (2009), utiliza dos seguintes trechos para denunciar esta questão:

"[...] há necessidade de **ampliar o debate e o entendimento da dimensão técnico-operativa**, atentando para as formas de conduzir qualificada e coerentemente às escolhas profissionais no âmbito do paradigma crítico-dialético. Assim, considerar relevante a **coerência e a dialética entre pensamento e ação** implica reconhecer que o como fazer é peça fundamental no debate que busca garantir essa relação e consolidar a legitimidade do atual projeto profissional". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.91)

"Assim, Miotto e Nogueira (2009) apontam a necessidade de **adensar o conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa orientado pelo marco teórico-metodológico e ético-político** da profissão e sua articulação com o campo da saúde". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.116)

Por outro lado, também é indicada a importância em pensar a dimensão técnico-operativa vinculada a um conhecimento teórico, para que não se caiam em ações pragmatistas e funcionalistas.

"A dimensão **técnico-operativa** tem que ser **complementada** pela **dimensão teórico-metodológica** que proporciona um sólido referencial, permitindo ao profissional distinguir as várias formas de interpretar o real. O papel da teoria para o Serviço Social deve ser o de criticar e denunciar, mas também apontar as possibilidades que permitam a superação da realidade de extrema desigualdade social presente na sociedade brasileira". (SEABRA, 2003, p.46)

"A dimensão **técnico-operativa** supera a simples utilização de instrumentais e técnicas, em razão de que ela não acontece desvinculada das outras dimensões que compõem a profissão, **dimensão ético-política e teórico-metodológica**". (PINHEIRO, 2005, p.97)

"Verifica-se que a base **técnico-operativa** para a profissão deve ser buscada e pensada a partir dos fundamentos **teórico-metodológicos e ético-políticos**, para não redundar numa ação tecnicista unilateralizada que apreende o assistente social, atuando sobre a realidade social e não na realidade social (IAMAMOTO, 1999)". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.111)

Assim, fica claro o entendimento das pesquisadoras, que ao desenvolver as variadas concepções e expressões qualificadas de prática profissional, reconhecem suas dimensões constitutivas, num mesmo grau de horizontalidade e importância. Contudo, apesar da denúncia que a dimensão técnico-operativa necessita ser aprofundada de forma articulada com as demais dimensões, nas pesquisas, o enfoque dado a esta dimensão foi muito reduzido ou simplificado. Pouco se falou, por exemplo, sobre instrumentos e técnicas, e quando foi discutido, não galgou uma discussão muito profunda. Esta constatação leva a crer que apesar do reconhecimento das dimensões da prática profissional ser hegemônico nas pesquisas, efetivamente ainda necessitam ser aprofundados, não apenas como indicativos, mas com estudos específicos destas dimensões.

No entanto, a compreensão destas dimensões implica conhecimento aprofundado, de maneira a compreendê-las em suas particularidades e sinuosidades. A atitude investigativa, a pesquisa, os conhecimentos teóricos, a capacitação permanente são elementos fundamentais para o conjunto da profissão, principalmente para a efetivação do Projeto Ético-Político Profissional.

4.3.6. A Importância do Conhecimento Para a Prática Profissional

O Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, e socialmente determinada na história da sociedade, tem a fundamentação de sua ação desencadeada por necessidades

geradas na sociedade capitalista, de maneira a intervir nos mais variados conflitos “oriundos dos interesses de classes (ou segmentos de classes) sociais fundamentais da ordem burguesa constituída” (NETTO, 1991, p.92). Desta forma tem seu objeto, suas funções e atribuições definidas por esta ordem. Assim, precisa conhecê-la, entendê-la e defini-la para poder enfrentá-la ou modificá-la.

É como Nosswitz (2008), fundamentada em Iamamoto (1992) esclarece:

“Iamamoto (1992, p.120), ao questionar como vem sendo pensada a concepção política da prática profissional do assistente social, coloca como ponto de partida a análise de que ‘o significado social da prática profissional não se revela de imediato, não se revela no próprio relato do fazer profissional, das dificuldades que vivemos cotidianamente’. Isso subentende que o assistente social necessita **apreender a dinâmica dos processos sociais** que circunscrevem as demandas cotidianas, assim ele deve lançar seu olhar para mais longe, ‘para o horizonte dos movimentos das classes sociais e de suas relações nos quadros do Estado e da sociedade’. (p.82-83)

Neste sentido, é o conhecimento, ancorado em uma formação profissional de qualidade, e fundamentado no projeto ético-político profissional, que auxiliará o profissional a compreender, dinamizar e melhorar a sua intervenção, como pode ser observado nos trechos em questão:

“Para estabelecer as mediações necessárias entre a demanda cotidiana e a compreensão da produção das mesmas como expressões da questão social e engendrar respostas condizentes com o Projeto Ético Político do Serviço Social, um dos instrumentos fundamentais é o **conhecimento, consolidado pela dimensão teórico-metodológica**, mas também como domínio da legislação pertinente, das relações de poder, do contexto local, das grandes leis tendências que definem as esferas econômica, política e social”. (SEABRA, 2003, p.107)

"O **saber** que informa a ação profissional cotidiana é complexo: emerge de uma combinação histórica específica de diversos **modos de conhecimento**, simultâneos e interagentes mas, de certo modo, hierarquizados: um é dominante e impregna todos os demais (...). Na prática profissional, as mediações entre a elaboração teórica, a projeção e a intervenção se dão de maneira complexa: tem que responder a questões muito concretas, sócio-econômicas e políticas de uma realidade social extremamente diversificada, colocando-se diante de problemas muito específicos. Nesse espaço o profissional não tem apenas que analisar o que acontece mas tem que estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir por um determinado tipo de intervenção. Na sua forma particular de **conhecer** voltada para a prática, ao conhecer a realidade, vai **construindo no pensamento um projeto de ação**, vai emergindo uma maneira peculiar de ver problemas e **construir soluções** lançando mão do desenvolvimento teórico e de aplicação tecnologias. (BAPTISTA, 1995, p.115)". (SEABRA, 2003, p.114)

"Não se pode mais pensar em um profissional meramente técnico-operativo, mas em profissional técnico generalista que conhece as grandes determinações da sociedade, mas não consegue nem exercitar as necessárias mediações ou exercício de operações de conceitos, nem inserir-se criticamente em relação aos fenômenos com os quais se depara. Penso que um profissional impregnado de **perspectiva investigativa** é aquele absolutamente **consciente** de que **não se pode atuar desconhecendo** - ou conhecendo superficialmente - os objetos e processos sociais sobre os quais atua. É um profissional que tem uma crítica, uma suspeita e uma desconfiança profunda em relação à realidade dada e as formas pelas quais é não só interpretada pelo senso comum dominante, senão também por determinadas "teorias" difundidas socialmente. (NETTO, 1993, p.27)". (SEABRA, 2003, p.115)

"Desse modo, o **conhecimento atua como força e direção** dos homens para que se apropriem dele e possam fazer escolhas e, aí, está implícito um posicionamento valorativo, enquanto possibilidades de superação das condições existentes". (SILVA DE JESUS, 2005, p.129)

"O **saber, enquanto revelador do real**, permite que as contradições sejam percebidas (...). O processo educativo implica uma tomada de consciência, que tem a superação do senso comum como ponto de partida para uma reforma intelectual e moral". (SILVA DE JESUS, 2005, p.134)

"Da mesma forma, Guerra (1997) enfatiza que todo o **fazer profissional** deve estar **amparado** por uma **teoria social** que, geralmente, depende da escolha do assistente social. Esta escolha, porém, não é aleatória, pois: 'trata-se de uma escolha que requer o **conhecimento dos fundamentos filosóficos e epistemológicos**, da vinculação dessa teoria a um projeto de sociedade e, sobretudo, do sentido que ela possui para as forças políticas mais avançadas. E ainda o fazer a que nos referimos exige que o profissional detenha o **domínio do método** que lhe possa servir de **guia ao conhecimento**, conhecimento que lhe possibilitará estabelecer estratégias e táticas de intervenção profissional' (GUERRA, 1997, p.61-62)". (PINHEIRO, 2005, p.74)

"O **conhecimento** teórico-metodológico é condição necessária para que a intervenção profissional se realize de **forma consciente**, uma vez que proporciona a condição indispensável para traçar objetivos que projetam a transformação. Significa considerar que em toda a ação existe um **componente cognitivo** como condição necessária para se chegar conscientemente a transformar os objetos, embora esse componente não seja suficiente por si só, pois como mera atividade da consciência não tem condições de transformar (PADILHA, 1988)". (LIMA, 2006, p.39)

"Para o profissional de Serviço Social, é essencial o **conhecimento da realidade** em que atua e entre as novas competências profissionais exigidas diante das transformações sociais, está a produção de conhecimento sobre a realidade no qual se atua. Conforme Yamamoto (2003) o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo, tornando-se **fundamento da análise** das novas expressões da questão social. O exercício profissional deve ser norteado pelo Projeto Ético Político do Serviço Social que está materializado no Código de Ética do Assistente Social, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares que orientam a formação profissional". (MANFRINI, 2007, p.11)

"A ação profissional é direcionada por uma intencionalidade e sua coerência está em possuir uma teoria que a fundamenta e determina seu método e leitura da realidade e a escolha de elementos técnico-operativos que a operacionaliza considerando os sujeitos envolvidos no processo de intervenção. "Desse modo, o **conhecimento teórico-metodológico é condição necessária para que a intervenção profissional se realize de forma consciente**, uma vez que proporciona a condição indispensável para traçar objetivos que projetam a transformação" (LIMA, 2006, p.39) O **conhecimento teórico-metodológico** fornece elementos para a leitura da realidade social e **direciona a ação**". (MANFRINI, 2007, p.56)

"Sobre esse tema a pesquisa vem questionar se as competências técnicas, teóricas e políticas são consideradas importantes para a ação profissional na esfera conselheira. (...) Logo as respostas apresentam os seguintes elementos: '(03) Para uma boa atuação na esfera conselheira é necessário o **conhecimento da legislação**, bem como da realidade qual o conselho está inserido. (06) É necessário que o profissional esteja **embasado de conhecimentos teóricos** sobre conselhos, composição, papel, e ter conhecimentos da realidade social, no caso conselho. (05) É fundamental que o profissional ao

desenvolver sua ação profissional seja capaz de decifrar a realidade social, propondo ações que levem o interesse dos usuários e **com conhecimento teórico na área**, neste caso, conselheira. (O4) É necessário que o Assistente Social possua qualificação teórico-metodológica e ético-político, para desenvolver uma ação profissional competente junto aos conselhos municipais de políticas sociais'. De modo geral, pode-se observar que há, por parte dos profissionais, o reconhecimento da necessidade de **capacitação teórico-metodológica**, de estar atento às mudanças, ao **conhecimento da realidade**, e à **capacitação continuada**. Esta é aqui apontada como fundamental na incorporação crítica do projeto ético-político profissional e também como possibilidade de ser um dos instrumentos de socialização do acúmulo teórico, metodológico, ético, político da profissão nas diversas áreas de atuação do Serviço Social. (p.76)" (NOSSWITZ, 2008, p.76)

"Assim, uma **correta análise da realidade**, de suas múltiplas determinações e implicações, as forças e relações de poder, os interesses em disputa, as táticas e as estratégias a serem utilizadas requer do profissional capacidade para reconhecimento do espaço profissional, suas particularidades, os sujeitos envolvidos, demandas, necessidades e mobilização de **conhecimentos** para respondê-las". (NOSSWITZ, 2008, p.93-94)

"À formação dos Assistentes Sociais congregam-se esses **conhecimentos**, tendo em vista uma finalidade: a de melhor conhecer não apenas o indivíduo em uma prática socialmente dada, mas o indivíduo junto da sociedade complexa da qual ele faz parte, incluindo, como já lembrado, a visão de totalidade. Para melhor **conhecer** a vida social deste indivíduo, é necessário recorrer ao **conhecimento da formação da sociedade brasileira**, tanto no seu aspecto social quanto histórico, bem como ao **conhecimento das relações sociais** estabelecidas e direcionadas para o seu fazer profissional e para uma

leitura voltada para o usuário, alvo de sua intervenção". (CHUPEL, 2008, p.144)

"A gente, tendo o **conhecimento**, está preparado para exercer a profissão, buscando o interesse da população, avançar na compreensão da realidade, procurando suas contradições para a construção de um novo real possível (SUJEITO)". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.164)

"Assinala-se o **conhecimento** como elemento fundamental na conformação dos destinos da profissão. Logo, o desempenho profissional depende de uma produção teórica que dê sustentabilidade às ações profissionais. Entende-se que as mediações entre as dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão e a sua dimensão técnico-operativa não podem depender apenas da capacidade individual dos assistentes sociais no seu exercício profissional, mas demandam sobretudo mediações entre a realidade, ou seja, do seu contexto social, econômico e político, das políticas sociais existentes e os contextos institucionais". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.116)

Portanto, o conhecimento é condição inerente ao exercício profissional, e é o elemento que possibilitará a construção de uma visão crítica sobre o mundo e de uma postura ética diante das ações a serem executadas, de maneira a atender as demandas vindas da população usuária dos serviços sociais, e a facilitar o acesso às informações e à realização de ações de cunho sócio-educativo.

Muitas são as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorrem diariamente no mundo contemporâneo, com alterações profundas nos modos de trabalho da população, que cada vez mais flexibilizado, vai precarizando as relações e condições de trabalho as quais estão submetidos. E o profissional de Serviço Social é aquele que articula o seu exercício profissional com este contexto social, econômico e político que ocorre no país e no mundo. Para tanto, necessita estar atualizado e "antelado" com a conjuntura que o cerca, sendo crítico, propositivo e capaz de formular, executar e avaliar novas propostas que apontem "para a progressiva democratização das relações sociais" (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.167) Somente o conhecimento,

fundamentado ética e politicamente em valores democráticos e na teoria crítica - que possibilita a compreensão lógica da explicação da vida social - possibilitará ao assistente social realizar esta análise de conjuntura e enfrentar situações particulares do seu trabalho, pensadas a partir de processos sociais macroscópicos. Assim, tem-se um novo modo de operar o exercício profissional, e abrem-se as possibilidades de construção de uma nova ordem societária. Portanto, o conhecimento deve ser um “guia prático para o exercício profissional, que exige um radical esforço de integrar o dever ser com sua implementação prática”. (IAMAMOTO, 2006, apud CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.167)

Compreender a profissão a partir de um conhecimento teórico, permite a análise dos modos de pensar e agir que são incorporados pelos assistentes sociais em sua leitura e interpretação da sociedade e das relações sociais, econômicas e políticas presentes nela, e da construção de respostas, debates, análises de enfrentamento à questão social. O conhecimento permite redescobrir as possibilidades presentes neste cenário, e indica a construção de ações coletivas de resistência às desigualdades sociais.

O trecho escrito por Camille dos Santos (2010, p.163) ajuda a sistematizar e resumir exatamente a importância e necessidade do conhecimento para uma prática profissional de qualidade:

“Só podemos considerar que o **exercício é profissional** quando ele se baseia no **conhecimento**, onde a reflexão possibilita articular e **qualificar a prática** que por vezes te desafia a buscar mais conhecimentos, a construir e elaborar novas proposições desconstruindo e **reconstruindo conceitos**. O **projeto ético-político** profissional **define** minha prática, mais do que influenciar é a **base** que dá **sustentação** ao **fazer e fazer-se da profissão**. E se faz presente na minha **postura**, como me comporto com respeito a mim mesma e à equipe, meus colegas de trabalho, a **gestão** seja ela participativa ou desfavorável a participação. Mas ela especialmente se manifesta no meu **relacionamento** com a população, na maneira como me **posiciono** no mundo através das situações que **enfrento** no dia a dia. Se você me permite vou falar uma citação que gosto muito de Menestrel, [...] não importa quão boa ou ruim seja uma situação, ela sempre tem dois 'lados'. E o

projeto ético-político-profissional define de que lado estou e a que princípios defendo" (SUJEITO G). (p.163)

De tal maneira, o profissional deve reconhecer e compreender a necessidade do conhecimento para desenvolver suas ações de maneira qualificada, sempre visando um horizonte social e político estabelecido. As diretrizes curriculares ancoradas em um projeto profissional indicam a possibilidade de uma prática diferenciada e enriquecida teórica, ética e politicamente. Foram questões constantemente lembradas e discutidas pelas dissertações, principalmente no que concerne ao projeto ético-político profissional, como pode ser averiguado a seguir.

4.3.6.1. O Projeto Ético-Político Como Fundamentação e Sustentação da Prática Profissional

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho que possui um projeto ético-político voltado para a garantia de direitos. Não é qualquer projeto e não existe aleatoriamente para um discurso academicista. Ele tem “aplicabilidade” e “funcionalidade” na prática profissional, pois é o fundamento que a sustenta e lhe atribui sentido.

Compartilhando deste entendimento, todas as dissertações analisadas trazem o projeto ético-político como pano de fundo para as demais discussões. Este debate perpassa todas as concepções e expressões qualificadas de prática profissional articulada a um conhecimento teórico.

As autoras Pinheiro (2005), Geusina da Silva (2006, p.113), Lima (2006, p.15; 29) e Camille dos Santos (2010, p.68), ao discorrer sobre o projeto ético-político destacam a necessidade de trazer a tona os elementos que versam sobre este projeto, que possibilitariam um embasamento necessário para a atuação profissional do assistente social nos mais diversificados espaços sócio-ocupacionais. Para tanto as autoras utilizam das explicações de Netto (2006), que afirma que “as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins. Sendo elas, individual ou coletiva, expressam necessidades e interesses que implicam sempre um projeto ou uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, invocando os valores que a legitimam e a escolha dos meios para conquistá-la”. Nesse sentido, para entender o projeto ético-político profissional do Serviço Social, discorrem sobre projetos societários ou coletivos e projetos profissionais ou individuais.

“Os **projetos societários** são **projetos coletivos** que se traduzem a projetos macrosocietários, ou seja, englobam propostas para o conjunto da sociedade. Estes podem estar associados à defesa dos interesses da classe trabalhadora, como podem indicar uma postura favorável à ordem capitalista. Fazem parte desses projetos societários os projetos coletivos que dizem respeito às profissões. Não a qualquer profissão, mas àquelas regulamentadas juridicamente. É a partir desta **polarização de interesses** que os projetos coletivos associam-se ou não aos societários. Nesta direção, **o projeto profissional do Serviço Social** indica um **rumo ético-político** para o exercício profissional, que está polarizado nos **interesses e nas necessidades das classes trabalhadoras e subalternas**, devendo ser materializados nas intervenções profissionais cotidianas”. (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.113)

“Os **projetos profissionais** inscrevem-se no marco dos **projetos coletivos** e constituem-se na: “**auto-imagem** de uma profissão, elegem os **valores** que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus **objetivos e funções**, formulam os requisitos (**teóricos, práticos e institucionais**) para o seu exercício, prescrevem **normas** para o comportamento dos profissionais e estabelecem as **bases** das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 2006, p.144)”. (PINHEIRO, 2005, p.81-82; LIMA, 2006, p.29; CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.69)

“Assim, os **projetos profissionais** são construídos pelas categorias profissionais e com **dimensões políticas**, tanto no sentido amplo (no que se refere às suas relações com os projetos societários), quanto em sentido estrito (no que se refere às perspectivas particulares da profissão). São também estruturas **dinâmicas**, já que respondem às **alterações no sistema** de necessidades sociais em qual a

profissão atua, as transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e às mudanças na composição social do corpo profissional, por esta razão eles **renovam-se e modificam-se** (NETTO, 2006)". (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.69)

Diante de tal assertiva, é possível entender que o projeto profissional que foi e está sendo historicamente construído pela categoria profissional, só encontra legitimidade porque possui em seu núcleo elementos necessários para a composição de um projeto ético-político, calcado em princípios norteadores, que estão articulados entre si, quais sejam; as competências teóricas, políticas e técnicas, que indicam e assumem uma direção social a ser seguida. "Esse projeto expressa vontades e interesses individuais e coletivos, apontando os rumos indicadores da construção de uma nova ordem societária". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.114)

"Considerando as indicações pontuadas, pode-se afirmar que os assistentes sociais contam com um **projeto de profissão fundado em valores éticos**, atento a cada conjuntura histórica e capaz de abstrair, no movimento da sociedade brasileira contemporânea, as alterações das necessidades sociais sobre as quais os profissionais atuam. Trata-se, então, de **um projeto conectado com as transformações societárias** ocorridas no bojo do capitalismo monopolista sob a égide do capital financeiro, que se renova e se modifica a partir das necessidades apreendidas na realidade e das mudanças da composição do quadro social e profissional". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.114)

"O **projeto ético-político**, nesse sentido, assume como premissas o **compromisso** com a construção da cidadania para todos; a defesa, a ampliação e a consolidação de direitos sociais, civis e políticos; a formação de uma cultura política democrática e a consolidação da esfera pública (IAMAMOTO, 1999)". (LIMA, 2006, p.09)

“Por isso é imprescindível que o Assistente Social tenha uma **prática balizada pelo projeto ético-político profissional**, voltadas aos compromissos com os interesses coletivos da população usuária, com a ampliação da cidadania, mediante o fortalecimento das diversas formas de participação. Um profissional que não se limite ao papel de executor, mas que sob ótica da totalidade tenha condições de realizar as mediações necessárias para decifrar as múltiplas determinações e as particularidades sócio-histórica que se desenvolve no seu fazer profissional”. (NOSSWITZ, 2008, p. 74)

Este projeto comporta a possibilidade de não se limitar a “normatizações morais ou prescrição de direitos e deveres”, mas de ir mais além, através de suas “escolhas teóricas, ideológicas e políticas”. (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.114-115) Cumpre expor que essas orientações requisitam o distanciamento e a ruptura com uma visão teoricista e pragmática, e exigem um estreito vínculo com um arcabouço teórico articulado a uma prática crítica. Para tanto, é que se manifestam as bases normativas do projeto profissional.

A partir de tal esquema, Nosswitz (2008) e Camille dos Santos (2010) elencam como base normativa do atual projeto ético-político: a Lei n.º8.662/93 de Regulamentação da Profissão, através do estabelecimento de competências e atribuições profissionais, o Código de Ética do Assistente Social - Resolução n.º 273 de 1993, que “prescreve uma série de direitos e deveres, princípios e valores humanistas que devem guiar o exercício cotidiano”, além das constantes renovações das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social – Resolução CNE n.º 15, de 13/03/2002. (CNE – Conselho Nacional de Educação), que problematizam questões fundamentais necessárias à profissão, que nos últimos anos galgou um patamar mais crítico e redimensionado nos âmbitos teórico-metodológicos e da ética e política, além da produção intelectual e organização da categoria através de suas entidades representativas. (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.69; NOSSWITZ, 2008, p.46)

A efetivação dos princípios, valores e perspectivas desta base normativa remetem à luta, no “campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária e indicam, no exercício cotidiano, um novo modo de operar o exercício profissional”, dando uma direção e um projeto à profissão, pactuado com a liberdade como

eixo central, com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a luta pela equidade e justiça social e pela consolidação da cidadania. (CAMILLE DOS SANTOS, 2010, p.70)

Os projetos profissionais são construídos por sujeitos coletivos pertencentes de uma categoria profissional, que no caso do Serviço Social é composta por diversos órgãos representativos, como o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO, sindicatos e associações profissionais.

Portanto, para as pesquisadoras, pensar a profissão a partir de um projeto ético-político, requer reconhecer as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, além de uma formação crítica que influenciará para uma prática diferenciada, de maneira a romper com abordagens tradicionais, funcionalistas, psicologizantes, positivistas e pragmáticas, e efetivar o rompimento com práticas burocráticas, rotineiras e acríticas, superando a imediaticidade do fazer profissional. Significa, sobretudo, agregar valores à ação profissional e fundamentar a identidade profissional.

“Pode-se considerar que a **ação profissional** corresponde a **habilidades e atitudes, escolhas e valores**, frente às solicitações imediatas e emergentes no cotidiano dos diferentes espaços ocupacionais. Necessidades imediatas que têm uma determinação fundante: são **históricas** e derivadas de determinados tipos de **relações sociais**, têm uma explicação que extrapola a situação imediatista e, por último, não emergem de situações imediatas e nem se extinguem nelas mesmo, como afirma Guerra (2005, p.149). “O exercício profissional deve ser visto como uma **atividade racional transformadora da realidade**, que incide sobre as condições objetivas encontradas pelos sujeitos assistentes sociais, mas que estes as modificam buscando criar as possibilidades para alcançarem seus fins. Nesta prática impera dois elementos: **teologia** (por teológico dos homens - intencionalidade) e **causalidade** (condições casuais encontradas pelos sujeitos e as quais eles buscam transformar visando alcançar sua intencionalidade). Imperando neste processo **razão e vontade**.” (...) Neste sentido, abarca determinações **éticas**

e **políticas** sobre as quais é necessário aprender, no fazer profissional, a lógica que estrutura a realidade social, o agir dos homens e os modos pelos quais é possível alcançar **conhecimentos reflexivos e interventivos**". (GEUSINA DA SILVA, 2010, p.115-116)

O rumo ético-político, "fundamentado em valores inalienáveis e inegociáveis deve tornar-se, radicalmente, a base de constituição das ações profissionais no atendimento das necessidades sociais dos usuários". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.112)

Lima (2006, p.09) explica que:

"Entender que as ações profissionais estão orientadas para a construção de um "fazer profissional" propositivo e crítico remete, necessariamente, para o debate acerca da sua capacidade **teórica e política** que a categoria profissional tem para **gestar alternativas** frente às possibilidades abertas, em cada conjuntura, para a intervenção. Capacidade esta voltada para a **consolidação da hegemonia** construída em torno do projeto profissional de caráter **ético-político** e sob as **bases teórico-metodológicas** do pensamento **crítico-dialético**".

Chupel (2008, p.141) reforça:

"Este é um importante fator levantado por Iamamoto (1998, p.79-80), ao se referir ao **rumo ético-político** dos profissionais, pois, tendo em vista a dinâmica de transformações das relações sociais e suas configurações, estes devem ser **informados, cultos, críticos e competentes**. A autora citada declara que o fazer profissional, na contemporaneidade, "exige romper tanto com o teorismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos. Demanda competência, mas não a competência autorizada e permitida, a competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das "normas" da instituição, da burocracia. O requisito é, ao inverso, uma **competência crítica** capaz de

decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe **competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política** que subordine o "como fazer" ao "o que fazer" e, este, ao "dever ser", sem perder de vista seu enraizamento no processo social. Tal perspectiva reforça a preocupação com a **qualidade dos serviços prestados** [...] (IAMAMOTO, 1998, p.79-80)".

Aqui o Código de Ética é o instrumento que reclama ações específicas e expressa opções e estratégias construídas historicamente, vinculadas a um projeto de classe, que sinaliza muito claramente os valores que norteiam a profissão. Ele implica também uma competência técnica, e um nível de consciência e de organização política da categoria, que valoriza a intervenção direta com os usuários sem perder de vista a transformação coletiva. É inclusive, o Código de Ética de 1993, que possibilitou a hegemonia do atual projeto ético-político.

"O **Código de Ética** é citado como um **instrumento** de trabalho que pode **guiar** os profissionais no seu exercício profissional. Este tem **orientado** muitos profissionais no direcionamento **teórico-metodológico e técnico-operativo**, pois, através dos seus princípios básicos centrados na igualdade, justiça e cidadania, aponta alguns caminhos na intervenção profissional". (PINHEIRO, 2005, p.76)

"O **Código de Ética**, aprovado em 1993, explicita a dimensão **ético-política** que os profissionais devem assumir perante os usuários e passa a se configurar como o **norteador do projeto ético-político**, através de seus onze princípios fundamentais". (PINHEIRO, 2005, p.83)

"O **Código de Ética fundamenta o projeto profissional** comprometido com uma nova sociedade. '[...] ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto **teórico-político** que remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão

crítica, e **fundamentada teoricamente**, das derivações ético-políticas do agir profissional (BONETTI et al, p.217). (PINHEIRO, 2005, p.85)

"Ao longo da década de oitenta e entrada dos anos noventa o Serviço Social, buscando o **rompimento com o conservadorismo**, acabou por **gestar e formular uma direção social estratégica** que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir [...] - direção suficientemente explicitada no **Código de Ética Profissional** em vigor desde março de 1993" (NETTO, 1996, p.116)." (SILVA DE JESUS, 2005, p.34-35)

"O **Código de Ética de 1993** é parte desse processo de **renovação** profissional e inaugura uma "nova ética profissional" que busca, por sua vez, o desenvolvimento das capacidades e objetiva a sociabilidade, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico (BARROCO, 2005)". (LIMA, 2006, p.28)

"O **Código de Ética** indica um rumo **ético-político** para o exercício profissional pautado em processos democráticos, a partir do qual o profissional estimule a capacidade de abstrair as reais necessidades das classes subalternas e sentir com elas suas paixões para que se possa efetuar a crítica do senso comum e da herança intelectual acumulada (IAMAMOTO, 1999, p.77)". (GEUSINA DA SILVA, 2006, p.112)

"Neste contexto é que emerge o **Código de Ética Profissional** (Resolução CFESS 273/93), que visa **estabelecer e orientar a atuação** dos profissionais baseada em princípios e diretrizes éticas. O compromisso ético dos assistentes sociais, definidos por este Código, como a democracia, a cidadania, a liberdade e o pluralismo encontram respaldo igualmente nos fundamentos contidos na Constituição Federal de 1988 e nos avanços legais trazidos por ela". (MANFRINI, 2007, p.40)

"Como recorda Iamamoto (1998, p.79), é o **Código de Ética** que indica um **caminho, um rumo ético e político** para que o exercício profissional se concretize. Mas a autora aponta para um desafio: a materialização dos princípios éticos no dia-a-dia do exercício profissional, uma vez que se corre o risco destes princípios não se concretizarem, ficando, pois, na esfera da abstração e, conseqüentemente, distanciados do processo e da dinâmica social. (CHUPEL, 2008, p.137)

"(...) Para dar conta dessa realidade os assistentes sociais passam a traçar **estratégias** para sua ação profissional criando e organizando **novas ações**, de forma a invocar os direitos sociais garantidos por lei e referendados pelo **Código de Ética da profissão**". (NOSSWITZ, 2008, p.73)

A efetivação das orientações presentes no Código de Ética, na Lei que Regulamenta a Profissão e nas diretrizes Curriculares são um desafio contínuo, que se refletem na afirmação do projeto ético-político profissional. Pensar neste desafio é encarar a ação profissional na perspectiva que reconhece as contradições sociais que permeiam a vida social, mas que acredita na possibilidade de intervenções comprometidas, criativas e acima de tudo viáveis, que dêem conta de responder as demandas colocadas à profissão e a romper com ações conformistas e alienadoras.

"Pautado no **Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão**, o Serviço Social vêm **consolidando um Projeto Ético-Político**, que baliza o ensino e o exercício profissional do assistente social. Esse Projeto não se constrói e nem se materializa de forma abstrata, ele **revela a opção teórico-ético-política** de segmentos expressivos da categoria profissional orientada pelo **paradigma crítico-dialético** direcionado para o embate às contradições do sistema e à transformação social, se configurando como a **base da ação dos profissionais**". (MANFRINI, 2007, p.41)

"Portanto, os **elementos éticos** de um **projeto profissional** envolvem também "as escolhas **teóricas, ideológicas e políticas** das categorias e dos profissionais", sendo que sua

denominação como **projeto ético-político** informa que “uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional” (NETTO, 2005, p.280). (...) O projeto ético-político constitui-se, portanto, em um processo que se apresenta em **contínuo movimento** capaz de incorporar novas questões, assimilar problemas diversos e enfrentar os desafios”. (LIMA, 2006, p.32-33)

Neste sentido, o Projeto Ético-Político possibilita uma nova relação entre profissionais e usuários, um novo sentido à profissão, além é claro, de uma prática totalmente diferenciada e qualificada. Está em constante transformação, pois necessita e deve compreender a dinâmica da sociedade e atender às exigências postas pelas demandas dos sujeitos com o qual trabalha. Foi gerado em uma conjuntura em que o rompimento com a trajetória conservadora era uma necessidade, contudo esta luta necessita ser mantida a cada dia, com novos enfrentamentos, galgando novas experiências, superando equívocos e limites profissionais e almejando um novo tipo de sociedade a ser conquistada. São inúmeras as dificuldades que limitam o projeto profissional, postas pela sociedade capitalista, que esbarram na orientação coletiva de transformação social.

É como conclui Nossuil (2008, p.101):

“O **Projeto Profissional** do Serviço Social, tanto no que se refere ao exercício quanto ao ensino do trabalho, se coloca diante do desafio histórico de procurar **qualificar assistentes sociais** capazes de decifrar a realidade social, em suas determinações sócio-históricas, **defender um projeto societário emancipatório** voltado ao fortalecimento dos direitos sociais, ampliação da cidadania e consolidação da democracia”.

O projeto profissional tem proporcionado uma maturidade ao Serviço Social, que se expressa através de uma nova forma de pensar e operar a profissão, na maturação e pluralidade de diferentes posicionamentos ético-políticos, ideológicos e teórico-metodológicos, bem como em uma formação e produção de conhecimento diferenciada e altamente qualificada, além de uma organização e representação profissional de excelência. Contudo, proporcionou, sobretudo, uma maturidade com relação ao fazer profissional, que está sendo construído,

debatido e efetivado, aliado a todos estes outros elementos, além da construção de uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos. Apesar da hegemonia que vem conquistando, não é unânime no interior da profissão e nem está pronto, acabado e completo, mas sim em transição, busca e aperfeiçoamento.

Como influência qualificada deste debate, podem ser citadas as obras de José Paulo Netto (1999), chamada de “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea”, a obra de Marilda Vilella Iamamoto (2006), denominada “As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo”, e a obra de Sâmia Rodrigues Ramos (2002), intitulada “A construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social”.

Enfim, a discussão da prática profissional desenvolvida nas dissertações e fundamentada por autores relevantes no Serviço Social, galga um patamar de relevância significativo e expressivo, no entanto denunciam e evidenciam algumas observações relevantes, ou mais precisamente, alguns indicativos que merecem ser apontados. As considerações finais deste trabalho, têm, portanto, a finalidade de problematizar estas questões, através de uma síntese integradora, que articule estas informações com todo o conhecimento expresso até o momento.

5. TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Sem dúvida alguma, há uma riqueza muito grande em realizar pesquisa a partir de outras pesquisas, pelo grau de informações relevantes e significativas em que se pode trabalhar, de maneira à só contribuírem e aprofundarem com o que já está sendo pesquisado e analisado. Neste caso não foi diferente, pois todas as dissertações utilizadas como elementos de análise foram imprescindíveis para o estabelecimento de algumas conclusões acerca do Serviço Social, principalmente no que concerne à relação entre conhecimentos teóricos e prática profissional, e ainda compondo um quadro sobre as maneiras em que a prática é compreendida, através das concepções e expressões que imperam sob tal dimensão da profissão, objeto e objetivos deste trabalho.

Não é fácil lidar com o número elevado de informações relevantes que emergiram das dissertações, e isso exigiu um comprometimento muito grande com a pesquisa, além de um senso apurado sobre o objeto específico de análise a ser desvendado e aprofundado.

Contudo, a realização deste trabalho dissertativo permitiu estabelecer alguns pontos de análise e despertou considerações e indicações relevantes, as quais certamente contribuirão, não de forma acabada, mas sim introdutória, com o debate acerca da prática profissional do Serviço Social. São elas:

✓ ***A consolidação e hegemonia do atual projeto ético-político:*** este projeto aparece como preocupação central de todas as dissertações analisadas, o que evidencia o patamar de importância e reconhecimento que vem conquistando dentro da profissão, além de acabar de vez com a falsa dicotomia de que na prática a teoria é outra, unindo severamente conhecimentos teóricos com a prática profissional, e atribuindo a esta, dimensões e competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas;

✓ ***A dissociabilidade entre teoria e prática:*** em todas as obras analisadas, a dissociabilidade entre teoria e prática parece ter sido ultrapassada pelos pesquisadores, que compreendem a estreita e profunda relação entre teoria e prática. No entanto, nas pesquisas que eram desenvolvidas nas dissertações, não foram poucos os trechos que denunciam que existem profissionais que ainda acreditam que na prática a teoria é outra. Isso leva a crer que as abordagens teóricas, da formação profissional e da produção do conhecimento do Serviço

Social precisam se debruçar sobre esta questão de maneira articulada, para compreender os reais motivos que levam a estas posturas e crenças, mesmo com os avanços conquistados nos últimos anos em face desta relação. Assim, torna-se imprescindível o aprofundamento da temática, de maneira a ser mais bem contemplada, retomada e aprofundada. E, neste sentido, realizar também estudos que reconheçam a relação entre teoria e prática a partir da concepção e experiência dos próprios assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais. Talvez esta questão esteja associada à confusão em compreender teoria e prática com formação e mercado de trabalho, tendo em vista que a formação profissional não tem dado conta das demandas e dinâmicas postas no espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais;

✓ ***A equidade entre as dimensões da prática profissional:*** estas, por sua vez, não foram abordadas ou trabalhadas individualmente. Foram trazidas para o debate de maneira articulada, sendo destacada, inclusive, a profunda relação e dinâmica que possuem. De modo geral, todas as obras analisadas destacaram a importância e proeminência destas dimensões, ora explicando-as com maior destaque, ora sinalizando-as como peças fundamentais para uma prática de qualidade;

✓ ***O enfoque da dimensão técnico-operativa:*** apesar desta dimensão vir sempre acompanhada das demais, o enfoque dado a ela, mesmo em obras que tratam da prática profissional, ainda é menor do que o tratamento dispensado à dimensão teórico-metodológica e ético-política. Esta última, inclusive, foi muito abordada em todas as dissertações, talvez pela influência do Código de Ética, da Lei que Regulamenta a Profissão e do próprio Projeto Ético-Político, alcançando um patamar de destaque em consonância com a dimensão teórico-metodológica, que já galgou este patamar há um bom tempo dentro da profissão. Em linhas gerais, o debate da dimensão técnico-operativa, algumas vezes, não foi apresentado com clareza conceitual ou com destaque, necessitando ser aprofundado pela categoria, através de respostas e debates mais qualificados;

✓ ***Ausência ou Generalização Indiscriminada dos Instrumentos e Técnicas:*** percebeu-se nas dissertações analisadas uma ausência ou generalização indiscriminada dos instrumentos e técnicas a serem utilizados na prática profissional, o que abala sobremaneira a condução da ação a ser realizada. Neste sentido, torna-se necessário produções de qualidade sobre a temática, como a

desenvolvida por Sarmiento (1994) e Guerra (2007), mas que necessitam ser rediscutidas e atualizadas, de acordo com as novas exigências e demandas postas ao exercício profissional;

✓ ***A orientação dominante da teoria social crítica:*** a totalidade das dissertações segue, de forma predominante, a orientação teórico-metodológica marxista, tanto com o método crítico-dialético, quanto com a influência das obras do próprio Marx e seus seguidores. Fica explícito o cunho e conteúdo crítico presente nas análises, mesmo que estejam centrados em capítulos específicos ou a determinados autores;

✓ ***A ruptura com o conservadorismo:*** as referências teóricas apresentadas nas dissertações, de uma maneira geral, fazem opções por autores que rompem com o conservadorismo e estimulam uma abordagem crítica;

✓ ***Fundamentação Teórico-Metodológica Crítica:*** com relação aos fundamentos teórico-metodológicos utilizados nas dissertações, é expressiva a influência de Marilda Villela Yamamoto e José Paulo Netto. Suas obras são citadas em quase todas as dissertações, principalmente com relação à gênese da profissão, sua natureza e seu projeto ético-político. No entanto, deve ser informado que, estas referências não se tornaram de peso com relação à prática profissional em si, mas sim à função interventiva do Serviço Social inserido na divisão sócio-técnica do trabalho;

✓ ***A pluralidade de concepções e expressões acerca do fazer profissional:*** foi possível verificar, na totalidade das obras, uma riqueza na pluralidade de concepções e expressões acerca da prática profissional, que mesmo sendo abordadas e tratadas diferentemente, se complementam e contradizem, mas indicam uma mesma direção, pois tem como base a teoria social crítica e o projeto ético-político. *Processos de Trabalho, Ação Profissional, Ação Sócio-Educativa, Acolhimento, Intervenção Profissional*, são maneiras diferentes de tratar a prática, mas sempre visando o seu crescimento e desenvolvimento. Nenhuma concepção e expressão empobrece a dimensão do fazer do Serviço Social, tão pouco se aproximam de abordagens conservadoras e pragmáticas;

✓ ***Confusão de concepções e expressões da prática profissional:*** o uso de várias concepções e expressões de forma indiscriminada foi um alarmante no desenvolvimento desta pesquisa. Das 16 dissertações pré-selecionadas, 06 dissertações usavam de maneira indiscriminada concepções e abordagens diferenciadas da

prática profissional, sem ter clareza teórica do que tais escolham significam ou representam. O uso concomitante de nomenclaturas e concepções não se torna um problema, quando se tem definido a concepção que impera a discussão do pesquisador. No entanto, quando são usadas aleatoriamente podem representar uma ausência de clareza conceitual que necessita ser revisada, além da má interpretação entre prática social, prática política, prática revolucionária e prática profissional;

✓ ***Compreensão da prática profissional pelos assistentes sociais:*** com base na leitura das pesquisas desenvolvidas nas dissertações, foi possível perceber que os profissionais conseguem descrever suas práticas, como a desenvolvem, porém não conseguem expressar com clareza conceitual a concepção que serviu de fundamento sobre a sua ação⁸⁶. Portanto, reunir neste trabalho as diferentes concepções e expressões de prática que são desenvolvidas por pesquisadores e que são tratadas a partir de um conhecimento teórico, irá contribuir para a clareza teórico-prática dos processos interventivos dos assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais. Por outro lado, indicam que a prática profissional ainda necessita ser aprofundada, tanto na formação dos assistentes sociais, quanto na própria produção do conhecimento do Serviço Social;

✓ ***O destaque da concepção de Ação Profissional:*** a concepção que se refere à ação profissional foi, sem dúvida, a mais explorada quantitativamente e, principalmente, qualitativamente. A clareza ao abordar esta concepção, o aprofundamento dado nas dissertações, e a relação com as orientadoras, comprovam a influência e importância das autoras Regina Célia Tamasso Mioto e Vera Maria Ribeiro Nogueira na produção do conhecimento do PPGSS, principalmente relacionado à dimensão interventiva da profissão;

✓ ***O destaque dado à prática profissional:*** apesar da influência das autoras citadas acima, ainda é pequeno, no PPGSS da UFSC, o número de dissertações que trabalham com propriedade ou ênfase a dimensão técnico-operativa da profissão ou que discutem a prática profissional do Serviço Social. Este dado deve servir para

⁸⁶ Às vezes o exercício profissional, através de seu desenvolvimento, expressa a concepção de prática compreendida pelo profissional. Mas a ausência desta clareza conceitual não deixa de ser um problema, pois interfere nos resultados alcançados.

amadurecer este debate no interior do programa, voltando mais as discussões, disciplinas e eventos para esta dimensão, em consonância com as linhas de pesquisa e área de concentração;

✓ ***Aprofundamento das concepções e expressões:*** com base nestas observações, seria relevante e até imprescindível, o aprofundamento das concepções e expressões indicadas neste trabalho, indo mais a fundo nas principais categorias que a alimentam, nas correntes de pensamento que a influenciam, nos autores que a discutem e desenvolvem, enfim, trabalhando-as em toda a sua extensão. Devido ao tempo dispensado para a realização desta dissertação, não foi possível tal desafio, que fica como indicativo para pesquisas futuras;

✓ ***Ampliação do estudo iniciado:*** também seria enriquecedor aprofundar este estudo, realizando tal investigação nas dissertações e teses cadastradas na base de dados da CAPES, de maneira a obter um panorama geral desta discussão, em nível nacional. Outra possibilidade, seria ampliar a investigação para livros, coletâneas de textos e periódicos do Serviço Social, o que requer, evidentemente, mais tempo de dedicação à pesquisa e recursos que a financiem. No entanto, tal atitude possibilitaria construir o “estado da arte” sobre as concepções da prática profissional articuladas a um conhecimento teórico, e fica como um indicativo a ser realizado posteriormente;

✓ ***Qualidade das obras analisadas:*** a qualidade dos trabalhos é um fator que não pode ser omitido, o que reflete a maturidade teórica que o PPGSS da UFSC vem conquistando ao longo dos seus dez anos de história.

Com o desenvolvimento deste estudo, ficou claro que as inúmeras maneiras de operar a prática podem ter uma pluralidade ilimitada, ora galgando uma ação mais educativa, o acolhimento, ou uma ação política, transformadora. Esta, com certeza, não é a questão central, pois na verdade só enriquece a dimensão interventiva da profissão. O que não pode, e é inadmissível e impensável, é falar, pensar e operar a prática distanciada de uma teoria, ou simplesmente não entender que prática está se efetivando.

A dialética relação entre teoria e prática até pode ser polêmica, mas jamais desconexa, pode até gerar controvérsias, debates, discussões, mas jamais pode ser pensada e analisada em separado, principalmente quando se fala de Serviço Social, uma profissão de cunho interventivo. E ao tentar analisar a prática profissional desta profissão, buscou-se

justamente demonstrar que ela está sempre acompanhada de um conhecimento teórico, de uma concepção e expressão de *intervenção, prática, ação, trabalho* que qualifica e dá sentido ideológico, político e transformador a este fazer.

A discussão da articulação entre conhecimento teórico e prática profissional rompe com certa fragilidade presente na profissão, em discutir, problematizar e conceituar seu caráter interventivo, de maneira a potencializar a identidade do Serviço Social e esclarecer o que é, o que faz e o que almeja. A definição da prática articulada a um conhecimento teórico contribui também para a questão semântica de definição do fazer profissional, esclarecendo conceitualmente e conscientemente as possibilidades e riquezas contidas nesta dimensão.

Este universo semântico (MIOTO, 2006) precisa ser superado, pois os profissionais precisam definir suas ações, entender seus objetivos e compreender as dimensões da prática. A questão semântica de definição do fazer profissional é um problema teórico, mas sobretudo prático, tendo em vista que essa ausência de compreensão e definição podem influenciar sobretudo a prática a ser realizada pelo assistente social. Não compreender que tipo de intervenção será realizada empobrece as possibilidades deste processo interventivo, evidenciando que o sujeito/profissional não articula conscientemente os conhecimentos teóricos com sua prática profissional. No entanto, não significa que a teoria e a prática não estejam articuladas, pois mesmo que o profissional não tenha clareza e consciência disso, estas dimensões estão sempre relacionadas e conectadas, pois apenas na aparência constitui-se como uma relação dicotômica. Entendemos que esteja aí, uma de suas dificuldades, a falta de compreensão de suas interações, a re-construção crítica da processualidade desta relação.

Portanto, apesar de “teoricamente” a discussão da teoria e prática parecer estar superada, de na “formação profissional” ter avançado sobremaneira e alcançado um status diferenciado e qualificado, e de na “produção do conhecimento” estar caminhando a passos largos, entendemos que a discussão de teoria e prática ainda necessita de aprofundamento, de estudos qualificados, de ser mais enfaticamente discutida e problematizada na formação.

Principalmente no que concerne a dimensão da prática profissional, de maneira a alcançar uma clareza com relação ao fazer profissional, tanto com relação ao seus significados, definições e conceituações, quanto e principalmente, com relação às suas possibilidades.

O cenário e a paisagem em que se descortinam estas questões teóricas e práticas no Serviço Social certamente estão modificados, e muito mais bonitos. Mas a beleza do que foi alcançado não pode ocultar e suprimir as peculiaridades, particularidades, pequenas expressões a serem compreendidas e descobertas, que fazem toda a diferença.

Verificou-se que o “Jardim Interior” tão brilhantemente explorado por Mario Quintana, não está mais indiferente aos olhos do corpo profissional do Serviço Social, e atualmente, possui uma série de “espécies” de categorias, concepções, arranjos, que o enfeitam, o enriquecem e o florescem, na mais dinâmica e efervescente pluralidade. A terra que sustenta este jardim é o método crítico-dialético, seu adubo é o projeto ético-político profissional e a sua luz, que o alimenta e nutre, é a teoria social crítica.

É um jardim aparentemente simples, pois está sendo reconstruído, mas que não pode ser ignorado, tendo em vista suas potencialidades e possibilidades. Possui histórias enraizadas pelo tempo, que lhe dão experiência e conhecimento, mas também ervas daninhas que a qualquer momento poderão renascer e ameaçá-lo. No entanto, possui jardineiros muito competentes e sensíveis a estes riscos e às suas necessidades, que lutam para mantê-lo vivo, de maneira a descobrirem as riquezas escondidas em seu interior, expressas nas mais diversas, tímidas e singelas manifestações de beleza, como em pesquisas, dissertações, artigos e pesquisadores.

Quem passa por este jardim, certamente não passará mais indiferente, pois ele apresenta frutos que com a maturidade teórica, ética, política e, sobretudo, prática que o Serviço Social vem alcançando, já podem ser colhidos e saboreados. Para quem tem dúvida, o jardim pode ser contemplado de forma misteriosa e intrigante, pois desperta inúmeras questões, sementes a serem semeadas, analisadas e replantadas. Para os bons admiradores, espera-se que tenham tido uma boa visão dessa dimensão tão linda da profissão: a prática calcada em conhecimentos teóricos. Para os que compartilham as opiniões, um sinal de que seus esforços não foram em vão, estão crescendo fortes e vigorosos. Aos críticos deste jardim, um bom trabalho, que vocês consigam enxergar cada folha fora do lugar, cada erva venenosa, cada espinho que insiste em machucar. Que o jardim seja eternamente contemplado e que jamais morra ou se torne indiferente, apático e invisível.

6. REFERÊNCIAS:

ABESS/CEDEPSS. **A Metodologia no Serviço Social**. In: Cadernos ABESS n.º 3. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **A Produção do Conhecimento e o Serviço Social**. In: Cadernos ABESS n.º 5. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Produção Científica e Formação Profissional**. In: Cadernos ABESS n.º6. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Formação Profissional: Trajetórias e Desafios**. In: Cadernos ABESS n.º7. São Paulo: Cortez, Edição Especial ABESS 50 Anos, 1996.

_____. **Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social**. In: Cadernos ABESS n.º8. São Paulo: Cortez, 1998.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Temporalis**, ano I, n.º1 – Brasília, janeiro a julho de 2000.

_____. **Temporalis**, ano I, n.º2 – Brasília, julho a dezembro de 2000.

_____. **Temporalis**, ano III, Suplemento – Brasília, novembro de 2002.

_____. **Temporalis**, ano IV, n.º8 – Brasília, julho a dezembro de 2004.

_____. **Temporalis**, ano V, n.º9 – Brasília, janeiro a junho de 2005.

_____. **Temporalis**, ano VI, n.º11 – Brasília, janeiro a junho de 2006.

_____. **Temporalis**, ano VII, n.º14 – Brasília, julho a dezembro de 2007.

_____. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABREU, João Batista de. **Currículo para o novo milênio**. In: Revista Inscrita, ano I, n.º11, maio de 1998, p.43 – 46.

ABREU, Marina Maciel; SIMIONATTO, Ivete. **A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990-1996**. In: Cadernos ABESS n.º7. São Paulo: Cortez, Edição Especial ABESS 50 Anos, 1996, p.113-140.

ABREU, Marina Maciel. **Abepss: a perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional**. In: Serviço Social e Sociedade. Serviço Social, Memória e História. Nº 95, ano XXIX, 2008, p.173 - 188.

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. **Elaboração de projetos de pesquisa**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais – Brasília: CFESS/ ABEPSS, vol.1, 2009, p.719 – 738.

AMMANN, Safira Bezerra. **A produção científica do Serviço Social no Brasil**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.º 14, ano V, abril de 1984, p. 144 - 176.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-Graduação: noções práticas**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Norma brasileira ABNT NBR 15287: 2005. Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação**. Rio de Janeiro: 2005.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social**. In: Cadernos ABESS n.º 5. São Paulo: Cortez, 1992, p.84-95.

BAPTISTA, Myrian Veras; RODRIGUES, Maria Lucia. **A formação pós-graduada strictu sensu em Serviço Social: papel do pós-graduação na formação profissional e desenvolvimento do Serviço Social**. In: Cadernos ABESS n.º 5. São Paulo: Cortez, 1992, p.108-136.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Prática social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas.** In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. *A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento.* Volume I – São Paulo: Veras Editora, 2009.

BARBOSA, Mário da Costa. **A práxis do Serviço Social nas instituições.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade.* São Paulo: Cortez Editora, nº34, dez de 1990, p.05-20.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **Gestão: Planejamento e Administração.** In: *Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”*, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P.51-76.

BIANCHETTI, Lucídio. MACHADO, Ana Maria Netto. (Org.) **A Bússola do Escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações.** 2.ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. **O Desenho das Diretrizes Curriculares e Dificuldades na sua Implementação.** In: *Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”*, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P.19-30.

BRAGA, Léa Lúcia Cecílio. **Os Desafios das Diretrizes Curriculares na Afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social: A Proposta da Oficina.** In: *Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”*, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P.15-17.

BRAVO, Maria Inês. **O Ensino do Trabalho do Assistente Social na Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.** In: *Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”*, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P.109-118.

CAMILLE DOS SANTOS, Tatiely. **A ação profissional do assistente social e suas contribuições para a construção da integralidade na Estratégia Saúde da Família ao município de Ponta Grossa – Paraná.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em:
<<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&codigoGrandeArea=60000007&descricaoGrandeArea=CI%C3%26%23138%3BNCIAS+SOCIAIS+APLICADAS>>
> Acessado em: 15 de novembro de 2011.

CARDOSO, Franci Gomes. **A pesquisa na formação profissional do assistente social:** algumas exigências e desafios. In: Cadernos ABESS Nº8 - Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1998. P. 27 – 32.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel. **Avaliação Institucional na Universidade Brasileira e os Cursos de Graduação em Serviço Social.** In: Revista Temporalis, ano I, nº1 – Brasília, janeiro a julho de 2000, p. 109 – 134.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; BONETTI, Dilséa Adeodata; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto de investigação:** a formação profissional do assistente social no Brasil – Determinantes históricos e perspectivas. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.º 14, ano V, abril de 1984, p. 104 – 143.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. **O Ensino do Trabalho Profissional – Perspectiva CAPES.** In: Revista Temporalis – O Ensino do Trabalho Profissional: Desafios para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político, ano 4, nº8 – Porto Alegre: Gráfica Odisséia, julho a dezembro de 2004.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs.) **Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Indicações para uma agenda de debates sobre o ensino da prática a partir do novo currículo.** In: Revista Temporalis – “Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas”, ano I, nº2 – Brasília, julho a dezembro de 2000.

CELATS, Centro Latinoamericano de Trabajo Social. **Serviço Social Crítico: problemas e perspectivas.** São Paulo: Editora Cortez, 1985, p. 07 – 80.

CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia.** São Paulo: Editora Brasiliense. 18ª edição, 1980.

_____, Marilena de Souza. **O mal-estar na universidade: o caso das humanidades e das ciências sociais.** In: Escritos sobre a universidade. São Paulo: UNESP, 2001, p.157-173.

COELHO, Marilene A. **A Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social.** In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Organizadoras). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p.23-43.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Prática Social e Prática Profissional – A relação teoria/prática e o serviço social.** Debate realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em nível de Doutorado. 1991. P.01-32.

COUTO, Berenice Rojas. **As Diretrizes Curriculares e a Política Social.** In: Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P.43-50.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica: teoria e prática.** Rio de Janeiro (RJ): Axcel Books, 2003.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P.31 – 50.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Aonde nos levam as diretrizes curriculares?** In: Revista Temporalis – Diretrizes Curriculares:

polêmicas e perspectivas. Ano I, nº2 –, julho a dezembro de 2000. Brasília, ABEPSS, Valci, 2000.

FARIA, Sandra de. **O Ensino do Trabalho Profissional nas Regiões da ABEPSS – Região Centro-Oeste**. In: Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P.89-91.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. **“Taller” de investigação e projetos sociais**. In: Cadernos ABESS n.º 5. São Paulo: Cortez, 1992, p. 96-107.

_____, Ana Maria Quiroga. **Produção científica e formação profissional – os paradigmas do conhecimento e seu reatamento no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional**. In: Cadernos ABESS n.º6. São Paulo: Cortez, 1993, p.20-28.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. **Implicações da Reforma do Ensino Superior para a Formação do Assistente Social: desafios para a ABEPSS**. In: Revista Temporalis, ano I, nº1 – Brasília, janeiro a julho de 2000, p.81-97.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **“Na prática a teoria é outra?”** In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Organizadoras). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 03-22.

GENTILLI, Raquel. **Desafios da Prática ao Novo Currículo do Serviço Social**. In: Revista Temporalis – “Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas”, ano I, nº2 – Brasília, julho a dezembro de 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 3ª Ed., 1994.

GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 67- 80.

GUERRA, Yolanda. **Ensino da Prática Profissional no Serviço Social**: subsídios para uma reflexão. In: Revista Temporalis – “Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas”, ano I, nº2 – Brasília, julho a dezembro de 2000.

_____, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico**: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, nº91, ano XXVIII, setembro de 2007.

_____, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais – Brasília: CFESS/ ABEPSS, vol.1, 2009, p.701 – 718.

_____, Yolanda. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. Temporalis, 2, fev.2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>>. Acesso em: 29 Fev.2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. In: Revista Temporalis, ano I, nº1 – Brasília, janeiro a julho de 2000, p.35 – 79.

_____, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 6ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

_____, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; KARSCH, Úrsula M. S.; ARAÚJO, Jairo Mello de. **Documento: Relatório avaliativo da área de pós-graduação em Serviço Social (período: 1987/1989)**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº38, ano XIII, Cortez Editora, Abril de 1992.

IANNI, Octavio. **A Sociologia no Horizonte do Século XXI**. In: Revista Cultura Vozes, nº5, São Paulo, set/out, 1996.

_____, Octavio. **Estilos de Pensamento**. In: Enigmas da Modernidade – Mundo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p.235 – 259.

KAMEYAMA, Nobuco. **Metodologia**: uma questão em questão. In: Cadernos ABESS n.º 3. São Paulo: Cortez, 1989, p. 99-116.

_____, Nobuco. **A Trajetória da Produção de Conhecimentos em Serviço Social**: avanços e tendências (1975-1997). In: Cadernos ABESS n.º8. São Paulo: Cortez, 1998, p.33-76.

KOIKE, Maria Marieta dos Santos; JORGE, Maria Rachel Tolosa; WANDERLEY, Mariangela Belfiore; IAMAMOTO, Marilda Villela; ABREU, Marina Maciel. **Caracterização da área de Serviço Social**. In: Cadernos ABESS n.º7. São Paulo: Cortez, Edição Especial ABESS 50 Anos, 1996, p.77-92.

KOIKE, Maria Marieta dos Santos. **As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999, p.102-118.

KOSIC, Karel. **O Mundo da Pseudoconcreticidade e Sua Destruição**. Dialética do Concreto. 2ª Ed. RJ: Paz e Terra, 1976. 2ª P.09 – 20.

LIMA, Katia Regina de Souza; CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **O Ensino de Graduação no Serviço Social** – principais impasses e importantes potencialidades. In: Revista Temporalis, ano III, Suplemento – Brasília, novembro de 2002, p.77- 88.

MACIEL, Marina; CARDOSO, Franci Gomes Cardoso. **Metodologia do Serviço Social** – a práxis como base conceitual. In: Cadernos ABESS n.º 3. São Paulo: Cortez, 1989. P.162-181.

MANFRÓI, Vânia Maria. **O Ensino do Trabalho Profissional nas Regiões da ABEPSS – Região Leste**. In: Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P.93-.98.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital. Volume 1. 10ª Edição. DIFEL Difusão Editorial S.A., 1985.

_____, Karl. **Prefácio da 1ª e Posfácio da 2ª Edição**. In: MARX, Karl. O Capital. Vol.1, São Paulo: Difel, 1987, p.3-17.

_____, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Boitempo Editorial, 1998.

MENDES, Jussara Maria Rosa. **Os Desafios das Diretrizes Curriculares na Afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social: A Proposta da Oficina**. In: Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P.09-13.

MENDES, Jussara Maria Rosa. PRATES, Jane Cruz. **Algumas Reflexões Acerca dos Desafios Para a Consolidação das Diretrizes Curriculares**. In: Revista Temporalis – “Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação”. n.º14, ano VII – Julho a dezembro de 2007.p.175-197.

MENEZES, M^a Theresa; LUSTOSA, M^a das Graças. **Reflexões sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os Impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional**. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Organizadoras). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 103-120.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 9-30.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. **Desafios Atuais do Sistema único de Saúde – SUS e as Exigências para os Assistentes Sociais**. In: MOTA, A. E.; BRAVO, M. I. de S.; UCHÔA, R; et al.. (orgs). Serviço Social e Saúde. Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, ABEPSS. Cortez, 2006.

_____. **Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde.** In: MOTA, L.A. et al., (orgs) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

MIOTO, Regina Célia. **Serviço Social e intervenção profissional:** contribuições para o debate da dimensão técnico-operativa. Florianópolis: 2001.

_____. **Ações Profissionais dos Assistentes Sociais:** em busca de uma sistematização. In: Anais do Seminário/ Workshop Mercosul em Múltiplas Perspectivas: fronteiras, direitos e participação societária. Meio digital. Florianópolis, 2006. ISBN: 858799578-2.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social:** um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ªed. – São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Leandro Eliel Pereira de. **Materialismo Histórico e Dialético:** a indissociabilidade entre teoria e prática. Artigo apresentado no V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo – Marxismo, Educação e Emancipação Humana. UFSC, Florianópolis – SC. Abril de 2011.

NETO, Otávio Cruz. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 51-66.

NETTO, José Paulo. José Paulo. **Para a Crítica da Vida Cotidiana.** In: Cotidiano: conhecimento e crítica. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____, José Paulo. **Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social.** In: Cadernos ABESS n.º3. São Paulo: Cortez, 1989. P.141-153.

_____, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____, José Paulo. **Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior**. In: Revista Temporalis, ano I, nº1 – Brasília, janeiro a julho de 2000, p.11-33

_____, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete et alli, Serviço Social e Saúde. Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006. P.141-160.

_____, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais – Brasília: CFESS/ ABEPSS, vol.1, 2009, p. 667 – 700.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **O Ensino do Trabalho Profissional no Currículo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina**: Fundamentos, Construção, Implementação e Avaliação. In: Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P. 123 – 132.

OLIVEIRA, Simone Eneida Baçal de. **O Ensino do Trabalho Profissional nas Regiões da ABEPSS – Região Norte**. In: Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P.77-79.

PAGAZA, Margarita Rozas. **Algunas Reflexiones Sobre La Investigación en Trabajo Social en La Argentina**. In: Revista Temporalis, ano V, n.º9 – Brasília, janeiro a junho de 2005, p. 63-74.

PAULA, João Antônio de. **A produção do conhecimento em Marx**. In: Cadernos ABESS n.º 5. São Paulo: Cortez, 1992, p.17-42.

PINTO, João Bosco G. **Buscando uma metodologia de pesquisa para o Serviço Social**: Reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas. In: Cadernos ABESS n.º6. São Paulo: Cortez, 1993, p.29 – 45.

PRATES, Jane Cruz. **O Método e o Potencial Interventivo e Político da Pesquisa Social**. In: Revista Temporalis, ano V, n.º9 – Brasília, janeiro a junho de 2005, p.131 – 146.

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. UFSC. Disponível em: <http://ppgss.ufsc.br/>. Acessado em: 29 de fevereiro de 2012.

QUINTANA, Mario. **Poema Jardim Interior**. Disponível em: <[http://www.jayrus.art.br/Apostilas/literaturaBrasileira/Modernismo30/Poesia de 30/Mario Quintana poesia.htm](http://www.jayrus.art.br/Apostilas/literaturaBrasileira/Modernismo30/Poesia_de_30/Mario_Quintana_poesia.htm)>. Acessado em: 27 de abril de 2011.

RAMOS, Maria Aparecida. **O Ensino do Trabalho Profissional: O Debate Sobre Estágio em Serviço Social na Região Nordeste**. In: Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P.81-87.

RAMOS, Maria Helena Rauta; GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo: uma contribuição para pensar a natureza do Serviço Social enquanto prática profissional**. In: Revista Temporalis – “Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas”, ano I, n.º2 – Brasília, julho a dezembro de 2000.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. **A Prática na Formação Profissional em Serviço Social: tendências e dificuldades**. In: Revista Temporalis – “Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação”. n.º14, ano VII – Julho a dezembro de 2007.p.150-174.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Coletânea de Leis – CRESS 6º Região – MG, 2004, p.455-465.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Questões Contemporâneas do Serviço Social: síntese da região Norte**. In: Revista Temporalis, ano III, Suplemento – Brasília, novembro de 2002. P. 17-22.

SADER, Emir. **O Indissolúvel nexo entre teoria e prática no marxismo**. 2009. Disponível em:
<<http://blog.controversia.com.br/2009/05/08/o-indissolvel-nexo-entre-teoria-e-prtica-no-marxismo/>> Acesso em 22 de outubro de 2010.

SÁ, Janete Liasch Martins de. **Conhecimento e currículo em serviço social**: análise das contradições. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os Instrumentos e Técnicas na Formação Profissional do Assistente Social no Brasil**. In: Revista Temporalis, ano VI, n.º11 – Brasília, janeiro a junho de 2006, p.159 – 171.

_____, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro (RJ): Lumen Juris Editora, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; NORONHA, Karine. **O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social – uma Perspectiva Crítica**. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Organizadoras). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p.47-63.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Ana Celia Bahia. **Das diretrizes curriculares à construção dos projetos pedagógicos em cada instituição**. In: Cadernos ABESS n.º8, Editora Cortez, 1998.

SIMIONATTO, Ivete. **Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social**. In: Revista Temporalis – “O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político”, n.º8, ano IV – julho a dezembro de 2004. P. 31-41.

_____, Ivete. **Os Desafios na Pesquisa e na Produção do Conhecimento em Serviço Social.** In: Revista Temporalis, ano V, n.º9 – Brasília, janeiro a junho de 2005, p.51-62.

SOUZA, Maria Luísa de. **A formação profissional e as exigências do Serviço Social no cotidiano de sua prática.** In: Revista Serviço Social e Sociedade n.º 15, ano V, agosto de 1984, p. 82- 102.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social.** In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes; BORGES, Virgínia; CARNEIRO, Reivan Marinho de Souza; ROCHA, Janne Alves. **A Formação Profissional do Assistente Social na Contemporaneidade: a regional ABEPSS/Nordeste no debate.** In: Revista Temporalis, ano III, Suplemento – Brasília, novembro de 2002. P. 23 – 56.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **A Filosofia da Práxis.** 2.ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1977.

VAZ, Ana Lúcia. **Cursos seqüenciais.** A lógica do mercado invade as universidades. In: Revista Inscrita, ano II, n.ºV, dezembro de 1999, p.40-43.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional.** In: Cadernos ABESS nº8, Editora Cortez, 1998.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Os Caminhos Para a Pesquisa no Serviço Social.** In: Revista Temporalis, ano V, n.º9 – Brasília, janeiro a junho de 2005, p.147-159.

_____, Maria Carmelita. **Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social no Contexto da Reforma da Política de Ensino Superior no Brasil.** In: Revista Temporalis nº1, ano I. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social – Brasília: Valci, 2004.

6.1. Referência de Coleta de Dados

CAMILLE DOS SANTOS, Tatiely. **A ação profissional do assistente social e suas contribuições para a construção da integralidade na Estratégia Saúde da Família ao município de Ponta Grossa – Paraná.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CHUPEL, Cláudia Priscila. **Acolhimento e Serviço Social: um estudo em hospitais da Grande Florianópolis.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GEUSINA DA SILVA, Maria. **O Local e o Global na Atenção das Necessidades de Saúde dos Brasiguaios: análise da intervenção profissional do assistente social em Foz do Iguaçu.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

HELLMANN, Rafaela Brustolin. **A Ação Profissional do Assistente Social e o Acesso de Usuários não Residentes no Brasil aos Serviços Públicos de Saúde na Fronteira.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **As Ações Sócio-Educativas e o Projeto Ético-político do Serviço Social.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MANFRINI, Daniele Beatriz. **A Intervenção Profissional do Serviço Social no Ministério Público de Santa Catarina e as Questões de Gênero.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

NOSSWITZ, Juliana. **A Ação Profissional do Assistente Social nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas** – Uma análise na Região da AMPLASC. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PINHEIRO, Eliane Aparecida. **Serviço Social e Violência Contra a Mulher**: Questão para o debate. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SEABRA, Nuely Fatima. **Trabalho Profissional do Assistente Social e Política Pública**: Atuação na política de Assistência Social em Chapecó. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVA DE JESUS, Cristiane da. **O Serviço Social e as Ações Sócio-educativas com Famílias**: um estudo sobre as publicações dos Assistentes Sociais. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

7. APÊNDICES:

APÊNDICE A

| Marco Curricular | Principais Características | Abordagem de Teoria e Prática |
|------------------------------|---|---|
| <p>- O Currículo de 1982</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Busca de Ruptura com o Conservadorismo Profissional; - Ruptura com o Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade; - Opção pelo marxismo como nova matriz teórico-metodológica; - Centralidade nas discussões de História, Teoria e Método; - Afastamento das discussões voltadas à prática profissional; - Debates sobre o contexto da Universidade Pública Brasileira, sobre formação profissional e sobre o papel e significado do Serviço Social na Sociedade; | <ul style="list-style-type: none"> - Destaca-se a importância do processo teórico para o desenvolvimento de uma prática consciente; - Inicia-se de forma muito tímida uma discussão acerca de formação e exercício profissional, de teoria e prática; |

| | | |
|------------------------------|--|--|
| <p>- O Currículo de 1996</p> | <p>- Realização de encontros, oficinas e eventos profissionais de discussão sobre formação e exercício profissional; - Centralidade nas discussões de “Questão Social”, “Processos de Trabalho”, “Formação Profissional” e “Universidade Brasileira”; -Instituição dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, com ênfase em História, Teoria e Método; - Indicação da construção de um perfil profissional que expressasse ao mesmo tempo uma competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; - Compreensão da profissão a partir da teoria social marxista;</p> | <p>- A articulação entre os núcleos pressupõe a articulação entre teoria e prática; - O ensino da prática é retomado como um caráter de “horizontalidade” expresso nos três núcleos de fundamentação profissional, diminuindo o viés teorístico que vinha predominando na formação; - A abordagem dada à relação teoria/prática avança em vários níveis, mas a discussão dos conhecimentos teóricos e a prática profissional ainda é insuficiente;</p> |
|------------------------------|--|--|

| Marco Curricular | Principais Características | Abordagem de Teoria e Prática |
|---------------------------------|--|---|
| <p>- O Debate nos anos 2000</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da implementação das diretrizes curriculares nas unidades de ensino em Serviço Social em todo o país, através de oficinas, encontros e publicações voltadas ao tema da formação profissional; - Identificação dos desafios na implementação e efetivação do ensino da prática a partir das diretrizes curriculares de 1996; - Centralidade nas discussões de Trabalho, Processos de Trabalho e Questão Social; - O ensino da prática é apresentado como um desafio, e a sua aplicação é debatida e questionada; - Reconhecimento que o ensino da prática deve passar todo o currículo, atravessar todas as disciplinas, de forma a não equalizá-lo; - Há a retomada da discussão da prática no processo de formação profissional, | <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade em qualificar e compreender o que seja a chamada dimensão teórico/prática, e como traduzir isso nos currículos dos cursos; - A compreensão da indissociabilidade entre as concepções teóricas, práticas e interventivas tornam-se um diferencial de qualidade na formação profissional; - A relação Teoria e Prática hora é assinalada como fundamental, mas não necessariamente explorada, hora é abordada mais enfaticamente, principalmente quando associada aos desafios na implementação das diretrizes, justamente por ser considerada fundamental, mas extremamente complexa; - O desafio de pensar o ensino da |

| | | |
|--|--|---|
| | <p>entretanto este debate ainda se realiza com certa dificuldade pedagógica e em âmbito restrito;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subalternidade das disciplinas práticas em relação às teóricas, resultado de uma tradição histórica de limitação do ensino da prática; - Em muitos currículos a dimensão da prática fica restrita a uma disciplina específica, ou a laboratórios, atividades complementares, disciplinas optativas e seminários temáticos; - O estágio supervisionado é a principal ação e espaço onde a imediatividade do fazer profissional se expressa com mais intensidade; - O processo de implementação das diretrizes curriculares segue caminhos diferentes e a abordagem dada à temática varia de acordo com cada curso; | <p>prática surge como uma demanda profissional;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de superar o divórcio entre as questões teóricas e os desafios do campo profissional; - A articulação entre teoria e prática e o projeto ético-político é reconhecido como uma necessidade; - Essa questão não se encontra esgotada, mas transborda questionamentos e demandas; |
|--|--|---|

| Marco Curricular | Principais Características | Abordagem de Teoria e Prática |
|--|--|---|
| <p>- 2010: A constituição de um novo marco ou o enfrentamento da qualificado da questão?</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Construção, efetivação e manutenção do projeto ético-político profissional; - Oscilação com relação ao ensino da prática, geralmente relegado ao segundo plano, apesar dos incríveis avanços conquistados historicamente; - Reconhecimento e compreensão analítica que a separação e concepção dicotômica colide com a perspectiva teórica de viés crítico que permeia o projeto de formação profissional; - Como resultado da falsa dissociabilidade entre teoria e prática é comum o não envolvimento em pesquisas, o desapego à investigação, o desinteresse no TCC, além de práticas esvaziadas de concepção teórica e crítica; - Análise de que com a aproximação do Serviço Social com o marxismo, essa questão polarizada entre teoria e prática criou solo e condições históricas para ser | <ul style="list-style-type: none"> - Denúncia da persistente e tradicional orientação/interpretação de dicotomia entre teoria e prática; - Reconhecimento de que o ensino da prática é visto como disciplina complementar que dispensa tratamento e suporte teórico; - Denúncia do tratamento do ensino da prática a partir de áreas temáticas, que refletem uma orientação teórico-prática que fragmenta e pulveriza estes saberes; - Reconhecimento do sentido esvaziado que às vezes é atribuído ao sentido de teoria e prática; - Análise de que a dissociabilidade, além de representar um retrocesso teórico, é vista como elemento que impede o alcance dos requisitos e pressupostos do Projeto Ético-Político, o que indica um salto de |

| | | |
|--|--|-------------------------------------|
| | <p>superada. No entanto, essa perspectiva equivocada ainda perpassa o ensino da prática profissional;</p> <ul style="list-style-type: none">- Reconhecimento de que o debate no plano das idéias, o debate reflexivo sobre o assunto se adensou e amadureceu. Mas, no plano da realidade, concretamente pouco se alterou a partir dos rumos propostos pelas diretrizes curriculares, necessitando ser ampliado na produção do conhecimento;- Compreensão da necessidade de pensar o âmbito técnico-operativo no mesmo grau de horizontalidade e importância que os âmbitos ético-políticos e teórico-metodológicos. | qualidade no tratamento da questão. |
|--|--|-------------------------------------|

APÊNDICE B

IDENTIFICAÇÃO DO TRATAMENTO DA RELAÇÃO “CONHECIMENTO TEÓRICO/PRÁTICA PROFISSIONAL” NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO PPGSS DA UFSC

1. IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1. Título;
- 1.2. Autor (a);
- 1.3. Ano;
- 1.4. Orientador (a);
- 1.5. Linha de Pesquisa;

2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE:

- 2.1. Principais Aspectos do Resumo;
- 2.2. Palavras-Chave de Relevância;
- 2.3. Principais Aspectos do Sumário;

3. CARACTERIZAÇÃO:

- 3.1. Tema Central;
- 3.2. Objetivos do Estudo;
- 3.3. Abordagem Metodológica;
- 3.4. Tipo do Estudo;

4. INDICADORES DE ANÁLISE:

- 4.1. De que forma é discutida a relação teoria e prática profissional? Há uma articulação? Qual a ênfase, foco e prioridade?
- 4.2. Qual é a concepção de teoria/prática profissional? Como se expressa esta relação?
- 4.3. A prática profissional é compreendida e tratada nas suas três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa?
- 4.4. Quais fundamentos teórico-metodológicos utilizados?
- 4.5. Quais principais conceitos e categorias são adotados para tratar da teoria/prática profissional?
- 4.6. Que autores são utilizados como referencial?